

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Fatima Regina Pivetta

Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação: uma contribuição metodológica para a promoção
emancipatória da saúde nos espaços urbanos

Rio de Janeiro

2021

Fatima Regina Pivetta

Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: uma contribuição metodológica para a promoção emancipatória da saúde nos espaços urbanos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença:

Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto.

Coorientadora: Prof.^a. Dra. Marize Bastos da Cunha.

Rio de Janeiro

2021

Título do trabalho em inglês: Extended Communities of Research-Action: a contribution to methodological for an Emancipatory Promotion of Health in urban spaces.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

P693c Pivetta, Fatima Regina.
Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: uma contribuição metodológica para a promoção emancipatória da saúde nos espaços urbanos / Fatima Regina Pivetta. — 2021.
199 f. : il.

Orientador: Marcelo Firpo de Souza Porto.
Coorientadora: Marize Bastos da Cunha.
Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Promoção da Saúde. 2. Pesquisa Qualitativa. 3. Educação em Saúde. 4. Áreas de Pobreza. 5. Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação. 6. Produção Compartilhada de Conhecimentos. I. Título.

CDD – 23.ed. – 613

Fatima Regina Pivetta

Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: uma contribuição metodológica para a
promoção emancipatória da saúde nos espaços urbanos

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 20 de maio de 2021.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dra. Ronice Maria Pereira Franco de Sá
Universidade Federal de Pernambuco – Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social

Prof.^a. Dra. Helena Maria Scherlowski Leal David
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Enfermagem

Prof.^a. Dra. Tatiana Wargas de Faria Baptista
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a. Dra. Rosely Magalhães de Oliveira
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a. Dra. Marize Bastos da Cunha (Coorientadora)
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2021

À Consuelo Nascimento e ao Jairo Dias de Freitas
Hoje, sementes florescendo esperanças.

Consuelo Nascimento, minha parceirinha de construção do LTM, é uma semente potente. Ela deixou semeado entre nós os germes da generosidade e da alegria, e nos ensinou, mais do que ninguém, a conjugar o verbo esperar. Primeira bolsista-moradora-pesquisadora do LTM, propôs sempre pensar Manguinhos levando os conhecimentos dos moradores e moradoras para o “meio do fervo”.

Traduziu, mais que todos, o aprendizado mútuo moradores-pesquisadores e a natureza do trabalho do LTM. Dizia ela: "Nós mostramos aos pesquisadores que Manguinhos não é um pedaço do inferno, e eles nos mostraram que, infelizmente, Manguinhos não é um espaço de vida saudável. Nós aprendemos a caminhar juntos, a construir uma via de mão dupla".

Jairo de Freitas, outra semente potente. Deixou em nós o gérmen do educador generoso, respeitoso, solidário e carinhoso. Professor de física da Escola Politécnica em Saúde, implantou conosco o Laboratório Territorial de Manguinhos e dentro dele o Provoç DLIS, para acolher os jovens de Manguinhos como aprendizes de pesquisadores dentro do LTM. E com muito carinho, profissionalismo e dedicação sempre sustentou nossa parceria com o Poli.

Com Consuelo e Jairo, não aprendemos apenas sobre Manguinhos, o que já é muito. Juntos, também fizemos história na arte de superar estranhamentos entre saberes, culturas e formas de vida.

AGRADECIMENTOS

No meio da pandemia da Covid 19, transformada em pandemônio em nosso país pelas políticas genocidas de muitos dos governantes, a memória afetiva do tempo compartilhado em presença, com todos os meus parceiros e parceiras ao longo desses anos, foi o suporte amoroso, que me permitiu levantar e trabalhar todos os dias. Essas páginas, ainda que tenham ficado muito aquém de expressar o trabalho que realizamos andando ao lado uns dos outros, é uma forma de manifestar meu carinho, meu compromisso e meu agradecimento a todas e todos que me ensinam, em cada momento, desdobrar o verbo ESPERANÇAR.

Os afetos alegres são inclassificáveis. São a força que potencializam nosso ser. Abrem os espaços de amorosidade, e felizmente são muitos.

À Família-Mundo. Razão de eu me encontrar e, ainda estar, na Cidade Maravilhosa. Não sobreviveria nessa cosmópolis sem o cuidado, a paciência e o afeto das amigas e dos amigos. Cada um ocupa um espaço especial em meu coração, tenham certeza disso Josino Moreira, Teresa Saldanha, Fernando Saldanha, Luca, João Alfredo Medeiros, Vitor Labre, Leonardo Coutada, Ana Célia Pessoa da Silva, Leiliane Amorim, Lucineide Martins, Lúcia Mayer, Yvone Costa de Souza, Luiz Fernando Souza, Paulo César dos Santos, Jorge Machado, Célia Leitão, Christina Tavares, Claudia Teixeira, Suely Rozenfeld, Vera Duarte, Rita Braúna, Andréa Ortiz.

À Família-Embrião. Clélia e Augusto Pivetta (em memória), meus pais que tanta falta fazem, minhas irmãs e meus irmãos, que, além de afeto e de liberdade para eu seguir minha vida, me deram a alegria de conviver e aprender com sobrinhas, sobrinhos, sobrinhos e sobrinhas-netas, e sobrinhas-bisnetas.

Às Afilhadas Fernanda Marques, Joana Mayer Coutada, Amanda Marques e ao Afilhado Flavio Teixeira, que preenchem meu coração de mãe, dando significado às lutas para construir um mundo melhor.

À Fiocruz, ao INCQS, ao CESTEJ e à ENSP, instituições que deram sentido para eu trilhar a carreira de servidora pública. Nos seus espaços acadêmicos e de práticas democráticas fui aprendendo e me humanizando, nas trocas com colegas. E a humanizar a própria ciência. Foram tantas as trocas de afeto que muitas viraram amizades duradouras.

Aos diretores Paulo Buss, Antonio Ivo de Carvalho e Hermano Albuquerque de Castro, da ENSP, André Malhão e Isabel Brasil, da EPSJV, Nísia Trindade Lima da COC e Humberto Trigueiros, do ICICT. Sem seus apoios institucionais o LTM não existiria.

À Lenira Zancan, minha parceria querida, agradeço os ensinamentos e companheirismo

no dia-a-dia do LTM e da vida.

Ao Marcelo Firpo, querido orientador, com quem trabalho, aprendo e partilho ideias e lutas na construção de uma sociedade mais solidária e justa, desde 1987. A amizade que construímos só reforçou o compromisso com a qualidade do nosso trabalho.

À Marize Cunha, minha orientadora, com quem venho aprendendo, desde 2008, a me situar no campo das ciências sociais, aprendendo sobre o que é trabalhar nos territórios de favela. E, mais ainda, sobre o cuidar das pessoas, com respeito e afeto. Nesse caminhar, construímos uma grande amizade.

À banca examinadora Ronice, Helena, Rosely, Gabriel e Tatiana, parceiras e parceiro queridos, com quem tenho a honra de batalhar em tantas frentes, no intuito de promover avanços emancipatórios no campo da Saúde Coletiva e na sociedade. Foi a capacidade intelectual, a humanidade de vocês e a confiança de uma avaliação justa que me levaram a convidá-los a participar comigo dessa travessia.

Ao Sergio Lamarão que, com cuidado e dedicação, fez a revisão da tese.

À Editora Hucitec por permitir a reprodução dos capítulos 3 e 4 desta tese, que foram publicados originalmente nos seguintes livros: “Vulnerabilidades & Saúde: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano”, em 2018, e “Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde”, na 2ª edição revista e ampliada, 2020, respectivamente.

Reconhecimento: às minhas parceiras-mestras Consuelo, Gleide e Fabiana.

“O paraíso são os outros ... porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti”, escreve Valter Hugo Mãe¹. Essa é a chave que me conecta à Consuelo Nascimento, Gleide Guimarães e Fabiana Melo Sousa: a minha humanização, mas também a humanização da ciência.

Mestras antropofágicas, oswaldianas. Das suas experiências cotidianas do viver nas favelas atravessadas por toda sorte de violências, regurgitam alegrias, esperanças, conhecimentos e sabedorias, deslimitando a favela, a cidade, a academia. Deslimitaram o LTM, me deslimitaram. E juntas caminhamos em busca da dignidade possível. A impotência que nos toma, muitas vezes, frente às violências não nos tira alegria, e juntas rimos, muito, e aprendemos a aprender.

Seres de fronteira, autoconvocadas para as lutas de construção de um outro mundo possível, vejo nas companheiras Consuelo, Gleide e Fabiana um alicerce fundamental para os sonhos pessoais, acadêmicos e políticos do LTM. Descubrem, nas veredas das favelas inéditos viáveis, por onde escoam afeto e confiança, amalgamando as possibilidades de encontros, como compromisso ético-poético-político para a mudança.

Nós nos encontramos nas fronteiras favela-asfalto, mediadas pelo institucional, e juntas vivemos nos deslimitando mutuamente.

Consuelo, a estrela que nos ilumina, ensinava mais que ninguém sobre isso, como bem escreveu nossa parceira querida Lena Zancan: era uma mulher que se deslocava no espaço físico e social e, ao fazê-lo, recorria à sua peculiar linguagem e narrativa para interrogar e deslocar aqueles com quem dialogava. A voz potente de cantora gospel, a disposição corporal, a linguagem e o sorriso de Consuelo eram dimensões de sua forma de reflexão crítica, traduzindo seu jeito particular do processo de conhecimento. E complemento: Consuelo nos ensinou a ler silêncios, gestos e ausências. Sinto uma falta enorme dos seus ensinamentos após ela ter partido tão cedo. Se estivesse aqui, discutiria comigo a tese, iluminando e humanizando mais o meu pensamento e a minha escrita.

Iluminada por Consuelo, continuo a caminhada com minhas mestras da amorosidade, no aprendizado da escuta, na sabedoria de ler o mundo, Gleide e Fabiana. Fui aprendendo, ainda mais, outro jeito de estar na academia, na favela, na vida, com vocês. Não encontrei na academia o encantamento que vocês me trouxeram de ler o mundo, ler a favela.

O fato de caminharmos juntas desde o início do LTM oferece essa resposta à convocação

¹ O Paraíso são os Outros, de Valter Hugo Mãe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2018. p.56-57.

mútua que nos fazemos, como compromisso coletivo de contribuir para mudar o que está no nosso alcance. Para saber ler o mundo além de teorias e conceitos preformulados por outros, é preciso se lançar no mundo. Não sozinhas, mas juntas e sonhando na confiança de quem somos e podemos vir a ser.

Minhas leitoras sábias. Ao lerem a tese como gesto amoroso de cuidar do outro, como gesto de conhecimento, primeiro, me deram confiança sobre o que escrevi. E, mais que isso, validaram e deram qualidade ao que escrevi como esforço de dar visibilidade à nossa experiência coletiva.

Tive a sorte e o prazer de ter vocês, ao longo dessa caminhada dos últimos 18 anos, como minhas orientadoras “populares”. Qualifico essa denominação duplamente. Popular porque produzem e me trazem um conhecimento forjado no cotidiano do andar a vida em contextos tão difíceis, porém paradoxalmente tão humanos. Popular, também, porque vocês são conhecidas e reconhecidas nos espaços por onde transitam, trocam suas experiências e seus conhecimentos fortalecendo pessoas, movimentos e lutas ao redor.

Naturalmente, pela confiança e afeto, não intencional e involuntariamente, fomos tomando lugar mutuamente no sistema de comunicação umas das outras. Fomos deslimitando, e borramos as fronteiras institucionais. Criamos um espaço ético-poético-político novo. É como se, de calçadas opostas, ao atravessar a Leopoldo Bulhões, umas em direção às outras, tivéssemos alcançado uma outra dimensão, estendendo fios que foram constituindo a CAP como uma Rede de Pessoas-Lugares-Territórios. E nessa passagem, mais que nas dificuldades, me encontrei porque encontramos em muitos dos nossos sonhos.

Conto ao senhor é o que sei e que o senhor não sabe;
mas principal quero contar o que eu não sei se sei,
e que pode ser que o senhor saiba.

JOÃO GUIMARÃES ROSA, 2001, 18.

RESUMO

A Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (CAP) desenvolvida pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) como dispositivo metodológico de pesquisa no campo da Saúde Coletiva, é tomada nesta tese como objeto de sistematização e reflexão crítica, na perspectiva proposta por Oscar Jara. Trata-se da sistematização de experiências como caminho metodológico de produção de conhecimentos a partir das práticas em que a própria experiência é o ponto de partida. A reflexão crítica dessa experiência no decorrer dos últimos dezessete anos (2003-2020), a partir de projetos de pesquisa-ação e intervenção em favelas do Rio de Janeiro, particularmente Manguinhos. Dela resultou a sistematização não apenas dos principais referenciais teórico-metodológicos que, ao longo da trajetória, foram sendo consolidados como forma de constituir e compreender nossas práticas com as CAP, mas também da experiência do LTM voltada para a Promoção Emancipatória da Saúde, que culminou na proposição do Método CAP. Como produtos da tese foram elaborados três capítulos, que constituem o núcleo reflexivo acerca do Método CAP e que expressam nosso aprendizado com a pesquisa-ação nos territórios de favelas. Inicialmente, propomos um quadro de referências para uma leitura compreensiva desses territórios e a PES como caminho para a desconstrução dos processos desumanizadores desses espaços da cidade (Capítulo 3). Em seguida, discutimos os referenciais teórico-metodológicos que deram base à proposição da CAP e fazemos uma reflexão crítica sobre as diversas conformações de CAP na aproximação com o território (Capítulo 4). E, por fim, elaboramos uma reflexão crítica sobre o trabalho artesanal no cotidiano das CAPs, como contribuição às discussões metodológicas no campo da pesquisa em Saúde Coletiva e às reflexões sobre a pesquisa participante no contexto urbano de favelas e no contexto de um convívio cotidiano com esses territórios. Vislumbramos esse caminho como possibilidade de construção de “inéditos viáveis” a partir da produção de conhecimentos sobre os processos de determinação social da saúde nestes espaços da cidade. A metodologia CAP conforma-se como um aporte político-pedagógico para a ressignificação da participação social no SUS, numa perspectiva instituinte. Finalmente, com base em algumas interrogações sobre nosso trabalho, destacamos temas para uma agenda futura de pesquisas, enfatizando as invisibilidades e os processos de determinação socioambiental da saúde, o cotidiano e os desafios do mundo digital na interlocução com o território e quem é o pesquisador em uma CAP.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Pesquisa Qualitativa; Educação em Saúde; Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação; Produção Compartilhada de Conhecimentos; Favela.

ABSTRACT

The Extended Community of Action Research (CAP) has been used by the Territorial Laboratory of Manguinhos (LTM) as a methodological research device in the field of Public Health. In this thesis it was used as an object of systematization and critical reflection, as proposed by Oscar Jara. In this context, the experiences were systematized as a methodological way of producing knowledge based on the practices in which the experience itself is the starting point. This work critically reports the reflection of this experience obtained over the past seventeen years (2003-2020), based on action research and intervention projects in Rio de Janeiro's slums, particularly Manguinhos. This resulted in the systematization not only of the main theoretical and methodological references that, throughout the trajectory, were consolidated as a way of constituting and understanding our practices with the PACs, but also of the LTM experience focused on the Emancipatory Promotion of Health, which culminated in the CAP Method proposition. As products of the thesis, three chapters were elaborated, which constitute the reflexive nucleus about the CAP Method and which express our learning with action research in the slum's territories. Initially, we propose a framework of references for a comprehensive reading of these territories and PES as a way to deconstruct the dehumanizing processes of these spaces in the city (Chapter 3). Then, we critically discuss the theoretical and methodological frameworks that supported the CAP's proposition and the different configurations of CAP in the approach to the territory (Chapter 4). And, finally, we elaborate a critical reflection on artisanal work in the daily life of CAPs, as a contribution to methodological discussions in the field of public health research and to reflections on participatory research in the urban context of slums and in the context of a daily living with those territories. We envision this path as the possibility of building "viable innovations" based on the production of knowledge about the processes of social determination of health in these spaces of the city. The CAP methodology conforms as a political-pedagogical contribution to the resignification of social participation in SUS, in an instituting perspective. Finally, based on some questions about our work, we highlight themes for a future research agenda, emphasizing the invisibilities and processes of socioenvironmental determination of health, the daily life and the challenges of the digital world in interlocution with the territory and who is the researcher in a CAP.

Keywords: Health Promotion; Qualitative Research; Health Education; Expanded Action Research Community; Shared Production of Knowledge; Slum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Representação esquemática do ciclo da comunicação	76
Figura 2	Representação gráfica do trabalho em espiral da CAP.....	78
Figura 3	Representação do itinerário CAP como um trabalho em espiral	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CAP	Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
Ceaal	Conselho de Educação de Adultos de América Latina
Cesteh	Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CCAP	Centro de Cooperação e Atividades Populares
COMACS	Comissão de Agentes Comunitários de Saúde
CCM	Conselho Comunitário de Manguinhos
CGI	Conselho Gestor Intersetorial
CHP2	Conjunto Habitacional Provisório 2
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CPHA	Canadian Public Health Association
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DSS	Determinação Social Da Saúde
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro De Análises Sociais E Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
INCQS	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
LTM	Laboratório Territorial de Manguinhos
MOI	Movimento Operário Italiano
OMS	Organização Mundial da Saúde
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
OMA	Organização de Mulheres de Atitude
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

pCAP	Pequena Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação
PDTSP	Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública
PNAPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PES	Promoção Emancipatória da Saúde
PS	Promoção da Saúde
Provoc	Programa de Vocação Científica
SUS	Sistema Único de Saúde
TEIAS	Territórios Integrados de Atenção à Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO: A METODOLOGIA DAS COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA- AÇÃO COMO TEMA DE REFLEXÃO..	29
2.	A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COMO CAMINHO METODOLÓGICO	39
2.1.	TRAJETÓRIA DO LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS: UM BREVE PANORAMA	46
2.1.1	Da teoria à prática com os primeiros movimentos de promoção emancipatória da saúde: período 2002 a 2007	48
2.1.2	Temas, linguagens e a circulação do conhecimento em um território em mudança: período 2008-2012	54
2.1.3	Comunidades ampliadas de pesquisa ação em territórios em movimento: período 2013-2017	60
2.1.4	As práticas no cotidiano das comunidades ampliadas de pesquisa ação: período 2018-2020	64
2.2	INTERPRETANDO AS COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA- AÇÃO: PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	68
2.2.1	A CAP e a pesquisa participante	68
2.2.2	O ciclo da comunicação: esquema operativo e analítico das CAPs	74
2.2.3	O cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP	81
2.2.4	O lugar-favela: o espaço de trabalho cotidiano	85
2.3	A SISTEMATIZAÇÃO DE UM TRABALHO COLETIVO E ARTESANAL: AS ESCOLHAS E COSTURAS	91
3	PROMOÇÃO DA SAÚDE E CONHECIMENTOS EMANCIPATÓRIOS: APRENDIZADOS COM PESQUISA-AÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE FAVELAS	105
3.1	CIDADES, UTOPIAS E SAÚDE: UM PONTO DE VISTA	105
3.2	OS PROCESSOS ABISSAIS E DESUMANIZADORES DAS CIDADES: AS FAVELAS E O DESENRAIZAMENTO, A PROVISORIEDADE E AS INVISIBILIDADE	109
3.3	PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE: UM CAMINHO PARA A DESCONSTRUÇÃO DA LINHA ABISSAL.....	113

3.4	SAÚDE, FAVELAS E LUTAS EMANCIPATÓRIAS: O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR ... JUNTOS	116
4	COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO DO LABORATÓRIOTERRITORIAL DE MANGUINHOS: UM CAMINHO DE INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO	121
4.1	INTRODUÇÃO	122
4.2	DOS MODELOS DE INTERVENÇÃO NO CHÃO DA FÁBRICA À APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO	123
4.3	A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO COMO MÉTODO DE PESQUISA CO-LABOR-ATIVA NO TERRITÓRIO	126
4.4	O ARTESANATO DA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA AÇÃO: DIÁLOGOS, MEDIAÇÕES E CRIAÇÃO NO TERRITÓRIO	130
4.4.1	As Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como Mapa: o movimento inaugural	133
4.4.2	As Comunidades Ampliadas de Pesquisa-ação em temas, linguagens e mídias	134
4.4.3	Diálogo entre territórios em movimento: a experiência das “pequenas” CAP	137
4.5	COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA AÇÃO: UM CAMINHO PARA A AMPLIAÇÃO DEMOCRÁTICA NO DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO.....	139
5	A COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO: O ARTESANATO NO DIALOGO COTIDIANO COM O TERRITÓRIO ..	143
5.1	INTRODUÇÃO	144
5.2	O MÉTODO: A SISTEMATIZAÇÃO DO ITINERÁRIO CAP	146
5.3	CONSTITUINDO UMA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA AÇÃO: O TERRITÓRIO E SEUS AGENTES SOCIAIS	149
5.4	AS FERRAMENTAS ARTESANAIS DE CO-LABORAÇÃO COM O TERRITÓRIO	154
5.5	O COTIDIANO COMO ENGRENAGEM DA DINÂMICA DA CAP.....	162
5.6	A TRAVESSIA: A CAP COMO UMA REDE DE INTERLOCUÇÃO ENTRE PESSOAS-LUGARES-TERRITÓRIOS	166

6	INCOMPLETUDES DE UM CONTÍNUO CAMINHAR	170
7	UM PONTO FINAL PARA CONTINUAR	180
	REFERÊNCIAS.....	188
	APÊNDICE A – MATERIAIS PRODUZIDOS PELAS COMUNIDADES	
	AMPLIADAS DE PESQUISA-AÇÃO.....	197

APRESENTAÇÃO

O verdadeiro poder é aquele capaz de impor o método.

(Martinez Alier, 2005)²

Esta tese é o resultado da reconstituição de uma caminhada individual e coletiva, dedicada, nos últimos anos, à elaboração teórica-metodológica e à operacionalização do que denominamos de uma Promoção Emancipatória da Saúde, tendo como estratégia metodológica a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação para a produção compartilhada de conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde em territórios de favela, no âmbito do projeto Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), da Fiocruz.

A frase da epígrafe revela o sentido da metodologia em nossa pesquisa e o papel fundamental que lhe atribuímos, pois, mais do que a conformação de técnicas, ela se constituiu como um tema de reflexão teórica de experimentação, na qual buscamos discutir a importância do diálogo solidário e amoroso entre os diferentes saberes, científicos e populares, no processo de produção de conhecimento de uma dada realidade social. Esse caminho possibilita-nos, que na condição de pesquisadores da saúde coletiva, contribuir para as necessárias transformações dos modos de tomada de decisão políticas, buscando estabelecer uma ética mais democrática das prioridades em nossa sociedade. Mais do que um tema de reflexão, a metodologia CAP é condição, ela própria, para uma promoção emancipatória da saúde.

Sistematização de uma experiência, a tese é parte de uma jornada particular de trabalho no âmbito da experiência do LTM. Desenvolvida nos últimos dezessete anos, essa experiência completa um ciclo com esta tese. Seu objetivo principal, desafio que nos colocamos, é pensar a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação como um método de pesquisa, formação e ação nos territórios em que atuamos.

Aprendemos com pensadores como Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos que conhecimento implica também em autoconhecimento, e a dialética conhecer e autoconhecer-se nos constrói como sujeitos e cidadãos, capacitando-nos para escolher caminhos e construir trajetórias profissionais. A minha escolha foi ser mais do que pesquisadora, servidora pública, e foi nesta condição que assumi elaborar esta tese.

Como servidora pública, carreira que iniciei em 1982 na Fundação Oswaldo Cruz,

² Fala do pesquisador Joan Martinez Alier, da Universidade Livre de Barcelona, na sua apresentação no CEENSP, em 29/06/2005.

fiz e faço parte dos movimentos institucionais e políticos que buscam o diálogo entre ciência e a sociedade. Esses movimentos, iniciados na gestão de Sérgio Arouca como presidente da Fiocruz, entre 1985 e 1990, período da redemocratização do país, tiveram como eventos marcantes a VIII Conferência Nacional de Saúde (1985) e a 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1986).

Minha trajetória profissional é um percurso de hibridização, em que literalmente misturei *reações químicas* (formei-me em química e trabalhei em laboratório de análises químicas) com *reações políticas*, envolvendo-me com diferentes formas de fazer política. Transformei-me em um ser híbrido, como escreveu Bruno Latour: “Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas políticos, filósofos, antropólogos, ...”. A questão de sempre, segundo este autor, o nó górdio, é “o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder... Nós somos híbridos, instalados precariamente no interior de instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos...” (LATOURE, 1994, p.9). Ele se refere à dificuldade que a cultura intelectual da ciência moderna nos coloca para enfrentarmos a complexidade dos problemas, com a compartimentalização do pensamento e a separação entre a natureza e a cultura.

O mestrado em química analítica inorgânica na área de estudos ambientais (disposição de rejeitos de usinas nucleares) e minha atuação na Fiocruz na área das vigilâncias sanitária, no INCQS, quando fui contratada, no período 1982-1993, e da saúde do trabalhador e ambiental, desde 1985, quando iniciei o trabalho simultaneamente, no CESTEHE, me propiciaram um mirante de observação, reflexão e prática sobre a temática da determinação social da saúde. E foi a partir do olhar sobre os processos de determinação socioambientais da saúde que me engajei, em 2002, nas atividades de pesquisa, ensino e intervenção no campo da Promoção da Saúde. Essa desconstrução do raciocínio metodológico na guinada das ciências exatas para as ciências sociais não foi, e continua não sendo, tranquila, posto que, cotidianamente me defronto com minhas insuficiências formativas para compreender e trabalhar teoricamente o mundo social.

As questões envolvendo, de um lado, as conexões entre problemas de saúde, condições de vida, trabalho e meio ambiente, e de outro, as dimensões sociais, políticas e culturais relacionadas às desigualdades sociais, aos déficits de democracia e às assimetrias de poder que marcam as relações de trabalho e os lugares de vidas foram determinantes para que eu fosse construindo meu olhar sobre os processos de produção da saúde. Elas fizeram-me compreender que os problemas envolvendo as relações saúde-trabalho-ambiente são

complexos, porque são produtos sociais, e que, para enfrentá-los, temos que reconhecer não somente os trabalhadores e a população como sujeitos na produção do conhecimento e da transformação das suas condições de vida, trabalho e saúde, mas também a importância da integração de diversas disciplinas, enfoques e abordagens interdisciplinares para a compreensão e a solução desses problemas.

Com base nesse entendimento, assumi o compromisso ético de contribuir para responder às necessidades da população, formulando-as em diálogo com as pessoas, os moradores e as moradoras dos territórios de favelas onde atuo como servidora pública da Fiocruz, no campus de Manguinhos. As necessidades das pessoas, nesses lugares, são sempre bem mais complexas do que a sua representação estatística. Por trás de uma pessoa com tuberculose há um conjunto de outras necessidades, para além do tratamento médico, que dizem respeito ao enfrentamento de problemas mais estruturais, como moradia, educação, saneamento básico, trabalho e renda, entre outros.

Essas reflexões me aproximaram do campo da Promoção da Saúde (PS), que se implantava na ENSP no final da década de 1990, impondo-me a tarefa de contribuir nas teorizações e práticas da Saúde Coletiva, no intuito de compreender e dar consequência aos princípios da equidade e da participação, centrais nas promessas da PS. A oportunidade se deu quando, em 2002, fui chamada, juntamente com colegas do CESTEJ do grupo de pesquisa Ecosocial, em particular Marcelo Firpo, a contribuir para equacionar, ao lado dos moradores, os problemas ambientais de Manguinhos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS Manguinhos (ZANCAN ET AL, 2002). Este foi o movimento inaugural para a constituição do Laboratório Territorial de Manguinhos, e marcou o início do meu trabalho em favelas.

Atribuir sentido à participação comunitária, como princípio da PS e do SUS, orientada para a autonomia e a emancipação social e política das populações, passou a ser meu desafio e compromisso profissional-acadêmico e ético-político. Um compromisso com o deslocamento do projeto comportamental ou de controle dos cidadãos para um projeto emancipatório de Promoção da Saúde, que permitisse avanços na participação social, no exercício da cidadania e no trabalho em redes com a sociedade. Vale salientar que participação é aqui entendida como processo de coprodução de sentidos sociais, mediante o diálogo entre saberes, os científicos e os populares, e a produção compartilhada de conhecimento e informação, buscando ao mesmo tempo novos arranjos institucionais capazes de dar respostas às reais necessidades das populações. Foi com essa disposição que,

em maio de 2002, constituímos o Laboratório Territorial de Manguinhos, de cuja trajetória apresentamos um panorama na primeira parte desta tese.

A partir desses movimentos fui me deslocando nos campos temáticos – das ciências exatas à promoção emancipatória da saúde –, acompanhando as mudanças institucionais. Esses deslocamentos me colocaram num lugar de ser híbrido, mas centralmente no lugar de uma servidora pública que entende seu papel como o de contribuir para a legitimação dos discursos não hegemônicos das pessoas ou grupos da sociedade e para a desconstrução da “magia” do conhecimento científico como sinônimo de verdade e substituto da política. Assumo minha condição contra hegemônica e luto pela transformação das instituições, cujos movimentos internos, atravessados por um corporativismo e uma ciência que se burocratizaram, não respondem mais às necessidades da sociedade. Brinco, desde sempre, que minha missão é a de contribuir para criar o MSI, o Movimento dos Sem Instituições, tendo como patrono o sociólogo Norbert Elias, que nos diz que não basta conhecermos os problemas, mas sim que temos de construir instituições que deem respostas a eles. E nossas instituições, tal como estão estruturadas, esgotaram suas capacidades de responder aos problemas que a sociedade coloca, estão fechadas e requerem que a sociedade participe diretamente na definição de suas mudanças e prioridades. Os sem instituições aos quais me refiro é a grande parte da população cujo acesso aos serviços que elas prestam, ou deveriam prestar com o devido respeito aos cidadãos e cidadãs, é sempre dificultado pela burocracia ou pelo mau atendimento dos servidores públicos devido a má formação cidadã que eles recebem. Com efeito, a população só tem possibilidade efetiva de definir as prioridades das instituições quando vota para os governos municipais, estaduais ou federal, não tendo ingerência alguma, de forma mais direta e participativa, na gestão delas.

O sentimento que me fez escrever essa tese, portanto, reside na responsabilidade de dar respostas à sociedade em geral, mas principalmente, aos moradores de Manguinhos, grandes parceiros na minha trajetória e na constituição do LTM. Reside, igualmente, na responsabilidade de refletir sobre o que pensamos que fizemos para contribuir com as mudanças.

Para realizar tanto o projeto do Laboratório Territorial de Manguinhos quanto esta tese, venho enfrentando o desafio de desconstruir um modo de organizar pensamentos e práticas relacionados à experiência acumulada no campo das ciências exatas e de tentar aprender, em boa parte autodidaticamente, todo um mundo conceitual-metodológico novo do campo das ciências humanas.

Assim, a construção desse percurso foi se dando por aproximações sucessivas a diversos autores e pelo diálogo não somente com colegas de trabalho, alguns dos quais tornaram-se grandes amigos e amigas, mas também - e na mesma intensidade - com moradores e ativistas dos movimentos sociais de favelas, principalmente Mangueiras. Essa outra forma de produzir conhecimento e informação foi se conformando na medida em que avançávamos na constituição de um grupo de pesquisa em torno das questões das interfaces entre produção, saúde e ambiente. Marcelo Firpo, o coordenador do grupo e meu colega e amigo, trazia os ensinamentos da ciência pós-normal, da ecologia política e da economia política, introduzindo novos conceitos, como o de comunidade ampliada de pares, para dar conta das incertezas, ignorâncias e indeterminações da ciência frente aos problemas complexos, que constituíam a abordagem ecossocial que elaborávamos à época em nosso trabalho de pesquisa.

As trocas de ideias com Carlos Minayo, colega e pesquisador do Cesteh, levaram-me a mergulhar na obra de Paulo Freire. Quando li a expressão “ser humano” pela primeira vez, estranhei. Lendo e relendo tantas vezes, e até hoje, *Pedagogia do Oprimido*, acabei por entender o que Freire queria dizer com a expressão: ser humano é vocação dos homens, uma possibilidade - não é uma coisa dada. O homem precisa ser humanizado por um processo de educação como prática da liberdade. Precisamos nos libertar do opressor que habita em nós, abrindo brechas nesse mundo e nas nossas práticas para a construção de inéditos viáveis.

Tive outro estranhamento quando minha mestra, colega e, mais que tudo, amiga Célia Leitão, em conversa sobre meu projeto de doutorado inacabado (turma 2002), me disse que a primeira coisa que devemos perguntar ao propor uma pesquisa participante é sobre os nossos interesses e os interesses dos outros em participar. Interesse!? Palavra para mim atravessada de sentidos não republicanos. Foi essa questão que me levou à Bourdieu, a ler o capítulo ‘É possível um ato desinteressado?’ do seu livro *Razões Práticas*. Sua noção de interesse acordou-me da “visão encantada, e mistificadora, das condutas humanas” (BOURDIEU, 2004, p. 137). Desde então, fiquei atenta às obras de Bourdieu, mas, só passei a compreendê-lo um pouco quando comecei a dialogar sobre ele provocada por Marize Cunha, que também me apresentou o historiador Edward Thompson e suas reflexões sobre a noção de experiência.

O livro *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*, de Bruno Latour, que me foi apresentado pelo colega, amigo, professor e orientador na minha primeira tentativa

de fazer doutorado, Jorge Machado, sedimentou as minhas convicções de que, sendo a ciência uma construção social, produzir compartilhadamente conhecimentos e informações com os sujeitos da pesquisa é uma necessidade de o próprio saber-fazer científico no campo das ciências sociais.

Encontrei, pela primeira vez, um nome para o que nos propúnhamos no LTM como caminho para a produção de conhecimento: produção compartilhada de conhecimento, noção proposta por Regina Marteleto e Víctor Valla (MARTELETO, VALLA, 2003). Entretanto, em conversas recentes com Rosely Magalhães, minha querida colega da ENSP, descobri que foi Paulo Sabrosa quem, em conversa com Eduardo Stotz e Maria Alice Pessanha Carvalho, alertou-os para o fato de que o que eles faziam era uma construção compartilhada de conhecimentos. Assim, foram eles, na prática, quem primeiro assumiram essa ideia para definir suas práticas (CARVALHO ET TAL, 2001).

Quem nos trouxe inicialmente a compreensão do território enquanto categoria central para a noção de Promoção Emancipatória da Saúde, não apenas como espaço físico, mas também como formação histórica, e suas implicações para nossa prática, foi o mestre Milton Santos. Assim, começamos a trabalhar para compreender Manguinhos, suas histórias, potencialidades e vulnerabilidades a partir da memória e da voz dos moradores, com o território sendo compreendido como uma sobreposição de contextos macros e micros, e considerando-se sempre a importância dessa compreensão na construção da equidade em saúde, um dos princípios basilares da Reforma Sanitária e do SUS.

Inesita Soares Araújo, colega, parceira e amiga, que contribuiu para a implementação do LTM nos primeiros cinco anos do projeto, mostrou-nos a importância do “contexto” e dos discursos, bem como suas implicações na construção da equidade a partir do campo da comunicação. Sua proposição do ciclo da comunicação produção-circulação-apropriação tornou-se uma referência para nossas práticas. São os diferentes contextos que determinam o acesso ou não aos recursos disponíveis na sociedade. São eles que definem as condições de produção, circulação e apropriação dos sentidos sociais, como por exemplo, as estratégias desviantes do silêncio e de silenciamento daqueles que historicamente estão em desvantagem social e de seus pontos de vista socialmente desqualificados.

O contato com a proposição da sociologia das ausências e da sociologia das emergências de Boaventura de Sousa Santos, em 2004, reforçou o que Inesita anunciava sobre a necessidade de deslocar nosso olhar para as invisibilidades, os ocultamentos e os silenciamentos das experiências e dos saberes não hegemônicos.

Paralelamente a tudo isso, havia o aprendizado sobre a Saúde Coletiva e seus desafios teórico-metodológicos e políticos na vivência institucional cotidiana com uma das maiores referências da Reforma Sanitária, o pesquisador e então presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca. Cada evento ou atividade institucional em que ele participava era uma aula teórica e prática. Esse aprendizado não se limitava a Arouca. Aprendia igualmente com tantos outros colegas que trabalham ou trabalhavam na Fiocruz, também referências no campo da Saúde Coletiva. Com alguns, com a amizade que se estabelecia, o aprendizado estendia-se para além do expediente, em reuniões e encontros nas mesas de bar.

Todo esse acúmulo levou-me a descobrir, pouco a pouco, copiando as palavras de Bourdieu, “os princípios que guiavam minha prática... Sem ser verdadeiramente inconscientes, minhas ‘escolhas’ manifestavam-se, sobretudo, pelas recusas e pelas antipatias intelectuais com frequência pouco articuladas...” (BOURDIEU, 2005, p.38).

Retomo agora, questões que me inquietavam e que estavam postas já no primeiro doutorado não concluído. Diziam respeito às assimetrias no âmbito dos processos participativos e às mediações que possibilitam construir o “inédito viável” que perseguimos, em outras palavras, a produção compartilhada de conhecimento por uma comunidade ampliada de pesquisa-ação como um caminho de afirmação da igualdade como princípio (RANCIÈRE, 2017).

Em 2012, assim escrevemos sobre nossa prática:

Os desafios são profundos para a análise das assimetrias: como construir uma objetividade coletiva que não sublima, artificialmente, as subjetividades e diferenças importantes, mas as contenha? Como coloca Latour (1997:278): “se a realidade significa alguma coisa, ela é o que “resiste” à pressão de uma força.” Podemos dizer então que a realidade é a resultante de um conjunto assimétrico de forças, pois umas prevalecem sobre as outras, e nos processos participativos as assimetrias funcionam para deslocar o centro de forças, podendo construir uma realidade diferente segundo qual força predomina e dita o curso final dos “consensos”. Um importante desafio da produção compartilhada e da formação de comunidades ampliadas de pesquisa-ação seria não somente o reconhecimento e explicitação de tais forças, relacionadas a interesses e visões de mundo, mas a possibilidade de mútua aceitação de suas legitimidades e potencialidades como base para diagnósticos de problemas e definição de prioridades (PORTO ET AL, 2012, p. 205).

A minha questão de origem, e que orienta na análise dessa trajetória, sempre foi e continua sendo a mesma: quem decide? Sobre o que decide? Como decide. Foram essas perguntas que fizeram, do ponto de vista da minha atuação profissional político-institucional,

priorizar minhas atividades em torno do princípio da participação no SUS.

Tendo essa ideia a movimentar meu saber-fazer, encontrei na expressão de Joan Martinez Alier, pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona e parceiro de pesquisa do Marcelo Firpo, “o verdadeiro poder é aquele capaz de impor o método” um reforço às minhas convicções. A essa ideia do método como exercício de poder agrega-se a assunção da igualdade como princípio e não como objetivo a ser alcançado, colocada por Jacques Rancière, através dos ensinamentos de Jacotot. Segundo o filósofo francês, Jacotot era um excêntrico pedagogo do século XIX, que desnudou a problemática da reprodução das desigualdades nessa “simples e escamoteada” inversão princípio-objetivo (RANCIÈRE, 2017). Trata-se, na verdade, de um empenho para refletir e responder sobre o que sabemos, o que não sabemos, e o que fazemos com o que sabemos. Foi essa ideia-princípio que determinou minha transição das ciências exatas às ciências sociais e, dos meus campos de atuação na Fiocruz, da área das vigilâncias para o de Promoção da Saúde. Por força desse deslocamento, vim a integrar a equipe que formulou, nucleou e implementou o LTM, no CESTEJ e na ENSP.

Todavia, o que considero efetivamente importante é discutir a democracia e problematizá-la em todas as instâncias da sociedade (instituições, movimentos sociais e suas entidades, partidos políticos, sindicatos, etc.), atendendo ao apelo do escritor português José Saramago, quando afirma:

Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa: não se discute a democracia. A democracia está aí como uma espécie de santa no altar, de quem já não se esperam milagres, mas que está aí como uma referência, uma referência: a democracia! E não se repara que a democracia em que vivemos está sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política a tirar um governo de que não se gosta e a pôr um outro de que talvez se venha a gostar. Nada mais.... Não! Onde está, então, a democracia?³

Entendo que discutir a democracia é parte das nossas tarefas no âmbito em que atuamos, institucional e acadêmico, e caminho para a consolidação dos princípios do SUS inscritos na Constituição brasileira, tendo por meta criar as condições necessárias para que o exercício democrático seja pleno. É com essa perspectiva que acredito que o caminho metodológico da produção compartilhada de conhecimentos por Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação que propomos pode, de fato, contribuir para a construção de alternativas

³ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=m1nePkOAM4w>. Acesso em: 01 dez. 2012

mais democráticas. Reafirmando a ideia de Arouca da Reforma Sanitária como processo civilizatório e o lema da VIII Conferência Nacional de Saúde “Saúde é Democracia”, podemos, sem dúvida, pensar na contribuição do setor saúde para a promoção da saúde da democracia em nosso país.

Esta tese foi escrita como fechamento de meu ciclo de produção enquanto servidora pública, como uma prestação de contas à sociedade. A partir das reflexões como uma das artesãs da trajetória do LTM, fiz dessa tese uma interpretação mais pessoal do trabalho realizado do que uma sistematização paradigmática. Esse é o significado que pretendo conferir a ela, o de uma narrativa sobre um percurso, buscando atribuir sentidos ao que foi realizado. Este realizado deve ser entendido como abertura ao outro, como possibilidade de aliar teoria e ação, como um trabalho artesanal de operar conceitos a partir da realidade concreta colocada pelas necessidades sócio históricas do nosso tempo. Um deles, por exemplo, é refletir sobre a contribuição do nosso trabalho para a ressignificação da participação no SUS, tendo por base as experiências compartilhadas no Laboratório Territorial de Manguinhos - LTM.

Acredito que os caminhos emancipatórios só são encontrados quando andamos uns ao lado dos outros. Esse é o sentido do meu modo de estar no mundo, esse é o sentido que buscamos dar ao modo de trabalho da CAP: andar ao lado para transfazer o mundo. Andar ao lado, no sentido de geografizar nossa posição nas relações de troca.

Assim, damos à CAP – LTM o sentido de uma Rede de Pessoas-Lugares-Territórios. Assim reconhecemos-nos.

Os processos criativos de cada CAP, que deram e dão vida à experiência do LTM, são constituídos por meio de uma rede que permite a produção compartilhada, uma forma de coautoria que é apagada na produção acadêmica, centrada numa visão elitista e individualizada de autoria e reconhecimento. Numa outra perspectiva, propomos um trabalho coletivo que se produz nesta tessitura de conhecimentos, práticas, afetos e afetações que, a despeito de serem apagados na forma acadêmica, não são apagados na memória de quem se enreda na rede.

Recupero a memória dessa Rede como um registro do trabalho coletivo, que permitiu que ela acontecesse, para afirmar a tessitura coletiva da produção de práticas e saberes construídos pelo LTM em sua trajetória, para afirmar um fazer que é feito por pessoas em suas posições sociais e institucionais.

Fizemos das CAP do LTM, com todos que dela participaram e participam, um espaço

de encontro entre seres de fronteiras – moradores e pesquisadores, deslimitando territórios e hibridizando lugares e papéis num permanente exercício de alteridade e solidariedade. Buscamos, juntos, transformar as assimetrias que percorrem a relação pesquisador-morador e engendrar outras possibilidades.

Fomos construindo uma qualidade de presenças em nosso estar no cotidiano do território. Uma qualidade de escuta e cultivo de uma sensibilidade, que se faz possível na convivência do dia-a-dia do lugar e dos lugares que ocupamos. A vida cotidiana assim torna-se, pelo encontro de nossas diferenças, um espaço de cultivo e criação de novos saberes e afetos e produção de vida, construídos a partir da confiança conquistada mutuamente. Esse é o sentido do nosso trabalho como um processo ético-poético-político. Assim, toda vida é – num sentido profundo e sistematicamente desprezado pela objetividade científica – poesia, criatividade, presença e também silêncio.

Essa Rede foi urdida ao longo dos últimos anos, por muitas pessoas de muitos lugares e territórios – do conhecimento, geográficos, institucionais, simbólicos e culturais. Por isso, abro essa tese por uma lembrança daquelas e daqueles que estiveram e ainda estão juntos nesse caminhar. Foram muitos os que erigiram o Laboratório Territorial de Manguinhos:

Os pesquisadores Marcelo Firpo, Lenira Zancan e Marize Cunha, da ENSP, e Jairo Freitas, da EPSJV, e as moradoras de Manguinhos, Consuelo Nascimento, Isabel Cristina Martins, Fabiana Melo Sousa e Gleide Guimarães.

Os colegas de Fiocruz: Jorge Machado, Leandra Gomes, Mário Dimas e Renata Ruiz da CST/ Programa FIOCRUZ Saudável; Cristina Araripe, Carlos Roberto Barbosa Vieira, Neila Guimarães Alves; Marcelo Bessa, Telma Frutuoso, Cristiane Braga, Tarcísio de Souza, Gregório Albuquerque, da EPSJV; Tania Fernandes, Renato Gama-Rosa, Vania Rocha, Mercês Vasconcellos e Paula Bonatto, da COC; Inesita Araújo, Mônica Magalhães e Renata Gracie, do ICICT; Angélica Silva e Márcia Corrêa, do Canal Saúde; Mariza Almeida, Jorge Castro, Roberta Gondim de Oliveira e Sérgio Ramos da ENSP.

As e os Provocadinhos, como carinhosamente chamávamos os jovens que participaram do PROVOC DLIS/LTM entre 2003 a 2014, nas 11 turmas do programa, em sua grande maioria moradores de Manguinhos, mas também da Maré: Aline da Silva, Bruno Aparecido Lyra de Oliveira, Danielli Rodrigues de Araújo, Jeferson B. Mendonça, Jorge Alan Batista da Conceição, Liriane Ferreira da Paixão, Luana Carla de Lima Pereira, Ludmila Cardoso Oliveira Almeida, Marcos Felipe Soares Silva, Michelle Soares Silva, Paulo Guilherme Pereira Florência, Samuel Evangelista Sant’Anna, Silvana Nascimento

Modesto, Tiago Soares Macedo, Wagner Lyra Martins, Jessica Barbosa, Diego de Oliveira Freitas, Joice Bento dos Santos, Fábio Pessoa da Silva, Pablo Ramos de Melo, Camila Barbosa de Lima, Douglas Silva Ferreira, Luciene Santos Félix Ferreira, Maria Clotilde Freire, Sara Barbosa Alves de Lima, Stephanny Bernardes de Castro, William Fernandes de Sousa, Maria de Lourdes Ponciano, Gizelly Ferreira de Souza, Michelle de Oliveira, Kiscila de Assis, Victor Ladeira, Fabiana Santos, Andressa Miranda, Fernanda Albuquerque e Jailson F. do Nascimento.

Os parceiros e parceiras, que ao longo da trajetória do LTM estiveram conosco de diferentes maneiras: Alan Brum Pinheiro, do Instituto Raízes em Movimento do Complexo do Alemão; Claudia Trindade, doutoranda da UFF e pesquisadora visitante da COC; Carlos Machado de Freitas, do CESTEHE; Rosely Magalhães e José Wellington Araújo, do DENSP; Mirna Teixeira, do DAPS; Else Gribel, Celina Boga e Eliane Vianna, do CSEGSF; a Associação de Servidores da FIOCRUZ – ASFOC; Mayalu Mattos, da ENSP; Yvone Costa de Souza, da Creche FIOCRUZ; Lucineide Martins, do CESTEHE; Ivam da Silva Cruz, design e morador de Manguinhos; Elyne Engstrom e Isabella Koster, do Teias Escola Manguinhos; Itamar Silva, do IBASE; André Luiz Carvalho Cardoso, da UERJ e da UNISUAM; Éric Alves Gallo, graduando da UNISUAM; Gustavo Tavares, graduando da FEN/UERJ; Maria Lúcia de Pontes e João Helvécio, do NUTH-Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; José Stelberto do Sindicato dos Engenheiros e do Clube de Engenharia; Pablo Benetti, da FAU-UFRJ; Nilton e Leila, da Moleque de Ideias; Rachel Barros, educadora e moradora de Manguinhos; Laís Schmidt, Viviani Cristina Costa e Andressa Piccolí, mestrandas da ENSP; José Leonídio Madureira, Márcio Gerônimo, Ubirajara, Patrícia Vieira e Elizabeth Campos, da Rede CCAP - Manguinhos; Eloísa Domingues e Rosane de Andrade M. Moreno, do IBGE; Professor Cláudio Vaz Coelho, do Colégio Estadual Clóvis Monteiro – Manguinhos.

As e os bolsistas: Danielle Brasiliense, Graziela Barros, Rosaria de Souza Hermenegildo, Sílvio Cesar Alves Rodrigues, Rafael da Silva, Anastácia dos Santos, Antonio Oscar, Raphael Calazans, bolsistas PIBIC; Bruno Milanez, pesquisador visitante CNPq/CESTEHE; Wilson Borges, pesquisador visitante ICICT; Silvia Reis, Viviane Nonato, Creise Esteves, Maia Matida e Marina Fasanello, bolsistas ENSP/LTM.

As moradoras e moradores de Manguinhos, que de maneira muito próxima e afetiva sempre estão conosco em diferentes espaços de diálogo e de construção continuada do LTM: Dona Jane Camilo, Roberto Brandão, Darcília Alves, Elenice Pessoa, Patrícia Evangelista,

José Beserra, Gilson Alves, Dona Geralda da Paz, Eliene Vieira, Monique Cruz, Fabio Monteiro, Patrícia de Oliveira, Anastácia dos Santos, Ludmila Cardoso, Túria de Souza, Maria Helena de Souza, Fatinha da Varginha, Norma Maria, Rogério Lima da Silva, Diego Ignácio, Maria de Fatima Lourenço, Fran Campos, Eloína dos Santos, Luiz Soares, Simone Quintella, Maria Abreu, Maria Celeste do Nascimento, Maria Aparecida Guimarães, André Lima, Rachel Barros, Fransérgio Goulart. E mais outras tantas pessoas que estiveram conosco nas oficinas, nas ruas, becos, vielas.

As moradoras e moradores do Alemão: Raphael Calazans, Renata Trajano, Davi Amen, Raull Santiago, Helcimar Lopes.

As moradoras e moradores da Rocinha: Arley Macedo, Camila Perez, Augusto Pereira, Cleber de Araújo, José Ricardo Ferreira, Robson Melo e Ritinha da Dionéia.

A Mônica Francisco, pesquisadora e dinamizadora das nossas oficinas. Parceira sempre presente, mobiliza nossos afetos alegres, dando potência ao que fazemos juntos. Ensina-me, na prática, o que Oswald de Andrade filosofou: a alegria é a prova dos nove. Mônica, quero viver dentro do teu abraço.

A Rede significa e dá sentido à produção compartilhada de conhecimentos pelas Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação, assim como define a qualidade reflexiva do que produzimos coletivamente.

1. INTRODUÇÃO: A METODOLOGIA DAS COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA- AÇÃO COMO TEMA DE REFLEXÃO

A Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (CAP), desenvolvida pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) como dispositivo metodológico de pesquisa no campo da Saúde Coletiva, é tomada nesta tese como objeto de sistematização e reflexão crítica.

A reflexão metodológica é um eixo estruturante da trajetória do LTM, e foram os desafios colocados por essa trajetória que nos levaram a propor o projeto “Método CAP: dispositivo de produção compartilhada e difusão de conhecimento”⁴, no período 2018-2020. O referido projeto implicou que revisitássemos toda a trajetória do LTM de modo a produzirmos análises e reflexões críticas sobre os caminhos trilhados, que subsidiassem a elaboração da CAP como uma metodologia de produção compartilhada de conhecimentos. No projeto, procuramos analisar as práticas que experimentamos nos espaços do cotidiano das CAPs para acompanhar a dinamicidade do território e produzir, fazer circular e contribuir para a apropriação de conhecimentos e informações. Nossa intenção era elaborar uma reflexão sobre as CAPs como uma rede de interrogação território-pessoas-lugares, para a produção compartilhada de conhecimentos. Pretendíamos, igualmente, construir movimentos na interação com o território, trabalhando com os agentes sociais e constituindo dinâmicas de produção, circulação e apropriação que vão transbordando sob a forma de ciclos em espiral.

A particularidade do projeto Método CAP reside no fato de promovermos a realização de Itinerários CAP em diferentes contextos para, de forma sistemática, observarmos as potencialidades e necessidades de ajustes da metodologia. Para a sistematização da metodologia, realizamos itinerários temáticos em duas favelas da cidade do Rio de Janeiro: Manguinhos e Rocinha, na primeira sendo tomada a temática do sofrimento social e na segunda a temática da saúde da mulher. Esta última temática foi desenvolvida no âmbito da pesquisa de uma aluna do mestrado acadêmico em Saúde Pública da ENSP. A presente tese de doutorado, portanto, foi parte integrante deste projeto, voltando-se mais especialmente para a análise da metodologia das Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação.

⁴ Projeto financiado pelo Programa Inova Fiocruz - Produtos Inovadores - Chamada para submissão de propostas Nº 4/2018. Sua finalização estava prevista para dezembro de 2020, mas foi adiada para maio de 2021, em função da pandemia por Covid-19. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz, sob o parecer nº 3.334.114, de maio de 2019.

A tese – enquanto sistematização e reflexão crítica de uma experiência que teve lugar entre 2003 e 2020, em que vimos experimentando diferentes formatos e dinâmicas de comunidades ampliadas de pesquisa-ação, no âmbito do LTM – resulta de um trabalho que entrelaça, nesse longo período, elementos teóricos e modos de operar distintos. Eles são derivados, cabe salientar, da apropriação que se faz dos conceitos e de teorias, e que apresenta a dinâmica própria da capacidade criativa dos participantes do processo. Essa dinâmica é cíclica, isto é, os avanços implicam em retornos e revisões, e está em consonância com os princípios da sistematização de experiência proposto por Oscar Jara (2014; 2018). Assim, vejo a trajetória do LTM e as minhas contribuições a essa trajetória como resultado de aproximações, e distanciamentos, com vários autores, para uma reflexão à luz das minhas próprias experiências e aprendizados.

A particularidade da tese consiste em considerar a sistematização de experiências como caminho de produção de conhecimentos a partir da trajetória do LTM com as CAPs. Ela propõe refletir criticamente sobre um método que foi concebido a partir de dois princípios centrais de natureza tanto ética como política – o da autonomia e o da participação. Com efeito, tal método foi pensado e cultivado como exercício dos princípios da autonomia, individual e coletiva, e da participação, sendo mediado pela produção compartilhada de conhecimentos sobre o território e seus processos de determinação socioambiental da saúde.

Buscamos sistematizar a experiência dos diferentes movimentos das CAPs do LTM e refletir na perspectiva colocada por Oscar Jara, que propõe a sistematização da experiência como caminho metodológico de produção de conhecimentos a partir da prática em que a própria experiência é o ponto de partida. Nesse sentido, não se pode sistematizar o que não se experimentou, afirma o autor.

A experiência que busco sistematizar aqui se inicia com a concepção da ideia do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) como “espaço” institucional de pesquisa e intervenção e campo de práticas de uma Promoção Emancipatória da Saúde (PES), tendo como dispositivo metodológico a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (PORTO, PIVETTA, 2009, PORTO ET AL, 2016). Envolvendo diversas áreas do conhecimento, o LTM agrega pesquisadores de diferentes departamentos da ENSP e de outras unidades da Fiocruz e fundamentalmente moradores dos territórios onde atuamos, além de bolsistas, pesquisadores visitantes, etc.. Conta ainda com as participações pontuais de profissionais de outras instituições. Sua implementação teve origem na parceria da ENSP com a Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), a Casa de Oswaldo Cruz (COC) e o

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). Constituído como um programa de investigação e extensão, seu processo de instalação foi iniciado em maio de 2002, integrado ao Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS Manguinhos⁵ e ao Programa FIOCRUZ SAUDÁVEL⁶. Desde então, atuamos no campo conceitual e de práxis da Promoção da Saúde na interface com a saúde e ambiente e os direitos humanos. Um panorama da trajetória do LTM é apresentado na parte 2.1 do capítulo 1 (PIVETTA, 2002; PORTO, PIVETTA, 2009).

A Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação como dispositivo metodológico foi assumindo múltiplos sentidos ao longo da experiência do LTM. O sentido mais amplo que damos à CAP é de ser um espaço de produção compartilhada de conhecimentos e informações sobre o território, a partir do encontro dos saberes dos moradores e moradoras com os saberes dos pesquisadores e pesquisadoras acadêmicos em torno de questões e situações-problema priorizadas, enfrentadas e atualizadas pelos trabalhos do LTM em seus diversos projetos e ciclos. A CAP é tomada, nessa perspectiva, como espaço de aproximação com o território proporcionado pelo encontro entre moradores e pesquisadores, com seus conhecimentos e experiências, aproximando, de uma forma efetiva, as instituições, no caso a Fiocruz, das necessidades da população.

A CAP, portanto, propõe-se a ser um espaço de mediação, lugar de fronteiras, de encontros do saber formal da ciência, da pesquisa, com o saber comum, situado e popular, da experiência dos que vivem e trabalham nesses territórios (CUNHA ET AL, 2018). Estabeleceu-se, assim, uma rede entre pessoas e um elo com redes mais amplas do território e da cidade, na medida em que se conecta a pessoas e coletivos de outros lugares, bem como

⁵ O Programa DLIS-Manguinhos foi uma iniciativa de formulação de ações integradas de saúde, educação, geração de trabalho e renda, habitação e saneamento, entre outras, junto às comunidades de Manguinhos, através da implementação de parcerias entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e a Miséria (COEP). Suas principais estratégias foram a mobilização das lideranças locais através do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e a elaboração do Guia de Equipamentos e Iniciativas Sociais, visando à identificação e à discussão dos projetos e propostas em curso na área e, finalmente, a constituição do Fórum Regional *Acorda Manguinhos* e a elaboração de uma agenda integrada em resposta às demandas e necessidades locais. Essa iniciativa mobilizou departamentos e projetos em desenvolvimento na ENSP entre 1998 e 2004 e acarretou a ampliação de ações no campo da promoção da saúde e da cooperação social na Fiocruz (BUSS, 2000).

⁶ Programa de gestão institucional, criado em 1998, de integração entre saúde e ambiente nas várias unidades que compõem a Fiocruz, e conjuga interdisciplinarmente suas áreas de Saúde do Trabalhador, Biossegurança, Saneamento e Ecologia. Atualmente, encontra-se sob a responsabilidade da Coordenação de Saúde do Trabalhador. Mais informações disponíveis no link http://www.cogepe.fiocruz.br/?i=saude_do_trabalhador&p=conhe%C3%A7a_a_cst. Acesso em: 08 fev. 2021.

com diferentes instituições, visando o diálogo e a construção de respostas aos problemas. No entanto, a CAP é também espaço de emergência das invisibilidades das situações cotidianas vividas pela população, que não são passíveis de visibilização por outras formas de produção de conhecimentos (PIVETTA ET AL, 2018).

Em síntese, a CAP é um espaço de legitimação e validação dos conhecimentos produzidos pelo e com o território. O diálogo, como nos ensina Paulo Freire, é um critério de verdade. Desse modo, a CAP é um espaço de validação dos conhecimentos trazidos pelos moradores e moradoras por meio de testemunhos e narrativas, que derivam de suas experiências de vida, de seus esforços de pensar para agir na vida cotidiana, de suas lutas. Destarte, por meio desses conhecimentos, a CAP torna possível a construção de práticas emancipatórias de promoção da saúde, que estimulem a autonomia de todos e todas que dela participam.

Enfim, a CAP representa um caminho para dar qualidade aos conhecimentos e às informações sobre o território, na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde. E se conhecimento é poder, podemos dizer então que a CAP também alimenta a redistribuição de poder na sociedade, resignificando a participação popular nos processos de decisão de políticas públicas, particularmente nas políticas de saúde pública, contribuindo para melhorar o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS.

Questões e Objetivos da Pesquisa

O campo da Promoção da Saúde em que atuamos, cuja institucionalização no Brasil se inicia na década de 1990, é um campo de disputas entre dois projetos – o projeto emancipatório e o projeto comportamental ou de controle dos cidadãos. No âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS), a participação – embora seja extensa e amplamente assumida no texto, em particular no tema transversal III - produção de saúde e cuidado, que invoca a relação entre saúde, participação e produção de conhecimentos – prioriza claramente, em seus planos de ação, a dimensão individual dos hábitos e comportamentos das pessoas (PORTO ET AL, 2016 (a)).

Nesse contexto, o LTM vem contribuindo com a implementação de um projeto emancipatório de PS, construindo suas bases conceituais e metodológicas para uma Promoção Emancipatória da Saúde (PES) a partir da abordagem da Determinação Social da

Saúde e da Educação Popular (PORTO, PIVETTA, 2009; PORTO ET AL, 2016 (a), 2015, 2012; CUNHA ET AL, 2015). Abordamos os referenciais da PES nos capítulos 2 e 4.

Assumimos como problema refletir sobre o método de produção de conhecimentos no campo da Saúde Coletiva, que elabore e construa respostas às necessidades e prioridades da sociedade, em conjunto com os diferentes grupos sociais, levando em conta suas diferenças, diversidades, necessidades e potencialidades.

Fazemos da trajetória do LTM o campo empírico da pesquisa, enquanto sistematização dessa experiência como uma reflexão crítica sobre o Método CAP, tendo como pressupostos as bases conceituais-metodológicas sugeridas por Oscar Jara Holliday. Este educador popular e sociólogo de dupla nacionalidade, peruano e costarriquenho, mais conhecido como Oscar Jara, vem desenvolvendo desde 1996 sua proposição da sistematização de experiência como proposta metodológica de produção de conhecimentos. Ele tornou-se a principal referência desse campo de trabalho. São as publicações peruana e colombiana – as duas versões atualizadas da sua proposta, intitulada “La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles” – que referenciam esta pesquisa (JARA, 2014; 2018). O autor vê a sistematização como reflexão crítica, como condição de possibilidade de compreender teoricamente a particularidade da nossa experiência e como fonte de aprendizado daquilo de que nos apropriamos ao longo do caminho. Nesse sentido, a sistematização como reflexão crítica não se confunde com uma reconstituição histórica da experiência, embora dela não prescindamos para compreendê-la (JARA, 2018).

Baseadas na nossa trajetória, colocamos como questões de pesquisa desta tese aquilo que constitui um olhar crítico sobre o vivido, explorando novos vínculos entre teoria e prática, capazes de produzir novos conhecimentos. Buscamos responder tais questões nos capítulos 3, 4 e 5, que compõem o núcleo de reflexão crítica sobre a metodologia CAP, objeto precípuo da tese.

A primeira questão pode ser assim formulada: de que maneira o método CAP contribui com o campo da Saúde Coletiva para a ampliação dos conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde em favelas, para a construção de uma política emancipatória de promoção da saúde como parte de um projeto democrático de cidade? Buscamos responder a essa questão no capítulo 3, no qual propomos caminhos para elaborar uma visão compreensiva do território e discutimos os processos de DSS nas favelas, identificados em nossas pesquisas. Estão implicados nesta questão pelo menos três aspectos:

- a) O desafio do setor saúde para dialogar com a utopia da cidade democrática, colaborando assim para um projeto emancipatório de Promoção da Saúde que se contraponha ao projeto regulatório da PS e que desconstrua o projeto higienista, que referencia os projetos atuais de cidade como cidade-mercadoria;
- b) Uma reflexão crítica sobre a cidade e seus diferentes territórios, em particular os das favelas e periferias, para compreender seus processos de determinação socioambiental da saúde e suas potencialidades para a elaboração das respostas aos problemas;
- c) Os desafios metodológicos para a produção de conhecimentos que possam provocar as mudanças necessárias frente às desigualdades e iniquidades em saúde.

A segunda questão trabalhada na tese tem a ver com a seguinte pergunta: de que maneira o diálogo com as proposições de Oddone e colaboradores no contexto do Movimento Operário Italiano (MOI), uma experiência histórica no campo da Saúde do Trabalhador, contribui para a reflexão da CAP-LTM como método de produção de conhecimentos e sobre as formas de aproximação com o território? Essa discussão, que corresponde ao capítulo 4 da tese, possibilita dialogar com as áreas de saúde do trabalhador e saúde e ambiente que formam as bases institucionais e acadêmicas do Cesteh, departamento da ENSP/Fiocruz no qual estou inserida. O capítulo sistematiza as estratégias de aproximação com o território, as configurações que as CAP vão assumindo ao longo da trajetória do LTM, bem como os conceitos operativos para compreender os espaços gerados na organização das comunidades ampliadas de pesquisa num dado território.

Na medida em que dialogávamos sobre como aplicar essa experiência intramuros da fábrica a um espaço mais amplo da cidade, no caso a favela, vêm à tona e são problematizados temas como a comunicação e noções de experiência, apropriação-reapropriação, validação consensual e sistema local de informação propostos por Oddone e colaboradores, no diálogo com o território. Decorrem desse diálogo reflexões sobre a questão da comunicação e da linguagem, tanto nas formas de nos aproximarmos de territórios de favelas, quanto da importância dos conhecimentos e das habilidades artísticas e técnicas dos moradores na produção, sistematização e circulação do conhecimento, considerando a diversidade dos agentes sociais com os quais queremos nos comunicar nesses lugares da cidade.

A terceira questão enfocada na tese, e tratada no capítulo 5, diz respeito às nossas indagações concernentes às práticas artesanais cotidianas que possibilitam o diálogo

continuado com o território. Discutimos como tais práticas mobilizam diversos agentes sociais e acionam múltiplas ferramentas de produção, circulação e apropriação de conhecimentos, na implementação dos itinerários temáticos das CAPs para a compreensão de uma dada situação-problema colocada pelo território. Nesse sentido, a pergunta que buscamos responder é que estratégias, dinâmicas, atividades e produções que desenvolvemos para a produção de conhecimentos sobre uma determinada situação-problema proposta pelo território constituem os movimentos dialógicos que vão dar sentido à ideia do compartilhar que estrutura e particulariza a metodologia? Entendemos como práticas cotidianas o estar junto na vida ordinária do território, vivenciada como experiências por aqueles que nele habitam e circulam. São essas práticas e experiências que criam as possibilidades de produzir compartilhadamente conhecimentos para a ação.

Estas três questões definem o objetivo geral de nossa proposta de tese enquanto uma reflexão crítica sobre o método, assentada numa análise objetiva do percurso trilhado com as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação. Trata-se, assim, de uma metodologia de pesquisa voltada à produção de conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde, tendo as experiências do Laboratório Territorial de Manguinhos na favela como contexto empírico.

Justificativas e Relevância da Pesquisa

A relevância desta pesquisa localiza-se em três dimensões ou campos de nossa atuação: o LTM enquanto programa institucional de extensão da Fiocruz; o campo acadêmico, especialmente o da saúde coletiva e a área de promoção da saúde; e os territórios de favelas enquanto possibilidade de práticas comunitárias de produção de conhecimentos voltadas à autonomia e à participação.

Este trabalho, ao se debruçar sobre os dezessete anos da trajetória do LTM para propor o Método CAP, contribui com uma sistematização teórico-metodológica crítica acerca dessa experiência. Ademais, ele cumpre a tarefa de sistematizar a reflexão sobre as práticas do LTM, com base no que nos propusemos inicialmente como Promoção Emancipatória da Saúde, e o que esta trajetória de produção compartilhada de conhecimentos com as CAPs nos ensinou e nos colocou como potencialidades e desafios acerca da compreensão dos processos de determinação socioambiental da saúde na favela, particularmente Manguinhos. Revisita as proposições que deram origem ao LTM e atualiza

as reflexões ao longo do tempo, dando visibilidade aos diálogos com muitos parceiros e movimentos do território, que fizeram e fazem da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação uma rede de pessoas-território-lugares, e dão vida ao que nomeamos de produção compartilhada de conhecimentos. Em outras palavras, colabora para dar visibilidade às relações dialógicas estabelecidas na construção do conhecimento e o quanto conseguimos agregar da polifonia do território nas CAPs, enquanto pressuposto do Método CAP. Em nosso horizonte, pensamos a CAP como estratégia de diminuição das desigualdades e das assimetrias na produção e na circulação do conhecimento e da informação para a construção de uma sociedade mais democrática.

No campo acadêmico, particularmente o da Saúde Coletiva, a pesquisa, além de fortalecer a dimensão metodológica, traz novos subsídios aos conhecimentos sobre os processos de determinação social da saúde que impactam territórios submetidos à intensa vulnerabilização como as favelas. Traz, assim, para o debate dimensões acerca das condições de vida e de saúde nesses lugares, que são invisibilizados no pensamento hegemônico (PIVETTA ET AL, 2018), colocando, para o campo da Saúde Coletiva, o desafio de compreender os processos geradores de invisibilidades como fenômenos da determinação da saúde nesses territórios marcados pela segregação social, espacial e simbólica, e o de construir caminhos para falar e identificar as inúmeras formas de violências invisíveis que atravessam o cotidiano dos moradores de favela. Essa invisibilização deixa clara, do ponto de vista conceitual e metodológico, a necessidade de uma epistemologia crítica como alternativa para a produção de conhecimento, que supere o fosso existente entre, de um lado, o plano macroestrutural e coletivo, e, de outro, as condições e potencialidades dos sujeitos em planos mais pessoais e comunitários, vinculados ao cotidiano e ao lugar. Tal perspectiva reconhece que os problemas de saúde e sua determinação socioambiental são complexos e multidimensionais, pois envolvem simultaneamente questões sociais, políticas, econômicas, culturais e biológicas, entre outras, o que implica aceitar uma pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas legítimas (PORTO ET AL, 2014 (a)). Em síntese, ela permite pensar outras possibilidades teórico-metodológicas para equacionar as relações entre estrutura e ação.

A produção de conhecimento e a participação estão colocadas como dimensões-chaves na promoção da saúde (PS), tal como reconhecido de diversas formas na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS) (BRASIL, 2014), campo em que esta pesquisa se insere. Logo em sua introdução, a PNaPS assume que a PS deve apontar para “o

desenvolvimento de políticas públicas e para a produção e disseminação de conhecimentos e práticas de saúde de forma compartilhada e participativa”. No documento, o tema transversal III - produção de saúde e cuidado explicita a relação entre saúde, participação e produção de conhecimento, assumindo a centralidade da participação.

Ao mostrar que caminhos alternativos de fomento à participação, não só necessários, mas possíveis, a pesquisa adquire uma relevância política para o campo da Saúde Coletiva, bem como para os territórios de favelas. Ela coloca em evidência a disputa, mas também os possíveis diálogos, entre o projeto emancipatório e o projeto regulatório da PS no interior do próprio setor saúde.

Um dos desafios que atinge a Atenção Primária de Saúde (APS) atualmente situa-se no desencontro entre a dinamicidade de territórios submetidos a processos de vulnerabilização, em especial aqueles que passam por mudanças associadas a grandes políticas ou projetos de urbanização, e a refração da APS a essa dinamicidade, considerando a sua estrutura e sua dinâmica organizacional. Para enfrentar esse desencontro são necessárias novas metodologias de produção de conhecimento e informação, capazes de incorporar a dinamicidade da situação de saúde dos territórios e seus processos de determinação, recorrendo à ampliação da participação de diferentes agentes sociais na produção do conhecimento e a canais mais ágeis para a circulação e a troca de informações que informem as decisões cotidianas dos serviços de saúde (CUNHA ET AL, 2018). Em outras palavras, cumpre dar visibilidade tanto aos processos desumanizadores de determinação social da saúde quanto às potencialidades e às respostas aos problemas dadas pelos moradores de favelas.

Visamos assim contribuir, na perspectiva acadêmica, com as reflexões acerca da produção de conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde no campo da Saúde Coletiva, e, na perspectiva política, com as práticas de elaboração e implementação das políticas públicas de saúde. Em outras palavras, nossa intenção é agregar conhecimentos para a ressignificação da participação popular e comunitária no espaço da gestão institucional, no espaço acadêmico da produção de conhecimento e no espaço social. Neste último, disputamos o sentido da autonomia e da emancipação frente ao discurso neoliberal do empreendedorismo. Como já escrevemos anteriormente, almejamos somar esforços para dar consequência à dimensão instituinte como compromisso da Reforma Sanitária com o processo de construção permanente dos sujeitos políticos da Reforma e das instituições. Nosso objetivo é, enfim, e em consonância com a dinamicidade dos processos

cotidianos nos territórios, fazer da CAP um espaço efetivo de ressignificação da participação no SUS.

2. A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COMO CAMINHO METODOLÓGICO

Para elaborar as reflexões sobre a experiência do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) com Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação (CAPs), na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde (PES), inspiramo-nos na metodologia da sistematização de experiência proposta por Oscar Jara. Para ele, a sistematização de experiência é uma modalidade de produção de conhecimento, uma estratégia de produzir conhecimento sobre nossa própria prática social (JARA, 2014; 2018).

A ideia de sistematização de experiência que perseguimos encerra em si o objetivo mais amplo de realizar uma reflexão crítica acerca da nossa trajetória, recuperando o caminho percorrido para objetiva-lo. Visamos, com isso compreender as contribuições que essa experiência coloca para repensarmos a Promoção Emancipatória da Saúde e a ressignificação da participação popular no SUS, pontos de partida da nossa aventura profissional, acadêmica e social de constituir o LTM como um projeto acadêmico de pesquisa-ação, no âmbito dos programas de extensão da Fiocruz junto a favelas cariocas, em particular Manguinhos.

Como evidenciamos a seguir, na parte 2.1 deste capítulo, desenvolvemos diferentes configurações de Comunidades Ampliadas de Pesquisa no curso da história do LTM, sempre de acordo com as situações-problemas colocadas pelo território, os problemas de pesquisa e as áreas de conhecimento envolvidas. É essa experiência do LTM com as CAPs que buscamos sistematizar na perspectiva colocada por Oscar Jara, isto é, a sistematização de experiências como caminho metodológico de produção de conhecimento a partir da prática em que a própria experiência é o ponto de partida.

Para Oscar Jara, a sistematização de experiências é uma “espiral virtuosa ação-reflexão-ação”, (JARA, 2014, p.26), e que, ao ser pensada como tarefa reservada a especialistas, nos impede de aprender com as nossas práticas. A ideia de espiral virtuosa movimenta o cotidiano do LTM na constituição das Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação, cujo trabalho é estruturado com base em ciclos de comunicação envolvendo a produção, circulação e apropriação de conhecimentos sobre dada temática do território. As reflexões em torno de cada ciclo de uma CAP desdobram-se em uma sistematização de nossa prática cotidiana, materializada em diferentes atividades de avaliação dessas práticas e sistematizadas na forma de conhecimentos e informações em diferentes materiais político-

pedagógicos e publicações científicas, conformando a espiral virtuosa de produção-circulação-apropriação do LTM (PORTO ET AL, 2012; ZANCAN ET AL, 2014; PORTO ET AL, 2016; PIVETTA ET AL, 2016 (a); CUNHA ET AL, 2018; PIVETTA ET AL, 2018).

De acordo com Jara, temos várias razões para apreciar nossas experiências. A primeira delas é porque uma experiência significativa nos afeta e precisamos saber o que fazer com essa afetação. Um dos caminhos é nos debruçarmos sobre ela, fazendo um exercício de reflexão crítica.

A experiência primordial de afetação é parte integrante do caminho do LTM desde sua formação, especialmente em função de sua aposta de trazer os moradores, em particular os jovens, para dentro da formação do Laboratório. A interlocução habitual e no âmbito de um trabalho mergulhado no território era, e ainda é, um elemento de regular afetação, estimulando-nos ao exercício diário de refletir sobre as situações que envolvem o lugar, seus moradores, mas também, e algumas vezes principalmente, sobre nossa relação com os moradores participantes do LTM, e suas vidas. Falamos do afeto e afecções em todos os sentidos que a experiência humana encerra, manifestados em cuidados, compaixão, amorosidade, solidariedade, empatia e conhecimentos. A problematização conceitual-metodológica do afeto é assumida como uma das incompletudes na nossa trajetória, que abordamos no capítulo 6.

Outra razão muito cara para nós do LTM é fazer da nossa própria prática de pesquisa um tema de reflexão teórico-metodológica, exercitando a sistematização como espiral virtuosa ação-reflexão-ação no trabalho cotidiano das CAP, em reuniões, grupos de estudo, etc. Isso nos leva a compreender que

(...) somos acumulação de intercâmbios de saberes que vão se forjando em nossos encontros comunitários. Vemos na sistematização o ponto de partida para irmos nos dando conta do aprendido, em que nos equivocamos e o que queremos reforçar, e daí nossa teoria se converte na documentação da nossa experiência (JARA, 2014, p.13).

O autor destaca que a sistematização de experiências é um conceito em construção. Trata-se, em sua essência, de uma proposta político-metodológica, na medida em que implica, entre outros aspectos, um caminho de desaprender e reaprender, em que os sujeitos envolvidos nas experiências são artesãos da mudança em suas diferentes formas, métodos e expressões para comunicar saberes produzidos pelo diálogo em outras formas de produzir conhecimentos.

As experiências que essa metodologia tem por objeto “são processos históricos dinâmicos e complexos, pessoais e coletivos nos quais intervêm diferentes atores e que acontecem em um contexto econômico, social e cultural determinado, e em situações organizativas ou institucionais particulares” (JARA, 2018, p. 52-53). Por conseguinte, não envolvem apenas uma sucessão de fatos ou coisas que acontecem, mas também um

(...) entramado complejo, multidimensional y pluridireccional de factores objetivos y subjetivos que constituye lo que llamamos “experiencia”, no hay simplemente hechos y cosas que “suceden”; hay personas que hacemos que ellos ocurran y que nos impacten: personas que pensamos, que sentimos, que vivimos, que hacemos que esos hechos acontezcan en contextos y situaciones determinadas y que al hacerlo se convierten en nuevas experiencias que construyen, a su vez, nuevos contextos, situaciones, emociones y relaciones, en una dinámica histórica de vinculaciones y movimientos que nunca concluye (JARA, 2014, p. 89).⁷

Ainda de acordo com o autor, aprender com a própria experiência requer curiosidade epistemológica e rigor do método de modo que o saber produzido pela experiência seja convertido, por meio da problematização, em um saber crítico (JARA, 2018, p.55).

O “rigor metódico” assinalado por Jara nos indica que para alcançar esse conhecimento crítico devemos tomar um distanciamento da experiência, no intuito de poder objetiva-la, permitindo transcender a pura reação imediata frente ao que vivemos, vemos e sentimos, e, com isso, dialogar com outras práticas sociais das quais ela faz parte. Podemos, desse modo, escapar do risco de fazermos uma pura descrição ou uma análise superficial do que estamos vivendo (JARA, 2014, p. 92). Segundo Jara,

La sistematización es aquella interpretación crítica de una o varias experiencias que, a partir de su ordenamiento y reconstrucción, descubre o explicita la lógica y el sentido del proceso vivido en ellas: los diversos factores que intervinieron, cómo se relacionaron entre sí y por qué lo hicieron de ese modo.

La Sistematización de Experiencias produce conocimientos y aprendizajes significativos que posibilitan apropiarse críticamente de las experiencias vividas (sus saberes y sentires), comprenderlas teóricamente y orientarlas hacia el futuro con una perspectiva transformadora (JARA, 2014, p.99)⁸.

⁷ Tradução livre: (...) estrutura complexa, multidimensional e multidirecional de fatores objetivos e subjetivos que constituem o que chamamos de "experiência", simplesmente não há fatos e coisas que "acontecem"; há pessoas que fazem com que esses fatos aconteçam e nos impactem: pessoas que pensam, sentem, vivem, fazem esses eventos acontecerem em contextos e situações específicos e, assim, tornam-se novas experiências que, por sua vez, constroem novas contextos, situações, emoções e relacionamentos, numa dinâmica histórica de vínculos e movimentos que nunca acabam.

⁸ Tradução livre: Sistematização é a interpretação crítica de uma ou mais experiências que, com base em sua ordenação e reconstrução, descobrem ou explicam a lógica e o significado do processo vivido nelas: os vários fatores que intervieram, como eles se relacionavam e por que os fizeram assim. A Sistematização das

Ao lançar mão dessa definição, Jara busca reforçar a ideia de sistematização como uma interpretação crítica, que se origina de um complexo esforço de localização, descrição, classificação, análise e reflexão do que vivemos na experiência. O autor considera nesse esforço o modo e o porquê os distintos fatores, objetivos e subjetivos, se relacionaram, quais foram os mais determinantes para o processo, as continuidades e descontinuidades, as contradições e rupturas que nele se deram. Ele leva em conta igualmente as fases que a experiência abrangeu e as razões que possibilitaram a passagem de uma fase para outra. Não se trata de nenhuma interpretação do que aconteceu, mas sim do que é feito com base em uma ordem organizada e na reconstrução do processo, afastando-se então do que aconteceu para poder olhar criticamente.

Enfim, um processo que possibilite aos sujeitos que participaram da experiência, que é sempre um processo que envolve o coletivo em diversas maneiras e em suas diferentes fases, por meio da sistematização se apropriem criticamente do sentido da mesma.

Ao nos apropriarmos do sentido da experiência reafirmamo-nos como sujeitos da história. Dessa forma, a sistematização converte-se em condição de possibilidade para que possamos compreender teoricamente a particularidade da nossa própria experiência, “e podemos assumi-la em nossas mãos com uma intencionalidade transformadora”, que resulta na “produção de conhecimento, que aprimora a própria prática com um sentido transformador”, nos diz Jara (JARA, 2014, p. 100).

Entre outras aplicações e potencialidades da sistematização, os processos e produtos da sistematização podem servir aos nossos objetivos para compreender mais profundamente nossas experiências e assim melhorá-las, não apenas para intercambiar e compartilhar nossos aprendizados com outras experiências, como também para contribuir com a reflexão teórica a partir dos conhecimentos que surgem diretamente delas (JARA, 2014).

À primeira vista, a sistematização de experiência pode se confundir com o campo da avaliação ou da pesquisa-ação – e existem, de fato, convergências e complementaridades. Jara, porém, coloca ênfase nas particularidades da sistematização, naquilo que a diferencia das outras metodologias de produção de conhecimentos sobre a realidade social, ou seja, a integralidade do processo como tema de fundo, não apenas de forma linear, mas sim as interrelações e a interdependência entre todos os componentes do ciclo. Ela se distingue,

Experiências produzem conhecimentos e aprendizados significativos que possibilitam a apropriação crítica das experiências vividas (seus conhecimentos e sentimentos), compreendem-nas teoricamente e as orientam para o futuro com uma perspectiva transformadora.

pois, da avaliação que tem como foco os projetos de ação que buscam avaliar o alcance de metas, seus resultados e efeitos, a partir de uma lógica estruturada de planejamento, com objetivos e finalidades, incluindo os indicadores de avaliação pré-definidos.

A particularidade da sistematização de experiências comparada à pesquisa-ação reside no fato de que, na sistematização, o objeto de conhecimento é mais delimitado e preciso – as próprias experiências e o seu processo. Isso implica sempre a recuperação histórica do processo, o que não é requerido nos processos de pesquisa-ação. Assim, a sistematização de experiência não se confunde com a pesquisa-ação, mas a complementa com processos investigativos mais amplos.

O sentido dessa pesquisa como uma Sistematização de Experiência está fundamentado, portanto, nas premissas da integralidade e do protagonismo dos participantes da experiência em sua sistematização. Isto é, busca reter a experiência do LTM em seus movimentos e dinâmicas como um percurso de reconstrução do mesmo objeto, considerando as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação como recurso metodológico para a produção compartilhada de conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde em favelas, tendo como caso particular a favela de Manguinhos. E, obviamente, devemos atentar para o fato de a trajetória do LTM constituir uma experiência no sentido dado por Jara, e não uma sequência de fatos ou coisas que nos aconteceram e das quais não teríamos nada a apreender, refletir, aprender e produzir novos conhecimentos, com base numa rigorosa interpretação crítica do que vivemos enquanto um coletivo.

Inspirando-nos em Jara, a nossa produção compartilhada de conhecimentos no âmbito da experiência do LTM, ao longo dos dezessete anos de atividades continuadas, resulta de “reflexões não de teorias ou parâmetros pré-definidos, mas decorrentes do encontro entre seus protagonistas, que fornecem um olhar crítico sobre o vivido, o real e o em construção em que participam”. Estabelece, nesse sentido, “um novo vínculo entre teoria e prática: em vez de aplicar na prática o que foi formulado anteriormente na teoria, são construídas abordagens teóricas tendo como ponto de partida a sistematização das práticas”. Assim, o conhecimento produzido é produto de reflexões coletivas e individuais, realizadas em eventos de encontro em diálogo com autores que nos inspiram a pensar nossas práticas (JARA, 2018, p. 40). Assumimos, dessa forma, fazer do método um princípio de ação, e não um conjunto de procedimentos técnicos.

Tendo em vista que construímos com nossa experiência particular um processo inédito e irrepetível, devemos aproveitá-la, precisamente por sua originalidade, como fonte

de aprendizado, e dela extrair aprendizados. E compartilhá-los. “Sistematizar experiências, em definitivo, é um instrumento privilegiado para que possamos realizar todo ele como um desafio para criação de novos acontecimentos inéditos, porém carregados de sentido” (JARA, 2018, p. 57).

Com efeito, fazer dessa pesquisa a sistematização da experiência do LTM, significa reconstituir o sentido de “inédito viável” que nos colocávamos em 2003, e confrontá-lo no agora, quando nos encontramos em um contexto econômico, social, histórico e cultural bastante diverso daquele, e que impõe novos desafios à construção de outros “inéditos viáveis”. Dizíamos em 2004:

Nesse processo os pesquisadores devem assumir um papel pedagógico, fornecendo “conteúdos às lutas dos movimentos sociais” (Arouca, 2002), para a construção do “inédito viável” (Freire, 2001), compartilhando com os membros da comunidade a busca de alternativas de reconstituição do espaço de luta política, ainda que a única estratégia possível neste momento – o “viável histórico” (Freire, 2001), seja trazer para fora dos muros do gueto parcela dessa população... O Inédito Viável hoje, no Laboratório Territorial de Manguinhos, acontece em três movimentos, aos quais tomaremos a liberdade de denominar Círculos de Inclusão, Ampliação de Circuitos de Trocas e Invenções de Mercado (GUIMARÃES, 2005, p. 8).

Referíamos-nos, então, à impossibilidade de os pesquisadores transitarem livremente por dentro de Manguinhos, indo ao encontro dos moradores sem constrangimentos dos poderes armados (oficiais e marginais). Daí termos adotado a estratégia de acolher os jovens moradores como bolsistas do Provoç DLIS-LTM, trazendo-os para dentro da instituição, e ampliando, ao mesmo tempo, os circuitos de inclusão e de troca com os moradores. Ao inserir os moradores como bolsistas de iniciação científica do LTM, estávamos criando com eles outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho, possibilidades de reinvenções de outro futuro.

Aprender com as experiências é um desafio não só metodológico, técnico, mas fundamentalmente político, porque permite nos apropriarmos criticamente do vivido, construir novos conhecimentos e, portanto, novas possibilidades transformadoras. Desse modo, de acordo com Jara, a prática da sistematização de experiências constrói poder na medida em que nos apropriamos da realidade com a perspectiva de promover mudanças. Esse caminho está profundamente enraizado nos marcos da Educação Popular desenvolvida na América Latina (JARA, 2014).

Silvio Rodriguez aponta uma dimensão importante da sistematização da experiência:

a construção de novas relações de poder. Segundo este autor, a

(...) sistematización de experiencias no puede nunca concebirse como un empeño ante el cual podamos ubicarnos desde una posición de neutralidad. Se trata de producción de conocimiento, pero de un conocimiento situado históricamente, por lo tanto preñado de todas las contradicciones en las que está inmersa la experiencia y situado también, para quien la realiza, como un desafío activo de cara a ser protagonistas de una historia por construir. En ese sentido, y en la medida que se trata de un esfuerzo de apropiación crítica, propositiva y transformadora, la sistematización aportará a la construcción de nuevas relaciones de poder⁹ (RODRIGUEZ, 2014, p. 102).

O potencial que a sistematização de experiência, e no nosso entendimento a própria Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação como dispositivo de produção compartilhada de conhecimentos, encerra de constituir novas relações de poder é uma questão ampla, que não cabe no espaço dessa tese. Cabe registrar, porém, que vimos refletindo sobre essa dimensão a partir das nossas experiências, tomando como questão as assimetrias de poder que perpassam as relações no interior dessas experiências e dessas com seus contextos institucional, comunitário e da política em geral (PORTO ET AL, 2012).

Por fim, dizemos que realizar a sistematização da experiência do LTM com as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação tem como razão primeira dar sentido a todas e todos que dela participaram – moradores de Manguinhos, pesquisadores e profissionais da Fiocruz, parceiros de outras instituições e entidades, bolsistas do LTM e da pós-graduação, entre tantos –, e, ao olharmos para essa trajetória, percebermos que valeu a pena termos participado dessa caminhada juntos. Ela também nos permitiu refletir sobre o lugar e as contribuições da CAP para o campo da pesquisa participante.

Com base na sistematização da experiência do LTM, estruturamos a tese em três capítulos que compõe o núcleo reflexivo da pesquisa, uma das modalidades previstas no regimento da pós-graduação da ENSP. O capítulo “Promoção da Saúde e Conhecimentos Emancipatórios: aprendizados com pesquisa ação nos territórios de favelas” (Capítulo 3), apresenta o quadro de referências para uma leitura compreensiva desses territórios e a PES como caminho para desconstrução dos processos desumanizadores desses espaços. Panorama global da experiência do LTM do ponto de vista teórico-metodológico, esse texto

⁹ Tradução livre: (...) a sistematização de experiências nunca pode ser concebida como um compromisso com o qual podemos nos colocar de uma posição neutra. Trata-se da produção do conhecimento, mas do conhecimento historicamente situado, e por isso, cheio de todas as contradições em que a experiência está imersa e também localizada, para quem a realiza, como um desafio ativo para ser protagonista de uma história por construir. Nesse sentido, e na medida em que constitua um esforço de apropriação crítica, proativa e transformadora, a sistematização contribuirá para a construção de novas relações de poder.

foi publicado em “Vulnerabilidades & Saúde: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano”, livro lançado pela Hucitec, em 2018.

O segundo capítulo – “Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação do Laboratório Territorial de Manguinhos: um caminho de interação com o território” (Capítulo 4) –, sistematiza os referenciais teórico-metodológicos que deram base à ideia das CAP-LTM e analisa a constituição das diversas conformações das CAPs nas experiências do LTM, como caminhos para a interlocução com o território. O texto consta do livro *Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*, publicado pela Editora Hucitec (2ª edição revista e ampliada, 2020).

“A Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação em movimento: o artesanato no diálogo cotidiano com o território” (Capítulo 5) compõe o terceiro e último capítulo do núcleo reflexivo da tese. Resultado de um mergulho em nossas práticas, reúne as reflexões sobre os aprendizados com o trabalho artesanal no cotidiano das CAPs, como contribuição às discussões conceituais e metodológicas no campo da pesquisa em Saúde Coletiva. Este texto ainda não foi submetido para publicação.

A metodologia de pesquisa tornou necessária revisitarmos a trajetória do LTM integralmente, advindo daí não só a sua sistematização, como também dos principais referenciais que nortearam a constituição e a interpretação das CAPs. Optamos por colocar essas sistematizações como parte da tese, nos tópicos que seguem, por entendermos que são importantes para a compreensão do contexto de toda a nossa experiência.

2.1 TRAJETÓRIA DO LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS: UM BREVE PANORAMA

Apresentamos aqui uma visão panorâmica dessa trajetória, tendo por objetivo contextualizar o percurso do LTM no campo da Promoção da Saúde desde sua criação, . Trata-se da reconstituição a posteriori desse percurso, em que refletimos sobre as escolhas teóricas e metodológicas para desenvolver a proposta de constituição de um laboratório territorial como espaço de práticas do que propúnhamos como Promoção Emancipatória da Saúde. Tal trajetória é o contexto empírico da tese, o qual é constituído por diferentes projetos de pesquisa.

O campo da Promoção da Saúde (PS) onde atuamos é conceitualmente, desde seu

surgimento, um campo algo aberto e contestado. Representa, parcialmente, a resposta dos sistemas de saúde aos desafios acerca dos conhecimentos que vêm sendo produzidos pelos movimentos sociais, tal como os movimentos ambientais, das mulheres e de justiça social. A Promoção da Saúde foi proposta pela OMS como estratégia do setor desde a década de 1990, tendo como bloco constitutivo o conceito ampliado de saúde, *empowerment* e participação comunitária. A literatura especializada analisa os programas de promoção da saúde que vêm sendo implementados, mostrando as profundas ambiguidades e contradições presentes na operacionalização de tais conceitos (PORTO, PIVETTA, 2009).

No plano global, as principais limitações aos avanços das estratégias de Promoção da Saúde que deem consequência aos princípios da equidade e da justiça social situam-se no seu atrelamento às pautas dos acordos no âmbito da OMS. Ao buscar integrar agendas universais de PS, a OMS tende a conferir um caráter normativo e burocrático às suas proposições, desconsiderando os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos que diferenciam e caracterizam cada lugar. A consequência disso é o não aprofundamento das causas e dos contextos de injustiças e vulnerabilidades socioambientais nas quais as ações de promoção deveriam se realizar (PORTO, PIVETTA, 2009).

No Brasil, o campo da PS foi institucionalizado ao final da década de 1990, com a formalização do projeto “Promoção da Saúde, um novo modelo de atenção”. Entretanto, a capacitação institucional em pesquisa e formação é mais recente, tendo como marco a criação do GT de PS pela Abrasco, em 2002, articulando instituições acadêmicas do campo da saúde coletiva, para atuar em pesquisa e formação, bem como na formulação de políticas públicas (BUSS, CARVALHO, 2009).

A ENSP/Fiocruz faz parte do processo de institucionalização da PS no país, no campo de pesquisa, ensino e intervenção, sendo os projetos de cooperação entre o Brasil e o Canadá *Promoção da Saúde em Ação e Ação Intersetorial para a Saúde: Promoção da Saúde como uma Estratégia para o Desenvolvimento Local Sustentável* os grandes propulsores tanto das produções acadêmicas e formação, quanto de mudanças de práticas na ENSP. Foi iniciado no final dos anos 1990 e coordenado pela CPHA, a ENSP e a Abrasco.

Entretanto, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS) só veio a ser instituída em 2006, pela Portaria N° 687, de 30 de março, do Ministério da Saúde. A elaboração desse instrumento legal contou com a nossa participação, pelo LTM, como integrantes do GT - Promoção da Saúde da Abrasco e de grupos de trabalho do Ministério da Saúde.

A PNaPS, embora apresente vários e inequívocos avanços, não superou a contradição entre princípios e diretrizes, com horizontes emancipatórios limitados e reforço do modelo biomédico de controle dos modos de vida das pessoas nas ações propostas. Contribuem para isso práticas institucionais hierarquizadas e centralizadas, em contextos de fortes desigualdades socioespaciais. Esses desencontros entre o texto da política e as práticas institucionais cotidianas se materializam no que Silva & Baptista nomeiam como dilemas da PNaPS (SILVA, BAPTISTA, 2014). A centralidade desses dilemas localiza-se na polarização entre a perspectiva regulatória e a perspectiva emancipatória da PS, em que estão em disputa o projeto emancipatório e o projeto comportamental ou de controle dos cidadãos.

É este o contexto em que o LTM vem atuando, tendo por meta contribuir para o fortalecimento do projeto emancipatório no campo da Saúde Coletiva, em particular no âmbito do tema transversal III da PNaPS - produção de saúde e cuidado, que explicita a relação entre saúde, participação e produção de conhecimentos.

Para reconstituir sua trajetória, recorreremos aqui à análise documental, tendo como material de referência projetos, relatórios de pesquisa, publicações acadêmicas, bem como vinte e quatro cadernos de registro de campo, da doutoranda, no período 2002-2020. Os cadernos, fonte primária de dados, trazem importantes indícios e aportes para compreendermos as dinâmicas e a dialogicidade cotidiana que nos permitiram desenvolver a produção compartilhada de conhecimentos, reflexões sobre nossas práticas e a reelaboração constante dos conceitos e caminhos.

De forma bastante sintética, procuramos construir uma leitura dos referenciais e das mediações que permitiram a construção da ideia de uma promoção emancipatória da saúde fundamentada na produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação, organizada cronologicamente em quatro períodos: 1) Da teoria à prática com os primeiros movimentos de Promoção Emancipatória da Saúde (2002-2007); 2) Temas, linguagens e a circulação do conhecimento em um território em mudança (2008-2012); 3) Comunidades ampliadas de pesquisa-ação em territórios em movimento (2013-2017) e; 4) As Práticas no Cotidiano das Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação (2018-2020).

2.1.1 Da teoria à prática com os primeiros movimentos de Promoção Emancipatória da Saúde: período 2002-2007

O LTM foi constituído a partir de três movimentos simultâneos: as reflexões teórico-

metodológicas no âmbito do grupo de pesquisa Ecosocial do CESTEJ, a inserção nos programas institucionais Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) Manguinhos e Fiocruz Saudável, e a inserção no programa de Promoção da Saúde que se estruturava na ENSP, desde o final dos anos 1990. Nessa fase, foi montado o projeto para a operacionalização do LTM, mediante a formalização de parcerias institucionais e a interação com o território de Manguinhos.

As bases teórico-metodológicas que subsidiaram a concepção do Laboratório Territorial de Manguinhos como um campo de prática da Promoção Emancipatória da Saúde, fundamentada na produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação, estão referenciadas à abordagem ecosocial em saúde, adotada no âmbito do grupo de pesquisa da ENSP e do CNPq, o ECO-SOCIAL. O grupo tinha como referência as abordagens integradas para a promoção da saúde e justiça ambiental envolvendo populações vulneráveis, tendo como líderes Marcelo Firpo de Souza Porto e Carlos Machado de Freitas, no âmbito de três principais linhas de pesquisa “Análise interdisciplinar e participativa de riscos tecnológicos ambientais”, “Desenvolvimento de abordagens ecosociais e ecossistêmicas em saúde” e “Promoção da justiça ambiental no Brasil envolvendo grupos populacionais vulneráveis” (PORTO, 2004).

O que estava em questão eram os desafios para o desenvolvimento de análises integradas em saúde e ambiente diante da complexidade dos problemas de saúde e dos limites dos modos de produção de conhecimento para compreender, de forma integrada, dinâmicas sociais e ambientais que envolvem diferentes tipos de incertezas e vulnerabilidades, como os riscos socioambientais em favelas (PORTO ET AL, 2004).

A concepção de uma Promoção Emancipatória da Saúde (PES)¹⁰ tem como ponto de partida a concepção de saúde da abordagem ecosocial utilizada na época, compreendida enquanto

uma das expressões do viver, possuindo dimensões sociais, éticas, morais e estéticas irreduzíveis. Tais dimensões não podem ser entendidas por cálculos monetários de custo/benefício, por relações lineares de causa e efeito, tampouco podem ser exclusivamente captadas ou expressas pelas linguagens argumentativas e lógicas da ciência. Nesta concepção ampliada, a saúde depende de como os

¹⁰ Na formulação inicial, denominamos de Promoção da Saúde Emancipatória (PORTO, PIVETTA, 2009), sendo renomeada para Promoção Emancipatória da Saúde - PES, após discussão com nossa parceira Inesita Araújo, quando acolhemos seus argumentos de que a promoção emancipatória poderia ser múltipla, dependendo da área e objetivo, e também que a saúde é saúde, não podendo ser emancipatória – só a promoção poderia. Assim, em outras palavras, nosso objetivo é promover a emancipação a partir das práticas de saúde e não da saúde em si. Atualmente, re colocamos a ideia de que a compreensão da saúde pode sim ser emancipatória.

valores, interesses e conflitos se relacionam dentro das estruturas de poder, sendo objeto de negociação e luta permanente dentro da sociedade, o que se torna mais agudo em sociedades desiguais e injustas. Por outro lado, a saúde também depende e se expressa em razão dos recursos existentes no mundo material, físico e biológico. (PORTO, PIVETTA, 2009, p.212).

Compreendíamos que para subsidiar a implementação da Reforma Sanitária e do SUS em sua dimensão instituinte – isto é, o SUS enquanto “essencialmente uma política pública produtora de valores agregados (ethos redistributivo) em uma sociedade muito desigual” (MIRANDA, 2017, p. 395), devíamos assumir como tarefa da PES a

criação de processos relacionais, dialógicos e políticos que possibilitem a emergência de novas práticas democráticas e distributivas em termos dos recursos existentes na sociedade. Tais práticas devem influenciar e redirecionar políticas públicas que simultaneamente reduzam vulnerabilidades socioambientais e ampliem os direitos humanos e a cidadania das populações excluídas (PORTO, PIVETTA, 2009, p. 213)¹¹.

A crítica ao modo de produção de conhecimento associado a essa conceituação ampliada de saúde, bem como os referenciais da participação comunitária do campo promoção da saúde, levou-nos a propor outro caminho metodológico de base territorial para a produção de um conhecimento contextualizado à realidade do território de Manguinhos. O LTM nasceu, portanto, buscando superar as críticas dos modos de produção de conhecimento da ciência normal e dos limites da visão normativa e comportamental da promoção da saúde. Sua proposta era produzir conhecimentos de base territorial, contextualizados e de forma compartilhada, tendo por base as comunidades ampliadas de pesquisa-ação.

A promoção da saúde pensada como redistribuição de recursos e poder na sociedade implica em promover a participação, enquanto construção da autonomia, de sujeitos autônomos, independentes dos fatores biológicos, naturais e sociais, ou seja, de posição de sujeitos do processo. Visa à autonomia para a luta política, que consiste na capacidade para, compreendendo o curso da história, transformar-lhe o percurso, pela corresponsabilização solidária enquanto coletivo (FREIRE, 2001; CHAUI, 2006). Nesse sentido, a participação é compreendida como processo de comunicação, como ação dialógica no encontro dos indivíduos para a transformação do mundo em co-laboração, conforme aprendemos com

¹¹ Nesse sentido, vimos refletindo que a metodologia, ela própria, se constitui como estratégia promotora de saúde, conforme expressamos no título da tese.

Paulo Freire, em sua teoria da ação dialógica (FREIRE, 2001). Ela leva em conta também o enraizamento no território e o compartilhamento da visão da realidade entre os pesquisadores e os agentes sociais, buscando superar modelos formulados com base em programas elaborados por profissionais de saúde e respostas setorializadas para uma sociedade muito mais complexa e necessitada.

A nomeação de Laboratório Territorial foi inspirada na denominação dada às instâncias administrativas de promoção da participação na gestão democrática em algumas cidades italianas, chamadas de laboratórios territoriais ou laboratórios de bairro (PIVETTA, 2002). Entretanto, desde sua concepção, o LTM aproxima-se muito mais da ideia de círculo de cultura, proposto por Paulo Freire. Assim, a ideia de laboratório territorial é formulada na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde, como metáfora para designar um espaço de produção de conhecimentos e práticas compartilhadas (PORTO, PIVETTA, 2009; PORTO ET AL, 2012).

O marco de implementação do LTM foi o projeto para desenvolvimento de metodologia para a construção de um modelo de gestão de substâncias químicas, integrado e participativo, como instrumento de promoção da saúde, no âmbito do convênio FIOCRUZ-FUNASA, em 2002. Ancorado nas experiências em saúde do trabalhador e em saúde e ambiente, tal projeto trazia em seu bojo a discussão paradigmática da gestão de risco, fazendo a crítica dos modelos baseados somente em previsões técnico-científicas e propondo a gestão participativa. Manguinhos foi um dos territórios-pilotos para o projeto, em resposta à demanda do DLIS Manguinhos para que pesquisadores dessem suporte ao enfrentamento dos problemas ambientais no âmbito comunitário. A poluição química era uma das principais preocupações dos moradores do território (PIVETTA, 2002).

Do ponto de vista metodológico, o LTM se estruturava em torno da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação. O Programa de Vocação Científica para Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - PROVOC DLIS representou a estratégia principal não apenas da inserção de moradores na comunidade, mas também da construção de um sistema de comunicação-informação para a promoção da saúde, considerado como instrumento de agregação do conhecimento e de intervenção (PIVETTA ET AL, 2005; 2007).

O PROVOC DLIS constituía-se em espaço de inserção de adolescentes e jovens no LTM, integrando a comunidade ampliada de pesquisa-ação. A escolha do nome deu-se em função de estar articulado ao programa institucional DLIS Manguinhos (ZANCAN ET AL, 2002). Diferentemente do PROVOC tradicional da Escola Politécnica, na qual a ou o

estudante de uma determinada escola conveniada ao programa vincula-se de forma individual a um ou uma pesquisadora, o PROVOC DLIS foi concebido como um coletivo e de base territorial. Também respondia a uma demanda do DLIS Manguinhos de realizar um trabalho educativo e garantir a participação comunitária nos processos de gestão local (GUIMARÃES, 2005).

As Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação articulavam-se em torno dos mapas temáticos, conforme descrevemos no Capítulo 4. Foram então constituídos três mapas em torno dos eixos temáticos História, Comunicação e Saúde Ambiental, estruturadores do LTM. Organizados por pesquisadores das áreas afins e de diversas unidades técnico-científicas da Fiocruz, jovens do PROVOC DLIS e moradores bolsistas do LTM, os mapas operavam a construção de conteúdos e a organização das informações para a montagem de um sistema de comunicação-informação que então projetávamos e que resultou no site do LTM¹². Em coerência com a abordagem ecossocial assumida na época, perseguíamos um modelo de sistema de comunicação que permitisse circular as várias narrativas sobre o território e que fosse além dos indicadores quantitativos, incapazes de nos permitir compreender a história da produção dos processos de vulnerabilização do território e dos processos saúde-doença da população.

Em síntese, foi nesse período que começamos a colocar em prática os referenciais da abordagem ecossocial, elaborados teoricamente no âmbito do grupo de pesquisa Ecossocial, interagindo com o território de Manguinhos. Ao mesmo tempo, construíamos as parcerias institucionais para dar concretude à ideia de Promoção Emancipatória da Saúde, fundamentada na produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação. Essas noções, formuladas teoricamente, foram sendo testadas no desenrolar das nossas práticas, tendo por base os diálogos e as tensões que se estabeleciam nas trocas cotidianas no LTM.

A produção compartilhada de conhecimentos pelas comunidades ampliadas do LTM configura-se, desde então, como uma prática dialógica de produção de tensões entre as narrativas dos moradores e dos pesquisadores sobre o território, criando condições para um processo de tradução entre saberes, e de elaboração de um entendimento de problemas de um território na sua complexidade (PORTO ET AL, 2012; SANTOS, 2005; MARTELETO, VALLA, 2003). Assim, a produção compartilhada resulta do diálogo como ato de criação,

¹² O site do LTM – www.reconhecenhomanguinhos.fiocruz.br está fora do ar , devido a problemas de atualização.

como nos ensina Paulo Freire (FREIRE, 2001).

Desde 2005, o LTM passou a ter no ciclo da comunicação “produção-circulação-apropriação” (ARAÚJO, 2002; ARAÚJO ET AL, 2006; ARAÚJO, CARDOSO, 2007) um referencial metodológico de orientação, sistematização e avaliação das suas práticas. Para nós do LTM, cumprir um ciclo comunicativo é participar, com as narrativas elaboradas pelas CAPs, da disputa simbólica sobre a produção do território e seus problemas de saúde e ambiente. É também promover novas formas de circulação desse conhecimento, que ampliem os circuitos de troca com a população e criem arenas de mediação para a apropriação e a reelaboração constantes dessa produção. Nessa perspectiva, a CAP conforma-se como espaço de mitigação das desigualdades na produção e na circulação do conhecimento e da informação. Paralelamente, a participação passa a ser compreendida como ato de conhecimento, como ato criador, e como ato político. Torna-se um esforço de leitura do mundo, em que “já não é possível texto sem contexto” (FREIRE, 2008:30).

Com efeito, no que concerne ao ciclo da comunicação, este período foi fortemente marcado pela dimensão da produção, não somente a produção do próprio LTM como projeto e instância institucional mediadora com o território, mas também as produções de conhecimento para o sistema de comunicação proposto. Ao mesmo tempo, acontecia a primeira mudança metodológica na forma de organização das CAPs LTM. Ao invés de mapas, passamos a organizar o trabalho em torno das diferentes situações-problemas, identificadas coletivamente como fundamentais para pensar a Promoção da Saúde no território.

Ao longo dos últimos três anos desse período, a partir da confiança fortemente estabelecida com os moradores de Manguinhos, rompidas as desconfianças geradoras de assimetrias pesquisador-morador, o institucionalizado e o bolsista, o saber científico e o saber popular, importantes interrogações e questões se colocaram. Destacamos, entre elas, a necessidade de compreender o papel de mediação que o LTM desempenha com e no território e repensar as dinâmicas de interação com foco apenas no PROVOC DLIS; a visibilidade da violência e do racismo como temática de discussão colocada pelos moradores, e os desafios da Promoção da Saúde como Inédito Viável, num momento em que a violência oficial e a dos poderes marginais recrudescia em Manguinhos. Nessa conjuntura, vale frisar, foram criadas a figura do agente comunitário de redução da violência, no interior do Programa de Saúde da Família - PSF do Centro de Saúde da ENSP, e a Agenda Redutora de Violências, no âmbito dos movimentos sociais locais na qual participamos.

A pergunta *por que Manguinhos é assim?* colocada pela Consuelo, moradora e primeira bolsista do LTM, sintetiza as nossas indagações neste período.

Em 2007, o anúncio do PAC Manguinhos reorganizou as formas de atuação do LTM. A abrangência das intervenções no território, as promessas grandiosas dos governos federal e estadual, os sentimentos contraditórios de seus moradores entre a desconfiança e a esperança, bem como a intensa mobilização dos movimentos sociais alimentada pela promessa da participação nos rumos do programa em Manguinhos, fizeram do acompanhamento do PAC o objetivo prioritário e em torno do qual o LTM se organizou e atuou no período seguinte.

2.1.2 Temas, linguagens e a circulação do conhecimento em um território em mudança: período 2008-2012

Neste período, as atividades do LTM foram realizadas com o apoio de quatro projetos de pesquisa¹³, alinhados em torno da importância da linguagem para a sistematização dos conhecimentos produzidos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação, agora organizadas a partir de diferentes temas relativos aos processos de determinação social da saúde no território de Manguinhos e da elaboração de materiais políticos pedagógicos e de estratégias para circulação e a apropriação dos conhecimentos produzidos sobre os mesmos.

Incorporamos ao arcabouço teórico-metodológico da Promoção Emancipatória da Saúde a abordagem da determinação social da saúde, pela necessidade que sentimos de elaborar uma reflexão sobre o sentido de território local e responder aos desafios colocados no âmbito do Programa PDSPT TEIAS¹⁴, em que a ideia de território era bastante

¹³ 2012 – 2018: Saúde, Ambiente e Políticas Públicas: um estudo das experiências de morar no território de Manguinhos. EDITAL PAPES VI, FIOCRUZ/CNPq; 2010-2012 - Produção, circulação e apropriação de conhecimento para a promoção da saúde e a justiça ambiental. Chamada Rede de Pesquisa e Inovação PDTSP-TEIAS (Territórios de Atenção Integrada à Saúde). FIOCRUZ; 2012 - Promoção da Saúde e Justiça Ambiental: Estratégias para a Produção, Circulação e Apropriação de Conhecimento sobre o Território de Manguinhos (ENSP/Fiotec); 2009 – 2011: Jogos Virtuais Interativos sobre Saúde e Ambiente: popularização da ciência para a Promoção da Saúde. Edital FAPERJ. N.º 07/2009 (continuação do projeto Produção Compartilhada de Conhecimentos para a Promoção da Saúde: Ciência e Tecnologia para a Formação Cidadã de Jovens em Territórios Urbanos Vulneráveis Programa Cidades Saudáveis: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Edital FIOCRUZ 1/2007 – PDTSP).

¹⁴ Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública da Fiocruz - Chamada Rede de Pesquisa e Inovação PDTSP-TEIAS (Territórios de Atenção Integrada à Saúde) – o objetivo do Programa era o desenvolvimento de um modelo de intervenção em saúde, a partir da abordagem ecossistêmica da saúde como fundamento metodológico para gestão de território urbano integrado de promoção e atenção à saúde (TEIAS-Manguinhos ou outro território), a partir da construção coletiva da Rede PDTSP-TEIAS, constituída pelos projetos de pesquisa e intervenção da Fiocruz atuantes no território de Manguinhos.

controversa entre os projetos parceiros no programa. Por exemplo, a área da vigilância em saúde trazia a ideia de território da saúde, trabalhando com caixinhas, onde considera as doenças e os respectivos fatores de risco, cujo objetivo é demarcar fronteiras para o controle e sistemas de informação e a área ambiental, trabalhando com fatores de risco como enchentes, acidentes, poluição, etc. Já o campo da Promoção da Saúde aproxima-se um pouco mais da ideia de território local, uma vez que trabalha com a noção de comunidade e incorpora o referencial da Determinação Social da Saúde (DSS).

A abordagem da determinação social da saúde que assumimos é aquela referenciada inicialmente à abordagem ecossocial em saúde. Elaborada no âmbito do grupo de pesquisa Ecossocial, já citado, ela foi formulada posteriormente como enfoque socioambiental crítico. Tal enfoque resulta do diálogo interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento, como a geografia política e sua conexão com a geografia da saúde, da medicina social latino-americana, a ecologia política, a sociologia ambiental crítica e os movimentos por justiça ambiental. Essa abordagem inclui entre seus referenciais teórico-metodológicos a noção de território local, colocando como dimensões centrais a complexidade e as relações de poder, que caracterizam a noção de território (PORTO ET AL, 2012; PORTO, ROCHA, FINAMORE, 2014 (a)).

Os processos de determinação social da saúde em Manguinhos e as situações-problema por eles desencadeadas são tomados como tema-gerador, na perspectiva de Paulo Freire. Isso quer dizer que foram estas as dimensões que escolhemos para compreender o território de Manguinhos e suas transformações, vulnerabilidades, injustiças e potencialidades. Cada situação-problema tornada tema foi tomada como objeto para a constituição de uma CAP, e igualmente para a produção e a sistematização de conhecimentos e informações sobre o território de Manguinhos em diferentes linguagens, mediante a elaboração de materiais político-pedagógicos. Tais produções foram organizadas em torno de dois dispositivos ou acervos principais para a circulação: o sítio e a Maleta de Trabalho do LTM (PORTO ET AL, 2012; PORTO ET AL, 2014 (b); PIVETTA ET AL, 2016 (a)). No Apêndice A apresentamos os materiais produzidos e a forma de se ter acesso a eles.

Nessa fase, a circulação e a apropriação dos conhecimentos produzidos pelas CAPs representaram uma questão estratégica para o LTM frente aos desafios que se colocavam nas disputas pelas narrativas entre governos federal, estadual e municipal, as mídias e os movimentos sociais, sobre um território em intensas mudanças provocadas pela entrada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos. Essas narrativas foram

sintetizadas na expressão-título do documentário “PAC Manguinhos: Como Promessa, Como Desconfiança, Como Esperança”, produzido em 2009. Seu link de acesso encontra-se no Apêndice A (PIVETTA, PORTO, 2008).

O PAC foi um acontecimento importante para definir as formas de organização das CAPs em temas e em diferentes metodologias e linguagens. A velocidade das transformações, tanto físicas quanto sociais, observada no território impunha-nos a necessidade e o desafio de realizar o registro cotidiano do território. Isto fez com que a fotografia e o audiovisual fossem tomados como as linguagens mais apropriadas, tanto para o registro quanto para a sistematização da produção com vistas à circulação-apropriação de cada tema pela população, sistematizados em relatos fotográficos, documentários e textos. Destacamos, como exemplo, a metodologia de trabalho para a elaboração do Relato Fotográfico e de documentários sobre o PAC.

A produção do Relato Fotográfico como material político-pedagógico envolveu a constituição de uma CAP específica. Dela participaram, além de pesquisadores e pesquisadores-moradores do LTM, uma socióloga-fotógrafa do CESTEJ, e um tecnologista do Núcleo de Tecnologias de Tecnologias em Educação da EPSJV. A metodologia de produção do Relato encontra-se na publicação PAC Manguinhos: um relato fotográfico (PIVETTA ET AL, 2012). O link de acesso ao Relato encontra-se no Apêndice A.

Elaborados como linguagem audiovisual e como metodologia de produção de conhecimento, os documentários sobre o PAC também foram objeto de constituição de uma CAP específica. Uma das razões para priorizarmos a linguagem audiovisual é por favorecer a participação, pois trabalha não só com imagens, mas principalmente com a oralidade, facilitando o diálogo e a comunicação com um contingente maior de pessoas que aqueles alcançados por linguagem textual e mídias impressas. As produções de vídeos e fotografias são amplamente usadas pelos indivíduos e grupos destes territórios para o registro de processos de mudanças e para o acompanhamento das obras, bem como para denúncia em casos de violações de direitos, permitindo o intercâmbio de materiais e o diálogo (SOUSA, 2016). Um exemplo marcante dessa produção, e que influenciou a trajetória do audiovisual no LTM, encontra-se na experiência da TV Tagarela, na Rocinha. Todo o desenvolvimento conceitual-metodológico e a produção em audiovisual vêm sendo coordenados pela Fabiana Melo Sousa, documentarista e pesquisadora-bolsista do LTM desde 2005. No Apêndice A indicamos os vídeos produzidos e como se pode acessá-los.

O sítio do LTM, disponibilizado em 2008, foi pensado enquanto um acervo virtual interativo, organizador do conhecimento e da informação, e como uma ferramenta didático-pedagógica. Para além de um repositório multimídia de informações, também funciona como espaço de interação, estímulo à reflexão e à construção compartilhada de conhecimento. Esse sistema de comunicação e informação, projetado na fase inicial das nossas atividades, foi usado para colocar em circulação as narrativas sobre Manguinhos produzidas pelas CAPs em interação com o território (PIVETTA ET AL, 2008).

Outra forma de organização do acervo foi a “Maleta de Trabalho: Reconhecendo Manguinhos”. Pensada como um dispositivo de comunicação do LTM para a circulação dos conhecimentos produzidos pelas diferentes CAPs ao longo da nossa trajetória, representa, ao mesmo tempo, o resultado das experiências de produção, circulação e apropriação de conhecimentos sobre saúde e ambiente, desenvolvidas pelo LTM desde 2003 (ZANCAN ET AL, 2013; PIVETTA ET AL, 2016 (a)).

O sítio e a Maleta constituem importantes dispositivos de interlocução com o território e como acervo histórico sobre Manguinhos, na perspectiva colocada por Marteleto, David e Bteshe (MARTELETO ET AL, 2014). A avaliação dos materiais político-pedagógicos da Maleta por diferentes grupos de agentes sociais do território – professoras e professores de escolas do ensino fundamental da região, moradores participantes de diferentes conselhos comunitários, jovens e profissionais de saúde – foi uma estratégia articulada com vistas à circulação e à promoção da apropriação (ZANCAN ET AL, 2013). O acesso ao vídeo-processo de análise da Maleta está indicado no Apêndice A.

Outra importante estratégia de interação com o território tem sido a participação continuada do LTM nas atividades do Conselho Gestor Intersetorial (CGI) do Teias Escola Manguinhos¹⁵, na qualidade de parceiro colaborador. O CGI é uma instância de diálogo importante com os moradores, por ser um espaço permanente de diálogo. Nele são explicitados e temos acesso a muitos dos problemas fundamentais que a população enfrenta em sua vida cotidiana.

Lançamos mão igualmente de outras formas de circulação e integração com o território, com vistas a promover a apropriação dos conteúdos produzidos, tais como encontros para lançamentos do documentário e do livro “Histórias de Pessoas e Lugares”,

¹⁵ Teias Escola Manguinhos é o programa de cogestão da atenção básica de Manguinhos, gerenciado pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz – <http://atencaoasaudeelaboratorios.ensp.fiocruz.br/teias-manguinhos>, acesso em 02/01/2020.

exibição de documentários e o debate para definir os cortes finais, na laje da casa de uma moradora, com os entrevistados do documentário do PAC, e em evento na ENSP. Recorremos também à organização de atividades no âmbito de programas institucionais no território, como as Semanas de Ciência e Tecnologia, entre outras.

A consolidação de uma vasta produção nesse período, expressa materialmente pelo sítio e pela Maleta, representou a conclusão de um ciclo, que teve na produção e na circulação sua principal ênfase. Podemos dizer que esse foi um ciclo virtuoso, que encerrou muitos aprendizados, cabendo destacar, entre estes, a reflexão sobre uma questão metodológica acerca da produção de conhecimento e pesquisa, e a relação pesquisador institucionalizado, profissional e pesquisador-morador. A definição desse pesquisador não institucionalizado, que abre agendas de pesquisa, que porta novos conhecimentos, que ensina linguagens e arte – e, neste sentido é instituinte – é uma questão em aberto e nos estimula a pensar sobre esse lugar, desde sempre. Também somos interpelados por nossos colegas das ciências sociais mais *hard* se morador existe como categoria. Existir propriamente não existe, mas nós a usamos. O morador remete a um indivíduo que vive em um determinado lugar. É uma pessoa e seu lugar de moradia, que, nas respostas que oferece aos problemas enfrentados na vida cotidiana, produz conhecimentos.

Avançamos um pouco sobre o significado de produção compartilhada de conhecimentos, entendendo-a como espaço de conflitos e disputas. Caminho em construção, não representa uma pergunta ou desafio apenas do pesquisador instituído, mas também dos moradores. Buscar esse caminho é uma necessidade – é estratégia e tática, perguntas e expectativas, considerando os saberes, ritmos e tempos que são diferentes. Por ora, concordando com Regina Marteleto¹⁶, podemos dizer que “a produção compartilhada de conhecimento é um diálogo ativo entre os conhecimentos popular, científico, histórico, cultural e midiático”.

Além das questões acima, nos dois últimos anos desse período teve lugar aquilo que podemos chamar de crise. Nesse período, discutimos muito o próprio LTM e o papel de cada um, o que podemos considerar algo natural depois de quase dez anos de construção de um trabalho coletivo. Um fator da crise foi, sem dúvida, o problema do financiamento de projetos para a manutenção das atividades e a incerteza, daí derivada, da continuidade do processo de formação dos moradores, bem como da sua subsistência, como pesquisadores-

¹⁶ Fala da pesquisadora em uma oficina de avaliação metodológica da Maleta do LTM, para a qual fora convidada como debatedora, em 20/04/2012.

moradores, bolsistas do LTM. Associado a isso, havia o desgaste derivado do fato de termos que nos adaptar às condições e temáticas dos editais para conseguirmos nos manter em atividade. Interrogamo-nos, bolsistas e os pesquisadores instituídos, se faria sentido continuarmos nos adaptando aos editais para possibilitar a manutenção das bolsas de financiamento dos moradores, a despeito da falta de condições de priorizar os temas e as tarefas que emergiam do território. Colocando-nos a todos numa condição de frustração. Decidimos por priorizar as demandas do território.

Além da questão do financiamento, as múltiplas situações-problemas do território que se apresentavam como demandas, somadas à necessidade de adaptarmos-nos às temáticas dos editais, induziam-nos a ir abrindo janelas. Sem termos tempo para um maior aprofundamento conceitual, isso acabava nos levando à naturalização de conceitos e práticas, como, por exemplo, das noções de produção compartilhada de conhecimentos e comunidade ampliada de pesquisa-ação, como se todos tivessem a mesma compreensão dessas noções. Essa naturalização artificial criava também tensões internas. Embora tivéssemos clareza que nossas diferenças são o nosso bem e o nosso “mal”, e se constituíam em objetos de discussão, a tensão entre a identidade do LTM e o LTM dos sonhos de cada um implicava em diferentes apropriações desse espaço e, certamente, tensionamentos e desafios.

Outro fator importante de reflexão sobre os caminhos do LTM foram a perda de expectativas e a frustração com relação à sustentabilidade das, ainda que poucas, mudanças realizadas pelo PAC, como a Biblioteca Parque de Manguinhos como espaço agregador da juventude, e o retorno das restrições, a partir de 2010, para andarmos e registrarmos livremente as mudanças em Manguinhos, por parte dos poderes marginais, salvaguardados por suas relações com os governos estadual e municipal.

Uma condição se colocava: continuar pensando Manguinhos, quando grande parte dos moradores – desenraizada, de diferentes formas, pelo PAC, inclusive pela reiteração das práticas de remoção –, passava por olhar o território em relação com outros espaços da cidade e arejar o pensamento, mediante a articulação com outras redes e movimentos sociais. Para compreender Manguinhos precisávamos sair de Manguinhos. A oportunidade se deu com a chamada do CNPq para a avaliação participativa do PAC Favelas, em 2012. Tal chamada possibilitava a incorporação de bolsistas moradores, resolvendo um dos nossos dilemas de manter os pesquisadores-moradores, e oferecia a oportunidade de fazermos um projeto colocando em diálogo Manguinhos, Alemão e Rocinha. Foi então que abrimos a Maleta de

Trabalho do LTM “Território em Movimento” e inauguramos, com o projeto CNPq, a fase “Territórios em Movimento”.

2.1.3 Comunidades ampliadas de pesquisa ação em territórios em movimento: período 2013-2017

As principais atividades do LTM deste período, bem como as reflexões teórico-metodológicas, foram desenvolvidas no contexto de dois projetos de pesquisa: Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental, e Vigilância Popular, Produção e Circulação Compartilhada de Conhecimento em Saúde¹⁷.

No primeiro projeto, buscamos ampliar o conhecimento das relações entre moradia, saneamento e mobilidade urbana nos conjuntos de favelas de Manguinhos, Alemão e Rocinha. Nosso objetivo era não apenas explicar essas relações, mas compreender e enfatizar a experiência de seus moradores no território e em suas relações com a cidade. Foi uma oportunidade de estabelecer um diálogo de Manguinhos com outros espaços da cidade, em que, a partir das demandas históricas dos moradores de favelas, definimos o saneamento, a mobilidade urbana e a moradia como dimensões centrais para compreender os processos de determinação socioambiental saúde-doença. Elas representaram chaves de acesso através das quais procuramos construir novas formas de conhecimento desses territórios e de seus lugares na cidade, tendo como referência a Promoção Emancipatória da Saúde (PORTO ET AL, 2015 (a)).

Nessa ocasião, incorporamos ao arcabouço teórico-metodológico do LTM a concepção de “espaço de ponto de vista”, de Bourdieu (BOURDIEU, 2008) e a noção de “experiência”, de Thompson (THOMPSON, 1981; 1987), aportes estratégicos trazidos por Marize Cunha, quando ingressou no LTM. Tais referenciais constituíram-se em mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença, bem como da formulação de políticas públicas, em particular, naquelas que se referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulneráveis. Principalmente, para a produção de um conhecimento que concebe a pesquisa e a ação em saúde numa perspectiva dialógica, e promova a autonomia dos sujeitos

¹⁷ Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012 e Edital TEIAS-ENSP, 2015, respectivamente.

envolvidos em ambos os processos, o de investigação e o de intervenção (PORTO ET AL, 2015 (b)).

Nosso objetivo ao implementar o projeto “Vigilância Popular, Produção e Circulação Compartilhada de Conhecimento em Saúde” foi o de contemplar as questões identificadas em nossas interações com o território, bem como as colocadas pelo Conselho Gestor Intersetorial do TEIAS Manguinhos. Nele, procuramos responder a um dos desafios da Atenção Básica na promoção da saúde: o desencontro entre a dinamicidade das mudanças do território e a refração da Estratégia da Saúde da Família a esta mesma dinamicidade, considerando sua estrutura e sua gestão do processo de trabalho. Para darmos uma resposta efetiva a esse desafio – qual seja, o de produzir e circular informações para conferir maior agilidade aos serviços de saúde no atendimento às necessidades da população –, propomos investigar as potencialidades do território para a constituição de uma rede de vigilância popular em saúde, a partir das nossas experiências de produção, sistematização e circulação de conhecimentos e informações com os moradores. Em nossa perspectiva, tal rede deve incorporar as redes populares locais existentes, as quais têm potencialidades para criarem processos de transformação de caráter instituinte, contribuindo assim para a recuperação do compromisso da Reforma Sanitária com o processo de construção permanente dos sujeitos políticos da reforma das instituições (CUNHA ET AL, 2018; FLEURY, 2009).

A avaliação participativa do PAC impôs-nos o desafio metodológico de operar as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação em três territórios diferentes. Como resposta a esse desafio concebemos um projeto com base na ideia dos três “Territórios em Movimento”, com suas dinâmicas e organização local específicas, e em cada um deles seria organizada uma CAP, que passamos a chamar de pequenas CAPs (pCAPs), como solução metodológica.

Cada CAP territorial desempenhava o papel de mediadora nos estudos específicos de aprofundamento das questões no território, levantamentos de dados, bem como na sistematização e na circulação dos conhecimentos produzidos e elaborados em materiais político-pedagógicos. As pequenas CAPs, por compartilharem o cotidiano do território, definiam as mudanças das agendas ou da situação-problema, de acordo com as necessidades ou demandas do mesmo. Por exemplo, a mudança nas diretrizes do projeto proposto pela pCAP Alemão devido aos deslizamentos provocados pelo temporal de dezembro de 2013, privilegiou a questão dos desabrigados em detrimento do saneamento básico, inicialmente definido como tema prioritário (CUNHA ET AL, 2015).

O diálogo entre os três territórios se concretizou pelas estratégias de sistematização das discussões nos Cadernos de Oficina, material político-pedagógico elaborado como uma síntese das oficinas, pela circulação de filmetes e textos nas redes sociais, através dos canais que criamos – uma página no facebook “Territórios em Movimento” e um canal no Youtube “LTM Territoriosemovimento”. A finalização do projeto culminou com um debate público, de formato mais acadêmico, e um encontro dos três territórios, realizado como parte do evento Circulando, no Alemão, em dezembro de 2014. Esse evento foi organizado pelo Instituto Raízes em Movimento, nosso parceiro no projeto, que, em parceria com coletivos locais, reúne os movimentos sociais e de moradores do Alemão e de outras favelas (PORTO ET AL, 2015 (a)).

Em nossas análises do PAC, identificamos a produção de invisibilidades, muitas das quais provocadas pelas próprias políticas públicas, como um processo de determinação social da saúde comum aos três territórios. Tais invisibilidades, geradas por diferentes processos, criam inúmeras situações que impactam a saúde dos moradores de favelas, e resultam de sofrimentos, tristezas, angústias, autoestima, impotências, desencantos, esperanças-desesperanças, sonhos-frustrações, entre outros. Passamos a denominar esses processos de invisibilização como “processos intangíveis de produção de saúde-doença”, que os nossos indicadores epidemiológicos não conseguem captar. Por conseguinte, esses processos não são visíveis para os bancos de dados nem para os sistemas de saúde, que informam as políticas públicas que poderiam enfrentar tais problemas. Processos de determinação da saúde intangíveis é uma ideia em processo (PIVETTA ET AL, 2018; PIVETTA, 2019).

A dimensão das invisibilidades que identificamos em nossas pesquisas traz uma outra perspectiva para as CAPs: a de funcionar como espaços de emergência dessas invisibilidades, com base em situações cotidianas vividas pela população e não visibilizadas por outras formas de produção de conhecimento. Em outras palavras, uma Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação como mobilização da sociedade para medição entre as desigualdades e as relações de poder, que desconstrua as linhas abissais (SANTOS, 2007) e como exercício de

igualdade que nos permita produzir conhecimentos em saúde articulando problemas que estão ligados às experiências de vida, às histórias das pessoas e seus saberes, ampliando nossa compreensão de como os fenômenos da precariedade, provisoriedade e das invisibilidades se expressam nos processos de

produção social da saúde com que nos deparamos na favela de Manguinhos e outras com as quais trabalhamos. (PIVETTA E TAL, 2018, p.400).

Os movimentos gerados pelas CAPs e a produção compartilhada de conhecimentos no desenvolvimento desses dois projetos, incluindo suas mediações institucionais, acadêmicas e com outros movimentos sociais, contribuíram para dar visibilidade aos problemas dos territórios e da população. Além disso, permitiram a incorporação de algumas demandas da população por parte dos órgãos públicos. No Alemão, por exemplo, foi a retomada das obras inacabadas do PAC na Avenida Central, a partir do diálogo de pesquisadores e moradores com técnicos da Caixa Econômica Federal, no âmbito do projeto CNPq.

Em Manguinhos, esses dois projetos subsidiaram a continuidade da pesquisa e o trabalho com os moradores, em suas demandas no Conselho Gestor Intersetorial (CGI) do TEIAS Escola Manguinhos junto ao PAC. A parceria firmada entre o LTM/Fiocruz, o Laboratório “Arquitetando Subjetividades” da Unisuam, o CGI e o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, possibilitou o levantamento e à análise dos problemas do território, gerando o relatório técnico “PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações”. Esse documento subsidiou o NUTH na elaboração de uma ação civil pública em nome dos moradores de Manguinhos contra a Prefeitura e o Governo do Estado, com vistas a resolver os problemas com as moradias da rua São José e adjacências (PIVETTA ET AL, 2016 (b)). A iniciativa também ensejou a realização de uma audiência pública, convocada pelo NUTH, em 2016. O acesso ao Relatório e ao Caderno de Oficina, uma síntese do relatório, está indicado no Apêndice A.

Esses processos em Manguinhos configuraram uma produção compartilhada de conhecimentos para a ação, que incluiu variadas dinâmicas (reuniões, oficinas, trabalho de campo, etc.) e composições de CAP. Iniciados em 2014, operaram em diferentes conformações e participações até 2018, com produção de material político-pedagógico como a elaboração do relatório técnico citado acima (PIVETTA ET AL, 2016 (b)). Embora tenhamos finalizado este ciclo com a publicação do livro Leituras sobre políticas públicas: o PAC Favelas como mirante de observação, no qual contamos com várias parcerias (PIVETTA ET AL, 2018), continuamos a acompanhar os moradores e a assessorar a Defensoria Pública na ação que ainda está em andamento.

O projeto de avaliação participativa do PAC colocou-nos o desafio de pensarmos uma produção compartilhada de conhecimentos sobre diferentes territórios da cidade. Respondemos a ele com a experimentação das CAPs territoriais e a integração entre os territórios, mediante a circulação de materiais político-pedagógicos e encontros presenciais.

Por outro lado, a reflexão sobre a rede de vigilância popular no território, em articulação com a Atenção Básica para a promoção emancipatória da saúde, gerou a seguinte questão metodológica a ser problematizada: como articular o instituinte e ao instituído na dinâmica da produção de conhecimentos e informação e sua incorporação aos processos decisórios institucionais como resposta ao desafio da dinamicidade dos territórios e à necessidade de respostas aos problemas enfrentados pelas populações? Essa questão, que está em aberto, encerra várias outras dimensões. Entre elas, podemos destacar a da autonomia dos agentes sociais na produção de conhecimento e informação, o reconhecimento e a validação desse conhecimento/informação pelo sistema de saúde, e o desencontro entre, de um lado, a institucionalidade – os processos de trabalho, e o instituinte – os processos do território, e, do outro, as dinâmicas, necessidades e prioridades da população.

O cenário político-institucional vigente no país desde 2016, e em particular no estado e na cidade do Rio de Janeiro – marcado pelo desmonte das políticas sociais, principalmente do SUS e da Estratégia de Saúde da Família, e pela criminalização dos movimentos sociais – torna mais urgentes a problematização da relação instituído-instituinte e o seu enfrentamento.

2.1.4 As Práticas no Cotidiano das Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação: período 2018-2020

Iniciamos este período, ainda em aberto, em um contexto de “pós-tudo” – abandono do PAC como política de urbanização, desmonte do SUS e das políticas sociais em geral, recrudescimento da violência policial e aumento do poder das milícias nas favelas, que está provocando um retorno do território às condições de violências anteriores a 2003.

Frente a esse cenário, que associa expectativas negativas com relação à implementação de políticas inclusivas nas favelas e o desfinanciamento das instituições públicas, entre elas a Fiocruz, tomamos como tarefa, apoiados pelo Programa Inova Fiocruz - Produtos Inovadores (Chamada N° 4/2018), experimentar a metodologia que vimos

praticando ao longo dos anos. Nosso objetivo era validar a CAP como um dispositivo metodológico de produção compartilhada de conhecimento e informação em saúde.

Visamos, a partir do descenso ao espaço-tempo do cotidiano das CAPs, na escala dos micros movimentos e das interações, dar visibilidade metodológica à criação de espaços de Promoção de Saúde, numa perspectiva emancipatória. Nesse último ciclo, incorporamos alguns referenciais mais recentes, em diálogo com o Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepees), criado em 2018 por iniciativa de Marcelo Firpo. Por exemplo, a ideia de práticas de co-presença articula a análise da artesanaria de práticas (FASANELLO ET AL, 2019), que experimentamos nos espaços do cotidiano das CAPs para acompanhar a dinamicidade do território e produzir, fazer circular e contribuir para a apropriação de conhecimentos e informações. Entendemos o cotidiano como um espaço instituinte, de onde afloram as possibilidades de produção da saúde e da vida. Um “cotidiano invisível” (MARTINS, 2014) que emerge das narrativas dos moradores de favelas, cujas invisibilidades resultam de processos intangíveis de determinação social da saúde (PIVETTA, 2018; 2019).

Finalizamos o período anterior com a questão sempre presente da relação instituinte-instituído. Nela ganha protagonismo a reflexão metodológica sobre o morador como sujeito de interlocução com o território, em particular a figura do pesquisador-morador não institucionalizado, instituinte, que abre agendas de pesquisa, que porta e aporta novos conhecimentos, que ensina linguagens e arte. Questão essa que nos induz a pensar sobre o pressuposto da autonomia e a dimensão emancipatória das nossas práticas.

Inicialmente o LTM recorria ao termo pesquisador-morador para nomear o sujeito social que morava em Manguinhos e atuava junto ao LTM, trazendo seu conhecimento e experiência para compartilhar nas CAPs, com os pesquisadores institucionalizados. Nos últimos tempos, devido à conjuntura de crise social e política e aos avanços da discussão da produção do conhecimento por coletivos de pesquisadores da favela, traduzidos na chamada epistemologia favelada¹⁸, vimos repensando a forma de nomear este sujeito social, produtor de conhecimento. O movimento instituinte de tais coletivos abre a perspectiva para o termo pesquisador instituinte, em contraposição aos pesquisadores instituídos, que, mesmo tendo

¹⁸ Os movimentos “Pra Que e Pra Quem servem as Pesquisas nas Favelas” coordenado pelo ativista Fransérgio Goulart (GOULART, CALVET, 2017) e o “Vamos Desenrolar”, organizado pelo Instituto Raízes em Movimento, são exemplares a esse respeito (<https://www.cepedoca.org.br/vamos-desenrolar>), são exemplares a esse respeito.

uma perspectiva crítica e contra hegemônica a respeito da ciência tradicional, estão integrados às instituições.

Tributários da pedagogia freiriana e assumindo a metodologia de pesquisa como um círculo de cultura, como propõe Romão e colegas (ROMÃO ET AL, 2006), consideramos que um caminho que vai de encontro ao debate proposto é pensar a produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa-ação como um “círculo epistemológico”. Trata-se, em outras palavras, de uma metodologia de pesquisa derivada do círculo de cultura, em que o pesquisador

é aquele que assume responsabilidades inerentes: (i) a de pesquisador cultural prévio da realidade, para aí localizar a(s) unidade(s) epocal(is) e suas respectivas hipóteses geradoras; (ii) a de animador epistemológico, que provoca, estimula, enfim anima a todos do Círculo a exporem o que pensam sobre determinada(s) hipótese(s) geradora(s); e (iii) a de treinador de mergulho, que leva o grupo a sair da superfície dos fatos e dos discursos, para, por meio de lições de abismo (rigor teórico-epistemológico), penetrar nas profundidades da realidade e encontrar os nexos significativos das estruturas e dos processos (ROMÃO ET AL, 2006, p. 184).

A questão sobre quem é pesquisador na CAP só se colocou como problema, como questão neste momento e no âmbito desse projeto, quando pensamos a CAP como uma metodologia autônoma, passível ser apropriada e aplicada para além das atividades de pesquisa nas instituições acadêmicas. Até o presente, essa situação não se colocava, uma vez que atuávamos sempre no âmbito de projetos vinculados a temáticas dos editais de financiamento, elaborados pelos próprios participantes do LTM, moradores bolsistas e pesquisadores “formais”.

O que colocamos até aqui são as primeiras pistas para uma resposta à questão da relação instituinte-instituído, bem como à nossa indagação “o que é ser pesquisador/pesquisadora, quem é pesquisador ou pesquisadora na CAP?”.

Para avançarmos neste debate devemos colocarmos em questão a ressignificação do nosso lugar e das nossas práticas cotidianas, enquanto pesquisadores institucionalizados e enquanto LTM. Isso implica levar em conta o contexto político atual e as mudanças na configuração social e cultural dos territórios, bem como a inserção da população no espaço acadêmico.

O trabalhar no cotidiano parte de uma condição bastante concreta: enquanto servidores da ENSP/Fiocruz, que é parte do território, interagimos diariamente com o lugar e vivenciamos, embora alguns apenas presenciem, as violências dos poderes marginais e das

polícias no território, além de outras formas de violência como as históricas precariedades do acesso às escolas, aos serviços de saúde, transporte etc. Outra questão diz respeito a como o LTM e suas CAPs se constituem e interagem, dialogando diretamente com os moradores, os profissionais de saúde, os movimentos sociais, entre outros, ou através de espaços coletivos, como o CGI, sobre as questões de saúde e ambiente que decorrem do cotidiano do território. Retomamos aqui a ideia do LTM e das CAPs como espaços de fronteira, que operam no cotidiano do território de Manguinhos.

O cotidiano como o espaço em que se integram os movimentos necessários para andar a vida é inaugural e instituinte, porque é dele que emergem as necessidades urgentes e as agendas de lutas das populações vulnerabilizadas. Na perspectiva da geografia política de Milton Santos, olhamos para o cotidiano enquanto espaço – o espaço do cotidiano, que é ao mesmo tempo o espaço da cidadania, o quadro de ação e limite à ação e produtor do fenômeno político (SANTOS, 1996).

Enquanto espaço de cidadania “o cotidiano é marcado, sobretudo nas grandes cidades, com aquilo que Sartre chamou de efeito de residência ... é o quadro de um funcionamento harmônico de tantos desiguais...” (SANTOS, 1996, p. 11). “O cotidiano é um produtor do fenômeno político na medida em que mostra como as diferenças se estabelecem aconselhando a tomada de posição...” (p. 13).

Nessa perspectiva, situamos o LTM e as CAPs como um espaço de fronteira, que se propõe a ser um espaço de mediação, de encontros do saber formal da ciência, da pesquisa, com o saber comum, situado e popular, da experiência dos que vivem e trabalham na favela, gerando tensões que favoreçam os deslocamentos das fronteiras institucionais, acadêmicas e sociais que impedem ou dificultam as lutas dos movimentos sociais em direção à autonomia e à emancipação (CUNHA ET AL, 2018). No espaço institucional, buscamos deslocar os modos de gestão burocráticos e centralizados em direção a uma forma participativa; no espaço acadêmico, tensionamos os modos de produção de conhecimento que não dialogam com as necessidades da população, reconhecendo e qualificando os saberes e tecnologias que resultam das práticas sociais locais; e no espaço social, disputamos narrativas que favoreçam a autonomia e a emancipação, combatendo a ideia de empreendedorismo como ideal de liberdade. O LTM e as CAPs são pensados, assim, como fronteiras promotoras de processos de alargamento de acesso aos direitos de cidadania e de desmontagem das fronteiras restritivas ao acesso a esses direitos pelo trabalho de produção compartilhada de um conhecimento crítico, político e formativo (BOCAYUVA, 2013).

De fronteira são também os agentes sociais do território com os quais trabalhamos ao longo dos anos, nesses projetos, na constituição das CAPs, juntamente com pesquisadores e técnicos, como discutimos no capítulo 5, os “analistas práticos” e “especialistas do lugar” (CUNHA, 2005).

2.2 INTERPRETANDO AS COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA-AÇÃO: PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao percorrermos a trajetória do Laboratório Territorial de Manguinhos para realizar a pesquisa como sistematização e reflexão crítica sobre o Método CAP foram sendo evidenciados os caminhos teórico-metodológicos por nós explorados para conformar as diferentes CAPs que experimentamos no curso dessa trajetória. Isso nos propiciou que fizéssemos também a sistematização dessas referências que balizaram nossa abordagem de constituição e análise das CAPs. Essa sistematização é, pois, o objetivo deste tópico e inclui os seguintes temas: a CAP e a pesquisa participante; o ciclo da comunicação como esquema operativo e analítico das CAPs; o cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP; e o lugar-favela enquanto espaço de trabalho cotidiano.

2.2.1 A CAP e a pesquisa participante

A metodologia CAP é uma contribuição às reflexões sobre a pesquisa participante no contexto urbano de favelas e no contexto de um convívio cotidiano com territórios em intensos movimentos e dinamicidade. Visa a construir “inéditos viáveis” a partir da afirmação de laços de confiança e afetos. Como crítica científica e política, alinha-se ao campo da pesquisa participante, compartilhando os princípios convergentes das suas diferentes modalidades, entre os quais destacamos os seguintes: a realidade social como ponto de origem da pesquisa bem como a experiência cotidiana de vida dos indivíduos e coletivos; a contextualização dos processos, estruturas, organizações e os sujeitos da pesquisa em sua dimensão histórica; a produção de um conhecimento articulando os saberes científicos e os saberes populares a partir de uma relação entre sujeitos do conhecimento por e da vinculação entre teoria e prática, do exercício da práxis, em que as questões e os procedimentos da pesquisa vão sendo definidos ao longo das ações, respeitando a autonomia de seus sujeitos. Compartilhamos com Brandão a premissa de que, no exercício da pesquisa

participante, “a investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social” (BRANDÃO, 2007, p. 55, (a)).

Segundo Brandão, a ideia de uma compreensão totalizante da realidade social, nas experiências históricas da pesquisa participante e da educação popular, estavam vinculadas às referências dos paradigmas científicos em torno das ideias holísticas e transdisciplinares, com uma perspectiva dialética centralizadora. Atualmente, a interação dos paradigmas antigos com as novas correntes de pensamento coloca novas e múltiplas alternativas em diálogo e a compreensão da totalidade de uma realidade social inclui a integração de todos os conhecimentos e das múltiplas perspectivas envolvidas para conhecer tal realidade (BRANDÃO, 2007, p. 56 (a)).

A partir desta perspectiva, Brandão, em diálogo com Boaventura de Sousa Santos, aponta que a atualização de propostas de pesquisa participante passa por caminhos que humanizem a ciência. Ele destaca que

A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável; a vida que compartilhamos uns com os outros; o mundo e os infinitos círculos de realização do Cosmos de que nós, os seres humanos, somos parte e partilha. (BRANDÃO, 2007, p. 57 (a)).

Brandão encontra convergência entre os pensamentos de Boaventura, Paulo Freire e Orlando Fals Borda, no entendimento da pesquisa como uma abertura ao diálogo e “que sirva ao encontro entre pessoas humanas que se reúnem através de suas diferenças para criarem saberes que façam definhar e desaparecer de seus mundos as desigualdades”, solidariamente se reconhecendo como sujeitos de conhecimento (BRANDÃO, 2007 (b), p. 42). Em nossa compreensão, uma pesquisa que exercita a igualdade, que todos temos de pensar, sentir e aprender, como princípio

Brandão toma como base o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, proposto por Boaventura de Sousa Santos, para indicar caminhos de atualizações da pesquisa participante, na medida em que este paradigma se assenta na humanização da ciência e do conhecimento científico, enquanto “seja uma forma de conhecimento que atribua um verdadeiro sentido humano à revolução científica que bate as nossas portas” (BRANDÃO, 2007 (b), p. 43). Nesse sentido, Brandão conclui que o chão da pesquisa participante e seu desafio atual, em alinhamento com este paradigma, é

no sentido de deslocar o lugar de criação do conhecimento e das trocas de sentido e de valor da vida através de saberes, de significados, de sensibilidade de sociabilidade, do domínio de regulação do estado centrada em si mesmo ou do mercado centrado no interesse utilitário para o domínio alternativo da comunidade (BRANDÃO, 2007 (b), p. 46).

Em outras palavras, significa dizer que a descolonização do conhecimento centrado no mercado e no Estado, ou na lógica da ciência ocidental branca, sexista e racista, passa pelo diálogo com os “grupos humanos não colonizados pela lógica e pelos desejos do mundo dos negócios” (BRANDÃO, 2007 (b), p. 46).

A pesquisa-ação, enquanto modalidade da pesquisa participante é um trabalho artesanal, que busca uma mudança de modos de pensar e de conhecer por meio da educação popular como uma contribuição ao paradigma emergente proposto por Boaventura. Como diz Brandão, ela representa “um esforço a mais de um processo de emancipação muito importante”, em que buscamos contribuir para “a criação e fortalecimento em direção à autonomia e à consolidação de redes” em territórios de favelas e destes com as redes mais amplas da cidade e da sociedade em geral (BRANDÃO, 2007 (b), p. 47). Ela também atua em favor dos movimentos contra-hegemônicos em diferentes frentes de lutas das populações dos territórios de favelas e de tantos outros.

Michel Thiollent e Maria Madalena Colette compartilham com Boaventura de Sousa Santos a visão de a pesquisa-ação ser o eixo da universidade do século XXI, enquanto estratégia de promoção da ecologia de saberes como possibilidade de interação entre os conhecimentos científicos e saberes populares para reorientação da relação sociedade-universidade (THIOLLENT, COLETTE, 2013). A pesquisa-ação é, na nossa experiência, um caminho de diálogo e de construção de novas práticas acadêmicas e institucionais, como propõem os autores.

A convergência de Carlos Rodrigues Brandão e Michel Thiollent com Boaventura reside no fato de que os três assumem a pesquisa-ação, em particular, como caminho para a humanização da ciência e a descolonização do saber. Assim, concebemos também a CAP, compreendida como uma metodologia colaborativa não extrativista, como propõe Boaventura no âmbito das Epistemologias do Sul, a partir do trabalho de produção compartilhada de conhecimentos com os moradores de Manguinhos e de outras favelas do Rio de Janeiro (SANTOS, 2017).

Thiollent e Colette (2013) destacam que um dos desafios que estão postos diz respeito

à cientificidade da pesquisa-ação e à sua viabilidade acadêmica. Boaventura inclui essa questão como uma das tarefas das Epistemologias do Sul. Essa tarefa consiste em, reconhecido o epistemicídio decorrente do monopólio da produção do conhecimento científico, construir os meios de legitimação de outras formas de saber que não se encaixem nos critérios científicos de legitimidade (SANTOS, 2017; FASANELLO, 2018).

Uma das maneiras de formular a questão da legitimidade do conhecimento é colocar a centralidade na qualidade da informação científica que informa os processos políticos de tomada de decisão da sociedade, como propõe Funtowicz e Ravetz na formulação de uma Ciência Pós-Normal – CPN. A CPN é uma das estratégias de equacionamento das incertezas epistemológicas, que se aplica aos problemas cujo controle da qualidade foge aos métodos controláveis de laboratório, como são os problemas complexos implicados em sistemas sócio-técnicos, os problemas, como aqueles que envolvem questões ambientais e riscos tecnológicos (FUNTOWICZ, RAVETZ 1997). Como são os problemas do campo da saúde coletiva.

A tensão entre a teoria e a prática, segundo os autores, é equacionada através do conceito de qualidade, compreendida como uma propriedade dos sistemas reflexivos. A qualidade, mais do que uma verdade inatingível ou bem simplista, deve ser o referencial para a concepção do real nas sociedades contemporâneas. A complexidade passa a ser reconhecida pela comunidade ampliada de pares e a reflexividade realizada pela elaboração de fatos ampliados, enquanto captura dos fenômenos por essa comunidade ampliada, que se dá através do diálogo na pluralidade de visões e valores, e compartilhamento de responsabilidades acerca das incertezas explicitadas (FUNTOWICZ, RAVETZ 1997).

A ideia de experiência como “a multiplicidade unificada e contínua do conhecimento”, expressa por Walter Benjamin, vem de encontro a essas reflexões. Benjamin buscava situar o conceito de experiência como um saber juntamente com o conhecimento, buscando compreender suas qualidades (BENJAMIN, 2019, p.47). Trata-se de situar historicamente o conhecimento e igualmente buscar a verdade da experiência como um desafio epistemológico e ético. Importa, em outras palavras, validar epistemologicamente uma imensa variedade de experiências, superando o impasse epistemológico sobre a natureza da experiência e sua qualidade (LIMA & BARRETO, 2013).

A ideia que construímos das coisas, da realidade, do mundo, resulta da capacidade humana da contemplação, de um pensamento elaborado, que é inerente ao humano, tanto

quanto a capacidade da razão. Ao analisar a questão da experiência em Benjamin, Cidiane Lobato afirma:

Para Benjamin, a verdade não é derivada apenas de conceitos abstraídos pela razão e expressos através do logos (palavra grega para se referir à “linguagem racional” ou “conceitual”), mas também produzida a partir de uma interpretação objetiva das ideias produzidas em lugares onde o *mythos* (palavra grega para se referir à “linguagem narrativa” ou “mitológica”) tem valor fundamental, como nas Religiões, nas Artes e, mesmo, na Filosofia... a verdade produzida pela Filosofia é de natureza diversa daquela produzida pela Ciência e o pensamento de Benjamin a respeito pode ser traduzido no seguinte: enquanto a Ciência é o lugar de conhecimento da construção de conceitos, a Filosofia é o lugar de conhecimento da construção de ideias (LOBATO, 2011, p. 114).

Dialogando com estes autores, podemos considerar que a pesquisa-ação, enquanto compartilhamento de uma multiplicidade de experiências, conhecimentos e visões de mundo, tem como objetivo a garantia da qualidade da informação para os processos de tomada de decisão. Para tal, formula fatos ampliados por uma comunidade ampliada e aproxima a realidade da “verdade”, promovendo o encontro solidário de saberes, não como um idealismo utópico paralisante, mas como elaboração de um “inédito viável” e no âmbito do “viável histórico” (FREIRE, 2001). Nessa interpretação, os critérios de sucesso da pesquisa “não são mais idealizados na verdade, ao contrário, num complexo realístico e na qualidade reflexiva” (FUNTOWICZ, RAVETZ, 1997, p. 792). Assim compreendida, a pesquisa-ação configura-se como uma Ecologia dos Saberes, articulando diálogos horizontais entre as várias experiências e a multiplicidade de conhecimentos existentes em torno das lutas e alternativas a vários problemas da atualidade, que são produzidos a partir das práticas sociais, como nos propõe as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2005; 2007; 2010). Como afirma Marina Fasanello, as Epistemologias do Sul

anunciam os saberes como situados, sendo validados localmente a partir de uma opção política que considera a forma como esses afetam os oprimidos. Traz, assim, um desafio ético àqueles que produzem conhecimento, pois os responsabiliza em relação aos efeitos de seus trabalhos no mundo (FASANELLO, 2018, p. 401).

Fundamentados nessa afirmação, podemos assumir que a legitimação desse conhecimento, pode ser dada pela sua qualidade reflexiva, eticamente produzida por uma comunidade ampliada de pesquisa-ação. Esse conhecimento desdobra-se em ações pela própria natureza da pesquisa-ação. Retomamos aqui o que escrevemos no Capítulo 4: um conhecer-saber como criação de vínculos entre pessoas e com o território, em confrontação com a visão do outro em que a dialogicidade é parte da busca de conhecimento.

Parte integrante da pesquisa-ação e desdobramento de conhecimentos coletivamente produzidos, a ação colaborativa dá-se em diversos planos na experiência da CAP, no sentido de contribuir para a descolonização do saber e com as lutas locais por mudanças nas condições de vida e de saúde. Ela abarca o próprio movimento de produção de conhecimentos derivado da problematização coletiva de uma situação-problema por uma CAP, construindo uma outra narrativa sobre o território e os processos que determinam os modos de viver, adoecer e morrer na favela. A circulação desse conhecimento a partir de sua sistematização em materiais impressos e mídias sociais. Bem como as lutas cotidianas para conquistas de acesso a direitos no território, como foi a luta pela implantação da Atenção Básica em Manguinhos, no âmbito do projeto Teias Escola, juntamente com a conquista da implantação de um Conselho Gestor Intersetorial. Outra forma de ação efetiva-se no plano da promoção da integração interinstitucional, como foi a articulação com a Defensoria Pública que deu sustentação às lutas por direitos como à moradia e contra a violência policial nas favelas, demandada pelos movimentos sociais de favelas. Articulação que resultou na organização conjunta de audiências públicas e na proposição de ação civil pública. Por outro lado, é importante destacar também que tensionando questões bastante simples, mas altamente burocratizadas, como o pagamento de diária de campo para o morador de favela, estamos agindo no sentido de mudanças institucionais importantes.

Diz Boaventura que devemos olhar a luta e a resistência no plano mais amplo da vida, pois quem luta se diverte, desiste, resiste. Nesse sentido, as ações da CAP também se concretizam enquanto compartilhamento não só das lutas e resistências, mas do viver e do se divertir enquanto formas de consolidar afetos e confiança para prosseguir juntos. Assim, para nós, refletir sobre o trabalho que fazemos juntos significa uma conversa num bar, almoçarmos no morro depois de uma reunião, trocar impressões via WhatsApp, inclusive “fofocar” sobre questões institucionais ou comunitárias, e até participar de reunião política em torno de uma candidata ao Parlamento.

Enfim, nossa ação aponta no sentido daquilo que coloca Fasanello, “da criação de um algo comum, seja um bem comum, um saber novo comum, ou respostas comuns a problemas comuns e urgentes porque enfrentam a negação da humanidade de certas populações”, colocadas do lado de lá da linha abissal (FASANELLO, 2018, p. 409).

A ideia de artesanias enquanto “trabalho completado em situação, mas sempre a recomençar, que usa os recursos conhecidos para criar algo sempre novo” (FASANELLO, 2018, p. 409) dialoga com a metodologia CAP enquanto um processo de realização de ciclos

de comunicação de produção-circulação-apropriação. Eles vão se ampliando conforme vamos evoluindo no itinerário de produção de conhecimentos sobre uma temática no território e concretizam o sentido da CAP como um trabalho artesanal em espiral. Esse trabalho em espiral busca materializar uma Promoção Emancipatória da Saúde, em interação com o cotidiano do território, procurando, de diferentes maneiras, promover a apropriação dos conhecimentos e a produção de sentidos, como caminho de promoção da autonomia dos sujeitos das CAP. É a apropriação e os sentidos criados que transformam os ciclos em espiral.

2.2.2 O ciclo da comunicação: esquema operativo e analítico das CAPs

O ciclo da comunicação é a referência operativa e analítica das CAPs. Nós nos apropriamos, aqui, do modelo concebido por Inesita Soares Araújo no campo da comunicação, que foi desenvolvido com a finalidade de contribuir para o planejamento em saúde (ARAÚJO, 2004).

Araújo propõe o modelo considerando o ciclo produtivo simbólico por inteiro, isto é, envolvendo a produção, a circulação e a apropriação ou consumo da informação e do conhecimento (ARAÚJO, 2004; 2006). Nos processos de comunicação, as pessoas apoderam-se dos conhecimentos criando sentidos sociais, assim como constituem vínculos entre elas. Dessa forma, mais que repetições, o ciclo anuncia fronteiras a serem cruzadas pela apropriação e pela criação de novos sentidos. Por isso dizemos que os ciclos das CAPs vão se conformando em espirais de produção-circulação-apropriação, que vão se ampliando a cada movimento do ciclo.

O ciclo da comunicação como norteador das ações das CAPs, orienta a produção e a circulação de sentidos, a partir da compreensão sobre como os problemas e processos de vulnerabilização do território são historicamente construídos, para elaborar uma narrativa compreensiva, capaz de contribuir para o enfrentamento desses problemas e processos por parte dos agentes sociais locais e movimentos sociais. O ciclo da comunicação busca, assim, dar visibilidade às experiências e aos saberes dos agentes sociais que participam das CAPs em um determinado território e que, ao se apropriarem dos conhecimentos sobre a realidade, criam novos sentidos para suas vidas e suas lutas.

O modelo de comunicação proposto por Araújo se caracteriza como um mercado simbólico, no qual o circuito produtivo é mediado por uma permanente negociação. O que está sendo negociado nesse mercado é, em última análise, o poder simbólico, a prerrogativa

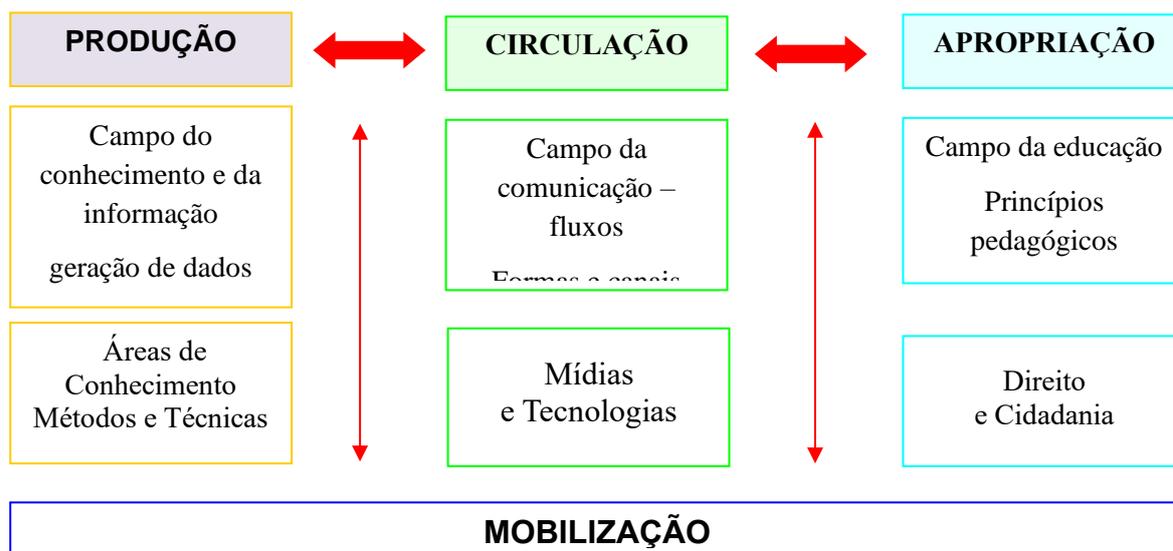
de se fazer ver e interpretar a realidade sob determinada ótica. Estabelece-se, então, uma concorrência entre várias perspectivas possíveis sobre os fatos sociais, as quais engendrarão modos diferentes de agir sobre a realidade (ARAÚJO, 2004; BRANDÃO; ARAÚJO; CARDOSO, 2002).

Nesta compreensão, os vários discursos circulantes sobre um dado problema ou tema (doença, poluição, acidentes etc.) – produzidos por órgãos federais, estaduais e municipais de saúde, ONGs, igrejas, organismos de extensão universitária, laboratórios farmacêuticos, pelo conhecimento tradicional e mítico, pela mídia, entre outros, em todas suas inúmeras possibilidades – competem entre si por uma maior legitimidade perante a população, no que respeita ao modo de interpretar o problema e suas causas e ao modo de combatê-lo. A busca dessa legitimidade é o primeiro e indispensável passo para agir sobre as práticas sociais, que, de alguma forma, as várias comunidades discursivas – grupos e pessoas que enunciam suas narrativas e elaboram estratégias de comunicação – comendo, articulando e desenvolvendo alianças ou antagonismos (BRANDÃO; ARAÚJO; CARDOSO, 2002).

O modelo, segundo Araújo, pretende ser a representação da prática comunicativa nos processos de intervenção social que dão concretude às políticas públicas (ARAÚJO, 2004). Para o LTM, o ciclo da comunicação é um esquema operacional que organiza os Itinerários das CAPs de forma sistêmica – produção, circulação e apropriação. Isto é, ele nos orienta na interação com os territórios em que atuamos, não só para produzirmos conhecimentos sobre determinado tema, mas também na sua circulação a partir de estratégias de compartilhamento, particularmente as que favoreçam a apropriação das experiências e conhecimentos partilhados e a produção de novos sentidos sociais.

No ciclo da comunicação, a produção, a circulação e a apropriação se retroalimentam num permanente movimento de interação e mobilização dos agentes sociais. A intenção é problematizar situações- problemas do território, envolvendo os conhecimentos científicos e saberes populares, as tecnologias e os canais de circulação, e princípios e mediações na perspectiva da Educação Popular, que favoreçam a apropriação dos conhecimentos para as lutas sociais por direitos de cidadania. A forma esquemática linear do ciclo, apresentada na Figura 1, foi produzida em 2004, como recurso explicativo para localizar os domínios dos conhecimentos em cada dimensão do ciclo.

Figura 1 – Representação esquemática do ciclo da comunicação



Fonte: própria autora

A produção inscreve-se no domínio das áreas de conhecimento, disciplinas, métodos e técnicas para a geração de dados e informações, isto é, dos saberes acadêmicos, em diálogo com os saberes dos moradores. No LTM é operacionalizada pelas CAP, como forma de superar os métodos de produção de conhecimentos, que usualmente não dispõem de instrumentos e métodos para ouvir outras vozes que não aquelas dos seus profissionais especialistas.

A circulação se dá no domínio dos meios, mídias e tecnologias de comunicação e informação. É ela que “confere existência aos produtos simbólicos, que os tira do âmbito privado e os torna de fato público” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:75). Através dos seus fluxos, das formas e dos canais, constitui o campo propriamente dito da comunicação. Sob essa perspectiva, encontram-se os materiais e meios, materializados pelos documentários, pelos jogos interativos, pelos impressos como a literatura de cordel, relatórios, artigos científicos, cadernos de oficinas, entre outros, e também pelo site do LTM na internet, que funciona como um repositório desse acervo. Assim como pelas atividades coletivas, a exemplo das oficinas de discussão, espaço privilegiado de compartilhamento e circulação de informações e conhecimentos sobre o território.

A apropriação, por fim, fecha e ao mesmo tempo amplia a espiral do ciclo da comunicação. Ela é o “lugar que define se a comunicação se realiza ou não e que sentidos finalmente dela resultarão” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:75). É do domínio do direito e

da cidadania, e do âmbito da educação e dos princípios pedagógicos que norteiam os fluxos, formas e canais de comunicação que são estabelecidos. Através das oficinas de discussão, dos encontros e da circulação de materiais produzidos pelas CAPs, buscamos promover a apropriação dos conhecimentos e da informação, na perspectiva da Educação Popular, ampliando assim os circuitos de troca, que faz da CAP um trabalho em espiral.

O ciclo da comunicação, como estratégia de comunicação que organiza a CAP, é explicado por Inesita Araújo como

(...) o modo como se ativa algum fragmento desse circuito e como se participa do mercado simbólico, lugar onde os sentidos sociais são produzidos. Se pensarmos que a prática discursiva está submetida a condições de desigualdade do poder simbólico – poder de constituir a realidade – e se pensarmos na noção de intertexto e interdiscursividade presentes na formação dos sentidos sociais, teremos que pensar que é imprescindível perceber como relevante o processo de formação dos sentidos sociais. No fim da linha, estão conceitos como liberdade, democracia, cidadania, política. A perspectiva do mercado simbólico é um modo de compreender como se formam os sentidos sociais, portanto, como se formam as condições de percepção e ação das pessoas sobre o mundo (ARAÚJO, 2004, p.170).

O ciclo da comunicação não é um processo linear, como ensaiamos anteriormente (Fig. 1). Ao contrário, o circuito produtivo da comunicação proposto por Araújo “é um modelo reticular, multipolar, multidirecional, desenvolvido para compreensão da prática comunicativa no campo das políticas públicas”, ancorado em um quadro conceitual próprio do campo da comunicação, no qual Inesita atua (ARAÚJO, 2004, p.173).

A apropriação que fizemos da ideia de ciclo da comunicação proposto pela autora numa perspectiva operativa e analítica também toma a forma de uma espiral que se expande a cada movimento do Itinerário de uma CAP. A espiral é, simultaneamente, uma representação e uma categoria analítica para pensarmos o trabalho que, ao mesmo tempo, se amplia e não pode parar, visto que “a espiral se move sob ritmo da urgência. A urgência que impõe a necessidade de acumular ações e estabelecer um leque de interlocuções”, própria de territórios submetidos a múltiplos processos de vulnerabilização, como as favelas (CUNHA, 2010, p.820).

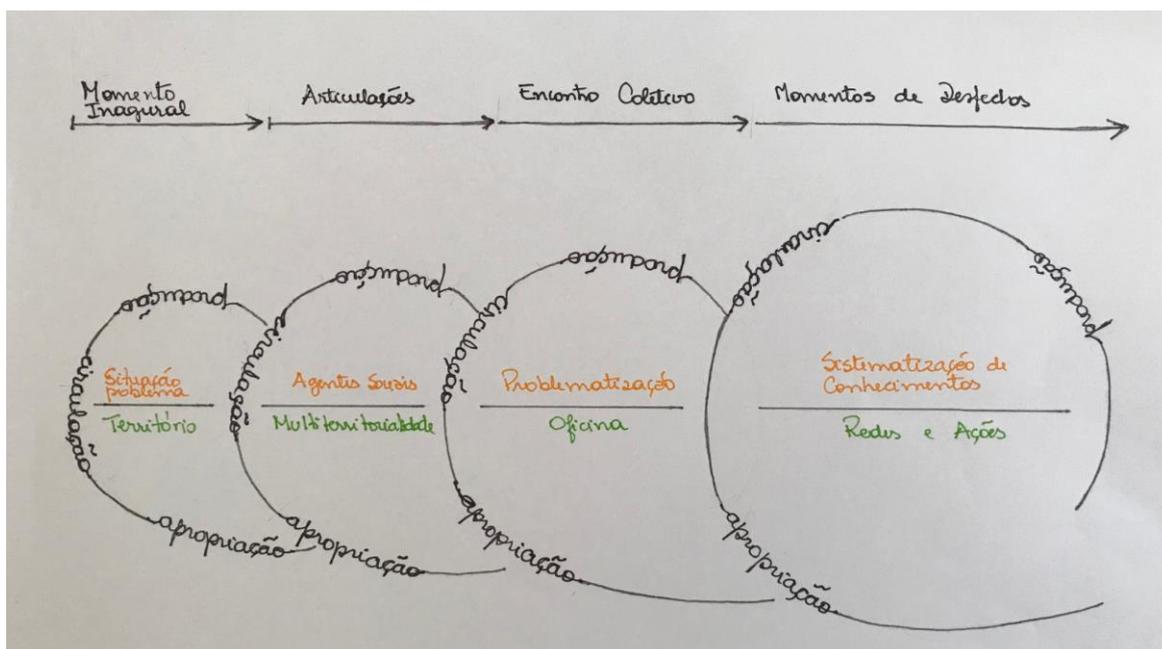
Na verdade, o percurso que denominamos de Itinerário CAP para a produção de conhecimentos sobre determinada situação-problema colocada pelo território não tem um ponto final, e se compõe de muitos ciclos comunicativos. Ao contrário, envolve uma diversidade de atividades em continuidade a cada ciclo, que caracteriza nosso trabalho em espiral, e depende da temática e dos contextos, desde os contextos pessoais dos agentes

sociais, até os contextos mais amplos do território e da cidade.

A Figura 2, apresentada adiante, é uma tentativa de representar o trabalho em espiral de uma CAP, com os seus ciclos de comunicação constituintes do seu Itinerário. Foi elaborada no âmbito do projeto Método CAP, ao qual esta tese se insere. O que buscamos representar nessa ilustração é o que nomeamos como Itinerário de uma CAP, i. e., todos os movimentos, no tempo e no espaço, em que a CAP se desdobra, considerando todas as estratégias, dinâmicas, atividades e produções que resultam dos percursos trilhados.

O início, o movimento inaugural, acontece quando o território coloca uma situação-problema, e se estrutura um Núcleo CAP, que coordena a realização do trabalho. Esse trabalho em espiral, portanto, inclui a interação e a escuta do território, a elaboração da temática, as articulações, a problematização e a sistematização e a circulação dos conhecimentos e das informações produzidos, abrindo caminho para a implementação de ações e a ampliação ou a criação de redes de interlocução-ação.

Figura 2 – Representação gráfica do trabalho em espiral da CAP



Fonte: próprio autora

Importa destacar que em cada movimento do Itinerário acontece a produção, a circulação e a apropriação do que está sendo partilhado – conhecimentos, saberes, experiências, técnicas, habilidades, etc. Na medida em que o Itinerário de uma CAP avança,

ampliam-se os circuitos de trocas e os círculos de inclusão de agentes sociais do território no ciclo de comunicação.

A espiral da CAP, comportando ciclos cada vez mais ampliados, não se refere a uma temporalidade, mas a um esquema referencial para pensarmos, operacional e analiticamente, nosso processo de trabalho como um todo comunicativo. O trabalho das CAPs é sempre em espiral. São construídos ciclos de produção, circulação de conhecimentos e informações e respostas aos problemas, que vão se ampliando na medida em que todos vão se apropriando e criando novas maneiras de estar juntos, novos materiais, novas formas de enfrentar e resolver problemas. Nessa espiral sempre cabe mais um que queira contribuir para o diálogo, para pensar o território e realizar ações para as mudanças necessárias.

Atentos às desigualdades que nos desafiam em cada dimensão do ciclo comunicativo, fazemos de cada Itinerário um exercício de superação dessas desigualdades. Os espaços de produção de conhecimentos, enquanto domínio de poder dos sujeitos da CAP, é o lugar por excelência e dever do exercício da igualdade, de justiça epistêmica ou cognitiva, em que os saberes, os conhecimentos e as narrativas sobre a realidade são igualadas em valor.

Trabalhar em espiral, sob a perspectiva de estar sempre acolhendo novos sujeitos, conhecimentos, experiências, práticas e linguagens constitui-se em um desafio pois implica em se deixar afetar, como foi assinalado anteriormente. E se, por um lado, afetar-se dá potência aos movimentos da CAP, ao seu trabalho e aos seus desdobramentos, por outro, esta afetação traz desafios, no sentido de nos colocar sempre diante de uma problematização, de uma nova situação-problema, e nos confrontar com nossos próprios pressupostos. Não é um desafio fácil a ser enfrentado no âmbito de relações de poder na sociedade e no campo científico.

Todas as formas e estratégias para o diálogo, bem como a elaboração de materiais que sistematizam o conhecimento, são pensadas no sentido de favorecer a circulação e a apropriação. Buscamos assim superar as desigualdades das condições de se fazer circular as narrativas produzidas no e pelo território, pois segundo Araújo e Cardoso (ARAÚJO, CARDOSO, 2007) é na circulação que se produz mais fortemente a exclusão social pela hegemonia dos sentidos dominantes que silenciam os demais. O silenciamento sobre as narrativas produzidas nas e pelas favelas sobre suas formas de vida e cultura é uma das estratégias de invisibilização, uma vez que, no mundo simbólico, nada assume existência antes de ser posto em circulação, como afirmam as autoras.

Pensar a CAP como a realização de ciclos de comunicação é pensar conteúdo-linguagem-forma como expressão do conhecimento produzido, em formatos para a circulação que favoreçam e potencializem os processos de apropriação, que alimente as trocas ao longo de todo o Itinerário. Mas também, com outros espaços de trocas como os movimentos sociais, academia e redes sociais.

Para o LTM, cumprir um ciclo comunicativo de produção-circulação-apropriação é entrar no mercado simbólico da disputa do discurso sobre a produção do território e seus problemas de saúde e ambiente. Nossa proposta é participar da constituição de novos modos de produção de conhecimento e informação, elaborando outras narrativas a partir do encontro de saberes acadêmicos, populares, vivenciais, etc., e também novas formas de circulação do conhecimento assim produzido, que ampliem os circuitos de troca com a população e crie arenas de mediação para a apropriação e a reelaboração constante desses conhecimentos.

Constituir a CAP na perspectiva do ciclo da comunicação é pensá-la como estratégia de diminuição das desigualdades na produção e na circulação do conhecimento e da informação. As desigualdades ou assimetrias na produção expressam-se na propriedade dos meios de produção, no lugar de interlocução, na condição econômica e no lugar do interlocutor na topografia social e institucional (contexto situacional). Na circulação, manifestam-se nas condições de se fazer circular os sentidos sociais, dado que é a circulação que confere existência aos produtos simbólicos (ARAÚJO, 2004, p. 173).

Fazemos da circulação de informações e conhecimentos, em diferentes meios e formas (impresso, mídias sociais, encontros, oficinas), ao mesmo tempo processo e produto, na medida em que ela tem lugar no diálogo entre as pessoas e na disponibilização dos materiais. A circulação é o desdobramento da produção, mas a rigor em todos os movimentos do Itinerário CAP estamos circulando informação e conhecimentos. Desde o primeiro diálogo entre pesquisadores e moradores, estendendo-se nas conversas informais, nas atividades como reuniões, oficinas, visitas ao território, entre outras formas organizadas de troca, estamos circulando conhecimentos, informações e experiências.

O ciclo da comunicação estrutura o sentido do trabalho e da operacionalização da participação comunitária por meio da produção compartilhada de conhecimentos por CAP. Objetiva contribuir para superar a “cultura do silêncio”, que de um lado é imposta pelas monoculturas dos saberes, do tempo, etc., mas também “como algo próprio aos oprimidos em que se amuralham... para defender-se, preservar-se, sobreviver, que resulta em ‘áreas de

silêncio’, principalmente nas grandes metrópoles” (FREIRE, 2002:82-83; PORTO, PIVETTA, 2009).

Em síntese, o ciclo da comunicação faz da CAP um espaço de negociação de sentidos e de legitimação dos conhecimentos compartilhadamente produzidos, e se constitui em estratégia de enfrentamento da colonização dos saberes não hegemônicos.

2.2.3 O cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP

O significado do cotidiano enquanto engrenagem da dinâmica da metodologia CAP nos é dado a perceber a partir do exercício de distanciamento para a sistematização da experiência do Laboratório Territorial de Manguinhos – LTM, ao longo da nossa experiência diretamente ligada a esse território.

Como uma instância permanente de pesquisa-ação, o LTM foi se fixando no cotidiano de Manguinhos, estabelecendo fortes interações, vivências e compartilhamentos com as moradoras e os moradores do lugar. Este vivenciar é potencializado pelo fato de sermos servidores no campus Fiocruz, sediado no território, e pelas trocas com seus moradores, decorrentes da atuação profissional em pesquisa e intervenção nos campos da promoção da saúde e da educação popular, e, sobretudo, pelas escolhas nos modos de pesquisar e intervir numa perspectiva de compartilhamento de saberes, no diálogo entre pesquisadores e moradores.

Desde o começo, em 2002, fomos tecendo uma ampla rede de relações com agentes sociais do território. Seu ponto de partida foram as parcerias voltadas para a constituição do PROVOC DLIS, programa de vocação científica para o ensino médio criado pelo LTM para inserir jovens moradores de Manguinhos no projeto. Essa iniciativa foi tomada conjuntamente com professores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e moradores militantes da Rede CCAP¹⁹. A formação da primeira turma de adolescentes e jovens moradores de Manguinhos como aprendizes-bolsistas do PROVOC DLIS, em 2003, foi uma etapa importante para o início do diálogo com o território.

Desde então, passamos a interagir continuamente com moradores e moradoras e os movimentos sociais do território, iniciado com o Fórum Acorda Manguinhos no âmbito

¹⁹ A Rede CCAP é uma OSCIP oriunda do Centro de Cooperação e Atividades Populares (CCAP), que a partir de 2003 se configurou como uma rede de vários empreendimentos em Manguinhos. Para conhecer mais sobre a organização, visitar o site http://redeccap.org.br/novo_site/ e a página no Facebook, Rede CCAP.

do Programa DLIS, dando lugar, depois, a constituição do movimento denominado Agenda Redutora de Violências no Local. No final de 2006, a interlocução com o Ministério das Cidades²⁰ deu origem a uma grande mobilização dos agentes sociais em torno do PAC Manguinhos, anunciado em 2007, que culminou com a constituição do Fórum Social de Manguinhos, em 2008. Esse importante movimento ao qual nos integramos desde sua constituição e na implementação das atividades, articulou a participação dos moradores nas definições do PAC.

A partir de 2009, simultaneamente aos trabalhos de acompanhamento e avaliação coletiva do PAC, nós nos inserimos no programa Territórios Integrados de Atenção à Saúde – TEIAS Escola Manguinhos. Iniciativa da Fiocruz para a gestão da Atenção Básica em Saúde no território e formação de recursos humanos para o SUS, na perspectiva da Promoção da Saúde. O TEIAS tinha como um dos eixos centrais a gestão participativa calcada em um Conselho Gestor Intersetorial (CGI), de cuja organização e discussão do regimento participamos. Em 2010, após amplo movimento de mobilização, foram eleitos os conselheiros para a primeira gestão do CGI, reunindo representantes de diversos segmentos da população, bem como gestores e profissionais de saúde do território, e, por indicação, profissionais da área da educação e da assistência social.

A participação em todos esses movimentos permitiu que constituíssemos uma rede de relações com os moradores, profissionais de saúde e de educação que atuam no território. Essa rede vem nos permitindo estabelecer, ao longo desses anos, ciclos de comunicação com o território, mediante a implementação de diferentes projetos de pesquisa e intervenção, e com eles aprendendo, em uma espiral de apropriações. Enfim, nós nos enraizamos em Manguinhos.

No diálogo com o território, o cotidiano se apresenta como o espaço instituinte onde afloram as possibilidades e as impossibilidades de produção da saúde e da vida. Um “cotidiano invisível” (MARTINS, 2014), complexo e de múltiplas vulnerabilidades e potências, que emerge nas narrativas dos moradores, nos diferentes espaços de diálogo que compartilhamos. As potências inscritas nas pessoas conformam e moldam o nosso modo de trabalho e fazem da CAP um movimento de vida.

²⁰ Realização do Seminário “Redução da vulnerabilidade socioambiental na Região Maré Manguinhos na Cidade do Rio de Janeiro”, no dia 18 de dezembro de 2016, na ENSP. Segundo os movimentos sociais, este seminário foi o marco da inclusão de Manguinhos no PAC, e contou com a presença de pesquisadores da ENSP/Fiocruz, de representantes comunitários, do deputado federal Babá (PSOL-PA), que articulava emenda parlamentar para Manguinhos, e do coordenador da Unidade Gestora de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, Cezar Eduardo Scherer.

Os caminhos metodológicos, enquanto movimentos emancipatórios, são encontrados andando ao lado um dos outros – esse é o sentido dos modos de trabalho das CAPs. Andar ao lado, como forma de geografizar nossa posição nas relações de troca, bem como o nosso compromisso ético com a produção compartilhada de conhecimentos (SOUZA, 2010).

Essa trajetória, marcada pelo trabalho artesanal das CAPs, está estreitamente vinculada às possibilidades colocadas pelo território. Um pacto não formalizado dos pesquisadores com agentes sociais desse lugar, no sentido de construir possibilidades de compreensão dos processos de determinação social da saúde por meio dos recursos oferecidos pelo território e de ação sobre eles.

O cotidiano é tomado como uma categoria analítica para refletirmos sobre nosso trabalho: como espaço-tempo e como condição de possibilidades, de nele estando imersos, refletir em que dimensões nos afeta e nos inunda de descobertas, de um lado, e ao mesmo tempo orienta nossos movimentos e muda os caminhos da pesquisa, por outro. Também para compreender como o compartilhamento, nesse espaço-tempo, entre moradores e pesquisadores vai formando e reformatando subjetividades e produzindo conhecimentos, autoconhecimentos, e assim constituindo uma rede de afeto e confiança, permitindo dar visibilidades aos processos de produção da saúde no território.

O cotidiano como engrenagem das dinâmicas da CAP significa que o processo de trabalho deixa-se impregnar pela realidade do território, incorporando seus problemas, os eventos que impactam a vida dos moradores e também seus desafios. Para a pesquisa – cuja dinâmica é definida apenas pelos pesquisadores, e ditada pelo tempo acadêmico e pela demanda dos projetos –, incorporar as questões trazidas pelo território aponta para novos problemas de pesquisas. O artesanato, então, significa inventar técnicas de pesquisa e abordagens ajustadas à natureza desses novos temas.

Viver o cotidiano é estar aberto ao imponderável. O mergulho no cotidiano requer a prontidão na tessitura do artesanato frente às agendas urgentes colocadas pelo território, assim como o compromisso em assumir como nossa a pauta dos moradores. Por exemplo, o problema do trânsito agravado pelas obras do PAC, colocado em uma reunião do Conselho Gestor Intersetorial, desdobrou-se para a questão da habitação e das enchentes, resultando em um estudo dos problemas do PAC realizado com um grupo de moradores, parceiros de outras instituições e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho conjunto gerou um relatório técnico, que, juntamente com a mobilização política dos moradores, deu origem a uma audiência pública sobre os problemas de moradia em favelas

e à impetração de ação civil pública sobre habitação em Manguinhos, por parte da Defensoria (PIVETTA ET AL, 2016).

Esse exemplo mostra comprova cabalmente que o cotidiano do território é um espaço-tempo, no qual as estruturas em ação nos desafiam o tempo todo para o trabalho que ao mesmo tempo que se amplia, não pode parar, exigindo nossa prontidão científico-técnico-política, enfim um artesanato em espiral.

Lindón (2004), ao recuperar a ideia de cotidiano de Lefebvre “como a trama das 24 horas de um dia qualquer e de um sujeito qualquer”, destaca que

(...) o dilema sociológico da relação micro/macro: a trama de um dia contém fragmentos da história do mundo e da sociedade – na narrativa de um dia Lefebvre coloca a presença e a emergência dos componentes da vida cotidiana: o espaço, o tempo, as pluralidades de sentido, o simbólico e as práticas (LINDÓN, 2004, p.41).

Lindón-Lefebvre induzem-nos a pensar o cotidiano como o lugar da ação e o espaço da reprodução social, mas também como um lugar de transformação. Nesse sentido, o cotidiano considerado um espaço-tempo de interação com o território, que favorece a elaboração de uma visão compreensiva dos processos de determinação da saúde. Ele articula os “fragmentos da história do mundo e da sociedade”, enfim as dimensões estruturais que produzem e se reproduzem no território, com o agenciamento dos agentes sociais, possibilitando estabelecer as relações micro-macro e a “emergência dos componentes da vida cotidiana” que produzem a saúde (PORTO ET AL, 2014).

Apontando na mesma direção, Martins afirma que encontramos a produção social inovadora nas ações cotidianas. Devemos, diz o autor, estar atentos para reencontrar a historicidade da ação e da práxis nas invisibilidades da vida cotidiana, e para compreender os processos cotidianos e suas relações com estruturas sociais profundas e datadas, duradouras e ocultas. Um cotidiano que é fragmentário, fugaz, episódico, espaço do instantâneo, do evento (MARTINS, 2014, p. 10). Tais dimensões emergem das narrativas dos moradores e moradoras como invisibilidades nos processos de produção da saúde e da doença.

Importante destacar que José de Souza Martins recusa a ideia da vida cotidiana como alienante, porque discorda da afirmação que alienação “é mera manifestação de falsa consciência e de incapacidade política para superar contradições”. Segundo ele, a alienação é um recurso na luta contra o “risco de se tornar objeto de engenharia social e política”

(MARTINS, 2014, p. 17), na medida em que ser e consciência são “resultados recíprocos do processo, e neste sentido, a consciência não pode ser tomada apenas como alienação, mas também como mediação crítica da história, produto e interpretação da experiência, isto é, da contradição e das lutas sociais” (MARTINS, 1989, p. 103).

O cotidiano, a quinta dimensão do espaço na perspectiva de Milton Santos, é o quadro de ação e também dos limites da ação; um conjunto de objetos e ao mesmo tempo o receptáculo de um feixe de determinações, que potencializam ou constroem a ação política e o exercício da cidadania (SANTOS, 1996). O cotidiano assim apreendido permite-nos compreender a pluralidade dos agentes históricos e sociais e a multiplicidade dos espaços onde se dá a ação política. Permite-nos também pensar a experiência cotidiana e os fatos culturais, políticos e ideológicos, aí identificados, como instituintes do movimento social e do saber popular (SANTOS, 1996; CUNHA, 2009).

Na perspectiva da CAP do LTM, o cotidiano é o espaço instituinte por natureza, porque é da vida cotidiana da favela que emergem novas agendas de lutas e de transformação. E, sobretudo, porque é na interação cotidiana com o território que são percebidos os problemas ou situações-limite e concebidos enquanto temáticas para a produção compartilhada de conhecimentos pelas Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação.

A centralidade do cotidiano como categoria analítica obrigou-nos a uma reflexão sobre esse espaço-tempo privilegiado para observar as experiências, posicionamentos, visões dos agentes sociais com os quais nos relacionamos e constituímos as CAPs. Esta reflexão resultou no capítulo 5 dessa tese.

2.2.4 O lugar-favela: o espaço de trabalho cotidiano

Estar no cotidiano de Manguinhos significa, antes de tudo, estarmos dispostos a fazer do nosso modo de trabalho um caminho aberto às agendas que o território coloca. Estar em Manguinhos, significa estar num lugar cujo cotidiano é atravessado por diferentes formas de violência, desde a falta de saneamento básico e habitações precárias até a violência policial e marginal. Mas estar em Manguinhos significa, sobretudo, testemunhar a potencialidade e a força das pessoas, dos movimentos sociais e de suas lutas para transformar essa realidade.

O espaço urbano das grandes cidades é o espaço geográfico, físico e social onde se encontram as favelas, que é percebido como distinto do restante da cidade. E é o fato de ser

percebido como um espaço distinto, não apenas física, mas socialmente, que confere existência particular às favelas na cidade.

Para dar conta da tarefa de uma Promoção Emancipatória da Saúde, enfrentando a questão de compreender os processos de determinação socioambiental da saúde em decorrência da vulnerabilização dos territórios e a produção da saúde e da doença, das favelas, é central compreender que “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território” (SANTOS, 2005:259). Para tanto, como argumenta Santos (2005), é preciso conhecer a realidade de dentro, a partir do espaço do cotidiano, da vida que acontece nesses lugares, compreender o cotidiano em sua dimensão de espaço de exercício da cidadania.

Para compreendermos os espaços de favelas, é fundamental considerarmos três processos importantes e que vimos identificando em nossas pesquisas nestes territórios: de desenraizamento, de provisoriedade e de invisibilidade (PORTO, CUNHA, 2015). Desumanizadores e articulados entre si, esses processos resultam do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades, e das políticas públicas que lhes têm sustentado (PORTO ET AL, 2016). Discutimos esses processos no Capítulo 3 desta tese.

O cotidiano, para Milton Santos, é a quinta dimensão do espaço e noção central em sua epistemologia da existência, como reconstrução do método através da vida, isto é, do homem vivendo. Para compreender o cotidiano, propõe trabalhar três dimensões humanas: a corporeidade (realidade objetiva), a individualidade (realidade subjetiva) e a sociabilidade como relação transindividual, enquanto o fenômeno do estar junto que inclui o espaço e é por ele incluído. Segundo ele, essas três categorias ajudam o estudo do cotidiano do ponto de vista espacial e a relação entre elas vai definir a cidadania (SANTOS, 1996).

A expressão “Neste país a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo” nos remete ao sofrimento social imposto pelo racismo, que é invisibilizado na vida cotidiana da cidade, e ao conhecimento que é produzido pelos portadores de corpos negros para dar conta de andar a vida (SANTOS, 1996:10). A invisibilidade dos processos de vulnerabilização e de produção de sofrimento social vem sendo identificado em nossas pesquisas em favelas, e a ele nos referimos no Capítulo 3.

Para dar visibilidade é preciso compreender os processos cotidianos e suas relações com estruturas sociais profundas e datadas, duradouras e ocultas (MARTINS, 2014). E

compreender também que o silêncio e a aparente inércia de grupos sociais frente às violências sofridas podem não significar falta de consciência ou alienação. Ao contrário, é a consciência da falta de forças sociais e políticas frente ao aparato armado oficial do Estado e das forças marginais no território, as quais refletem, também, como o Estado marca presença, de forma desumana, nestes lugares.

Em 2006, dois jovens moradores, bolsistas do PROVOC DLIS do LTM, defenderam a tese de que os métodos adotados pelas polícias, enquanto operadoras das políticas de segurança pública no território de Manguinhos, bem como os métodos dos poderes marginais, eram informados pela Inquisição.

Como vítimas preferenciais das polícias, os jovens negros conhecem bem o cotidiano de Manguinhos. Eles denunciavam viver numa “inquisição moderna” ou “inquisição social” e não religiosa, em que a “localização” dos “hereges modernos” ou “hereges sociais” – homens, jovens, negros ou pardos, pobres e favelados – é a estratégia central de controle dos indesejáveis e, ao mesmo tempo, a manutenção dos currais eleitorais pela pedagogia do medo. Uma população sem recursos sociais e econômicos, fica confinada num espaço geográfico definido e aí é mantida, segregada, pelo poder da força. E que heresias cometem esses jovens? Serem jovens e moradores de favelas. Para esses jovens, as forças de segurança pública conseguem a legitimação para seus atos, certos ou errados, através da opinião pública formada por parte da sociedade que não mora nas favelas, e que recebem informações muitas vezes incompletas ou deturpadas, tendo como fonte principal os meios de comunicação das mídias hegemônicas.

Essas afirmações revelam consciência da situação, e não alienação, e corroboram Martins, quando ele diz que não se trata de alienação nem de falta de consciência, mas sim de falta de força política para enfrentar essas estruturas de poder.

A história das favelas no Rio de Janeiro mostra que esses territórios da cidade são marcados por signos de distinção negativa com relação à cidade. Essa história “oficial” vem sendo escrita desde o final da década de 1920, quando a favela foi, de fato, “descoberta” pelo poder público. Definida como “lepra” ou “aberração”, seus habitantes não eram identificados como cidadãos, e sim como ‘almas’ necessitadas de uma pedagogia que os civilizasse...” (FERNANDES & COSTA, 2009: 49-50).

Esta distinção negativa também é corroborada pelas instituições do Estado em suas concepções de favela, quando definem esses espaços como habitações aglomeradas e ilegais. O IBGE denomina de aglomerados subnormais, o Ministério das Cidades de assentamentos

precários e a mídia hegemônica de comunidades carentes, em sua definição mais suave. Manguinhos, da década de 1980 até a implementação do PAC, em 2008, era chamada de Faixa de Gaza, pelos órgãos da imprensa tradicional.

As favelas são interpretadas como lugares de ausência, carência e precariedade; a favela é definida pelo que não tem, de um lado, e de outro, pela falta de diferenciação entre uma favela e outra. Prevalece uma visão homogênea desses lugares da cidade, que ignora a pluralidade das diferentes favelas em termos topográficos, populacionais e ambientais, para não falar do cultural. Elas não são reconhecidas como espaços de potencialidades e de positivities em suas diferenças. Ao contrário, são vistas como territórios ou fenômenos isolados na e da cidade (SILVA, 2012).

A favela enquanto expressão territorial do processo de diferenciação no espaço social da cidade, traz como consequência a vulnerabilização dos agentes sociais nela fixados, segundo Bourdieu, por falta de condições de dominar o espaço, pela apropriação, material ou simbolicamente, de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos. Como afirma o autor: “a falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Nada exprime com tanta força o padecimento dos agentes sociais localizados na favela do que o relato de um morador de Manguinhos sobre a morte da esposa de um amigo, que morava ao lado de um local que os traficantes usavam como lugar de morte: “De tanto ouvir tiros, gritos de pessoas sendo torturadas, foi ficando deprimida, que acabou se suicidando” (Morador da Vila Turismo, Oficina CAP Manguinhos, 13/09/2014). Aí o suicídio deve ser visto como ato-limite pelo sofrimento social, um sofrimento extremo da experiência de esgotamento provocado pela falta de perspectivas de mudança. E repetindo Bourdieu, a “falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar”.

Outro relato, o de uma mãe sobre a prisão e falsa libertação de seu filho, jovem, negro e morador de favela, remete a Milton Santos, quando ele afirma que “o fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo”, e diz bem sobre a vivência do racismo e de muitas outras violências observadas no cotidiano dos moradores de favelas. Diz a mãe:

Eu tinha a ilusão que depois que ele saísse do presidio ele seria livre. Mas as mordaças ainda continuam nele, os grilhões que são as correntes. Por quê? Porque ele continua sendo alvo do estado, ele continua sendo alvo da polícia. E ele só retrata aquilo que a nossa favela vive. Não só Manguinhos, mas todas as outras favelas. E nós, mães de filhos e entes, esposas e mães, familiares de pessoas

privadas de liberdade, a gente tem essa ilusão de que quando nosso ente vai sair do sistema carcerário e vai ser livre. A partir do momento que você nasce negro no Brasil, ou no Rio de Janeiro, você não nasce livre. Isso é uma ilusão que colocam na nossa cabeça. De que nós somos livres, nós não somos livres. Nós vivemos num sistema extremamente encarcerador. Talvez, não só pelo sistema prisional, mas pelo nosso cotidiano, quando você é impedido de sair de sua casa para ir trabalhar, pra estudar, pra namorar, pra beijar na boca, pra passear, seja lá o que for. A partir do momento que o estado, pela incursão policial, te nega esse direito você está sendo encarcerado. Não só pela incursão policial; pela falta de saneamento, que você tropeça, cai num buraco e machuca o pé; pela falta de transporte adequado, pela falta da saúde que é negado pra você nas UPA e nas clínicas da família; pela falta da escola, da creche. Tudo isso é uma forma de encarceramento do povo negro (Moradora do Parque Carlos Chagas, Manguinhos, em Oficina de pesquisa em 10/08/2019)

As narrativas que se seguem corroboram a recusa da ideia da vida cotidiana como alienante, afirmada por José de Souza Martins, e mostram que existe a consciência do jogo e a consciência de também estarem fora do jogo. Elas expressam, em síntese, a vivência dos efeitos de lugar (BOURDIEU, 2008) como segregação socioespacial. Nas palavras de uma moradora:

... que é a forma como a gente é tratado só por morar na favela. Você chega, vai pra Zona Sul de chinelo, por a gente ser mais escura, preta, todo mundo vai te olhando no pescocinho para ver se realmente vai pagar o que você pegou. Agora, quando a patricinha sai da Zona Sul e entra na favela para fazer “n” coisas ninguém vai atrás dela. Eu acho assim, a gente sente na pele por isso. A gente tem divisas, não só dentro da comunidade. Da Zona Norte para a Zona Sul eles tiraram o 474 (referindo-se à linha de ônibus) de passar em certos locais da praia, porque o povo do Jacaré ia pra praia de 474. Então, a gente tem outros meios de chegar lá. Só que o ônibus vinha do Jacaré ele tem que trocar a linha, porque é o povo do Jacaré que faz bagunça. E não é só o Jacaré que faz bagunça. Tem muito filhinho de papai e mamãe que quebra tudo, faz rolezinho em shopping e ninguém fala nada. Todo mundo acha bonito. Rolezinho de filhinho de papai e mamãe é bonito. Quando favelado vai em grupo para o shopping chamam o segurança porque vão assaltar loja (Moradora de Manguinhos, Oficina de pesquisa em 10/08/2019).

E a confusão que fizeram com a cabeça do morador; porque fizeram uma divisão tremenda. Há uma divisão de pessoas, de grupos, de lideranças, uma coisa muito individual, as pessoas lutando muito pela sua comunidade. Uma coisa impressionante. (...) a gente vive uma divisão (...) eu primeiro quero saber de onde você está falando, onde você está pisando. (Moradora do CHP2, Oficina de projeto em 31/08/13).

... Em nenhum momento, o Estado chegou para conversar com os moradores para ver o que deve ser feito, com este dinheiro, onde vão ser aplicados, que tipo de obras serão aplicados, mas cabe a nós, cabe a gente a cobrar isso (Morador do Alemão, Oficina de pesquisa em 20/07/13).

Confirmando que o cotidiano é o lugar da ação, espaço da reprodução social, e também de transformação, e que nas ações cotidianas encontramos a produção social inovadora (MARTINS, 2014), a história de Manguinhos revela o processo de construção de

um território que foi apropriado pela população. Manguinhos

... não surgiu no nada, surgiu num lugar ocupado há mais de cem anos, desde quando a primeira comunidade apareceu, em 1901. Neste cenário, destacam-se o trabalho dos moradores, construindo e reconstruindo suas casas e ruas, redes de água e esgoto, e a atuação de vários grupos ou organizações. Ou seja, neste cenário sempre se inventou e reinventou a vida, num crescendo, como acontece com uma casa, tijolo por tijolo, laje e mais tijolo. Já nos anos 1960 havia a Comissão de Luz, provavelmente o primeiro grupo comunitário e embrião das associações de moradores (PIVETTA ET AL, 2012, p. 27).

O vigor da ação transformadora da população de Manguinhos faz-se presente nas diferentes formas de organização assumidas ao longo de sua história, desde a Comissão de Luz da década de 1960 até as Associações de Moradores, na década de 1980-90. Por sua vez, o Fórum Acorda Manguinhos, nucleado nos anos 2000, foi se transformando nas lutas, dando origem a iniciativas como a Agenda Redutora de Violências em Manguinhos e a Comissão de Moradores da Vila Turismo. Atualmente (2020), quatro grandes movimentos de luta persistem. Referimo-nos ao Fórum Social de Manguinhos, que se dedica, sobretudo, à luta pelos jovens de Manguinhos, e por seus familiares, especialmente as mães, cujos filhos foram vítimas da violência no território; às Mães de Manguinhos, um movimento formado por dessa favela, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado; ao Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM), que agrega empresas e moradores em torno de pautas para o desenvolvimento local sustentável, e o Conselho Gestor Intersetorial (CGI), instituído no âmbito da gestão da Atenção Básica no território pelo programa Territórios Integrados de Atenção à Saúde (TEIAS). Conhecido como Teias Escola de Manguinhos, sua gestão é responsabilidade da Fiocruz, em consórcio com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Há ainda muitos coletivos e ONG organizados no território, com destaque para a Organização de Mulheres de Atitude de Manguinhos (OMA) e o Projeto Casa Viva da Rede CCAP (PIVETTA ET AL, 2012, p. 27).

A interação no cotidiano do território implica criar estratégias e dinâmicas para a construção de relações de confiança, cuidado e afeto, em um lugar atravessado por múltiplas determinações. Não se trata apenas, cabe salientar, das determinações econômicas, sociais, culturais, políticas, tomadas isoladamente, mas sim de todas as determinações em seu conjunto, que nos falam sobre suas condições de vida e saúde e da cidadania. Em contraposição ao desenraizamento, à provisoriade e à invisibilidade, que marcam as condições de vida e saúde nesse território, abordadas no Capítulo 3, buscamos fortalecer redes que deem visibilidade e potencializem as expectativas e os movimentos que emergem

das lutas cotidianas como alternativas reais e possibilidades concretas para a transformação.

Imersos no cotidiano do lugar-favela e por ele sendo afetados, somos convocados à tarefa de dar visibilidade e existência aos fenômenos dos processos de determinação social da saúde. Como nos ensina Milton Santos, devemos conhecer-reconhecer todas as possibilidades de existir em suas diferenças, obrigando-nos a dar estatuto de existência a esses lugares e às suas potencialidades (SANTOS, 1996). Assim, vamos traçando os caminhos de uma Promoção Emancipatória da Saúde, pelo trabalho artesanal de produção compartilhada de conhecimentos por meio da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação, junto aos moradores dos territórios de favelas. É através das veredas do território que podemos construir alternativas emancipatórias como “inéditos viáveis”.

E quem nos traz a mensagem de esperanças é mais uma vez Milton Santos. É ele que nos diz que “a cidade produz um destino coletivo”, e que esse destino resulta do fato de vivermos todos juntos num mesmo espaço geográfico, ao mesmo tempo harmônico e não harmonioso, porque as forças que disputam o território vivem em um regime de conflito na cooperação e de cooperação no conflito. A mensagem de esperança em alternativas emancipatórias materializa-se quando afirma que se, no presente, o papel privilegiado é dado aos atores hegemônicos, “do ponto de vista do futuro é dado aos atores não hegemônicos. São os pobres, são os migrantes, as minorias que são mais capazes de ver, porque mais capazes de sentir” (SANTOS, 1996, p. 12).

Como nos ensina José de Souza Martins, no cotidiano o espaço é vivido, e a realidade que se coloca é subjetiva, do campo da sensível – o indivíduo e o próprio pesquisador usam seus sentidos como um campo perceptivo para estabelecer uma primeira aproximação com a realidade, e a pesquisa passa a ser uma jornada (MARTINS, 2014). Nela buscamos sempre construir uma memória afetiva das experiências compartilhadas nos Itinerários de uma CAP. Essa memória afetiva atravessa e sustenta o trabalho com nossos parceiros e parceiras de Manguinhos.

2.3 A SISTEMATIZAÇÃO DE UM TRABALHO COLETIVO E ARTESANAL: AS ESCOLHAS E COSTURAS

Escolhas e costuras dizem respeito ao que busco amarrar no trabalho como um todo. Faço isso como uma espécie de justificativa dos caminhos percorridos dentre as muitas alternativas para a realização da pesquisa de tese, cujo campo empírico é a própria trajetória

do LTM. Dela tomei parte ativa, envolvida com a realização de um trabalho coletivo artesanal, em interação com o território de Manguinhos, desde 2003, e com as favelas do Alemão e da Rocinha, desde 2012.

As Escolhas

Iniciando com as escolhas. A pragmática – a tese em formato de capítulos. Por um lado, facilitou a organização temática e a elaboração mais enxuta do texto, assim como contribuiu para cumprir com o compromisso ético-acadêmico de publicização da pesquisa. Por outro, mostrou algumas armadilhas. Destaco duas delas. A primeira diz respeito às exigências de limites de tamanho dos textos (como capítulos de livros), onde e quando publicar, bem como à sujeição ao aceite ou não, nos limites temporais de realização do doutorado. A outra armadilha foi a da repetição. Como escrevemos artigos não sequenciais e para públicos diferenciados, tivemos que explicitar, repetidamente em cada capítulo, de que lugar estávamos falando, assim como alguns referenciais. Isso não teria acontecido se tivéssemos adotado o formato mais tradicional de tese. Assim, fomos aproveitando as oportunidades de diálogo com nossos pares acadêmicos e elaboramos dois textos na forma de capítulos de livros, que compõem os capítulos 3 e 4 da tese. Ao mesmo tempo, a repetição é o movimento que estrutura o cotidiano da vida e que também é o espaço-tempo do acontecer das CAPs.

A outra escolha teve a ver com a sistematização de experiência como metodologia de pesquisa. E foi ela que definiu o tema e o objeto da tese: uma reflexão crítica sobre a metodologia CAP, na experiência do LTM, como estratégia de implementação de uma Promoção Emancipatória da Saúde.

Fazer do método objeto da tese me poupou de enfrentar tantas perguntas coletivamente formuladas no fazer artesanal cotidiano, bem como de fazer escolhas de quais responder individualmente, sobre um rico trabalho coletivo realizado ao longo de tanto tempo. Essas questões foram enunciadas na parte anterior, que trata da trajetória do LTM.

A tese, em razão dessas escolhas, resultou numa costura entre os vários territórios e espaços que atravessamos – o geopolítico (cidade-favela-cotidiano), o teórico-metodológico e o das práticas. Tais territórios foram sendo descobertos e conectados no decorrer do trabalho de sistematização e formam os capítulos centrais, núcleo da reflexão crítica sobre o Método CAP.

Além desses três capítulos, resultou da pesquisa o guia metodológico “Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: um guia de pesquisa”²¹. Pretendemos com o Guia, que ganhou o formato de um e-book interativo, dar visibilidade ao processo coletivo de produção de conhecimentos e oferecer um aporte para promover a relação Ciência e Sociedade, missão da Fiocruz e do próprio Laboratório Territorial de Manguinhos. Esse material deve ser compartilhado com um público ampliado, em particular os parceiros e os novos pesquisadores de favela que vêm se formando nos últimos anos, investindo na promoção de conhecimentos, nas narrativas e nos argumentos sobre suas realidades de forma autônoma, visando ao maior fortalecimento de suas organizações e lutas coletivas.

As Costuras

A imagem-objetivo colocada desde a concepção do LTM foi a de contribuir para a construção de projeto emancipatório de sociedade e para a cidade, seguindo a proposição de construção de uma Promoção Emancipatória da Saúde (PES). Trata-se de uma PES fundada nos princípios da autonomia e da igualdade entre as pessoas e voltada para a produção compartilhada de conhecimentos por Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação, capazes de provocar mudanças da realidade que vivemos e sobre ela nos debruçarmos para compreendê-la e construir alternativas. Pensamos, nesse sentido, em um projeto de cidade solidária e republicana, contribuindo, no campo da Saúde Coletiva, para o avanço da Reforma Sanitária brasileira em sua dimensão instituinte.

Assumimos, pois, o desafio de pensar os caminhos de transformação da cidade a partir da favela, pela nossa interação com o cotidiano de Manguinhos. Por essa razão, dizemos que a sistematização da metodologia e a organização da tese seguiram uma lógica de descida ao cotidiano do território por meio das CAPs. Começamos “amarrando” o plano mais global do pensar a cidade, a partir de referenciais teórico-metodológicos, que levem a produção de conhecimentos para a construção de uma cidade mais plural, solidária e democrática. Em seguida, pensando numa perspectiva da trajetória das experiências do LTM, acompanhamos a configuração que as CAPs foram assumindo ao longo dos 17 anos

²¹ Essa publicação foi o produto final de projeto financiado pelo Edital Inova Produtos Inovadores, já mencionado. Sua produção gráfica foi financiada por meio da Chamada Interna “Saúde pública em diálogo com a sociedade”, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde Pública da ENSP, com recursos do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX-CAPES), aprovado em novembro de 2020.

no diálogo com a favela de Manguinhos. E por fim, colocamos em discussão as práticas e os movimentos observados no cotidiano das CAPs, e que possibilitaram a produção compartilhada de conhecimentos, refletindo sobre os eixos que estruturam a metodologia que propomos.

Nessa trajetória, muitas questões foram se colocando e moldando os nossos percursos. Muitas das respostas aos desafios metodológicos colocados pela interação com o cotidiano do território foram sendo elaboradas na prática, a partir das discussões nas CAPs, promovendo mudanças efetivas nos modos, no decorrer da operacionalização das próprias CAPs. Procedemos, em outras palavras, ao exercício da prontidão metodológica do trabalho artesanal de que nos fala Martins (MARTINS, 2014).

Ao realizar a sistematização, foram se descortinando para nós mesmos os caminhos que escolhemos, assim como algumas das razões das escolhas e das incompletudes dessa longa trajetória. A sistematização e a análise da trajetória do LTM (tópico 2.1) permitiram-nos não apenas refletir sobre as conformações das CAPs a partir da interação com o território de Manguinhos, mas também fazer uma análise e uma sistematização dos referenciais que construímos para compreender as próprias CAPs (tópico 2.2).

A reconstituição da trajetória do LTM também conferiu maior visibilidade e clareza à importância da escolha da sistematização da nossa experiência para compreender o quê, como fizemos e por que fizemos o que fizemos. Pudemos atestar a nossa coerência com os princípios e pressupostos da PES, afirmando o respeito à autonomia das pessoas que participaram das CAPs. Comprovamos também a pertinência e a relevância da assunção do ciclo da comunicação como esquema operativo e analítico, com o qual estruturamos o trabalho no cotidiano CAP, assim como entendemos o sentido da nossa imersão no cotidiano do território e a particularidade que isso encerra para a metodologia (referimo-nos ao cotidiano como motor da dinâmica da CAP). Não se trata de um território qualquer da cidade, mas o lugar-favela, em particular a favela de Manguinhos, cujo cotidiano é atravessado por diferentes formas de violências, desde a falta de saneamento básico e habitações precárias até a violência policial e marginal. Porém, o mais importante a destacar é o nosso testemunho da potencialidade e da força das pessoas, dos movimentos sociais e suas lutas para transformar essa realidade. Como são situações-limite de vulnerabilidades e invisibilidades, todos os esforços para reverter essas formas de opressão caminham por frestas que configuram possíveis inéditos viáveis. Essa é a tênue e difícil linha equilibrista que configura a trilha metodológica assumida pelo LTM.

Em todos esses anos, muitas perguntas foram sendo coletivamente formuladas no fazer artesanal com o cotidiano do território, no âmbito de diferentes projetos de pesquisa e de intervenção. Algumas das questões foram sendo respondidas coletivamente, na medida em que avançávamos nas análises e avaliações em uma espiral, quase sempre virtuosa e contínua de ação-reflexão-ação, no trabalho artesanal cotidiano de elaboração do que nomeamos Método CAP.

Esta pesquisa, na verdade, é uma sistematização que buscou abranger toda a experiência do LTM com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica de um processo de construção metodológica, limitada pelas possibilidades e escolhas de respostas individuais de um trabalho coletivo, e por se situar no âmbito de uma tese.

O que a trajetória do LTM e a construção metodológica nos mostram é a importância de transitar entre a diversidade de espaços de vida das pessoas – a cidade, a favela e o cotidiano – para compreendermos a realidade de forma mais ampla e estabelecermos as pontes de diálogos concretos, envolvendo dimensões simultaneamente epistemológicas, políticas e afetivas. Esse trânsito acontece entre os espaços geográficos – que são também espaços sociais, culturais e simbólicos – e entre os territórios teórico-metodológicos e existenciais, e contribui para a compreensão desses espaços estruturadores da noção de PES.

O trânsito entre territórios estava enunciado quando, como disse na apresentação da tese, propus a promoção do Movimento dos Sem Instituições (MSI), no bojo da indagação sobre que caminhos trilhar para contribuir na construção de uma cidade democrática por intermédio do campo da Saúde Coletiva. O MSI, uma abstração de um rompante de voluntarismo ingênuo, tornou-se uma imagem-objeto, que moveu minha contribuição individual dentro do coletivo LTM. Tinha e tem o firme propósito de oferecer um aporte à dimensão instituinte da Reforma Sanitária e à transformação das instituições para a construção de um ponto de partida menos desigual para as pessoas. Isso é possibilitado quer pela garantia de acesso às instituições, mediante a sua abertura a uma gestão participativa, quer pela colaboração no estímulo à autonomia individual e coletiva para suas lutas políticas em prol da conquista de cidadania, no exercício do princípio da igualdade nas CAPs.

Impregnada das primeiras leituras de Veena Das (2020) e de sua ideia de descida ao cotidiano, concebi esse trânsito da cidade ao cotidiano da favela e da CAP, que resultou nos três capítulos do núcleo da tese (capítulos 3, 4 e 5). Apresento-os de forma esquematizada a seguir, resumindo o tema e os referenciais de cada um deles.

CIDADE

SAÚDE COLETIVA E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE

Conhecimentos alternativos e a desconstrução da linha abissal

Como desmontar a “ideologia higienista” excludente da democracia de baixa densidade, segregação socioespacial, exclusão territorial, linha abissal, desenraizamento, provisoriedade, invisibilidade, distinção e diferenciação desigualdades, exclusão territorial e saúde – favelas e desigualdades socioespaciais

O enfoque socioambiental crítico

e a

produção compartilhada de conhecimentos por Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação

TERRITÓRIO-FAVELA: MANGUINHOS

O APROXIMAR-SE DO E COM O TERRITÓRIO

Temáticas, linguagens e produção e circulação de narrativas com e sobre o lugar

Diálogo com o campo da Saúde do Trabalhador mediado por Ivar Oddone e colaboradores: as CAPs e as noções de apropriação, reapropriação e validação consensual; a diversidade dos agentes sociais no território: a comunicação e a linguagem, os conhecimentos e habilidades artísticas e técnicas dos moradores na produção, sistematização e circulação do conhecimento

COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO

REDES DE INTERLOCUÇÃO PESSOAS-LUGARES-TERRITÓRIOS

O artesanato no cotidiano do território: o trabalho em espiral como ciclos de comunicação

O território e os agentes sociais do diálogo

As ferramentas artesanais de co-laboração com o território

O cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP

A costura dos três capítulos pode ser pensada como um olhar da Saúde Coletiva para a cidade, buscando formas de andar ao lado para a construção de um projeto coletivo emancipatório para a sociedade, no sentido ético-poético-político. Pode ser pensada também como um caminho para compreender como fenômenos mais amplos se manifestam e nos quais as estruturas estão em ação, como é o caso da violência policial nas favelas.

A CAP é a realização de ciclos de comunicação em um trabalho em uma espiral que se pretende sempre virtuosa, embora difícil e sofrida, de ação-reflexão-ação conectada às lutas dos movimentos sociais locais. O trabalho artesanal no cotidiano do território concorre para o fortalecimento e mesmo para a criação de redes de interlocução pessoas-lugares-territórios. Ele conecta as estruturas e os agentes sociais, como propõe o enfoque socioambiental crítico (PORTO ET AL, 2014), na medida em que as situações-problemas, que resultam dos processos de determinação socioambiental da saúde e emergem a partir da interação e da interlocução com o território são os objetos da produção de conhecimentos alternativos, com vistas à desconstrução da linha abissal.

O cotidiano é o espaço onde as estruturas estão em ação e onde podemos observar os efeitos sobre a vida ordinária das pessoas. Esses efeitos são expressos de forma emblemática por Milton Santos, quando afirma: “Neste país a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo” (SANTOS, 1996:10). Essa afirmação remete-nos ao sofrimento das pessoas negras imposto pelo racismo, entendendo-se o racismo estrutural como uma sobredeterminação da saúde-doença. Ela nos conduz igualmente aos lugares onde a maioria desses corpos negros habita – os lugares “Sul Global” das cidades, no caso do Rio de Janeiro, as favelas, o outro lado da linha abissal. O tema do racismo tem sido colocado mais recentemente pelos moradores em nossas oficinas, tornando-se um horizonte importante para pensar ações e processos emancipatórios.

É neste espaço de vida das pessoas, e andando ao lado, que vamos compreender com elas, e de forma mais profunda, as causas desses efeitos e construir possibilidades de transformação da realidade. Esse é o sentido que damos ao descenso ao cotidiano, o de andar ao lado, para entender, com as pessoas, a forma pela qual os fenômenos mais estruturais se prendem à vida cotidiana e penetram nos recessos do ordinário (DAS, 2020). Assim devem ser tratados o racismo estrutural e o inferno cotidiano de ser portador de um corpo negro na sociedade brasileira. Dito de outro modo, há que se compreender os entrelaçamentos entre as estruturas, os eventos e as experiências cotidianas das pessoas. Esse caminho tem dado acesso às invisibilidades dos processos de determinação socioambiental da saúde, que denominamos como intangíveis. Resultado das diferentes formas em que o sofrimento se inscreve nos corpos das pessoas, elas determinam seus modos de viver, adoecer e morrer nas favelas, não considerados pelos sistemas de dados que informam as políticas públicas e que impactam fortemente a saúde da população.

Nossa estratégia é pensar a ação descendo ao espaço-tempo do cotidiano para tornar os conhecimentos que produzimos plenos de vida. Para tal, apoiamos-nos em Veena Das, quando ela afirma que “as palavras, quando conduzem nossas vidas para fora do ordinário, tornam-se esvaziadas de experiência, perdem o contato com a vida” (DAS, 2020, p. 28). O caráter extraordinário e significativo do ordinário ocorre justamente nesse encontro com a experiência do viver, que pode despertar níveis de consciência e tomadas de decisão capazes de transformar a realidade.

Para Das, descer ao cotidiano significa apreender o contexto e a vida das pessoas, recuperando sua voz em suas muitas linguagens. Trata-se de compreender o ser, a produção do sujeito a partir de situações-limites e a vida cotidiana sob uma situação de permanente vigilância do medo real, mas não concretizado, necessariamente, em eventos, como os que permeiam o cotidiano das favelas do Rio de Janeiro, submetidas às violências das forças policiais e das forças marginais, associadas às violências da falta de mobilidade, saúde, educação etc. Compreender como todas essas violências cotidianas, enquanto processos de determinação socioambiental, impactam as condições de saúde é a tarefa que nos impomos. A possibilidade de transformação consiste no reconhecimento do que acontece na vida cotidiana: as violências e as lutas e resistências contra elas, colocando a centralidade nos sujeitos, nos agentes sociais, para compreender a complexa realidade do viver nesses territórios.

Ao olharmos para a cidade pela dimensão da democracia e da saúde, o que vemos é o que uma ciência ocidental, branca, patriarcal, colonialista e capitalista produziu, ou seja, as linhas abissais, a exclusão socioespacial e os modelos autoritários de gestão e seus processos de vulnerabilização geradores de invisibilidades. Para nos contrapormos a essa perspectiva excludente de formas de produção da cidade, oferecemos, no capítulo 3, outras bases conceituais e metodológicas, que balizam a nossa aproximação aos territórios da cidade a partir de noções como democracia de baixa densidade, segregação socioespacial, exclusão territorial, linha abissal, desenraizamento, provisoriedade, invisibilidade, distinção e diferenciação, trazidas de vários autores das ciências sociais humanas, do urbanismo e da Saúde Coletiva. Ao mesmo tempo, propomos uma Promoção Emancipatória da Saúde, noção exercitada no âmbito da experiência do Laboratório Territorial de Manguinhos, que incorpora os referenciais da epistemologia crítica e da pesquisa participativa, dialogando com diversos autores, entre eles José de Souza Martins, Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Carlos Brandão, Pierre Bourdieu, Edward Thompson, Boaventura de Souza Santos, Marcelo

Firpo Porto e Marize Cunha. Ao elaborarmos essa proposta, apostamos na produção compartilhada de conhecimentos por Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação como uma via para a produção de conhecimentos alternativos e desconstrução da linha abissal, como prática do LTM. Assumimos o enfoque socioambiental crítico como referencial epistemológico que articula as lacunas entre o plano macroestrutural e coletivo, de um lado, e o agenciamento dos sujeitos e dos modos de produção de conhecimento, do outro.

Posteriormente, na fase de reflexão sobre o trabalho do LTM nos últimos anos, fomos ampliando nosso diálogo com outros autores e autoras. Merecem destaque as antropólogas Veena Das e Jeanne Favret-Saada e os filósofos Walter Benjamin, Baruch Espinosa e Márcia Tiburi, que apontamos no capítulo 6 como incompletudes e descobertas no diálogo com vários autores para a reflexão crítica que nos propomos, para pensar outras possibilidades e caminhos de como incorporar as práticas e os conhecimentos trazidos por experiências das populações excluídas e produzir reflexões críticas capazes de contribuir na luta pelo direito à cidade democrática, inclusiva e solidária na perspectiva instituinte da Reforma Sanitária. Nossa intenção é contribuir para a ampliar a mobilização em torno da apropriação, da legitimação e da integração social como movimento estratégico, reconhecendo o protagonismo dos moradores e trabalhadores na produção de conhecimentos que supere e transforme os processos de produção da saúde e doença nos territórios de favelas e periferias.

O diálogo com o campo da Saúde do Trabalhador, estabelecido a partir da obra de Ivar Oddone e seus colaboradores (capítulo 4) e em particular do livro *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde* (ODDONE ET AL, 2020), situa-se na necessidade de entender a complexidade das mediações para a aproximação com o território. Por conta disso, revisitamos e sistematizamos as bases teórico-metodológicas da CAP e refletimos sobre as estratégias de aproximação com o território e as configurações que as CAPs vão assumindo no curso da trajetória do LTM. Para podermos dar uma contribuição efetiva aos processos de mudanças, impôs-se como necessário e urgente construir caminhos que promovam um diálogo verdadeiro com esses lugares, não bastando pensar como a cidade e seus territórios foram e são forjados historicamente.

Para que a qualidade dos conhecimentos que informam as políticas públicas e as decisões sobre problemas complexos como os de saúde coletiva seja assegurada, temos de lidar com o desafio não só de saber “o quê”, conforme os paradigmas técnico-científicos, mas também “como” gerenciá-los, atentando sempre para as amplas e complexas questões ambientais, societárias e éticas. A CAP é uma resposta a esse desafio, visto que concorre

para o encontro e o diálogo de uma multiplicidade de agentes sociais implicados nas questões do território.

Nesse sentido, a aproximação e a interlocução do LTM com o território configuram um processo continuado e permanente. Fomos, com o tempo, engendrando dinâmicas que favorecessem o trabalho em espiral a partir dos ciclos de comunicação, produção, circulação e apropriação de conhecimentos e informações, em diferentes projetos de pesquisa. Foram assim produzidas diversas conformações de Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação, de acordo com os problemas de pesquisa, as áreas de conhecimento envolvidas e o território. Os movimentos do e no território foram moldando as estratégias de aproximação, refletidas nas diferentes mediações ao longo do tempo, constituindo assim as diferentes organizações e práticas das CAPs.

O diálogo com Oddone e colaboradores trouxe os aportes das noções de recuperação, reapropriação, não delegar e validação consensual para nossas reflexões sobre as CAPs. Afirmamos aqui o que escrevemos no capítulo 4: a CAP abre espaço para o exercício da recuperação de experiências entre os moradores, possibilitando o reconhecimento de coisas comuns entre eles. A identificação com o outro leva-o a se apropriar e aprender, embasado por aquela outra experiência, além de promover a reapropriação dos conhecimentos, nas trocas com os pesquisadores, das lógicas e das terminologias do conhecimento científico e das lógicas da ciência institucionalizada, ou, na expressão de Oddone e colaboradores, a reapropriação dos modelos técnicos. Mas também aponta no caminho inverso, o da humanização e da ampliação de conhecimentos por parte dos pesquisadores.

As noções de “não delegar” e “validação consensual” são mais difíceis de transpor do chão da fábrica, e de seus grupos homogêneos, para o território da cidade. Entretanto, ainda que limitada à dimensão da produção do conhecimento e a ações mais pontuais circunscritas às demandas do território, conseguimos visualizar a potencialidade das Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação como espaço para a não delegação e a validação consensual. E isso se deu tanto na formulação de seus problemas e prioridades quanto na questão da autonomia dos moradores e de seus coletivos na luta política. Fortalecidos pelas trocas de saberes e experiências com outros moradores e com os pesquisadores e técnicos solidariamente engajados, os moradores reelaboram de forma mais sistemática seus conhecimentos e fortalecem suas argumentações nas suas lutas e disputas em fóruns de decisão política. Eles potencializam suas redes de informação, mobilizando o sistema informativo popular do lugar, fundamental tanto para o exercício e a sustentação da

participação, quanto para a própria dinamicidade do sistema de saúde local. Neste sentido, a CAP contribui para o diálogo das e com as margens em uma cidade que tenta excluí-las.

Uma das definições possíveis de ética é ser ela a reflexão sobre a ação. Para Márcia Tiburi, “ética é sempre uma experiência que começa com a palavra que nos liga ao outro, que serve para oprimi-lo ou para emancipá-lo” (TIBURI, 2016, p. 16). O cotidiano, enquanto o espaço da ação por excelência, remete-nos, por conseguinte, ao grande desafio ético que a prática nos coloca diariamente no compartilhamento da cidade e do mundo por meio do diálogo.

Dialogar e compartilhar são os verbos que estruturam a CAP, tornando-a um movimento de produção de vida no cotidiano dos territórios, um modo de interação com os territórios de favela, orientado por um projeto ético-poético-político. Ético na preocupação de como construir o diálogo com o outro, poético porque ligado ao pensamento criativo de modos de fazer as coisas que produzam vida, e político porque não estamos ligados meramente à estetização da vida, mas sim à dimensão das relações simbólicas entre as pessoas (TIBURI, 2016). Há que se pensar coletivamente, a partir da ação local, caminhos que interfiram em favor de um projeto de cidade humanizada, solidária e fraterna. Esse é o mote para as nossas reflexões na descida ao cotidiano do território e das CAPs (capítulo 5).

Entendemos o cotidiano como um espaço instituinte, onde afloram as possibilidades de produção da saúde e da vida. Um “cotidiano invisível” (MARTINS, 2014) que emerge das narrativas dos moradores de favelas, em nossas oficinas, por exemplo, cujas invisibilidades nomeamos como processos intangíveis de determinação social da saúde (PIVETTA, 2018; 2019).

A CAP, enquanto estratégia de pesquisa-ação, é constituidora de múltiplos processos de mediação com o território, buscando que cada movimento se concretize em vetor de forças para as justiças epistêmica ou cognitiva, social, política, cultural e econômica. O termo “justiça cognitiva” provém das Epistemologias do Sul e vem sendo trabalhado por Porto (2019) quando propõe as quatro justiças – a social, a sanitária, a ambiental e a cognitiva – como base para uma promoção emancipatória da saúde na perspectiva do Sul Global.

Essa proposta integra-se, assim, às ações locais, no intuito de concorrer para a autonomia dos agentes sociais e o fortalecimento das suas lutas coletivas, produzindo compartilhadamente conhecimentos contextualizados às necessidades e urgências das populações dos territórios de favelas e suas redes na cidade. O objetivo é elaborar e colocar em circulação suas próprias narrativas, dando assim visibilidade às formas de vida, à

produção de respostas aos seus problemas e às potencialidades da cultura e das lutas na perspectiva da construção de uma cidade mais humana.

No nosso entendimento, as favelas são o espaço instituinte por excelência da cidade, na medida em que, apesar de serem lugares sujeitos a processos de vulnerabilização pela precariedade das políticas públicas, suas muitas potencialidades são aproveitadas pela capacidade das pessoas em se apropriar do território e nele viver e produzir Cultura. São espaços instituintes neste sentido, porque é da vida cotidiana da favela que emergem novas agendas de lutas e de transformação, forçando a direção da mudança para uma cidade mais humanizada. Como afirma Milton Santos,

A cidade produz um destino coletivo que vem do fato exatamente desta cooperação no conflito e deste conflito na cooperação. É curioso que o papel privilegiado do ponto de vista do presente é dado aos atores hegemônicos, mas do ponto de vista do futuro o papel privilegiado é dado aos atores não hegemônicos. São os pobres, são os migrantes, as minorias que são mais capazes de ver, porque mais capazes de sentir. Por conseguinte, é um equívoco imaginar que o futuro é portado pelos mais fortes. São os mais fracos, no espaço, que têm a força de portar o futuro (SANTOS, 1996, 12).

Andar ao lado dos “mais fracos, no espaço, mas que tem a força de portar o futuro”, como diz Milton Santos, e deixar-se impregnar pelo cotidiano desdobram-se também no aprender a lidar com afetos, sofrimentos, necessidades, em um exercício contínuo de solidariedade coletiva e individual. É borrar as fronteiras dos contextos institucional e pessoal, público-privado, e ocupar-se com isso, sem que as relações da pesquisa ou da intervenção e seus resultados se desqualifiquem. Esse borrar fronteiras é que pode nos levar à transformação das instituições, tornando-as permeáveis às necessidades e urgências da sociedade, intensificando o diálogo e construindo formas alternativas de gestão, que possibilite a elaboração e a produção de respostas aos problemas, que sejam efetivas no tempo da urgência social e na qualidade.

Para o LTM, o morador é, por excelência, o sujeito da interlocução com o território. Do diálogo cotidiano com esses sujeitos, por meio de práticas e formas de comunicação dialógicas co-laborativas, tecemos uma rede de confiança e afetos. Essa rede amplia-se a partir da CAP, como uma rede de interlocução pessoas-lugares-territórios na cidade.

Buscamos dessa forma contribuir com a ampliação dos circuitos de trocas e a amplificação das vozes dos moradores, dando sustentação às disputas sobre a visão da cidade, suas necessidades e prioridades. Em outras palavras, colaborar para os processos de

construção de narrativas sobre esses lugares em diálogo com a cidade que promovam a desconstrução das linhas abissais que fazem do Rio de Janeiro uma cidade, mais do que partida, fraturada em suas redes de sociabilidade positiva.

Quando colocamos em circulação as narrativas sobre o território, produzidas por e com seus moradores, estamos favorecendo a descolonização do saber e a legitimação do conhecimento eticamente produzido por uma comunidade ampliada de pesquisa-ação. Concorremos igualmente para o fortalecimento dos movimentos, das lutas e do esperar de todos que dela participam. Reafirmamos, assim, a tarefa que se coloca para o setor da saúde, na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde proposta pelo LTM, qual seja a de promover e criar espaços de legitimação dos conhecimentos produzidos pelos agentes e movimentos sociais das favelas em suas lutas. Conhecimento é poder e, assim, também redistribuímos poder na sociedade, ressignificando a participação popular ao produzir conhecimentos que informam as políticas públicas, particularmente as políticas de saúde pública, contribuindo para os avanços da Reforma Sanitária e do Sistema Único de Saúde.

A par e passo com o desenvolvimento da trajetória do LTM, fomos significando as CAPs e a ideia de produção compartilhada de conhecimentos, mantendo diálogo com os autores que nos referenciam e a partir das nossas práticas na interlocução com o cotidiano dos territórios em que atuamos.

A CAP foi assumindo vários sentidos, tendo como princípio a afirmação da igualdade, para o enfrentamento de um conjunto assimétrico de forças presentes na sociedade. Confrontar e buscar superar muitas dessas assimetrias – sociais, econômicas, políticas, saberes, entre outras, todas referidas à posse de maior ou menor poder – representa um importante desafio para a produção compartilhada e a formação de comunidades ampliadas de pesquisa-ação. Não se trata apenas de reconhecer e explicitar tais forças, relacionadas a interesses e visões de mundo, mas também de criar condições de possibilidades para a mútua aceitação de suas legitimidades e potencialidades como base para diagnósticos, definição de prioridades e solução dos problemas.

Nossa preocupação não foi, jamais, formular um conceito próprio de algo que é movimento – a CAP. O que fomos fazendo com a passagem do tempo foi acrescentar sentidos a ela, na medida das nossas práticas e dos nossos aprendizados. Mais do que um dispositivo de produção compartilhada de conhecimentos, a CAP, ela própria, é condição para uma Promoção Emancipatória da Saúde, uma PES que tenha a autonomia como norte das suas práticas e que confira sentido ao modo de trabalho da CAP – andar ao lado para

transfazer o mundo. Andar ao lado, no sentido de geografizar nossa posição nas relações de troca. Sentidos que fomos construindo e compartilhando nas nossas sucessivas publicações.

Conhecer juntos, compartilhar e dialogar são os verbos que definem o movimento das nossas práticas. Reafirmamos aqui o que foi escrito na apresentação: produzir compartilhadamente conhecimentos e informações com os moradores de favela é uma necessidade de o próprio saber-fazer científico no campo das ciências sociais.

Agregando ao que aprendemos com Victor Valla, Rosely Magalhães, Regina Marteleto e seus parceiros de pesquisa sobre a noção de produção compartilhada de conhecimentos, esta é uma noção mediadora da compreensão do que seja estabelecer relações dialógicas para agregar a polifonia de um território à produção de conhecimento sobre determinada situação-problema. Caminho sempre em construção, é estratégia e tática, perguntas e expectativas, considerando os saberes, ritmos e tempos que são diferentes entre todos aqueles que dele participam, base do respeito ao princípio da autonomia.

Enfim, repetindo aqui o que escrevemos no capítulo 4, em diálogo com Paulo Freire, entendemos a produção compartilhada de conhecimentos como

Um contínuo exercício de leitura do mundo, de produção e de reconstrução do saber em busca da autonomia e emancipação individual e coletiva. Um conhecer-saber como criação de vínculos entre pessoas e com o território, em confrontação com a visão do outro em que a dialogicidade é parte da busca de conhecimentos (PIVETTA ET AL, 2020, p. 204).

Lançando mão dessa concepção de produção compartilhada de conhecimentos, procedemos à sistematização do que produzimos com as diferentes CAPs no curso da história do LTM nos três capítulos do núcleo reflexivo desta tese, que são apresentados na sequência.

3 PROMOÇÃO DA SAÚDE E CONHECIMENTOS EMANCIPATÓRIOS: APRENDIZADOS COM PESQUISA-AÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE FAVELAS

Este capítulo traz as reflexões críticas acerca das contribuições do método CAP ao campo da Saúde Coletiva na ampliação do conhecimento sobre os processos de determinação da saúde em favelas, visando à construção de uma política emancipatória de promoção da saúde, na perspectiva de um projeto democrático de cidade. Nele são sistematizados os principais referenciais teórico-metodológicos que balizam o Método CAP na compreensão dos territórios de favelas e que subsidiam a noção de Promoção Emancipatória da Saúde, proposta pelo LTM. Além disso, o capítulo discute os processos de determinação social da saúde na favela identificados em nossas pesquisas.

Para tal sistematização e análise, abordamos os seguintes aspectos: a) o desafio do setor saúde para dialogar com a utopia da cidade democrática, contribuindo assim para um projeto emancipatório de Promoção da Saúde, frente ao projeto regulatório da OS, e para a desconstrução do projeto higienista que referencia os projetos de cidade atuais como cidade-mercadoria; b) uma reflexão crítica sobre a cidade e seus diferentes territórios, em particular das favelas e periferias, para compreender seus processos de determinação social da saúde e suas potencialidades para a elaboração das respostas aos problemas; e c) os desafios metodológicos para a produção de conhecimentos que possam provocar as mudanças necessárias frente às desigualdades e iniquidades em saúde.

O capítulo, tal como apresentado a seguir, foi escrito em coautoria com os orientadores Marcelo Firpo e Marize Bastos, e com Lenira Zancan, parceira de LTM, e publicado no livro *Vulnerabilidades & Saúde: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano*, pela Editora Hucitec [PIVETTA ET AL, 2018].

3.1 CIDADES, UTOPIAS E SAÚDE: UM PONTO DE VISTA

A ideia da “Reforma Sanitária como processo civilizatório”, que moveu Sérgio Arouca em sua trajetória de intelectual e formulador do campo da saúde coletiva no Brasil, retoma todo o seu sentido nesses tempos que atravessamos, frente às ameaças e ações concretas de desmontes, não só do SUS, mas do estado democrático de direito. Atentamos aqui, sobretudo, para a perspectiva afirmada através dessa ideia: trata-se de um processo

que pretende produzir mudanças dos valores prevalentes na sociedade brasileira, sendo a saúde um valor estruturante, um eixo de transformação e solidariedade (PAIM, 2008).

Uma vez que indica mudanças de valores e no tecido social, não se limitando à esfera política institucional e a reformas do Estado, a concepção trazida por Arouca nos remete à construção de uma “democracia de alta intensidade”, contraposta à “democracia de baixa intensidade”, termos concebidos por Boaventura de Souza Santos, ao refletir sobre a democracia no mundo ocidental ao longo das décadas mais recentes (SANTOS, 2017).

Segundo o autor, as democracias de baixa intensidade foram constituídas a partir da pressão dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passaram a incluir a existência de um tipo de regime democrático, como uma condição para fornecer ajuda aos países.

A democracia foi assim promovida por ser a forma mais legítima de governo fraco, de governo que mais docilmente aceitaria a ortodoxia neoliberal da liberalização dos mercados, das privatizações, do fim da tributação progressiva, da promiscuidade entre elites políticas e económicas, enfim, um governo ao serviço da globalização neoliberal (SANTOS, 2017, p. 2).

A partir dos anos 1980, configuram-se, portanto, democracias fundamentadas em “critérios mínimos de pluralismo político” que tendem a ser esvaziadas dos direitos econômicos e sociais.

Retomando a perspectiva de Arouca, podemos considerar que, no Brasil, os rumos da Reforma Sanitária, assim como outros processos como a Reforma Educacional, foram condicionados pelo avanço da democracia de baixa intensidade, cujos custos políticos, sociais e culturais experimentamos nos tempos atuais.

No mundo urbano, o impacto do mercado globalizado e da democracia de baixa intensidade vem se traduzindo na permanência ou crescimento das desigualdades e na reconfiguração e complexificação da pobreza. Incide também na disputa de diferentes modelos de cidade, cujas experiências mais avançadas expressam resistências e lutas contra os processos de homogeneização do espaço e de sua colonização pelo mercado, configurando aquilo que Raquel Rolnik denominou a “guerra dos lugares” (ROLNIK, 2015).

Para aqueles que pensam a cidade, em quaisquer campos do saber, um dos desafios é como incorporar as práticas e conhecimentos trazidos por experiências das populações excluídas, e produzir reflexões críticas capazes de contribuir na luta pelo direito à cidade por parte daqueles movimentos que se contrapõem à cidade-empresa, cidade-negócio ou cidade-

mercadoria (VAINER, 2003). Na perspectiva da Reforma Sanitária significa retomar como movimento estratégico a mobilização em torno da apropriação, legitimação e integração social reconhecendo o protagonismo de moradores e trabalhadores das regiões onde imperam diferentes formas de exclusão como a pobreza extrema, o racismo e a falta de acesso a serviços básicos de saúde e saneamento.

No que se refere ao campo da saúde, a presença da cidade em nossa agenda não é um fenômeno antigo, embora “uma primeira e fundamental utopia urbana foi o que se pode chamar de utopia médica ou utopia higienista”, no contexto da Revolução Industrial, em que as cidades passaram a ser habitadas pelas classes trabalhadoras e vistas como uma cidade doente. Esta visão médico-higienista orientava a ordem urbana, que foi sucedida pela utopia modernista. Ambas as utopias têm em comum o fato de serem lideradas pelo conhecimento especializado, o saber médico-sanitário e o saber do engenheiro-arquiteto-urbanista, respectivamente, mantendo formas de exclusão ao desconsiderar saberes e direitos das populações excluídas. Em substituição a esse modelo tecnocrático-centralista-autoritário de cidade surge a luta dos movimentos por moradia, saneamento, transporte, urbanização, principalmente a luta pela democratização da gestão das cidades com a descentralização dos processos decisório, enfim, a luta pela utopia da cidade democrática (VAINER, 2003, p.27).

Em contraposição às lutas emancipatórias pela cidade democrática e inclusiva, encontram-se os marcos desses modelos de cidade empresa, da cidade-mercadoria, que ascende com o neoliberalismo, a partir da década de 1980, que são a expansão da especulação imobiliária em áreas ocupadas por populações pobres, os grandes empreendimentos e os grandes eventos. Na cidade do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 tiveram nas remoções de moradores de vários lugares da cidade as marcas da injustiça, acionando, entre outros, o discurso ambiental conservador como justificativa para as remoções. As práticas higienistas são retomadas como justificativa para a “limpeza das ruas”, com operações de recolhimento e internação de pessoas em situação de rua, apesar de avanços recentes do SUS com as diretrizes para o acesso dos moradores de rua à saúde pública. O discurso da revitalização da cidade e da inclusão social é usado para destruir símbolos culturais da cidade, como o estádio do Maracanã; e, não menos grave, adota-se o discurso da segurança pública nos grandes eventos para a criação de leis de exceção, que permanecem como legado antidemocrático, criminalizando os pobres, mas principalmente os negros e moradores de favelas (COMITÊ POPULAR, 2013).

A característica central desses modelos autoritários de gestão é a exclusão territorial

dos “indesejáveis”, a chamada gentrificação (SMITH, 2007) para longe dos centros onde a cidade faz seus negócios, removendo continuamente as populações de seus espaços de moradia, criando como condição permanente de vida a precariedade, a provisoriedade e a invisibilidade. O conceito de “exclusão territorial”, segundo Raquel Rolnik, refere-se a um processo de acumulação de diversas ordens de vulnerabilidades e de desrespeito aos direitos que garantam um padrão mínimo de qualidade de vida e de participação social,

A exclusão territorial produz uma vida diária insegura e arriscada, bloqueia acesso a empregos, a oportunidades educacionais e culturais, que estão concentradas em enclaves pequenos e protegidos dentro das cidades. Ela nega a possibilidade de se utilizarem recursos como a casa própria para gerar renda e criar empregos, na medida em que a maior parte das casas é ilegal e o uso misto é geralmente proibido pelas normas de uso do solo municipal... Mais do que isso, viver permanentemente sob uma condição de privação de necessidades ambientais básicas faz os habitantes se sentirem como se suas vidas tivessem pouco valor (ROLNIK, 1999, p.107).

Neste cenário, e tendo como pano de fundo os modelos em disputa de políticas públicas para as cidades, como a Saúde Coletiva se posiciona? Como desmontar essa “ideologia higienista” excludente, e ao mesmo tempo como enfrentar os impactos sobre a saúde das pessoas, resultantes não só das desigualdades, mas também da exclusão territorial, em que as favelas são a parte mais visível das desigualdades socioespaciais no espaço urbano?

O desafio é como o setor saúde se coloca criticamente frente ao projeto de cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio e dialoga com a utopia da cidade democrática, enfrentando os impactos sobre a saúde desses processos de exclusão geradores de invisibilidades, no sentido do florescimento de um modelo democrático e inclusivo de cidade. Tal perspectiva exige uma epistemologia crítica como alternativa para a produção de conhecimento, ou seja, um enfoque socioambiental crítico que assuma a compreensão sobre a determinação social da saúde e supere o fosso existente entre, de um lado, o plano macroestrutural e coletivo, e, de outro, as condições e potencialidades dos sujeitos em planos mais pessoais e comunitários vinculados ao cotidiano e ao lugar (PORTO, FINAMORE, 2014).

3.2 OS PROCESSOS ABISSAIS E DESUMANIZADORES DAS CIDADES: AS FAVELAS E O DESENRAIZAMENTO, A PROVISORIEDADE E AS INVISIBILIDADES

O sistema-mundo de matriz colonial estrutura o pensamento hegemônico de forma a organizar os espaços sociais e territoriais a partir da lógica da segregação e exclusão sócio espacial e simbólica, traçando linhas abissais que separam os seres humanos dos sub-humanos segundo Boaventura de Souza Santos (2007).

A ideia de pensamento abissal é uma proposição central na obra de Boaventura em sua teorização das Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010). A linha abissal faz parte de uma proposta epistemológica e política para entender como a modernidade, em sua tríplice forma de dominação – capitalismo, colonialismo e patriarcado-, mais que excluir trabalhadores explorados, exclui radicalmente pessoas da condição de humanos e sujeitos portadores de direitos e saberes. A linha abissal encontra-se por detrás de fenômenos como o racismo, a xenofobia e outras formas de violência contra indígenas, favelados, mulheres e homossexuais, dentre outros. Trata-se de uma linha que não confere humanidade aos que vivem “do outro lado”. Essa é outra forma de compreender porque políticas sociais e urbanas não chegam às favelas, ou quando lá chegam o fazem de forma incompleta e de baixa qualidade. Por exemplo, uma representação física da linha abissal encontra-se nas tubulações e serviços de saneamento básico de qualidade: terminam onde começa a exclusão radical.

Em seus estudos da Cruzada São Sebastião, favela situada no coração do Leblon – bairro nobre da zona sul na cidade do Rio de Janeiro -, Luiz César Queiroz Ribeiro mostra que existe uma linha invisível que marca um distanciamento social, cujos elementos constitutivos são o desconhecimento da existência dos moradores da Cruzada por parte do “outro”, também morador do Leblon, e a ambiguidade na relação entre pessoas fisicamente tão próximas. Tal linha serve às estratégias de desclassificação social, estigmatização, violência e isolamento social (RIBEIRO, 2008).

Nosso mirante de observação da cidade é o outro lado da linha abissal, a favela, marcada em suas condições de vida e saúde por três importantes processos e articulados entre si: o desenraizamento, a provisoriedade e a invisibilidade. São processos desumanizadores que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades, das políticas públicas que lhes tem sustentado e da democracia de baixa intensidade que o estruturam (PORTO ET AL,

2016; 2015).

Dialogando com as reflexões de Ecléa Bosi a respeito da obra de Simone Weil, o desenraizamento deve ser entendido como o processo que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, mas todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento econômico e social que produz e reproduz desigualdades sociais e ambientais. Tal processo está presente na migração do campo para a cidade, ou quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou outra situação de risco; ocorre ainda com aqueles que são removidos por causa de programas urbanos, impulsionados pela especulação imobiliária, que os obrigam a deixar o lugar onde moram. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro até os dias de hoje, encontramos experiências de pessoas que foram, e continuam sendo, arrancadas de seus lugares de origem – seja das áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país – para dar lugar a um suposto progresso que beneficia a poucos (BOSI, 2003).

O desenraizamento, na sua forma mais dramática – as remoções forçadas -, contribui para a compreensão do processo de transformação pelo qual passam inúmeras populações das favelas e áreas periféricas, que se tornaram estranhas em suas próprias localidades em função das mudanças na dinâmica do narcotráfico, da ação das milícias e das novas formas de políticas públicas, mediadas por um leque diversificado de agentes sociais, desde ONG até o narcotráfico. Desta forma, os atuais processos de mudanças nos territórios da cidade a partir de políticas públicas verticalizadas e setorializadas, ao invés de promoverem a solução dos complexos problemas desses lugares, com políticas integradas e intersetoriais, e contribuírem para inserir os moradores na cidade potencializando suas redes de sociabilidade e coesão social, acabam por reforçar a provisoriidade como um modo de vida que marca historicamente tais localidades.

A provisoriidade vem sendo apontada como importante processo na formação e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e marca central das políticas públicas voltadas para elas. Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade as intervenções públicas nesses territórios têm se dado de forma provisória, obrigando os moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e a buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. “A provisoriidade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade”, diz Itamar Silva, coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (SILVA, 2011, p. 27).

Por fim, destacamos a invisibilidade. As favelas são consideradas problemas desde que começaram a se expandir pela cidade, como podemos observar na primeira campanha contra as mesmas na cidade por volta de 1920, quando foram chamadas de “lepra estética”. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram invisibilizados, não reconhecidos como forma legítima de viver nas cidades. Ou então são apropriados pelo mercado cultural e simbólico da cidade e oferecidos ao consumo da classe média como forma de incorporar sua força estética e cultural sem compromissos efetivos com as transformações sociais. Sabemos que há algumas décadas o trabalho de muitos profissionais que atuam nos serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, têm tornado estes aspectos mais visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no dia a dia das favelas, fato esse que reforça a ideia de linha abissal referida anteriormente.

Em uma de nossas pesquisas (PORTO ET AL, 2015), identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas obras de infraestrutura, que como outras políticas públicas nesses territórios trazem a marca da provisoriidade. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais de serviços públicos que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de informações. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores têm dado a estes dramas ignorados, e que poderiam ou mesmo deveriam ser reconhecidos e incorporadas pelas políticas públicas e práticas de gestão do território, inclusive de saúde.

O estigma, preconceitos, racismos, e todos os atentados do Estado e de grupos da sociedade aos direitos humanos, são alguns dos aspectos da indignidade humana que têm impactos nos processos de produção da saúde e da doença das populações vulnerabilizadas por mecanismos de diferenciação e de distinção que inferiorizam as populações de favelas, na medida em que são tratadas como não portadores de direitos.

Percebemos tal fato nas lutas de moradores do Complexo de Manguinhos, conjunto de favelas situado na zona norte do Rio de Janeiro, que vem sofrendo as consequências das intervenções realizados pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e pela UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Identificamos vários casos de agravamento de determinadas doenças crônicas, adoecimento, e mesma morte, diretamente relacionados a tais intervenções. Uma antiga moradora, cuja casa foi afetada pelas obras do PAC, apresentando não apenas problemas em seu sistema de esgoto, mas também rachaduras e

risco de desabamento, convive há vários anos com o agravamento de sua diabetes e hipertensão. A luta da moradora pelo reconhecimento dos problemas da sua casa provocadas por obras do PAC (PAC MANGUINHOS, 2016), que vem se desenrolando há mais de dois anos, é expressão da luta de toda a favela submetida às muitas violências. Estas se concretizam em situações como a de viver com as casas em risco de desabamento; a persistência de problemas de saneamento básico, com redes de esgoto estouradas ou misturadas com as águas de chuva; a precária coleta de lixo e de fornecimento de água, nas ruas e vielas, somadas à violência policial e do narcotráfico. Condições como essas são características de quem vive do outro lado da linha abissal, de quem vivencia em seu cotidiano o mal-estar do racismo, do preconceito, do estigma e da criminalização; de uma vida na precariedade, na provisoriedade e invisível à parcela da sociedade metropolitana que efetivamente influencia e é considerada na gestão da cidade.

Neste âmbito, se coloca para o campo da Saúde Coletiva o desafio de compreender tais processos geradores de invisibilidades, precariedades e provisoriedades enquanto fenômenos da determinação social da saúde e da doença nesses territórios marcados pela segregação social, espacial e simbólica. Significa também construir caminhos para conhecer, reconhecer e refletir sobre as inúmeras formas de violências invisíveis que atravessam o cotidiano dos moradores de favela, sobretudo o que Bourdieu chamou a “violência inerte da ordem das coisas”, presente nos mecanismos do mercado de trabalho, do mercado escolar, do racismo e todas as formas de preconceito e estigmatização (BOURDIEU, 2008).

Ao nosso ver, este é um desafio que nos instiga a conceber os processos sociais de produção da saúde e da doença e suas determinações, considerando não apenas os determinantes sociais tangíveis (indicadores econômicos, sociais, ambientais e epidemiológicos), mas também os intangíveis, concretos nas experiências cotidianas das pessoas e sistematicamente desconsiderados. São os determinantes intangíveis que fazem a ponte entre os Determinantes Sociais em Saúde e as invisibilidades apontadas. Eles são a matéria prima para temas sensíveis como sofrimentos, tristezas, angústias, autoestima, impotências, desencantos, esperanças-desesperanças, sonhos-frustrações, entre outros. Determinantes intangíveis de produção de saúde-doença são, portanto, os que resultam desses processos geradores de invisibilidades, atravessados pelas precariedades e desenraizamentos, localizados do outro lado da linha abissal de que nos fala Boaventura.

3.3 PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE: UM CAMINHO PARA A DESCONSTRUÇÃO DA LINHA ABISSAL

Nossas reflexões sobre uma epistemologia crítica como alternativa para a produção de conhecimentos em saúde no espaço urbano têm como referências as pesquisas desenvolvidas no Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) da Fiocruz desde 2003.

A favela, com toda sua dinamicidade e sua correlação de forças sociais e políticas, tem sido o nosso espaço de observação e reflexão para o desenvolvimento de metodologias que possibilitem uma maior compreensão do processo saúde-doença e produção de conhecimentos emancipatórios, em que a participação seja afirmada por meio da concepção dos moradores do território como sujeitos do conhecimento, em diálogo com grupos acadêmicos abertos a metodologias de pesquisas participativas, em especial a pesquisa-ação. Essa concepção atravessa nossas pesquisas orientadas pelos princípios da promoção emancipatória da saúde, da justiça ambiental e da educação popular (PORTO ET AL, 2016, 2015, 2012; CUNHA ET AL, 2015; PORTO, PIVETTA, 2009).

A ideia-força do que nomeamos Promoção Emancipatória da Saúde é, na prática, o aproximar-se do território, procurando conhecer e compreender a experiência histórica e cotidiana de seus moradores, incorporar seus saberes a respeito de elementos constituintes da situação de saúde e políticas públicas no território, e com eles compartilhar as informações e reflexões resultantes deste exercício de compreensão, no sentido não só de explicar os processos de adoecimento e morte neste território, mas de intervir sobre os mesmos.

Construir uma sociedade pós-abissal significa buscar alternativas que promovam a construção de conhecimentos que valorizem e integrem os sujeitos e suas linguagens, sensíveis tanto ao silêncio como ao grito, com metodologias que permitam a escuta e o diálogo em suas plenas significações. Do ponto de vista da pesquisa, isso significa não apenas o movimento de escutar e tomar o depoimento destes sujeitos (a “fala” de acordo com um discurso recorrente), mas também, e talvez sobretudo, compreender seus códigos culturais, expressos em sua sociabilidade, sua linguagem, em sua concepção de tempo e em suas relações pragmáticas com agentes sociais localizados em diferentes lugares do mundo social.

Em seus estudos sobre o mundo rural e os movimentos sociais camponeses e indígenas, o sociólogo José de Souza Martins refere-se à *consciência dupla* das populações

do campo. Esta noção contempla o duplo código que regula a fala das populações indígenas e camponesas com o que Martins denomina o “estranho”. Esse duplo código marca a existência destas populações que, passando por um amplo e profundo processo de repressão, ocultam elementos de sua cultura e revelam apenas o que é sancionado pelos que as dominam. Mas a dupla consciência não é uma manifestação da incapacidade de perceber o que ocorre, frequentemente denominada erroneamente de alienação. É uma estratégia de sobrevivência e uma arma de luta, pois põem juntos o afirmar e o negar, o obedecer e o desobedecer. Muitas vezes isso se materializa numa linguagem do silêncio que fala mais do que qualquer outra coisa e que coloca desafios metodológicos ao pesquisador (MARTINS, 1989, 1993).

Esta noção de *dupla consciência* aplicada às populações sujeitas a processos de repressão e não reconhecimento nas grandes cidades, e sua relação com o “estranho” pode contribuir para uma melhor compreensão da forma como estes agentes experimentam e interpretam o processo de repressão e de não reconhecimento que historicamente os têm atingido cotidianamente, nos dando pistas importantes para decifrar não só suas falas, mas também suas formas de estar no mundo. Trata-se de um caminho necessário, especialmente se considerarmos o aprofundamento e a sofisticação dos mecanismos de repressão, num momento em que, particularmente no Rio de Janeiro, a investida contra o tráfico de drogas se confunde com o controle social sistemático das populações faveladas e da periferia da cidade (CUNHA, 1995).

Silêncio e grito são faces desta dupla consciência, como temos observado em nossas pesquisas. O silêncio, comum na experiência social de violenta opressão e nas relações hierárquicas de poder, pode se reverter em uma situação limite, em um grito, como lembrou Monica Francisco, militante das favelas e pesquisadora de nossa equipe, em uma das nossas oficinas:

As favelas vivem um processo de silenciamento em todas as situações. Então quando alguém chega ao sistema de saúde e grita, é porque ele quer ser ouvido. Não é porque ele está ali para brigar, não é porque ele é mal-educado. É porque ele é silenciado o tempo todo. E ele é silenciado na sua dor. (Oficina de pesquisa em 2014).

Um desafio metodológico estratégico é avançar nos métodos que ampliem e promovam a participação na pesquisa como dispositivo sinérgico de confrontação-cooperação entre saberes e de produção de um pensamento crítico, transformando o silêncio

e o grito em fala autorizada, visível e reconhecida nos processos de transformação. Ou seja, partir de autores como Paulo Freire, Orlando Fals Borda e Carlos Henrique Brandão e avançar nas pesquisas participativas e de intervenção. Em nossos trabalhos isso têm se concretizado na incorporação de referenciais conceituais como “espaço de pontos de vista” (Pierre Bourdieu), “experiência” (Edward Thompson) e “ecologia dos saberes” (Boaventura Santos), os quais orientam o nosso olhar para as invisibilidades que atravessam os espaços das favelas (PORTO ET AL, 2016, 2015, 2012; CUNHA ET AL, 2015; PORTO, PIVETTA, 2009).

Buscamos, dessa forma, avançar numa visão compreensiva do território, na qual possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista e saberes dos moradores, trabalhadores, comunidades e movimentos, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, construindo aquilo que Bourdieu denomina “espaço dos pontos de vista” (BOURDIEU, 2008).

Espaço no singular e pontos de vista no plural. Isso nos sugere que o “espaço dos pontos de vista” é uma construção do sujeito que busca descrever, pensar e compreender tais lugares. É uma construção do pesquisador onde ele coloca as experiências dos diferentes atores do território em diálogo e confronto, buscando identificar que elementos constituem a linha abissal para os moradores de favelas, as invisibilidades que produzem seu mal-estar e seus sofrimentos, tanto quanto os sintomas deles decorrentes. De certa forma, esta noção dialoga com Paulo Freire na medida em que coloca ao pesquisador o difícil papel de corresponsável pelas sínteses temáticas.

Outro referencial teórico importante nos aponta o historiador Thompson (1987, 1981). A partir dele é possível afirmar que a “experiência” dos moradores, ainda que inscrita em processos macroestruturais do mundo social, é vivida por estes sujeitos que tratam desta experiência em suas consciências, de maneiras diferenciadas, de acordo com sua cultura, sua visão de mundo e sua historicidade. Desta forma, apesar de inseridos em determinadas condições de vida, que traduzem uma crescente vulnerabilidade socioambiental e conformam seu campo de ação, os moradores não respondem reativamente a elas, mas são atravessados por suas experiências. Isso implica numa determinada forma de apropriação da realidade e nas possibilidades de ação sobre ela (CUNHA, 2005). A noção de experiência constitui-se, portanto, como uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social da saúde-doença. Ela pode contribuir para novas formas de formular políticas públicas, em particular aquelas que se

referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulnerabilizados. É fundamental, portanto, como elemento mediador na produção de conhecimentos que concebam a pesquisa em saúde numa perspectiva dialógica, promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção.

A noção de Ecologia de Saberes, da obra de Boaventura de Souza Santos (2007, 2010, 2005), de forma sintética, pode ser definida como práticas que articulam e legitimam diversos saberes – científicos e não científicos, e que se contrapõe às lógicas das monoculturas produtoras de não-existências pelas epistemologias e racionalidades hegemônicas, ou seja, pelo pensamento que gera as linhas abissais. Santos identifica como sendo cinco essas monoculturas: do saber, da produção, da temporalidade, da classificação social e da escala. A alternativa às monoculturas seriam as várias ecologias que, a partir do reconhecimento e visibilização, permitiriam articular a infinita diversidade de saberes e culturas de forma emancipatória, em direção a outras formas de sociedade pós-capitalistas, pós-coloniais e pós-abissais. Mais que denunciar a supressão sistemática de saberes pela epistemologia dominante realizada pela ciência moderna que constitui um dos eixos do pensamento abissal, a ideia é valorizar saberes que vêm resistindo e encontram-se tanto nos saberes populares das periferias urbanas, como nos saberes indígenas e outras populações dos campos, florestas e águas que existem principalmente no Sul Global, daí a expressão mais recente de Boaventura para sua obra de Epistemologias do Sul. Mais especificamente, a ecologia de saberes reside nos diálogos horizontais entre os vários conhecimentos existentes em torno das lutas e alternativas a vários problemas da atualidade e que são produzidos a partir das práticas sociais por populações e movimentos sociais que buscam o reconhecimento e legitimidade de outras formas de ser, saber e agir que se encontram fora dos cânones científicos e práticas institucionais modernos, incluindo o Direito e o Estado.

3.4 SAÚDE, FAVELAS E LUTAS EMANCIPATÓRIAS: O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR ... JUNTOS

Dialogar com os movimentos da sociedade que se contrapõem ao projeto de cidade-negócio privada e operada a partir da lógica mercantil pressupõe tanto a politização das agendas colocadas por esses movimentos, dando visibilidade às suas lutas, como outros modos de se relacionar e produzir conhecimentos de forma compartilhada e solidária com as populações excluídas.

Apesar do desenraizamento ser uma marca da experiência histórica de grande parte dos moradores dos “territórios de exclusão”, e a provisoriedade a marca das políticas voltadas para as favelas ao longo da história, as dimensões da permanência e do pertencimento continuam presentes na vida dos moradores de várias maneiras. Por exemplo, por meio de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídos em um esforço coletivo, e em suas redes de sociabilidade, tecidas ao longo dos anos.

Assim, em contraposição aos processos de desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade, a que estão sujeitos historicamente os moradores, apontamos três outras práticas sociais mais ou menos coletivas de agir que existem e acenam com possibilidades alternativas de se contrapor aos efeitos desiguais e perversos do modelo de desenvolvimento econômico e social do país, bem como das políticas públicas que os apoiam e que, com isso, contribuem para desenraizar moradores, manter a favela em situação de provisoriedade, acompanhando seus dramas e lutas invisíveis. Tais ações correspondem ao que Santos denomina sociologia das emergências (SANTOS, 2005). Esta consiste em dar visibilidade e potencializar expectativas e movimentos que emergem das lutas cotidianas como alternativas reais e possibilidades concretas para a transformação.

A primeira forma é o enraizamento, que a filósofa Simone Weil considera “a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”. Contrapondo-se ao desenraizamento que experimentam, de diversas formas os moradores de favelas buscam esta participação ativa na coletividade e, ao buscarem isso, constroem juntos o espaço da favela, abrindo caminhos, erguendo casas, sistemas de água e esgoto, construindo redes de economia informal e atos solidários. Enfim, vivenciam a experiência comum de sobreviver em uma cidade que tenta excluí-los. Compartilham modos de vida e estratégias de sobrevivência, que tornam possível a vida na cidade em seus extremos, como o cuidado dos filhos, os serviços de infraestrutura urbana, os equipamentos domésticos. Sim, enraízam-se, apesar e contra tantas coisas. Humanizam aqueles espaços que um dia esteve abandonado, ou foi mato. Tornam aquele lugar um lugar de onde não podem ser removidos.

O segundo é o que chamamos movimento. Contrapondo-se à provisoriedade presente nas políticas públicas voltadas para as favelas, algumas ações coletivas criam movimentos no território que buscam lutar por dignidade e qualidade de vida. Trata-se de inúmeros movimentos voltados a interrogar as soluções pontuais, provisórias e a valorizar o

pertencimento dos moradores, destacando suas raízes. Foi este o sentido das lutas contra as remoções em Manguinhos e as denúncias da dor vivida pelos moradores que sofriam ao abandonar suas casas, por exemplo. Este tem sido o sentido das articulações e diálogos entre as favelas na cidade: valorizar a vida, ameaçada cotidianamente pelas soluções provisórias. Por meio desses movimentos, muitas vezes isolados e invisibilizados, pode ocorrer a articulação com outros fóruns de luta na cidade, constituindo-se uma rede que amplia as lutas locais em uma dimensão que concorre para o fortalecimento da democracia de alta intensidade.

A terceira forma de ação é a busca por visibilidade, que é também por legitimidade e reconhecimento. Lutando contra o anonimato, contra o desencontro, a fragmentação e a falta de informações, elementos frequentemente presentes nas práticas de gestão das políticas públicas, e, sobretudo, contra a invisibilidade dos dramas cotidianos dos moradores, as ações coletivas têm buscado vários caminhos para tornar visíveis as lutas e experiências de seus moradores. Invisibilidades que se materializam na ausência de certas informações, conhecimentos e experiências produzidas pelos moradores em seus contextos de vida. Tais ausências são constituintes dos sistemas públicos de informação sobre a cidade, a saúde e o ambiente, bem como na produção acadêmica, na gestão governamental e na mídia. Além dos caminhos usuais, os encontros, atos e manifestações, listas de e-mails, jornais informativos, sites na internet, redes sociais, têm sido os caminhos encontrados. Contribuem para formar novas comunidades discursivas e vocalizar novas vozes nos debates públicos.

A noção de experiência e sua visibilização através de dispositivos de linguagem e de comunicação que traduzam os modos de vida e o que vem ocorrendo nestes territórios constitui-se, portanto, uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença. Isso é fundamental na produção de um conhecimento que conceba a pesquisa e a intervenção em saúde, numa perspectiva dialógica e promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção (PORTO ET AL, 2012).

Uma forma de produzir conhecimentos alternativos a partir dessas bases tem sido a operacionalização do que denominamos de Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação (CAP). Elas se constituem em espaços formativos e de produção compartilhada de conhecimentos para todos os agentes participantes do processo, estando nela presentes várias dimensões fundamentais ao movimento de promoção de autonomia e emancipação individual e coletiva, nos termos freirianos, tais como a escuta, a publicização do ponto de

vista de cada agente, o diálogo, a problematização, a reflexão sobre as situações limites e os inéditos viáveis. Busca incorporar também novas formas de diálogo, mais horizontais, entre produções advindas do conhecimento científico de várias áreas, com os saberes e experiências das comunidades que vivem nas favelas.

A CAP, portanto, se propõe a ser um espaço de mediação, lugar de fronteiras, de encontros do saber formal da ciência, da pesquisa, com o saber comum, situado e popular, da experiência dos que vivem e trabalham nesses territórios. Neste sentido, a CAP traz a perspectiva da experiência e sua confrontação com outros saberes como chave para a produção de conhecimentos mais contextualizados e voltados à transformação social, abrindo agendas ocultas capazes de ampliar nossa compreensão dos processos geradores das vulnerabilidades socioambientais e situações de saúde em determinados territórios. São espaços de amplificação e fortalecimento das vozes dos moradores, bem como de proposição de alternativas, que buscam minimizar ou interromper os efeitos dos processos de vulnerabilização em curso, expressos por categorias como provisoriedade, desenraizamento e invisibilidade que, como já dito, marcam tais territórios (CUNHA ET AL, 2015).

Paradoxalmente, o discurso ou narrativa da desigualdade pode trazer o signo da estigmatização dos grupos sociais, como os negros, os favelados, os gays, entre outros, alvos de políticas públicas diferenciadas, num reconhecimento estigmatizante dos desprivilegiados, como aponta Nancy Fraser (2006). Contra isso justamente que os movimentos sociais lutam: não só pela redistribuição dos recursos disponíveis na sociedade, mas também pelo reconhecimento de suas existências enquanto cidadãos plenos de direitos à cidade, à vida, em suas identidades individuais e culturais.

Neste sentido, podemos nos inspirar na discussão sobre a redistribuição-reconhecimento de Fraser, para pensar a produção da saúde e da doença em uma dimensão outra que não olhe para as populações e para os territórios apenas pela lente da desigualdade. Em outras palavras, olhar para as populações como iguais na sua condição humana e, portanto, de iguais capacidades e potencialidades para a formulação e construção de processos de transformação social. Assim, a partir dos conhecimentos e reconhecimentos das diferenças e das desigualdades econômicas, sociais e políticas, podemos identificar o que as faz desiguais frente a outros grupos sociais, sem com isso *criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial*, e construir compartilhadamente alternativas políticas (FRASER, 2006, p. 238).

Para desconstruirmos as linhas abissais que nos separam, precisamos desnaturalizar

a narrativa da desigualdade que estrutura os modos de olhar a produção social da saúde, desnaturalizando também nossas práticas. Lembrando o que Jacques Rancière (2017, p.11) escreve sobre as ideias de Joseph Jacotot, *extravagante* pedagogo do início do século XIX: “quem estabelece a igualdade como objetivo a ser atingido a partir de uma situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito”, no sentido de que as teorias e métodos servem à confirmação da desigualdade presente em nome de uma igualdade futura, e não um exercício real de verificação da igualdade existente.

Neste sentido, buscamos com a produção compartilhada de conhecimentos e propostas como as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação, exercitar uma igualdade no presente, que nos permite produzir conhecimentos em saúde articulando problemas que estão ligados às experiências de vida, às histórias das pessoas e seus saberes, ampliando nossa compreensão de como os fenômenos da precariedade, provisoriedade e das invisibilidades se expressam nos processos de produção social da saúde com que nos deparamos na favela de Manguinhos e outras com as quais trabalhamos. Também nos interrogamos permanentemente o quanto a naturalização da narrativa das desigualdades contribui para o não reconhecimento de igualdades que podem ser transformadoras, no sentido de serem desestigmatizadoras e permitirem viver outras realidades, formas de ser, pensar e sentir. Deixar falar e escutar o outro, que é igual na sua capacidade de compreender a realidade em que vive, e a partir de diálogos mais horizontais entre sujeitos simultaneamente iguais e diferentes, deixar fluir e valorizar as diferenças que nos fazem seres únicos, humanos e criativos.

Desse modo, construir um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que surgem como potências no presente em movimentos que buscam quebrar monoculturas de saber e poder, possibilitando a emergência de alternativas que formarão as bases utópicas da transição civilizatória e paradigmática que buscamos.

4 COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO DO LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS: UM CAMINHO DE INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Este capítulo coloca a CAP em diálogo com as proposições de Oddone e colaboradores, no contexto do Movimento Operário Italiano (MOI). Experiência histórica no campo da Saúde do Trabalhador, inaugurou a prática da comunidade científica ampliada, enquanto encontro de pesquisadores e trabalhadores voltados para a reflexão sobre os processos de trabalho e produção de conhecimentos para mudanças.

Duas dimensões centrais lançam pontes entre os avanços do LTM e as contribuições de Oddone: a ideia do significado e de como são produzidos os distintos saberes, científicos ou não científicos, incluindo os populares, situados e tradicionais; e a dimensão da experiência, cuja origem se situa na reflexão histórica em torno do mundo do trabalho, mas que, ao longo dos anos, foi sendo apropriada pelas ciências sociais, de forma a responder questões relativas às formas de sociabilidade, cultura e movimentos sociais.

Embora a gênese da ideia da CAP do Laboratório Territorial de Manguinhos não esteja referenciada ao campo da saúde do trabalhador, o diálogo com o MOI levou-nos a sistematizar e refletir sobre suas bases teórico-metodológicas, bem como sobre as estratégias de aproximação com o território e as configurações que as CAPs vão assumindo em conformidade com o desenrolar da história do LTM.

Decorrem desse diálogo reflexões sobre as noções de apropriação, reapropriação e validação consensual como dimensões a serem atribuídas às CAPs constituídas em territórios. Outras reflexões dizem respeito aos temas da comunicação e da linguagem, tanto nas formas de nos aproximarmos de territórios de favelas, quanto na importância dos conhecimentos e das habilidades, artísticas e técnicas dos moradores na produção, sistematização e circulação do conhecimento, considerando a diversidade dos agentes sociais com os quais queremos nos comunicar no território.

O capítulo foi escrito a convite da Comissão Editorial responsável pela reedição do livro *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*, publicado pela Editora Hucitec, em razão da nossa contribuição à extensão da metodologia da Comunidade Científica Ampliada, proposta por Oddone e equipe no âmbito do MOI. A redação foi em coautoria com os orientadores de tese, Marcelo Firpo e Marize Cunha (PIVETTA ET AL, 2020).

Para Yves Schwartz²², que escreve o posfácio do livro, nosso texto cumpriu o propósito de contribuir para responder as questões que Oddone e seus colaboradores colocavam, i. e., se poderíamos “aplicar essa experiência intramuros da fábrica ao território aberto da comunidade”, e ainda explicitar de que território estamos falando, “do território como receptáculo do mundo do trabalho ou do território como meio de vida”, como “meio a ser vivido”, como um concentrado de uma história e de uma geografia humana e social. Em síntese, como lugar de uma *atividade* multiforme que reproduz, dia após dia, a possibilidade de nele se viver. Diz ainda Schwartz, que fizemos

uma extrapolação ousada ao aplicar esse modelo no território de uma favela ao lado da Fiocruz. Sem dúvida, o território e a sociedade “são mais difíceis de se transformar do que a fábrica”, mas esse texto explica notavelmente como podem ser produzidos, a exemplos dos experimentos realizados em fábricas visadas pelo MOI, os conhecimentos conjuntos (comuns) entre os pesquisadores do laboratório LTM e os moradores da favela, com o objetivo de desconstruir os processos de exclusão, que dizem respeito tanto ao viver em saúde quanto ao viver em cidadania, para esses habitantes do lado invisível da “linha abissal” (SCHWARTZ, 2020, p.284).

4.1 INTRODUÇÃO

A partir da experiência do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM), buscamos neste trabalho apresentar as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como um caminho para a interação com o território de favela, na cidade do Rio de Janeiro, e produção compartilhada de conhecimentos, em diálogo com as proposições de Oddone e colaboradores no contexto do Movimento Operário Italiano (MOI). Esperamos que essa articulação possa contribuir para aproximar questões territoriais mais amplas de cidadania, determinação social e promoção da saúde com a área de saúde do trabalhador.

Em consonância com os princípios da Reforma Sanitária em sua dimensão instituinte e com um projeto emancipatório de sociedade, o LTM se constituiu em 2003 como um programa de investigação e extensão com o objetivo de contribuir para uma promoção emancipatória da saúde no território de Manguinhos, uma favela que circunda a Fundação Oswaldo Cruz, instituição a qual pertence. Desde então, o LTM atua no campo conceitual e

²² Yves Schwartz é filósofo, professor emérito de Filosofia na Aix-Marseille Université e presidente da Sociedade Internacional de Ergologia. Criador da abordagem ergológica e referência internacional da área da Saúde do Trabalhador

de práxis da Promoção da Saúde na interface com a educação popular, a saúde e ambiente e os direitos humanos. O tema da produção de conhecimentos é central em sua proposta em termos epistemológicos, metodológicos e éticos. Propomos uma produção de conhecimentos que seja compartilhada, engajada, contextualizada, reflexiva e transformadora, assumindo que as diferenças, os estranhamentos e a capacidade de se indignar frente a uma realidade, por vezes tão bruta como a das favelas cariocas, sirvam como matéria-prima para mútuos aprendizados. Uma ideia central do LTM é que pesquisadores e moradores se transformem e compartilhem possibilidades de ações conjuntas num trabalho coletivo, através do espaço que denominamos de comunidade ampliada de pesquisa-ação (PORTO, PIVETTA, 2009; PORTO ET AL, 2012; PORTO ET AL, 2016).

A reflexão que trazemos neste ensaio, a partir dessa experiência, é de um diálogo que extrapole, para além dos muros da fábrica e para além do campo da Saúde do Trabalhador, a concepção de comunidade científica de pesquisa proposta pelo MOI. Uma extensão da proposta original aplicada ao território da favela. Se no caso do Movimento Operário Italiano a saúde dos trabalhadores está inserida no âmbito de um conflito capital-trabalho, em que a produção de conhecimentos se conecta a luta mais ampla contra a exploração dos trabalhadores, no caso das favelas assumimos a existência de processos de exclusão radical que impedem populações de exercerem uma cidadania plena nos locais onde vivem.

Assumimos, portanto, as comunidades ampliadas de pesquisa ação como espaços instituintes de produção de conhecimento, formulação dos problemas e proposição de soluções num dado território, na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde; assim como uma das estratégias para qualificar a participação popular na produção de saúde.

4.2 DOS MODELOS DE INTERVENÇÃO NO CHÃO DA FÁBRICA À APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Oddone e colaboradores construíram seu arcabouço teórico-prático no âmbito da rica experiência operária, no auge da luta e da organização sindical, instituindo o diálogo entre academia e a classe operária organizada em torno dos sindicatos. A Comunidade Científica Ampliada (CCA) para Ivar Oddone é um “Modelo operário de conhecimento”, cujo objetivo é colocar em diálogo os saberes da experiência dos trabalhadores e os saberes científicos. Neste sentido, criar um espaço de encontro e confronto, em que os participantes entram com toda a sua competência numa troca que é ao mesmo tempo uma troca social e científica.

Espaço esse definido como Comunidade Científica Ampliada, que tem como aspecto fundamental o encontro entre trabalhadores, sindicalistas, estudantes, especialistas de diferentes formações (sociólogos, psicólogos, médicos, economistas, sindicalistas, magistrados, legisladores) para discutir situações concretas e formas de fazer pesquisa, colocando em questão as bases hegemônicas da construção do conhecimento científico e os seus próprios referenciais conceituais, dos cientistas e dos operários. (ODDONE ET AL, 1986; RE ET AL, 2014). Denominou de comunidade, porque se refere a construção de “um sujeito coletivo que produz uma pesquisa não ritual, não disciplinaria; ampliada, para os trabalhadores que se juntam a ele, mantendo seu papel e sua linguagem; científica, porque nunca deixou a si no método”. Não há nada espontâneo sobre essa troca, nada de ingênuo (RE ET AL, 2014, p.2). Essa premissa que norteou a trajetória do MOI, está em consonância com a proposta da produção compartilhada de conhecimentos por Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação na construção de uma Promoção Emancipatória da Saúde, elaborada no âmbito do projeto Laboratório Territorial de Manguinhos (PORTO, PIVETTA, 2009).

Os autores, ao proporem pensar modelos de intervenção que fossem aplicáveis ao território e à sociedade a partir da experiência operária, destacavam com clareza que o território e a sociedade são mais difíceis de transformar do que a fábrica, sendo que uma dessas dificuldades está na complexidade das mediações no e com o território (ODDONE ET AL, 1986). As nossas experiências em pesquisa-ação em favelas apontam que a profundidade dessa dificuldade está na desconstrução do que Boaventura de Sousa Santos denomina de linha abissal, enquanto linhas geradoras de exclusões radicais de populações e territórios (SANTOS, 2007).

As favelas são espaços da cidade que nos colocam o desafio de, além da exploração dos trabalhadores, refletir e compreender as combinações que geram exclusão radical resultantes da tríade capitalismo, colonialismo e patriarcado. No lado de lá das linhas abissais não se reconhece o estatuto de humanos de grandes parcelas da população do Sul Global, negam sua condição de sujeitos portadores de direitos e saberes, enfim sua humanidade. O Sul Global (SANTOS, 2007) funciona como uma metáfora dos territórios e povos que, no passado, faziam parte das regiões dominadas pelos impérios coloniais, mas que atualmente permanecem sendo excluídos. A Linha abissal é simultaneamente radical, invisível e invisibilizadora, gerada pelo racismo, xenofobia e outras formas de violência, que impedem a co-presença dos dois lados da linha (PORTO, MARTINS, 2018).

A ideia-força do que nomeamos Promoção Emancipatória da Saúde, em diálogo com

as contribuições da educação de base freiriana, sustentada na dialogicidade crítica e na comunhão da libertação (FREIRE, 2000; 2001), é, na prática, o aproximar-se do território e contribuir para a desconstrução dessas linhas abissais. Isso significa reconhecer a realidade concreta da vida cotidiana, procurando conhecer e compreender a experiência histórica de seus moradores, incorporar seus conhecimentos a respeito de elementos constituintes de suas condições de vida e saúde. Busca-se criar um processo coletivo de produzir e compartilhar saberes, informações e reflexões resultantes do exercício de compreensão das necessidades e problemas, no sentido de explicar os processos de vida, adoecimento e morte nos territórios de favelas. Esse caminho artesanal, é a contribuição metodológica que buscamos para o campo da saúde coletiva a partir da produção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa (CUNHA ET AL, 2018).

As reflexões teórico-metodológicas acerca da Promoção Emancipatória da Saúde têm como referência central a determinação social da saúde, conectando problemas de saúde, condições de vida, trabalho, meio ambiente, cidadania e direitos humanos. Ou seja, dimensões sanitárias, ambientais, políticas e culturais relacionadas às desigualdades sociais, aos déficits de democracia e às assimetrias de poder que marcam os territórios de favelas. Em outras palavras, a construção coletiva de uma ética das prioridades e da ação prática por meio de processos participativos de produção, circulação e apropriação de informações e conhecimentos do e com o lugar (PORTO, PIVETTA, 2009; PORTO ET AL, 2012; PORTO ET AL, 2015; CUNHA ET AL, 2015; PORTO E AL, 2016).

Um caminho estratégico, como colocado pelo próprio MOI, é avançar nos métodos que ampliem e promovam a participação na pesquisa como dispositivo sinérgico de confrontação-cooperação entre saberes e de produção de um pensamento crítico. Métodos que permitam compreender os processos abissais e desumanizadores das cidades decorrentes de múltiplas formas de violência, que resultam em processos de desenraizamento, provisoriidade e invisibilidades, enquanto fenômenos da determinação social da saúde e da doença nesses territórios marcados pela segregação social, espacial e simbólica. São processos desumanizadores que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades, das políticas públicas que lhes tem sustentado e da democracia de baixa intensidade que os estruturam (PORTO ET AL, 2016; PIVETTA ET AL, 2018). Tais violências têm a ver com as violências simbólicas das quais fala Bourdieu (1997) ao analisar os mecanismos pelos quais setores da população socialmente dominados naturalizam o *status quo* e assumem como legítima ou

inevitável a dominação. Ou seja, a “violência inerte da ordem das coisas”, presente nos mecanismos do mercado de trabalho, do mercado escolar, do racismo e todas as formas de preconceito e estigmatização (BOURDIEU, 1997). Há, portanto, uma correlação entre a ideia de alienação marxista e a violência simbólica em outras esferas da sociedade para além do mundo trabalho, e que se encontra de forma mais sutil e invisibilizada.

O diálogo com o Oddone e colaboradores se situa na busca da compreensão da complexidade das mediações com o território em duas dimensões centrais. A primeira é de natureza epistemológica relacionada a como são produzidos e se relacionam os distintos saberes, sejam os científicos ou os não científicos, sendo estes os saberes populares, situados e não hegemônicos. A segunda dimensão é a da experiência, cuja origem situa-se na reflexão histórica em torno do mundo do trabalho, mas que ao longo dos anos foi apropriado pelas ciências sociais, de forma a responder questões relativas às distintas formas de sociabilidade, cultura e movimentos sociais. Pensar numa realidade em que o que está em jogo é também uma visão mais ampla do trabalho, conectada com a vida em contextos difíceis na fronteira da linha abissal onde o racismo, a estigmatização e suas múltiplas violências se manifestam impiedosamente em nossa sociedade. Nesses contextos, a categoria trabalho e formas atuais de exploração capitalista, ampliadas pelas transformações tecnológicas, a reestruturação produtiva e pela globalização neoliberal, ampliam-se nos territórios e populações excluídas radicalmente como nas favelas. Isso inclui o trabalho informal, das mulheres, voluntário, dos militantes e ativistas, dos agentes comunitários, dos trabalhadores sociais (CUNHA, 2005).

4.3 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO COMO MÉTODO DE PESQUISA CO-LABOR-ATIVA NO TERRITÓRIO

A compreensão dos problemas socioambientais, complexos e urgentes com suas contradições e processos de determinação, impõe aprofundar o debate sobre a qualidade do conhecimento e os fundamentos de uma epistemologia crítica com e para as pessoas. Essa premissa fundamenta a noção de Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação do LTM, enquanto espaço de participação e de produção de conhecimentos, elementos chaves da promoção da saúde. O desafio que se coloca para o LTM é o de aliar a participação à produção de conhecimentos para a compreensão dos problemas socioambientais em consonância com as políticas públicas associadas às demandas dos territórios onde atuamos.

Buscando responder a esse desafio, encontramos na abordagem pedagógica de Paulo

Freire (2000; 2001) e na epistemologia política da Ciência Pós-Normal proposta por Funtowicz e Ravetz (1992; 1997), particularmente, as referências conceituais que deram a base para a concepção e práticas das Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação do LTM.

A nomeação “comunidade ampliada de pesquisa-ação” dialoga com o MOI, bem como com outros autores do campo da Saúde do Trabalhador, como Schwartz (2000) e Cruz e Athayde (2003), que propõem as comunidades ampliadas de pesquisa a partir da experiência francesa da ergologia. Entretanto, nossas bases conceituais têm origem na ideia de comunidade ampliada de pares, como estratégia de garantia da qualidade na produção de conhecimento, como base epistemológica da Ciência Pós-Normal (1992; 1997). Essa proposta foi elaborada a partir da temática da gestão democrática dos riscos tecnológicos, enquanto riscos complexos e incertos, relacionados a problemas como os desastres químicos e nucleares, riscos como os transgênicos e agrotóxicos, dentre outros. Tais problemas com elevado potencial de perigos são marcados simultaneamente por elevadas incertezas e natureza de valores, o que torna ainda mais complexa a decisão sobre como enfrentá-los. Eles exigem não apenas o saber “o que”, dentro dos paradigmas técnico-científicos, mas incluem o saber “como” gerenciá-los juntamente com amplas e complexas questões de ambiente, societárias e éticas, o que torna necessário, para a garantia da qualidade do conhecimento e das decisões, ampliar a contribuição tanto de cientistas e especialistas de diferentes áreas do conhecimento como de representantes dos vários interesses sociais e valores em jogo. Envolvem, além das incertezas técnicas ou metodológicas, incertezas epistemológicas, por serem riscos que se situam nas fronteiras do conhecimento, da ignorância, não somente do que não sabemos, mas do que sequer sabemos que não sabemos. Nesta perspectiva, uma compreensão mais ampla dos fenômenos complexos das sociedades contemporâneas é possibilitada pela elaboração destes como fatos ampliados pelo encontro de saberes, sejam os científicos, contextuais, comunitários e vivenciais, por uma comunidade ampliada de pares. Os fatos elaborados por uma comunidade ampliada de pares tornam-se fatos ampliados pelas contribuições das múltiplas perspectivas, saberes e valores dos diferentes atores envolvidos (FUNTOWICZ, RAVETZ, 1992; 1997).

A função de uma comunidade ampliada de pares na perspectiva de uma epistemologia política proposta pelos autores, é o da garantia da qualidade do conhecimento e das decisões a serem tomadas. Essa qualidade resulta de uma estratégia de equacionamento da complexidade dos fenômenos socioambientais através do reconhecimento de uma multiplicidade de perspectivas legítimas e do processo reflexivo que elabora a extensão de

“fatos” aceitos para além da produção objetiva da pesquisa da ciência clássica ou normal (FUNTOWICZ, RAVETZ, 1997). Nesse sentido, há uma forte conexão entre conhecimento científico, processos decisórios, participação social e democracia.

As incertezas e ignorâncias do conhecimento científico como aspectos determinantes para a formulação-compreensão e tomada de decisões acerca dos problemas socioambientais e tecnológicos, como são os problemas que afetam a saúde coletiva de populações, nos colocaram inicialmente as justificativas epistemológicas, no âmbito da ciência, para a formulação de um outro caminho para a produção de conhecimentos sobre os problemas socioambientais – a comunidade ampliada de pares.

Um outro desafio bem maior é o de como constituir comunidades ampliadas de pares, ou melhor, comunidades ampliadas de pesquisa-ação, promovendo o encontro e o diálogo, já que essa constituição não pode ser restrita a uma questão ‘técnica’ de gestão, mas sim de natureza política, econômica e cultural mais ampla, e que envolve conflitos e estruturas de poder que marcam nossa sociedade. Isso é particularmente relevante em territórios como os de favelas do Rio de Janeiro, onde se superpõem múltiplas violências, particularmente a da ação dos aparatos de segurança pública e dos poderes marginais, que impõem limites à expressão e à participação social e política da população. Nesse sentido, o desafio do conhecimento implica necessariamente o desafio da democracia e da ética.

Nos conceitos de cultura, dialogicidade e inédito viável de Paulo Freire encontramos as bases político-pedagógicas que dão sentido à Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação do LTM: a Comunidade como movimento de promoção de autonomia e libertação individual e coletiva, enquanto espaço de produção de conhecimentos sobre o território e de formação para a emancipação de todos, moradores e pesquisadores. Uma Comunidade que possibilite a construção do “inédito viável”, enquanto ideia de uma utopia, de uma realidade que ainda é inédita. A realidade possível de ser construída naquele momento histórico, pela captura crítica da situação limitante, da situação problemática; o “inédito viável”, enfim, como “a futuridade a ser construída” (Freire, 2001; 2002:156).

“Ler o mundo” a partir dos sujeitos é o conceito chave de Freire, e nessa perspectiva a Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação é um contínuo exercício de leitura do mundo, de produção e de reconstrução do saber em busca da autonomia e emancipação individual e coletiva. Um conhecer-saber como criação de vínculos entre pessoas e com o território, em confrontação com a visão do outro em que a dialogicidade é parte da busca de conhecimento. Esse é o sentido que configuramos à palavra compartilhada na produção de conhecimentos:

enquanto ação comunicativa “é uma necessidade ontológica e epistemológica”. O diálogo, para Freire, destaca Gadotti, “não é apenas uma estratégia metodológica. É um critério de verdade” (FREIRE, 2000, 2001; GADOTTI, 2000, p. 3).

A leitura dialógica do e com o território implica múltiplas e mais complexas mediações do que aquelas com os ambientes de trabalho. Particularmente, nos territórios de favelas, que como referimos anteriormente, as ações dos agentes governamentais ou dos poderes paralelos impõem restrições que dificultam ou mesmo impedem encontros e diálogos entre os agentes sociais (PIVETTA, GUIMARÃES, 2005). Oddone e colaboradores já enunciavam esse desafio quando propuseram pensar modelos de intervenção que fossem aplicáveis ao território e à sociedade baseados na experiência operária, sendo uma delas a formação de grupos “homogêneos”, bem como a necessidade de incluir a rede local de informação ou o sistema informativo “popular” (ODDONE E TAL, 1986).

Para problematizar sobre o desencontro existente no diálogo entre diferentes agentes sociais, cujos percursos e conhecimentos são produzidos em espaços sociais distintos e através de processos diversos, próprios de uma sociedade desigual, temos dialogado com o historiador inglês E.P. Thompson (THOMPSON, 1981, 1987). Em diálogo com o autor, concebemos que a experiência, determinada em grande medida pelos processos de inclusão precária e vulnerabilização, e o experimentar desta experiência, implica um conjunto de mediações que não são menos determinantes à prática histórica e social, uma vez que atravessam as ações daqueles que são atingidos por estes processos, referenciando o seu agir sobre uma situação determinada. Por isso, apesar de inseridos em determinadas “condições de vida” que conformam seu campo de ação, e que traduzem processos de crescente vulnerabilização, os moradores das favelas não respondem reativamente a elas, mas atravessados por sua experiência histórica, suas representações sociais e culturais que implicam uma determinada forma de apropriação da realidade e as possibilidades de ação sobre ela (CUNHA, 1995). Ao considerarmos a experiência dos moradores, levamos em conta que esta é mediada por formas culturais e religiosas e pelo que Thompson denomina consciência afetiva e moral (PIVETTA ET AL, 2018).

Agregando ainda referenciais de outros autores das ciências humanas, como os sociólogos Bourdieu e J.S. Martins, da geografia política de Milton Santos, da educação popular como Victor Valla e das abordagens pós-coloniais de Boaventura de Sousa Santos, desenvolvemos conceitualmente, a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (CAP) como um dispositivo metodológico de produção compartilhada de conhecimentos em saúde que

vem sendo experimentado pelo LTM, com o objetivo de ampliar e integrar conhecimentos e informações sobre questões e problemas relacionados ao território, sejam temas sobre saúde e ambiente ou políticas públicas.

A Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação é concebida como um espaço de mediação, lugar de fronteiras, de encontros do saber formal da ciência, da pesquisa, com o saber comum, situado e popular, da experiência dos que vivem e trabalham nos territórios. Neste sentido, a Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação traz a perspectiva da experiência e sua confrontação com outros saberes como chave para a produção de conhecimentos mais contextualizados e voltados à transformação social, abrindo agendas ocultas capazes de ampliar nossa compreensão dos processos geradores das vulnerabilidades socioambientais e situações de saúde em determinados territórios. A produção compartilhada de conhecimentos por meio de comunidades ampliadas de pesquisa ação é a contribuição metodológica do LTM para a resignificação da participação, enquanto um dos pilares centrais da promoção da saúde, inscrita na Política Nacional de Promoção da Saúde (PnaPS) (CUNHA ET AL, 2018; PORTO ET AL, 2016).

No percurso do LTM, desde 2003, vimos experimentando, em diálogo cotidiano e estreito, particularmente com a favela de Manguinhos, que faz parte do bairro onde se localiza a Fundação Oswaldo Cruz, diferentes conformações para a Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação. Em sintonia com os movimentos do território e dos próprios pesquisadores que compõem o LTM, vimos exercitando dinâmicas que favoreçam ciclos de produção, circulação e apropriação de conhecimentos e informações, que contribuam para a autonomia e emancipação de pessoas e para suas lutas políticas coletivas.

4.4 O ARTESANATO DA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA AÇÃO: DIÁLOGOS, MEDIAÇÕES E CRIAÇÃO NO TERRITÓRIO

Recorremos aqui ao uso da noção de artesanato do sociólogo Wright Mills para nomear aquilo que concebemos fundamental em nossas experiências com as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação: a imaginação criadora e o significado do trabalho diário, já que eles não estão dissociados do produto do trabalho, ou seja, incorporam-se aos processos de produção da autonomia e da liberdade dos participantes da Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação (MILLS, 2009). Tal visão está em consonância, ao nosso ver, com a compreensão freiriana de cultura como a aquisição sistemática da experiência humana, que

consiste em criar e recriar o mundo como resultado do trabalho de compreender e atuar no mundo.

As nossas experiências indicam que a construção compartilhada de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa ação se faz num contínuo caminho de pedras, em que metodologia, estratégia e tática, bem como os limites, autonomias, ritmos e tempos dos participantes do processo, se mesclam, se confrontam e se confundem o tempo todo. Daí a natureza artesanal da produção de conhecimentos. Pensamos, entretanto, que a potência dessa produção está em seu próprio método e nas mediações, em que buscamos o exercício do diálogo.

No percurso do LTM diferentes projetos de pesquisa foram desenvolvidos com diversas conformações de Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação, de acordo com os problemas de pesquisa, as áreas de conhecimento envolvidas e o território. Os movimentos do e no território foram moldando as estratégias de aproximação, refletindo nas diferentes mediações ao longo do tempo e constituindo assim as diferentes organizações e práticas das Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação (CAP) até o momento experimentadas.

Ao longo dos quinze anos do LTM em Manguinhos, principalmente, mas também em outros territórios como o Alemão e a Rocinha, as composições, as dinâmicas operativas, as estratégias para produção de conhecimentos, as linguagens e formas de sistematização em materiais políticos pedagógicos, foram sendo transformadas em resposta aos aprendizados coletivos acumulados.

Contudo, há algo em comum nestes projetos ao longo dos anos: os agentes sociais do território com os quais trabalhamos são moradores que se destacam por sua posição de fronteira, situados em pontos onde as estruturas sociais estão em ação, recuperando aqui uma expressão de Bourdieu (1997; 1998). Esta posição de fronteira, aproxima-se do que o autor denomina ocupantes de posições instáveis.

(...) são extraordinários “dispositivos analisadores práticos”: situados em pontos onde as estruturas sociais “estão em ação” e, por este fato, movidos pelas contradições destas estruturas, eles são obrigados, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que, muitas vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas objetivas que se exprimem através delas (BOURDIEU, 1998, p.236).

Estes moradores se diferenciam dos demais por atuarem socialmente nas favelas onde vivem, e circularem por vários espaços do mundo social, o que lhes dá um perfil

particular, de fronteira entre o local e o global, entre a favela e a cidade (CUNHA, 2005). Nosso interesse por sua participação em nossas CAPs relaciona-se a seu conhecimento a respeito do território, suas redes de sociabilidade e sua dinâmica. Um conhecimento, produzido a partir de sua posição social no território, e resultante da autoanálise mencionada por Bourdieu, que concorre para que eles se constituam como observadores críticos do território e suas relações com a cidade. Através da sua experiência e conhecimento, é possível então ter acesso à dinâmica da localidade, seus principais problemas e as respostas sociais que os moradores e coletivos locais produzem. Desta forma, sua inserção na CAP relaciona-se mais ao conhecimento que produzem a partir de sua posição específica, e não apenas porque são moradores do território.

São três os grupos de agentes sociais locais que correspondem ao acima descrito, e se inserem em nossos projetos: 1) Jovens estudantes que participam, ou participaram de programas da Fiocruz, especialmente o programa Provoc²³: são moradores de Manguinhos que destacam-se por sua circulação em atividades da instituição, pelo diálogo regular com diversos agentes sociais, como pesquisadores, profissionais de saúde, docentes do ensino superior, organizações da sociedade civil; além disso, a maioria tem acesso a linguagens diferenciadas de educação e manejo de novas tecnologias; 2) Moradores antigos ou que trabalharam em vários programas e projetos sociais no território: diferenciam-se pelo fato de acumularem um conhecimento sobre a história local e as mudanças no território, especialmente no que se refere às políticas públicas; e; 3) Moradores que desenvolvem trabalhos sociais no território ou atuam em coletivos e organizações: sobressaem-se pelo conhecimento produzido a partir de seu trabalho ou ação local, em interlocução regular com agentes supra locais, como profissionais de saúde, educação e assistência social, fóruns sociais da cidade, representantes de conselhos de direitos humanos; também são os que têm o contato mais estreito com os moradores do território, em sua experiência cotidiana.

Estes agentes sociais estiveram presentes em nossos projetos, colaborando para configurar diversas formas de CAP. Algumas vezes, os três grupos juntos. Outras vezes, apenas um ou dois grupos.

Para melhor traduzir nossa concepção da CAP como um contínuo artesanato, com

²³ PROVOC é um Programa de Vocação Científica para estudantes do ensino médio implementado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz, que em parceria com o LTM estabeleceu o PROVOC DLIS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Manguinhos [PIVETTA, GUIMARÃES, 2005].

diferentes desenhos, sistematizamos estes movimentos em três principais configurações e dinâmicas das CAP: o movimento inaugural, em que trabalhamos com a ideia da Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação como mapa; um segundo movimento em torno de situações-problemas do território, quando passamos a sistematizar os conhecimentos em diferentes linguagens; e o terceiro movimento de diálogo com outros territórios de favelas. A seguir apresentamos os três movimentos.

4.4.1 As Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como Mapa: o movimento inaugural

O mapeamento do sistema sócio ecológico de Manguinhos como estratégia de produção de conhecimento foi o caminho metodológico em torno da qual organizamos a primeira CAP. Era um período de aproximação com o território, em que os jovens moradores de Manguinhos, inseridos no programa de vocação científica do LTM, desempenharam um papel fundamental no desvelamento das questões importantes para a produção de conhecimento sobre o território.

A ideia de mapa enquanto metáfora (SANTOS, 2001), nos permite entender a constituição dos três mapas temáticos a partir dos quais iniciamos a produção compartilhada de conhecimentos sobre o território em suas características temporais, espaciais e simbólicas, quais sejam: o mapa “História de Pessoas e Lugares”, o Mapa “Saúde Ambiental” e o “Mapa da Comunicação sobre Ambiente”. Nos remetem ao sentido dos “mapas brutos”, na metodologia do MOI, qual seja como instrumento analítico produzido artesanalmente, de forma rústica ou simples, para representação global do território, buscando comunicar a outras pessoas, comunidades e investigadores os conhecimentos situados produzidos no lugar.

Cada Mapa, designação inicial para o que chamaríamos posteriormente de Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação, era constituído por moradores e um ou mais pesquisadores com formação nos temas que envolviam cada um deles, com o fim de desenvolver conteúdos teóricos-metodológicos e realizar o levantamento de dados e informações, que constituiriam posteriormente o acervo no site do LTM. Os agentes sociais locais que participavam nesta fase do LTM se constituíam em dois grupos fundamentais: os já mencionados jovens estudantes que participavam do PROVOC, e outro, os moradores, com experiência de ação local, como bolsistas do projeto, um dos componentes estratégicos

da chamada pesquisa participativa de base comunitária (WALLERSTEIN, DURAN, 2006). Participavam também universitários e estudantes de pós-graduação, bolsistas vinculados às áreas de conhecimento dos pesquisadores, estes de fora do território em sua maioria (PIVETTA, GUIMARÃES, 2005).

Esse primeiro ciclo do LTM, de 2003 a 2007, foi importante para o processo de aproximação com o território por meio dos três mapas temáticos como experiência coletiva de elaborar análises contextualizadas dos problemas para caracterizar Manguinhos do ponto de vista socioambiental. O encontro entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento também ampliou os referenciais teórico-metodológicos. Incorporamos a noção de produção compartilhada de conhecimento de Marteleto e Valla (2003) e de ciclo da comunicação (ARAÚJO, 2004; 2006).

Assim o LTM se inscreve na rede social do território, ampliando os circuitos de trocas e compartilhamentos em Manguinhos. Essa estreia no território nos mostrou a potencialidade das CAP no trabalho de compartilhamento entre os diferentes conhecimentos, linguagens e formas de expressão entre pesquisadores e moradores, entre os saberes científicos e os saberes originados da experiência. Também, pela incorporação dos atores locais nas atividades cotidianas de pesquisa, estabelece novas formas de relação da instituição com o território, fomentando e ressignificando a participação comunitária, tanto na produção de conhecimento quanto nas políticas públicas de saúde, um dos princípios basilares do SUS (PORTO ET AL, 2012).

Como resultado, a agenda de pesquisa e intervenção subsequente do LTM foi, então, estabelecida em diálogo com o conhecimento e experiência dos agentes sociais locais mencionados, que concorreram para que configurássemos situações problemas, que sem sua participação jamais seria por nós visualizada. Um exemplo disso foi a concepção ampliada de moradia, envolvendo dimensões que determinam o morar em uma favela, como a mobilidade social, as condições de habitação, a rede de sociabilidade e a experiência história da vulnerabilidade em termos de moradia.

4.4.2 As Comunidades Ampliadas de Pesquisa-ação em temas, linguagens e mídias

O movimento no e do território e o movimento interno do próprio LTM marcaram a dinâmica das Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação entre 2008 e 2012. Desafiados pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) em sua vertente PAC Favelas, uma política

pública voltada para urbanização desses territórios da cidade proposta pelo governo federal ao estado e município, nos debruçamos sobre seus impactos no território e na vida dos moradores. Os agentes sociais locais, indicavam então um leque de problemas que não eram visualizados quando se observava o desenvolvimento do PAC, e que precisavam ser discutido e vir à público.

Para Manguinhos, o PAC foi a maior intervenção de entes públicos de sua história, marcado principalmente por obras de infraestrutura (mobilidade, saneamento básico, moradia), que provocou grandes mudanças espaciais, políticas e simbólicas no território. Enquanto no LTM, mudanças foram provocadas pelo afastamento de alguns pesquisadores e inserção de outros de diferentes áreas do conhecimento, o que resultou na introdução de novos referenciais teóricos e outras possibilidades de organização e dinâmicas das CAP. Assim como houve importantes aportes para o financiamento das atividades por editais de pesquisa²⁴.

Neste processo, passamos a nos organizar em torno da produção de conhecimentos sobre situações-problemas específicas, e utilizando diferentes linguagens e meios (mídias) para a sistematização e circulação dos mesmos, resultando em múltiplos materiais políticos pedagógicos.

Na dimensão metodológica, o ciclo da comunicação que compreende a produção, circulação e apropriação (ARAÚJO, 2004; 2006), passa a referenciar nossas práticas em relação aos movimentos no território. Neste sentido, a dimensão das linguagens e das mídias, que favorecessem a circulação e a apropriação dos conhecimentos produzidos se tornou central na sistematização e na produção de material político pedagógico (PORTO ET AL, 2012; ZANCAN ET AL 2014; PIVETTA ET AL, 2016).

A centralidade das linguagens, incluindo artísticas e populares, orientou a composição e a dinâmica das CAP na produção e sistematização de conhecimentos em diferentes temas como as enchentes, política pública – o PAC, moradia, o ecossistema mangue, histórias de vida e memórias de moradores, dentre outros. Tais atividades resultaram em três grandes frentes de trabalho nesse período: a produção da página na

²⁴ Principais editais: internos da Fiocruz EDITAL PAPES VI, FIOCRUZ/CNPQ -2012. Edital TEIAS-ENSP Chamada Rede de Pesquisa e Inovação PDTSP-TEIAS, 2010; Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012; Edital FAPERJ N.º 07/2009.

internet para disponibilização do conhecimento produzido, o monitoramento da implementação do PAC e a produção da Maleta de Trabalho do LTM.

Corroborando a afirmação de Oddone e colaboradores, entendemos que a compreensão e expressão dos complexos problemas dos territórios são um problema de comunicação (ODDONE ET AL, 1986; RE ET AL, 2014). A diversidade de agentes implicados torna não só a tarefa de produção de conteúdo mais complexa, mas os formatos e linguagens devem alcançar os diferentes grupos sociais, bem como a preocupação com os conhecimentos que produzimos e circulamos na atividade de pesquisa ação. Neste sentido, as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação nesta fase do projeto se constituíram na costura entre o tema e sua problematização, a linguagem e a mídia, priorizando a sistematização de conhecimentos em forma de documentários, relatos fotográficos, além de outros formatos que incluíam jogos RPG para jovens. As imagens (fotografia e o audiovisual), em sua maioria, foram produzidas pelos próprios moradores, favorecendo, assim, a comunicação nos dois sentidos, dos pesquisadores, profissionais e técnicos para os moradores e vice-versa, tal como propunha Oddone et al (1986).

Assim, na experiência do monitoramento do PAC Manguinhos foi priorizada a linguagem audiovisual, o vídeo e a fotografia, enquanto para outras CAP organizadas em torno de temáticas que emergiram do território, por exemplo o tema da tuberculose, utilizamos a linguagem dos jogos interativos baseada na experiência de um jovem morador e pesquisador bolsista do LTM com jogos RPG. O comum em todas elas foi a centralidade do conhecimento e da experiência de moradores com diferentes linguagens e técnicas no direcionamento do caminhar da produção dos materiais políticos pedagógicos (PIVETTA ET AL, 2016). Como orientação metodológica geral da CAP, a comunidade de pesquisa e os debates gerados colocavam frente a frente moradores, pesquisadores do LTM e especialistas de diversas áreas relacionadas ao tema-problema priorizado, que expunham e confrontavam seus conhecimentos. No caso da tuberculose, isso incluiu pesquisadores, médicos e agentes comunitários de saúde, além de moradores que haviam passado, como crianças ou adultos, por experiências diretas com a tuberculose.

Diversos materiais políticos pedagógicos, em diferentes linguagens e mídias, produzidos deram origem à caixa de ferramentas denominada “Maleta de Trabalho do LTM: Reconhecendo Manguinhos” – documentários, livros, cordel, livro-jogo, slide show, calendário, relato fotográfico, cadernos em formato de cartilhas, e o portal na internet, entre outros. A Maleta configurando-se como dispositivo de comunicação, de um lado, e de outro,

como representação do território em movimento; enfim, um dispositivo de comunicação nos processos de mediação com o território (ZANCAN ET AL, 2014; PIVETTA ET AL, 2016).

4.4.3 Diálogo entre territórios em movimento: a experiência das “pequenas” CAP

O aprofundamento da análise do PAC e seus desdobramentos sobre o território nos levou a ampliar nossa ação para além de Manguinhos. Assim, o projeto de avaliação participativa do PAC em Manguinhos, Alemão e Rocinha²⁵ propiciou a experimentação da Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação em outros territórios. Estabelecer um circuito de produção-circulação-apropriação de conhecimentos no interior de cada lugar e entre os “Territórios em Movimento” (nome prático do projeto), com histórias e dinâmicas próprias e espacialmente distantes, colocou alguns desafios: pensar a constituição e as dinâmicas das CAPs, as estratégias para o diálogo-interação-comunicação, e conseqüentemente nas linguagens, entre os três territórios, que dessem conta da dinamicidade de cada lugar em intenso processo de mudanças urbanas e sociais (PORTO ET AL, 2015).

A resposta a esse desafio foi constituir o que passamos a chamar de “pequenas CAPs” em cada favela, tendo os agentes sociais locais que já destacamos anteriormente, os analistas práticos, como participantes estratégicos das mesmas, juntamente com pesquisadores do LTM nos vários territórios. Esta foi uma resposta à distância espacial entre os lugares e às dificuldades de tempo e logísticas, para estarmos presentes simultaneamente nesses espaços. E, principalmente respondeu à coerência metodológica da produção compartilhada de conhecimento, contextualizada à realidade local.

Neste sentido, o ‘modelo operativo’ (ODDONE ET AL, 1986) foi elaborado com duas configurações de CAP: a grande CAP e as pequenas – pCAPs. Da grande CAP participavam todos os pesquisadores do projeto e moradores de cada território (bolsistas de pesquisa do projeto, assistentes de campo), cujas atribuições envolviam as atividades de articulação entre os territórios, a produção e a sistematização de dados, a produção de materiais políticos pedagógicos, a partir de reuniões e oficinas periódicas para compartilhamento e reflexão sobre as temáticas centrais para cada território.

Por outro lado, as pequenas Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação - pCAP

²⁵ Projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC Manguinhos-RJ na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental” Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012

Manguinhos, pCAP Rocinha, CAP Alemão, eram constituídas por um ou dois pesquisadores da coordenação do projeto, pelos assistentes de pesquisa e de campo de cada localidade. Cada pCAP tendo como atribuições o levantamento de informações de campo, o mapeamento de agentes sociais chaves e seus conhecimentos, a mobilização e organização de oficinas, a sistematização e produção de materiais de cada território. Trata-se aqui, portanto, de trazer a experiência e os saberes dos moradores que atuam no território, os especialistas do lugar, aqueles que “conhecem” melhor que os outros o lugar, e que pela riqueza de seus mapas cognitivos e o papel de mediadores, têm papel essencial no “sistema informativo popular/local” (ODDONE ET AL, 1986). Aos saberes e experiências desses especialistas de cada lugar se somavam os conhecimentos produzidos pela academia em torno do tema geral dos três territórios, priorizando os problemas levantadas em cada pequena CAP, em torno de três grandes eixos: a moradia, o saneamento, a mobilidade e suas interrelações levando em consideração os projetos e obras do PAC em andamento.

A perspectiva dialógica das atividades presenciais das Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação, em particular as oficinas locais, se complementou com a elaboração de materiais político-pedagógicos, em um esforço de comunicação para trazer múltiplas narrativas e saberes, incorporando as linguagens e potencialidades de cada território e suas formas culturais, o que resultou na elaboração de um conjunto de produtos, veiculados nas redes sociais, particularmente.

Estabelecemos como principais canais de compartilhamento de conhecimentos e informações redes sociais como a página no *face book* “Territórios em Movimento”, o canal no Youtube “LTM Territoriosemovimento” e os Cadernos de Oficinas, impressos, que serviram como cartilha síntese para circular, no e entre os territórios, os debates gerados em cada CAP. No Alemão foi constituído, ainda, um *chat* no Facebook e um grupo no WhatsApp, que aproveitou a experiência de processos comunicacionais locais, a fim de dar respostas a eventos, como as frequentes enchentes e riscos de desmoronamento no Complexo do Alemão (CUNHA ET AL, 2015).

Essas estratégias deram sustentabilidade a rede de trocas constituída na pesquisa, fortalecida pelas parcerias com organizações comunitárias - o Instituto Raízes em Movimento do Alemão e TV Tagarela da Rocinha, e com a ampliação, ao longo de todo o processo, com novos agentes sociais. Esta Rede deu suporte ao que chamamos de “rede CAP” entre os três territórios, o que permitiu a rápida articulação e circulação de informações e conhecimentos, potencializando as atividades do projeto. Contribuiu também

para viabilizar a pesquisa em momentos de tensão e condições adversas, concorrendo para criar e amadurecer novas ações e coletivos locais (PORTO ET AL, 2015; CUNHA ET AL, 2015; CUNHA ET AL, 2018).

4.5 COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA AÇÃO: UM CAMINHO PARA A AMPLIAÇÃO DEMOCRÁTICA NO DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO

As experimentações de Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação apresentadas são os caminhos de pedra a que nos referimos anteriormente, em que assumimos ser o território ‘a sede tanto de confrontos como de potencialidades, lócus do grande potencial político e cultural ou como “laboratório” onde se experimenta e se aplica, diretamente e sem delegação, a experiência e a cultura” dos moradores, na expressão de Oddone et al (1986, p. 79).

A Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação do LTM é tomada, neste sentido, como espaço de aproximação com o território a partir do encontro entre moradores e pesquisadores, com seus conhecimentos e experiências, aproximando mais as instituições, no caso à Fiocruz, às necessidades da população. É do encontro que resultam as articulações e as mediações possíveis, que possibilitam um novo olhar sobre a dinâmica do território, elaborando processos explicativos e compreensivos mais democraticamente construídos, gerando novas possibilidades para mudanças na realidade. Podemos tomar a CAP, enquanto “modelo de uso”, também como o espaço de confrontação com o modelo teórico-metodológico, que possibilita o exercício da recuperação de experiências e o exercício da reapropriação dos conhecimentos por parte dos moradores (ODDONE ET AL, 1986). Mas também, no caminho inverso, de humanização e ampliação de conhecimentos por parte dos pesquisadores.

As Comunidades Ampliadas de Pesquisa-ação são espaços que favorecem a recuperação do conhecimento e da experiência entre os moradores, porque promovem o compartilhamento desses conhecimentos e experiências, com suas dinâmicas de encontros e diálogos, em particular nas oficinas (Oddone et al., 1986). Nessas oficinas, as condições de vida e situações de saúde são confrontadas e reelaboradas coletivamente, como resultado do investigar, do morar e do viver em um dado território. Neste sentido, o morador recupera, na confrontação de testemunhos de uma realidade semelhante, a experiência de um outro morador. A identificação com o outro o faz se apropriar e aprender a partir daquela outra

experiência.

O compartilhamento de conhecimentos e experiências entre pesquisadores e moradores nos espaços das CAP são momentos em que ocorre a tradução das linguagens técnicas e científicas favorecendo a reapropriação, por parte dos moradores, das lógicas e terminologias da produção do conhecimento científico e das lógicas da ciência institucionalizada, ou, na expressão de Oddone e colaboradores, a reapropriação dos modelos técnicos. Tanto as mediações para produção de conhecimentos, como as oficinas, grupos de estudos, etc., quanto a circulação dos materiais políticos-pedagógicos produzidos em diferentes mídias, são espaços potentes de trocas e de abertura de caminhos para a reapropriação, que estão associados a processos geradores de resultados, muitos dos quais intangíveis.

Ainda que limitada à dimensão da produção do conhecimento e ações mais pontuais circunscritas às demandas do território, conseguimos visualizar a potencialidade das Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como espaço para o exercício do que Oddone e colaboradores denominam de “não delegar” e “validação consensual” (ODDONE ET AL, 1986). Os moradores do território têm nesses espaços a possibilidade de exposição de seu testemunho e de seu ponto de vista público sobre o mundo ou sobre seu percurso (BOURDIEU, 1989), de interação e de disputa de suas visões. Fortalecidos pelas trocas de saberes e experiências com outros moradores e com os pesquisadores e técnicos solidariamente engajados, reelaboram de forma mais sistemática seus conhecimentos e fortalecem suas argumentações nas suas lutas disputas em fóruns de decisão política.

A Comunidade Ampliada de Pesquisa Ação, ao promover encontro entre moradores que são referências no território, os especialistas do lugar, potencializa a rede de informação, mobiliza o sistema informativo popular do lugar, fundamental para o exercício e a sustentação da participação, quanto para a própria dinamicidade das respostas às demandas ao sistema de saúde local. Nessa perspectiva a CAP é um caminho para criar estratégias e trilhas para uma vigilância popular da saúde que adentre e compreenda o território em suas múltiplas territorialidades, e a partir de suas potencialidades humanas enfrente os constrangimentos impostos, de um lado, pelas dinâmicas sociais e políticas do próprio território, e, de outro, a forma governativa das cidades e as políticas públicas, excludentes e muito pouco democráticas.

As múltiplas violências por parte dos poderes constituídos, o Estado e seus governos, quanto dos poderes marginais, impõem o silenciamento das populações de favelas e

periferias. Tal silenciamento é visível pela negação do seu pertencimento à cidade e pelo não reconhecimento da sua condição de cidadão e de sujeito da sua própria existência. Entretanto, o que não é visível é o sofrimento dessa condição de não reconhecimento e seus impactos sobre as situações de saúde vivenciadas por cada pessoa e pelo coletivo nos territórios. Por esta razão afirmamos serem as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação, também, espaços de desocultamento de invisibilidades que impedem ou dificultam as pessoas e comunidades nas favelas tornarem-se sujeitos. Trata-se de um processo não apenas social e político de consciência e organização, mas de natureza epistemológica e psicológica, que envolve a autoestima, o autoconhecimento, o interconhecimento e um diálogo intercultural. É na intimidade das oficinas das CAP que as experiências “não comunicáveis” (BENJAMIN, 1984), processos invisibilizados pelos modos hegemônicos de produção de conhecimentos em saúde na academia, emergem das falas e testemunhos dos moradores. Isto é, experiências não narráveis em ambientes comuns dos encontros da academia e que são possíveis de serem manifestadas, se compartilhadas em dinâmicas próprias de encontros, onde emergem possibilidades de diálogos concretos e respeitosos entre diferentes agentes sociais.

Pensar o compartilhar a partir dos desdobramentos desse exercício no cotidiano do território, é fazer da produção de conhecimentos por comunidades ampliadas de pesquisa ação um exercício permanente de tradução. O que implica criar as condições para um processo capaz de fornecer inteligibilidade e confiança mútua entre diferentes sujeitos, saberes, linguagens e perspectivas em torno de objetivos comuns de transformação da realidade, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade desfavorável (SANTOS, 2007).

O domínio global da ciência moderna forjou outra forma especializada de produzir experiências “não comunicáveis” e afastadas da vida comunitária, ao descontextualizar e relegar ao silêncio outras formas de saber e práticas, silenciadas e invisibilizadas. O ocultamento e o descrédito desses saberes e práticas é o que Boaventura de Sousa Santos define como desperdício da experiência (SANTOS, 2005). Uma tarefa central das Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação é, portanto, dar materialidade e legitimidade a essas experiências invisibilizadas das favelas. O aumento das violências nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, se reflete sobremaneira nos territórios de favelas e nos colocam desafios enormes para a criação do “inédito viável”, o que para o LTM é o de continuar a ser

um espaço de encontros, de diálogos e de resistências, e parte das redes de sustentação da participação na adversidade decorrente das desigualdades, racismos, discriminações e violências.

As Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação do LTM aplicada aos territórios onde vive população em geral, os trabalhadores formais e informais, na nossa compreensão, contribuem para o alargamento da noção pensada por Oddone e colaboradores (1986) e reelaborada a outros contextos por Schwartz (2000) e Brito e Athayde (2003). Nesse sentido, a ideia de grupos homogêneos que marcam as propostas em saúde dos trabalhadores é complexificada e ampliada pela perspectiva territorial e suas várias dinâmicas de exclusão radical. Com isso novas agendas são introduzidas a partir do cotidiano e das experiências dos sujeitos que sofrem violências radicais. Por exemplo, as mulheres mães e negras que sofrem violências dos homens em suas casas ou têm seus filhos assassinados pela polícia. Ou ainda terreiros e outros espaços culturais e espirituais que sofrem ameaças por parte de grupos religiosos fundamentalistas que se aliam a políticos, milícias e traficantes. A noção de cidadania e luta social, nesse contexto, exige um alargamento teórico, metodológico e político para que, em nome da “qualidade do conhecimento científico”, não reproduzamos novas exclusões.

Buscamos, seguindo o pensamento de Walter Benjamin, construir com as Comunidades Ampliadas de Pesquisas Ação, através da produção e circulação de materiais político-pedagógicos, uma narrativa que possibilite a recuperação da experiência como elo entre pessoas e gerações, como forma de reconstituir e reelaborar a história; garantir, como diz Benjamin, uma memória e uma palavra comuns na sociedade, fundamentais para constituição dos laços de sociabilidade nas cidades (GAGNEBIN, 1987).

5 A COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA-AÇÃO: UM ARTESANATO NO DIÁLOGO COTIDIANO COM O TERRITÓRIO

Terceira parte do núcleo reflexivo da tese, este capítulo finaliza a sistematização sobre o método CAP. Nele, reunimos as reflexões sobre os aprendizados, enfocando o trabalho artesanal no cotidiano das CAPs como uma contribuição às discussões conceituais e metodológicas no campo da pesquisa em Saúde Coletiva, assim como à pesquisa participante, na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde.

A sistematização e as reflexões deste capítulo são resultantes da pesquisa no âmbito do projeto “Método CAP: dispositivo de produção compartilhada e difusão de conhecimento”²⁶, desenvolvido com o propósito de analisar cada movimento que fazemos para que um processo ou itinerário CAP aconteça. A particularidade deste projeto está em promovermos a realização de Itinerários CAP em diferentes contextos para, de forma sistemática, observarmos as potencialidades e necessidades de ajustes da metodologia.

Para esta análise e sistematização da metodologia implementamos duas CAPs em contextos diferentes: a primeira (a CAP Território Manguinhos), em torno da problematização do sofrimento social em Manguinhos, como continuidade do trabalho do LTM no território; e a segunda (a CAP Território Rocinha), integrada à investigação de mestrado de uma pesquisadora que trabalha no território da favela da Rocinha, em uma Clínica de Família, tendo como tema a saúde da mulher.

Priorizamos, como referência das discussões travadas neste capítulo, a implementação da CAP Território Manguinhos com a temática do sofrimento social em razão do nosso trabalho no LTM estar mais diretamente ligado a esse lugar. O diálogo com este território envolve uma forte interação, vivência e compartilhamento do cotidiano com as moradoras e moradores. Estamos imersos neste cotidiano, não só porque trabalhamos com a favela de Manguinhos, mas também porque a ENSP/Fiocruz, onde trabalhamos, está aí sediada.

Com as Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação do LTM não nos propomos a inventar a roda. Atuando no terreno da pesquisa participante, e tendo como horizonte uma modalidade de produção compartilhada de conhecimentos, pretendemos fazer parte do

²⁶ Projeto financiado pelo Programa Inova Fiocruz -Produtos Inovadores - Chamada para submissão de propostas Nº 4/2018, em desenvolvimento desde janeiro de 2019. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz, CAAE Nº 97805218.5.0000.5240.

esforço de pensar caminhos para responder aos desafios que se colocam. Nosso objetivo é encontrar outras possibilidades de produção de conhecimentos no campo da Saúde Coletiva, capazes de responder à complexidade dos problemas socioambientais e aos seus impactos sobre a saúde das populações, e dar desdobramentos ao princípio da participação popular no SUS, privilegiando a dimensão instituinte do projeto de Reforma Sanitária Brasileira. Enfim, experimentando.

Além desse artigo que compõe a tese, esta pesquisa tem também como um dos produtos desenvolvidos em conjunto com a equipe do projeto a que está vinculada, um guia operativo da metodologia CAP para compartilhamento e publicização – Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação (CAP): um guia de pesquisa. O Guia, na forma de e-book interativo, será disponibilizado para acesso público no sistema ARCA da Fiocruz. Com o Guia, pretendemos dar visibilidade ao processo coletivo de produção de conhecimentos e contribuir para promover a relação Ciência e Sociedade, missão da Fiocruz e do próprio Laboratório Territorial de Manguinhos.

O texto que compõe este capítulo está organizado em quatro partes. A primeira parte apresenta o método de sistematização do Itinerário CAP, e as três seguintes reúnem análises e reflexões sobre os três eixos estruturantes do trabalho artesanal no cotidiano das CAPs: o território e os agentes sociais do diálogo; as ferramentas artesanais de co-laboração com o território; e o cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP. O artigo, que ainda será submetido para publicação, foi escrito em coautoria com a orientadora Marize Bastos da Cunha, que coordenou o projeto ao qual a tese está vinculada.

5.1 INTRODUÇÃO

Nos 17 anos de interação do Laboratório Territorial de Manguinhos²⁷ com o território de Manguinhos, experimentamos diversos caminhos com as CAPs, no contexto de diferentes projetos de pesquisa envolvendo uma diversidade de situações-problemas (PIVETTA ET AL, 2020). Foi a partir dessa experiência que mergulhamos em nossas práticas no âmbito do projeto “Método CAP: dispositivo de produção compartilhada e difusão de

²⁷ O Laboratório Territorial de Manguinhos é um projeto de pesquisa-ação da ENSP/FIOCRUZ. Para saber mais, visitar a página no facebook Territórios em Movimento.

conhecimento”²⁸, com o propósito de nos deter e analisar cada movimento que fazemos para que um processo CAP aconteça. Tal objetivo configurou-se por uma necessidade de refletir teórica e metodologicamente sobre nossa experiência, a fim de compreendê-la e melhor apreender os desafios que vão se colocando para a produção de conhecimentos na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde (PES) (PORTO, PIVETTA, 2009; PORTO ET AL, 2016). O projeto respondeu também à demanda de vários parceiros e agentes com os quais nos relacionamos, como ativistas do território e alunos, interessados em conhecer melhor a operacionalização de uma CAP. Como resultado, estamos sistematizando um guia operativo da metodologia CAP para compartilhamento e publicização, denominado “Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: um guia de pesquisa”. Paralelamente, desenvolvemos um estudo que busca aprofundar a compreensão de conceitos com os quais trabalhamos, em diálogo com nossas práticas, de forma a avançar teórica e metodologicamente na concepção da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação, como caminho de construção compartilhada de conhecimento no espaço urbano, em especial em territórios de favelas, para a Promoção Emancipatória da Saúde.

Parte integrante do mencionado estudo, este artigo reflete sobre os aprendizados na sistematização do processo de operacionalização de uma CAP, tendo como foco seus movimentos no fazer cotidiano. Destacamos que a centralidade do cotidiano na CAP ocorre em função de duas dimensões. A primeira tem a ver com o fato de que se o território é nossa unidade de análise, o cotidiano é nossa lente privilegiada para observar as experiências, os posicionamentos e as visões dos agentes sociais com os quais nos relacionamos, sendo os moradores os sujeitos da nossa interlocução. Isso significa que enfocamos situações, desafios e narrativas que remetem à vida cotidiana para desencadear nossas problematizações. A outra dimensão relaciona-se ao trabalho propriamente dito da CAP, considerando as estratégias, dinâmicas, atividades e sistematizações/sínteses que concebemos para a produção de conhecimentos sobre uma determinada situação-problema proposta pelo território. Sendo assim, para a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação o cotidiano representa o espaço/tempo de nossa primeira aproximação com o universo temático inscrito no território e, ao mesmo tempo, o espaço da produção do conhecimento em uma perspectiva dialógica emancipatória, onde se busca o exercício da igualdade como princípio da prática

²⁸ Projeto financiado pelo Programa Inova Fiocruz -Produtos Inovadores - Chamada para submissão de propostas Nº 4/2018, em desenvolvimento desde janeiro de 2019 e finalização em dezembro de 2020. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz, sob parecer de nº 3.334.114, maio de 2019.

emancipatória (PIVETTA ET AL, 2018).

É sobre esta segunda dimensão que nos debruçamos neste texto. Entendendo como práticas cotidianas o estar junto no cotidiano do território e produzir compartilhadamente conhecimento para a ação, a metodologia CAP constitui um processo de trabalho coletivo, que mobiliza diversos agentes sociais e aciona múltiplas ferramentas de produção, circulação e apropriação de conhecimentos. Enquanto estratégia de pesquisa-ação, essa metodologia, constituidora de múltiplos processos de mediação com o território, pretende fazer com que cada movimento se concretize em vetor de forças para a justiça epistêmica ou cognitiva, a justiça social, a justiça política e a justiça econômica, a partir da viabilização de ciclos de comunicação produção-circulação-apropriação.

Trazemos as reflexões sobre os aprendizados na sistematização do processo de operacionalização de uma CAP, com base na análise dos seus desdobramentos em vários movimentos no fazer cotidiano. Pretendemos, com elas, ampliar o conhecimento e aprofundar as discussões acerca das metodologias de pesquisa participante em contextos urbanos, particularmente em favelas do Rio de Janeiro.

5.2 O MÉTODO: A SISTEMATIZAÇÃO DO ITINERÁRIO CAP

Tendo como base uma metodologia qualitativa, de análise documental, e recorrendo aos relatórios de campo e aos audiovisuais das atividades do projeto (oficinas de discussão e reuniões), sistematizamos nossas atividades cotidianas, tendo como categorias centrais: contexto do território, contexto social e acadêmico, agentes sociais e posição no território, tempo de relação do agente social com o LTM, situação-problema e ação comunicativa.

A partir daí foi possível, em uma primeira etapa, observar as práticas ordinárias que constituem os movimentos dialógicos e que vão dar sentido a ideia do compartilhar que estrutura a metodologia CAP. Configuramos então o que chamamos de Itinerário da CAP, como o percurso e os movimentos fundamentais de constituição e desenvolvimento da CAP. Com efeito, essa primeira sistematização traduz o que é o Itinerário de uma CAP no tempo.

Com todas as limitações para transformar um processo rico em movimentos resultantes da interação com o cotidiano do território, sistematizamos a metodologia de uma CAP, que significamos como um Itinerário CAP, no sentido de caminho que percorremos para elaborar uma visão compreensiva de uma temática do território, em quatro principais movimentos.

O primeiro movimento é o de elaboração da temática, quando pessoas, por diferentes razões e interesses, pesquisadores ou moradores de um determinado território, propõem-se uma situação-problema e abrem o diálogo dentro de um determinado contexto no âmbito, por exemplo, de uma pesquisa-intervenção, de uma pesquisa de mestrado ou doutorado, da intervenção de movimentos sociais e de ONGs, entre outros. É nesse momento que se constitui o que denominamos de Núcleo CAP, discutido mais adiante, que articula e media todo o Itinerário de uma CAP.

A problematização ou discussão da temática configura o segundo movimento. Nele amplia-se o diálogo e os diferentes agentes sociais inserem-se no processo da CAP, a partir de seus interesses, experiências e seus lugares em relação ao território e à situação-problema. Assim, diversas articulações e redes vão se formando entre os mediadores e agentes sociais do território, com a agregação de novos agentes sociais, ou mesmo a desistências de alguns. Ao mesmo tempo, atividades e ações vão sendo coletivamente acordadas e organizadas, como é o caso das oficinas de discussão.

Em seguida, articula-se o movimento de sistematização. Neste terceiro movimento o Núcleo CAP, às vezes ampliado pela presença de participantes das oficinas que se voluntariam ou são convidados, retoma o protagonismo do trabalho de organização e análise de dados das visitas de campo, e das reflexões coletivas que foram registradas em relatos, áudio e vídeo. As informações e os conhecimentos são sistematizados em materiais diversos, cujas linguagens e formatos são definidos muitas vezes na própria oficina.

E por fim, tem lugar o quarto movimento, em que são articulados vários movimentos de circulação das informações e dos conhecimentos produzidos. A circulação e a apropriação acontecem como resultado de diálogos e encontros em todas as atividades uma CAP, nas visitas de campo, nas reuniões do Núcleo, nas oficinas etc. A elaboração de materiais em diferentes meios e formatos (filmetes nas redes sociais, caderno de oficinas impressos, etc.) e de sínteses temáticas como produto de um processo CAP, serve de base material tanto do retorno organizado das discussões ao território quanto da circulação de informações e conhecimentos em oficinas de apropriação, encontros e mídias sociais, bem como nos desdobramentos em ações em rede junto aos moradores e seus coletivos.

Esses movimentos acontecem como ciclos de comunicação produção-circulação-apropriação de conhecimentos (ARAÚJO, 2004; 2006) e guardam sempre coerência com os pressupostos da metodologia CAP. São eles a temática que emerge do território e que deve ser sempre elaborada de forma coletiva; e os movimentos do itinerário, que devem respeitar

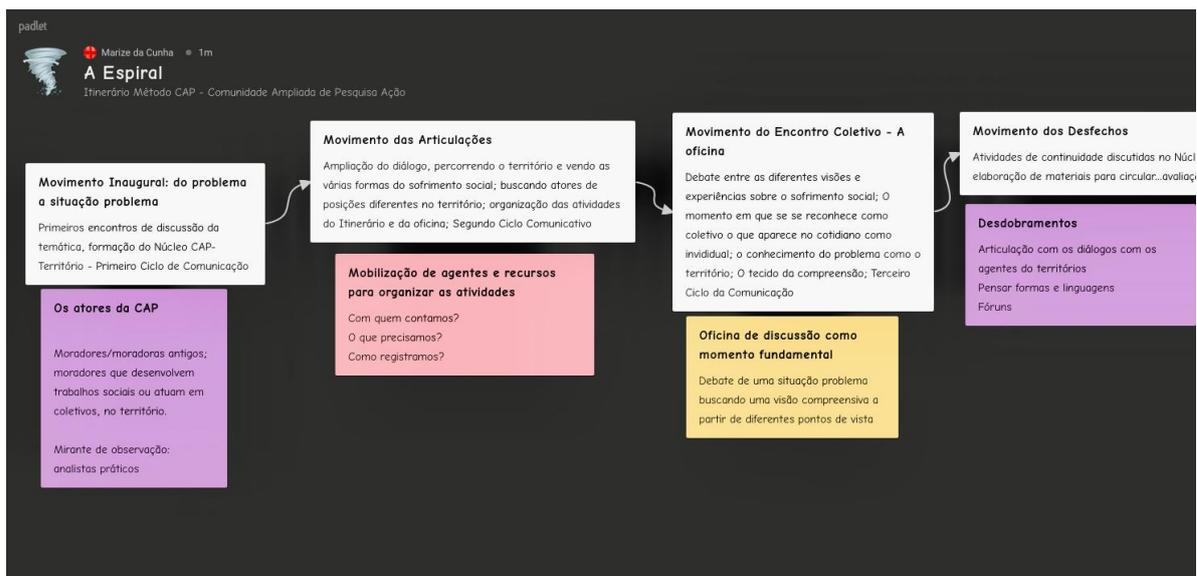
os contextos, tanto os macros contextos políticos e sociais do território, quanto os contextos micros, que dizem respeito mais diretamente aos interlocutores e à situação de interlocução. Não há, portanto, preocupação com a linearidade do processo. Ao contrário, o que importa é criar condições para o diálogo e a elaboração do problema e encontrar, juntos, caminhos para uma possível solução. Outro pressuposto metodológico é que todos os saberes, linguagens, capacidades e habilidades dos participantes representam recursos importantes, através dos quais são produzidos conhecimentos e ações.

Ao nos apropriarmos da ideia de ciclo da comunicação proposto pela autora, numa perspectiva operativa e analítica, o sentido de ciclo foi dando lugar à ideia das CAPs como um trabalho em espiral. Na Figura 3, apresentamos o Itinerário enquanto um processo de realização de ciclos de comunicação de produção-circulação-apropriação, que vão se ampliando conforme vamos evoluindo no itinerário de produção de conhecimento sobre uma temática no território. Assim realiza-se o sentido da CAP como um trabalho artesanal e em espiral. Cada movimento no itinerário da CAP é um ciclo que se realiza e anuncia fronteiras a serem expandidas. A apropriação e os novos sentidos criados, resultado de trocas dialógicas, transformam os ciclos em espirais, fortalecendo os vínculos entre os sujeitos do processo.

Importa destacar que o tempo do acontecer do Itinerário de uma CAP não é definido a priori. A situação-problema, em torno da qual se estrutura um Itinerário, vai se delineando aos poucos, mas sua visibilidade como problema coletivo depende do contexto. Uma CAP construída a partir de uma situação de emergência pode produzir resultados mais concretos e em curto tempo do que uma CAP construída no decorrer de um tempo mais largo.

O ciclo da comunicação, enquanto referência operativa das CAPs, busca dar visibilidade às experiências e aos saberes dos agentes sociais que dela participam em um determinado território. Além disso, produz sentidos, a partir da compreensão sobre como os problemas e processos de vulnerabilização do território são historicamente construídos e elabora uma narrativa compreensiva que permita o enfrentamento dos mesmos pelos diversos agentes e movimentos sociais. Pensar a CAP como a realização de ciclos de comunicação é pensar a linguagem enquanto conteúdo-forma e expressão do conhecimento produzido nos formatos para a circulação que favoreçam e potencializem os processos de apropriação. Vale frisar que o ciclo não se refere a uma temporalidade, mas sim a um esquema referencial que nos permite pensar nosso processo de trabalho como um todo comunicativo (ZANCAN ET AL, 2014).

Figura 3 – Representação do Itinerário CAP como um trabalho em espiral



Fonte: montagem realizada por Marize Cunha

Compreendendo a metodologia da CAP como um Itinerário em ciclos comunicativos, e considerando os resultados de sistematização, as observações de campo e a discussão no âmbito da pesquisa, identificamos os eixos estruturantes do fazer cotidiano da CAP, elaborando então uma reflexão analítica sobre os eles.

Neste texto, destacamos três dos eixos que estruturam o trabalho artesanal no cotidiano das CAPs. São eles: (1) o território e os agentes sociais do diálogo; (2) as ferramentas artesanais de co-laboração com o território; e (3) o cotidiano como engrenagem da dinâmica da CAP.

Por fim, significamos a CAP como uma rede de interlocução e afetos entre pessoas-lugares-território, e apontamos algumas questões que vêm sendo colocadas como desafios metodológicos para a CAP no que concerne à necessidade de se lidar com um trabalho de pesquisa em que o campo não é mais só presencial, mas também digital.

5.3 CONSTITUINDO UMA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA AÇÃO: O TERRITÓRIO E SEUS AGENTES SOCIAIS

Uma das marcas da metodologia CAP é incorporar os aprendizados com a população, tendo o morador como sujeito da interlocução com o território. As experiências, dos moradores do território, em seu cotidiano de vida, e a dos pesquisadores, sistematizadas no

espaço acadêmico, são compartilhadas e coletivamente elaboradas como “a multiplicidade unificada e contínua do conhecimento”, como define Walter Benjamin (BENJAMIN, 2019, p. 47). Destacamos, no entanto, que não há uma unidade de perspectiva na experiência no território e na situação-problema nele vivida. Por isso, diante do desafio de elaborar uma visão compreensiva de uma situação-problema, é fundamental contemplar como esta situação distribui-se nos diferentes espaços e é experimentada pelos diversos agentes sociais do território. Isso implica observar como as dimensões estruturais, sociais, culturais e simbólicas se expressam em termos da territorialização do problema, configurando uma multiplicidade de territórios. Trata-se, em outras palavras, de observar a espacialidade dos problemas em que os diferentes agentes ou grupos sociais experimentam em razão das suas condições socioeconômicas e culturais, da sua inserção e das relações com o território (HAESBAERT, 2004).

Em termos metodológicos, a interlocução e a mediação têm lugar em diferentes momentos e envolvem uma diversidade de agentes sociais, na relação cotidiana com o território. Dialogamos com os moradores em geral em vários espaços presenciais, seja em encontros e reuniões, seja em visitas de campo. Nesses espaços, e por meio desses diálogos, vamos constituindo uma visão global da situação do território e identificando quais questões estão sendo colocadas como problema.

O pressuposto é incorporar ao processo de uma CAP, de maneira geral, os agentes sociais do território indicados por nossos parceiros históricos. Eles encerram duas características centrais: serem moradores antigos ou trabalharem em projetos sociais, e desenvolverem trabalhos sociais ou atuarem em coletivos, no território. Os primeiros diferenciam-se pelo fato de acumularem um conhecimento sobre a história local e as mudanças no território, especialmente no que se refere às políticas públicas, e também sobre as causas estruturais, sociais, culturais e simbólicas que dão origem ao problema. Já os segundos sobressaem-se pelo conhecimento produzido a partir de seu trabalho ou ação local, estabelecendo interlocução regular com agentes supralocais, como profissionais de saúde, educação e assistência social, fóruns sociais da cidade, representantes de conselhos de direitos humanos. Também são eles que mantêm contato mais estreito com os moradores do território, em sua experiência cotidiana. São eles que identificam as especificidades dos problemas em termos de sua territorialização, isto é, no nível em que o problema se configura – individual, familiar ou por localidade de moradia – bem como suas causas potenciais (PIVETTA ET AL, 2020; CUNHA, 2005). A escuta cotidiana e ampla do território garante

a definição de uma situação-problema e o início do processo de uma CAP, mediante a incorporação gradativa de moradores.

A sistematização das atividades que operacionalizam uma Comunidade Ampliada nos colocou-nos diante da necessidade de diferenciar e nomear o grupo que está à frente dos principais movimentos da CAP, ou seja as pessoas que, em diálogo cotidiano com o território, respondem pelas discussões iniciais, pelo planejamento, pela organização e pela avaliação de todas as ações²⁹. Nomeamos este grupo, que atua como uma espécie de motor da CAP e de toda sua dinâmica metodológica, como Núcleo CAP.

O Núcleo CAP é, usualmente, constituído por pesquisadores do LTM e moradores do território, mas também por pessoas provenientes de outros lugares que, por suas experiências, participam, por exemplo, como coordenadores de trabalho de campo. O núcleo inclui igualmente profissionais de saúde e educação atuantes nos territórios, que se incorporam ao projeto por serem referências para a temática sobre a qual está sendo implementada uma pesquisa ou uma intervenção.

De importância fundamental para o desenvolvimento do processo da CAP, a constituição do Núcleo CAP no território envolve um processo dialógico intenso com os moradores e moradoras, que identificamos com o que Bourdieu denomina “analistas práticos” (BOURDIEU, 1977, p. 591-592)³⁰, uma espécie de especialistas do lugar, e também com profissionais atuantes no território. Esse diálogo se dá em torno não apenas da temática proposta para o Itinerário, mas também das possibilidades de participação no Núcleo em termos de experiências e conhecimentos sobre a situação-problema e das disponibilidades pessoais, entre outras, respeitando sempre o princípio da autonomia.

Tomando como referência a CAP Manguinhos sobre a temática do sofrimento social,

²⁹ A constituição de um grupo de pessoas responsáveis pelas ações no território surge como resposta ao desafio colocado pela experiência da Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação Territórios em Movimento, no âmbito do projeto de avaliação participativa do PAC nos territórios de Manguinhos, Alemão e Rocinha. Surgiu daí uma questão metodológica: como aprofundar e sistematizar diferentes situações-problemas em cada território, mantendo coerência com a metodologia da produção compartilhada de conhecimentos contextualizada à realidade local, e como responder aos desafios de operar um projeto de pesquisa em três territórios, diversos em suas características geográficas, culturais, e distantes, geograficamente, entre si. A ideia de estabelecermos diferentes CAPs, ou pequenas CAPs em cada território, foi o recurso que encontramos para dar conta de uma diversidade de temas e tarefas, que deveríamos realizar em um período curto para abordar a complexidade dos objetivos que nos colocamos no projeto (PIVETTA ET AL, 2020).

³⁰ Referindo-se aos ocupantes de posições instáveis, o caso de trabalhadores sociais, Bourdieu destaca que eles são extraordinários “analistas práticos”. A seu respeito, o autor afirma: “situados em pontos onde as estruturas sociais ‘trabalham’ e trabalhados por isso pelas contradições dessas estruturas, eles são obrigados, para viver e para sobreviver, a praticar uma forma de auto-análise que dá acesso, bastante amíuê, às contradições objetivas que os possuem e às estruturas objetivas que se expressam através delas” (BOURDIEU, 1977, p. 591-592)

formada em 2019 no âmbito do projeto já referido, analisamos agora as características do que chamamos o motor metodológico da CAP, o Núcleo CAP.

O Núcleo constituiu-se ao longo de três meses, em 2019, a partir de conversas das coordenadoras do projeto com as moradores e moradores, bem como com os profissionais de saúde do território. O tempo de constituição do Núcleo, mesmo em um território em que o LTM está inserido há muitos anos, revela muito do cuidado que devemos ter ao dialogar e estabelecer trocas com os e as moradoras. Essa relação deve ser de respeito para com seus saberes e experiências, pelos contextos em que estão inseridos, com suas autonomias e seus tempos. Ela deve atentar particularmente para o fato de que a constituição de um Núcleo requer, obrigatoriamente, capacidade de diálogo e interação com um grande número de pessoas e coletivos do território. Também privilegiamos jovens estudantes moradores que se destacam por sua circulação e diálogo regular com diversos agentes sociais, em diferentes atividades e movimentos no território, bem como com pesquisadores, profissionais de saúde e organizações da sociedade civil.

Por tudo isso, as diferentes inserções no território e experiências desses analistas práticos são centrais para a sistematização preliminar da situação-problema. Elas permitem um mapeamento prévio do problema e a identificação das suas causas, desde as estruturais até as diferentes formas em que se manifesta o sofrimento social em grupos ou localidades e nas situações individuais de pessoas ou famílias no território. O mapeamento resulta numa espécie de espacialização do problema, possibilitando identificar as suas formas de expressão no território e os agentes sociais direta ou indiretamente implicados, que, com seus diferentes pontos de vista, poderão contribuir para as reflexões e sistematização na produção compartilhada do conhecimento sobre a temática nas discussões de uma CAP.

O papel fundamental de um Núcleo CAP é estabelecer as mediações, mobilizando pessoas e recursos do território que assegurem a implementação de um Itinerário CAP. Enquanto estratégia metodológica, é o motor da dinâmica que coloca a CAP em movimento, a partir da elaboração inicial da situação-problema em articulação com os agentes sociais. Envolve também uma construção afetiva entre as pessoas e o território, constituidora do modo de trabalho da CAP, na medida em que fortalece os elos que ligam os participantes entre si e com o coletivo.

Do ponto de vista operacional, o Núcleo CAP não requer um número preestabelecido de pessoas para a sua composição. Todavia, nossa experiência tem mostrado que o ideal é que ele seja formado por cinco a oito pessoas, como um grupo de trabalho que confira

dinamicidade ao Itinerário CAP, dinamizando o diálogo e as trocas em torno da temática.

O Núcleo vai definindo, processualmente, estratégias e dinâmicas de aproximações e diálogos, de acordo com as possibilidades do contexto do território e contextos pessoais, lançando mão de conversas individuais, reuniões, presenciais ou por WhatsApp, telefone etc.. A partir daí uma rede de interlocução é criada, agregando vários agentes sociais ao processo na mobilização para os encontros e as oficinas de discussão temática coletiva. Esse esforço envolve escuta, negociações e mudanças, assentadas na identificação de questões que aproximam ou causam divergências, inclusive recuos em decisões previamente tomadas. Nesse sentido, o conhecimento do território por parte das pessoas participantes do Núcleo CAP - os analistas práticos ou especialistas do lugar - tem um papel fundamental na definição das dinâmicas de abordagem das e dos moradores, bem como das maneiras apropriadas de estabelecer interlocução, em conversas e reuniões que potencializem e favoreçam a participação desses no Itinerário.

Cabe mencionar, contudo, que embora a CAP tenha um núcleo central, seu Itinerário envolve muitos participantes. Uma oficina organizada pela CAP, por exemplo, incluirá diversas pessoas que não fazem parte da equipe da pesquisa nem do Núcleo CAP. E é comum também que participantes de alguma atividade da CAP, como a própria oficina, manifestem interesse pelo trabalho de pesquisa-ação e venham a integrar a pesquisa em seu conjunto.

Os encontros coletivos, em especial as oficinas de discussão, são os lócus por excelência da ampliação das discussões e reflexões, e da compreensão, sobre a temática de uma CAP. A definição de seus participantes, mais do que uma tarefa levada a frente pelo Núcleo, é um momento importante e complexo. Não é só o número de pessoas que torna possível um diálogo com amplo espaço de expressão, voz e escuta, mas também a configuração e a dinâmica específicas da oficina de discussão, considerando a situação-problema a ser discutida, como exemplificaremos no item que trata das ferramentas da CAP.

De forma geral, a escolha dos participantes da oficina de discussão adota o critério de dialogar com os moradores antigos, cuja experiência é fundamental para compreender a constituição do problema ao longo do tempo, e com pessoas do território que se destacam pelo conhecimento da situação-problema. Esse processo de escolha é encaminhado pelo Núcleo, quase sempre a partir da indicação de moradores e moradoras. Busca-se incorporar diferentes gêneros, faixas etárias, localizações de moradia no território e posições em termos de inserção no território (por exemplo: ativistas, trabalhadores sociais, usuários de um determinado programa da Unidade Básica de Saúde. Busca-se incorporar também pessoas

que vivenciam ou vivenciaram a situação-problema a partir de uma experiência-limite. Um exemplo, no caso do sofrimento social, são as mães e os jovens atingidos pelos impactos da violência perpetrada pelo Estado.

Importa destacar que o desenho metodológico da CAP não se dá por amostra quantitativa. Ou seja, o foco não é atingir o maior número de pessoas, mas sim aquelas que têm conhecimento sobre o lugar, devido à sua posição decorrente do tempo de moradia e circulação em diferentes espaços no território e na cidade, e aquelas que elaboram uma visão da situação a partir de sua experiência, tendo vivenciado o problema em seu limite. Nesse sentido, a produção dos conhecimentos, e sua ampliação, não ocorre pela maximização de visões, mas sim pela produção de uma visão compreensiva, considerando os diferentes pontos de vista dos analistas práticos ou especialistas do lugar.

5.4 AS FERRAMENTAS ARTESANAIS DE CO-LABORAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Na perspectiva da metodologia CAP como um artesanato, as ferramentas são formas de trabalho que vamos constituindo para possibilitar a comunicação dialógica com os agentes sociais na produção compartilhada de conhecimentos sobre os processos de determinação socioambiental da saúde do território. Uma CAP pode organizar várias atividades em torno da compreensão do problema em debate: oficinas de discussão, levantamento de informações em documentos, nas redes sociais, entrevistas, criação de materiais como textos, vídeos, fotografias e, especialmente, percorrer o território.

Na verdade, não inventamos ferramentas novas, e sim ressignificamos as visitas de campo, as oficinas e os meios e mídias de comunicação com as quais operamos, no fazer artesanal da relação cotidiana com o território. Trata-se de realizar atividades que tenham sentido para uma comunicação dialógica com o outro. Trata-se de aprender com o morador o lado informal da forma de trabalho, seja na maneira de organização de um lanche, seja na divulgação das oficinas. Trata-se de compreender, em suma, a importância de qualquer encontro. Nesse sentido, todas as atividades vão se conformando em espaços formativos de todos.

O Itinerário, como o artesanato de uma CAP, desenrola-se em uma multiplicidade de atividades planejadas e também naquelas que decorrem de acontecimentos observados no cotidiano, resultantes de encontros casuais ou provocadas por eventos que fogem da rotina ordinária do território.

Trazemos para reflexão, neste texto, as três principais ferramentas da CAP, utilizadas nos processos de troca de experiências e conhecimentos, reflexão, sistematização e circulação dos conhecimentos produzidos: as visitas de campo, as oficinas e os meios e mídias de comunicação.

A importância do percorrer o território nas visitas de campo no processo de uma CAP reside na potencialidade de estabelecer um diálogo direto com as pessoas, sejam elas moradores, lideranças ou aqueles que trabalham na localidade, pessoas que encontramos nas ruas e vielas e mesmo nas suas casas. Isso nos permite ver de perto o problema e suas causas.

O deslocamento, em especial, dos pesquisadores em direção ao lugar onde as pessoas estão para conhecer e dialogar nos seus lugares de moradia abre a possibilidade de se estabelecer elos de confiança. Possibilita depoimentos mais descontraídos, bem como o registro das condições em imagens. Significa reafirmar que estamos juntos, andando ao lado.

Vamos dar um exemplo. Em janeiro de 2014, percorremos a comunidade de Vila Turismo, no âmbito do projeto de avaliação participativa do PAC Favelas, fazendo um levantamento dos problemas deixados pelo programa. Em conversa com um morador ouvimos dele uma excelente avaliação das políticas públicas em favelas e um desabafo: “ninguém conversa com os pequenos, vocês foram os únicos”. Esse é o sentido das nossas visitas no campo: conversar com os “pequenos”, o morador-sujeito da interlocução da CAP.

Na mesma ocasião, conversamos com uma moradora, na visita de campo na Rua São José (no Parque João Goulart), onde o esgoto corre à céu aberto. Ela nos relatou inúmeros problemas, entre os quais a existência de muitos ratos na rua, e a precariedade do funcionamento da rede elétrica (operando com apenas uma fase há aproximadamente três meses), problema sem solução porque, devido ao fato de a rua não existir mais formalmente, a Light informou que não iria providenciar o conserto. A visão do esgoto a céu aberto a levou a comprar água mineral para beber, pois não tinha coragem de tomar a água da CEDAE. Envolvida em tantos problemas, perdeu o emprego, e em consequência sua situação de saúde foi agravada pela hipertensão e por esse estresse. Nessa conversa, pudemos testemunhar a invisibilidade de muitos processos de produção de doenças em Manguinhos, e nas favelas em geral (o estresse e a hipertensão causados pelas condições de vida estão presentes no relato da moradora). Só pudemos ter acesso a situações invisibilizadas pelos sistemas de dados oficiais porque estávamos ali, no lugar do acontecimento. E só se pode dimensioná-las quando se dialoga diretamente com as pessoas que estão expostas a esses problemas em suas vidas cotidianas.

Outra ferramenta fundamental é a Oficina. Ela conforma o núcleo metodológico e operativo da produção compartilhada de conhecimentos e constitui a estratégia principal para reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas. A Oficina de discussão é a mais importante atividade de uma CAP, pois é nela que há o debate entre as diferentes visões e experiências sobre a temática em questão no território. É até possível desenvolver uma CAP e estudar um problema sem percorrer o território, mas não dá para compreendê-lo sem o debate entre os diferentes pontos de vista daqueles que estão envolvidos e tem experiência com o problema.

O diálogo com a educação popular tem-nos permitido conceber tais oficinas não apenas como uma ferramenta capaz de produzir conhecimentos e respostas a problemas em saúde que envolvem múltiplos saberes e experiências, mas também como um espaço formativo dos agentes participantes, resgatando o princípio freiriano de promoção da autonomia. De acordo com Marteleto e David, a oficina é um espaço coletivo privilegiado de diálogo, que promove e favorece “a reflexão crítica e as trocas entre os sujeitos de pesquisa, fortalecendo, assim, o processo de coletivização e de circularidade de saberes” (MARTELETO, DAVID, 2014, p.1216).

As oficinas são, portanto, espaços potentes de troca e recuperação de experiências, bem como de reapropriação dos conhecimentos por parte dos moradores. São também, no sentido inverso, espaços de humanização e ampliação de conhecimentos por parte dos pesquisadores. É nas oficinas que “as condições de vida e situações de saúde são confrontadas e reelaboradas coletivamente, como resultado do investigar, do morar e do viver em um dado território” (PIVETTA ET AL, 2020, p. 211).

Nossa experiência tem mostrado que são três os componentes que fazem com que uma Oficina cumpra seu papel de principal atividade de uma CAP: os participantes, o acolhimento, e a dinâmica e mediação. Com relação aos participantes já discutimos com mais detalhes, na primeira parte desse texto, a importância da diversidade dos agentes sociais que devemos convidar para a discussão. Destacamos como são relevantes a participação de vozes dissonantes com relação ao tema e o cuidado em não haver qualquer forma de hierarquização entre os participantes (CUNHA ET AL, 2018).

Cada oportunidade de interlocução com os moradores é preciosa e concorre para o estabelecimento de pontes para a construção de um diálogo mais perene. Assim, o acolhimento é fundamental e começa na forma do convite para participar das atividades da CAP, em particular da oficina. O convite é formulado pela equipe do Núcleo da CAP, que,

conforme já informamos, é composto por quem conhece o território e tem alguma relação de proximidade com os moradores (em Manguinhos, uma forma de conquistar essa proximidade são as caminhadas nas localidades, organizadas para conversar e convidar as pessoas). Quando convidamos as pessoas, temos a preocupação central de deixar claro nossos objetivos e interesses. O cuidado se estende à escolha de um local aonde todos possam ir e se sentir à vontade, e que é organizado de forma a dar leveza ao espaço.

O lanche, servido no início da oficina, tem um papel substancial, por ser o momento no qual as pessoas se encontram, se conhecem e se reconhecem e estabelecem os primeiros diálogos. É um momento de conversas descontraídas e até de brincadeiras, importantes para a camaradagem ou sociabilidade da oficina, particularmente entre aqueles que ainda não se conhecem ou são pessoas tímidas ou sem experiência de falar em público.

A produção compartilhada de conhecimentos, a partir de discussões e trocas de experiências e saberes, requer que a dinâmica e a mediação das oficinas favoreçam a elaboração coletiva da temática em questão. Neste sentido, para animar a oficina e mediar o debate é importante ter alguém com experiência em discussão coletiva e sensibilidade social, e que empregue uma linguagem que alcance a todos. Paralelamente, deve-se recorrer ao uso de materiais, como fotos, textos ou filmes, de acordo com o problema a ser discutido, que promovam e facilitem o diálogo. Não adianta ter um material bom, mas com o qual as pessoas não se identificam ou que não favorece o diálogo. É importante também que o uso de materiais não comprometa o tempo de debate.

Por fim, dois outros aspectos também devem ser considerados: o tempo de duração e o número de participantes de uma oficina. Uma oficina deve ser realizada num intervalo de tempo que permita a participação de todos nas discussões, mas não provoque o cansaço mental e emocional dos participantes. Nossa experiência tem demonstrado que uma oficina com a duração de mais ou menos três horas, incluindo um tempo para o lanche, cumpre com seus objetivos. O número de participantes, por sua vez, não deve ultrapassar a casa dos trinta para que a participação no diálogo seja possível.

Recorremos à oficina sobre o tema do sofrimento social em Manguinhos em 2019, cuja construção como temática de uma CAP discutiremos no tópico seguinte, para exemplificar o tipo de dinâmica que é pensada para favorecer o diálogo e dar fluência ao encontro. Avaliávamos, então, que a natureza da temática – mobilizando experiências de dor, com estreita relação entre experiência coletiva e pessoal – exigia um cuidado ético e metodológico particular. Por isso, uma moradora da região, com experiência em educação

popular e em pesquisa no próprio território, foi convidada para dinamizar a oficina. O Núcleo CAP, já com a integração da dinamizadora, discutiu e organizou uma dinâmica para o encontro, guiando-se por algumas interrogações metodológicas: como problematizar uma situação que atinge a todos e todas, mas que é experimentada de forma pessoal, com efeitos diversos nas vidas das pessoas? Como criar um espaço de acolhimento que possibilite não somente os relatos dos participantes, mas também a discussão da situação problema a partir de sua dimensão coletiva? Como fazer da oficina um espaço que venha a contribuir para a elaboração da experiência de dor, tornando-a uma forma de ação capaz de favorecer cada um e todos?

Foram então definidas algumas estratégias. O sofrimento social seria problematizado em sua dinâmica, considerando as transformações no território e no cotidiano dos moradores. Seriam abordadas as dimensões subjetivas e estruturais geradoras de sofrimento social, evitadas as situações ou gatilhos que remetessem à memória de dores ou perdas pessoais. Seriam incentivados os testemunhos, e, considerando a familiaridade das pessoas com o telefone celular, um aparelho seria usado como microfone, isto é, como ferramenta de registro dos relatos.

A discussão sobre o uso da ferramenta de registro audiovisual ganhou especial destaque no Núcleo CAP. As experiências em oficinas do LTM indicavam que o uso do microfone direcional (de mão) possibilitava qualidade técnica ao registro das falas em áudio e contribuía para o diálogo e a organização dos relatos, pois quem desejava falar esperava o outro terminar a sua intervenção. Não menos importante é o fato de que os participantes gostavam de usar o microfone de mão, expressando uma espécie de reivindicação da fala. Por isso, na oficina sobre sofrimento social acabamos por optar pelo uso de um smartphone só para gravar a voz, de quem solicitasse o uso da palavra. Foi colocada uma etiqueta com a palavra testemunho no aparelho, a fim de demarcar o lugar de fala.

No quadro que segue, compartilhamos a síntese das dinâmicas da Oficina sobre a temática do sofrimento social e seus objetivos.

Importante destacar o papel da mobilizadora desta Oficina com um tema tão sensível. Ser uma moradora e militante dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, uma artista que canta maravilhosamente, fez muita diferença. O uso do canto para “acalmar” a conversa quando essa ficava muito fora do círculo da oficina foi uma estratégia surpreendentemente efetiva e afetiva, além do que, ao cantarmos juntos, renovávamos nossas boas energias para continuar o diálogo de forma fraterna.

Dinâmica	Objetivo
Acolhimento- Café da Manhã (farta mesa; organização do espaço em roda)	Propiciar a aproximação entre os convidados, a agregação e as trocas iniciais Perceber eventuais necessidades de reorganização da oficina por parte do Núcleo CAP
Atividade de corpo: alongamento e exercícios respiratórios (“respiração das guerreiras”)	Descontrair e aproximar as pessoas pelo preparo do corpo e o espírito para uma discussão coletiva
Apresentação de cada participante	Conhecer e reconhecer as pessoas presentes
Apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e dos objetivos da oficina	Explicar o TCLE e os objetivos: provocar uma reflexão sobre o sentido ético da pesquisa e da CAP
O cochicho: conversa entre duas pessoas sobre o sofrimento social	Aproximar e provocar os participantes a pensar sobre o tema da oficina
Construindo a Linha do Tempo. A partir de questões disparadas pela dinamizadora, os participantes anotaram em tarjetas de cores diferentes divididas ao meio: primeiro um fato importante que ocorreu na sua vida e o ano e um fato que causou incômodo e o ano; depois, na tarjeta de outra cor, escreveram uma coisa boa que aconteceu em Manguinhos e o ano e uma ruim e o ano.	Identificar como os participantes reconheciam as diferenças entre os momentos de bem-estar e de sofrimento pessoal ao longo de suas vidas; Identificar os eventos no território que mobilizaram as mesmas sensações de bem-estar e sofrimento. Construir a linha do tempo no chão da sala, de forma que os participantes pudessem conhecer e reconhecer a história individual e coletiva de todos os presentes
Debate e Testemunhos Para mobilizar as pessoas a darem seus testemunhos e iniciar suas reflexões na roda de debate, a dinamizadora faz um apanhado das palavras anotadas das tarjetas e das falas, assim como coloca perguntas disparadoras, como Quais eventos na Linha do Tempo vocês podem chamar de sofrimento? E de sofrimento social? Como o sofrimento social aparece no território de Manguinhos? O que causa sofrimento social? Como combater o sofrimento social?	Trocas de pontos de vista e reflexão sobre a situação-problema Apontar desdobramentos e possibilidades de ações coletivas
Avaliação da oficina: horizontal e compartilhada pelos participantes (registrada em formato audiovisual e escrito, por um ou mais relatores e observadores)	Avaliar a nossa prática: analisar a pertinência e a adequação da temática, do local, do lanche, da dinâmica, entre outros aspectos

Os meios e mídias de circulação dos conhecimentos são as outras ferramentas que têm centralidade no processo comunicativo da CAP. Ao propor o ciclo da comunicação produção-circulação-apropriação, Inesita Araújo destaca que é na circulação que se produz

mais fortemente a exclusão social, devido a desigualdade de condições de fazer circular os sentidos sociais. Justamente aí que ocorre o silenciamento dos discursos das minorias, dos grupos sociais não hegemônicos, daqueles que não detêm os meios de produção e de circulação de suas visões de mundo. E no mundo simbólico, a existência está diretamente condicionada à circulação. A questão da equidade se coloca na circulação, na medida em que “a capacidade de fazer circular suas ideias e participar de modo mais equânime da rede de produção dos sentidos está associada ao exercício do poder simbólico, desigualmente distribuído na sociedade” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 66). Decorre daí a necessidade de que a produção compartilhada de conhecimentos e informações seja contextualizada às realidades locais e sua circulação, como forma de diminuir as assimetrias e desigualdades de poder entre as narrativas para a construção de um projeto democrático de cidade.

A circulação das informações e dos conhecimentos produzidos é, portanto, de importância crucial no processo de constituição de uma CAP. Para tal, recorreremos a uma multiplicidade de formas que deem consequência ao nosso arranjo de trabalho enquanto um ciclo comunicativo, rede de canais de expressão e de escuta simultaneamente, que se completa na conversão dessa escuta em ação.

Para possibilitar maior dinamicidade à circulação, sistematizamos as informações e os conhecimentos operando com materiais de natureza distinta – os produtos finais de um processo CAP e os materiais intermediários –, ainda que a conversa presencial nas oficinas, as visitas de campo, os encontros causais, as reuniões e eventos sejam as formas de comunicação primordiais de uma CAP.

Os produtos finais são os materiais que resultam dos processos de reflexão e sistematização da pesquisa. Eles abrangem os documentários, vídeos-relatórios (como a “Análise do PAC – Trilhas: Alemão, Manguinhos e Rocinha”)³¹, relatórios de pesquisa e relatórios técnicos, textos acadêmicos etc. Os materiais intermediários, por sua vez, são produzidos para a mediação das atividades durante a pesquisa, e como estratégia para conferir maior dinamicidade às trocas de informações e dos conhecimentos durante o itinerário de uma CAP. São sistematizados sob a forma de filmetes (vídeos curtos), cadernos e boletins informativos temáticos para subsidiar as oficinas, fotografias de campo, ou audiovisuais, como o filme “O Direito à Moradia: os imPACtos do PAC e os moradores em

³¹ Link de acesso para o vídeo:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLXnJLfeU4GkpYTz5jFY7MV7oOlnmUQFtV>. Acesso em: 02 abr. 2021.

movimento”³², produzido para subsidiar a ação coletiva de moradores junto à Defensoria Pública. Foi exibido em uma audiência pública, em 2016 (PIVETTA ET AL, 2016; PORTO ET AL, 2012).

As redes sociais digitais – Facebook, Youtube e Whatsapp, sobretudo – inserem-se em nosso trabalho a partir dos aprendizados trazidos pelas experiências de apropriações destas ferramentas pelos grupos que atuam em comunicação popular nas favelas e que são parceiros do LTM (SOUSA ET AL, 2020). A comunicação via essas mídias, juntamente com a observação de notícias e informes, permite levantar questões fundamentais à agenda da pesquisa e concorre para uma rápida e potente interlocução e produção de sínteses e novos movimentos e produtos. Em função dessa rede de trocas foi possível, na pesquisa de avaliação participativa do PAC, por exemplo, identificar eventos e analisar seus impactos, favorecendo intervenções dos moradores e seus coletivos junto aos gestores ainda durante as obras. Em um tempo em que sequer pensávamos em canais digitais como ferramenta principal de investigação, as redes sociais foram fundamentais para o processo, além de permitir a troca entre os participantes nos três territórios onde a pesquisa foi realizada (PORTO, CUNHA, 2015). Atualmente, após seis anos da finalização do referido projeto, consolidamos uma rede de troca entre grupos e pessoas no Alemão, em Manguinhos e na Rocinha. Mantemos presença constante nesses territórios, mediante a promoção de ações locais, ou mesmo apoiando iniciativas em toda a cidade.

Contudo, tão importante quanto os materiais e meios de comunicação, é o papel dos moradores e moradoras, seja na proposição e definição das linguagens, seja na produção dos materiais, a partir dos seus conhecimentos, habilidades e capacidades técnicas. Um exemplo disso foi a elaboração, em 2018, do Relato das Enchentes em Manguinhos para integrar a ação civil pública impetrada pela Defensoria Pública. Ele foi montado, fundamentalmente, a partir de mensagens disparadas pelos moradores em grupos de WhatsApp ou individualmente e na página da Comissão de Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos – COMACS, no Facebook. O relatório foi elaborado praticamente todo à distância, partir do compartilhamento de textos, fotografias e vídeos das ruas e casas inundadas, enviados pelos moradores, individualmente. Apenas a sua revisão foi realizada presencialmente, por moradoras e moradores que trabalham na Fiocruz.

O WhatsApp tem se tornado um meio importante de comunicação, tanto para a troca

³² Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ujytciluepa&t=235s&spfreload=10>. Acesso em: 02 abr. 2021.

de dados e informações, quanto para a manutenção das relações de cuidado e afeto, desde o início do isolamento social provocado pela pandemia do Covid 19. É por intermédio das trocas de mensagem individuais ou em grupo com moradores que temos tido acesso, nos últimos tempos, ao cotidiano do território. Recebemos e enviamos mensagens para informar ou trocar ideias sobre problemas e questões políticas no território e na cidade, sobre problemas de pessoas conhecidas e formas de apoio, dúvidas e assessorias.

5.5 O COTIDIANO COMO ENGRENAGEM DA DINÂMICA DA CAP

O significado do cotidiano enquanto engrenagem da dinâmica da metodologia CAP nós é dado perceber, a partir do exercício de distanciamento das nossas ações pretéritas, para sistematizar a experiência do LTM de 17 anos de experiência direta esse território.

O cotidiano assume duas dimensões fundamentais no nosso trabalho: como espaço-tempo de ancoragem; e como compartilhamento do dia a dia.

Localizado na ENSP, e atuando no território como instância permanente de pesquisa-ação, o LTM foi se fixando no cotidiano, compreendido aqui como o tempo e o espaço onde fomos desenvolvendo pesquisas e realizando intervenções, para compreender os processos de determinação socioambiental da saúde e responder aos desafios do lugar. Essas ações foram se delineando em diálogo permanente com o cotidiano dos moradores e moradoras, em um trajeto de convivência regular. Nele é possível identificar não apenas os eventos extraordinários do território, mas também seus efeitos profundos e no longo prazo nas condições de vida e de saúde das pessoas. Isso significa que o cotidiano delimita o espaço-tempo em que atuamos e também define a lente através da qual percebemos o território, considerando a convivência com a vida ordinária dos moradores.

Sendo assim, não fazemos um estudo do cotidiano. Contudo, devido ao fato de estarmos imersos no cotidiano de um território, é fundamental para nós refletir em que dimensões ele afeta nossos movimentos e muda os rumos da pesquisa, por um lado, e nos inunda de descobertas, por outro.

A CAP como artesanato, cuja dinâmica de trabalho é marcada pelo lidar com a imponderabilidade do cotidiano e estreitamente vinculado às possibilidades colocadas pelo território, significa inventar técnicas de pesquisa e abordagens ajustadas à natureza desses novos temas que emergem da vida ordinária do lugar. É também uma espécie de pacto entre os pesquisadores e os agentes sociais do lugar, tendo como compromisso construir

possibilidades de compreensão dos processos de determinação social e de produção de conhecimentos em saúde, por meio dos recursos oferecidos pelo território e da ação exercida sobre eles (MILLS, 2009; MARTINS, 2014).

Da vivência do cotidiano decorre a percepção de situações-limite, cuja conversão em temática que emerge do território se dá processualmente e é coletivamente elaborada pelo Núcleo da CAP como objeto de reflexão-ação, isto é, o objeto da práxis, na perspectiva freiriana. A situação-problema, ou a temática de investigação, não é, por conseguinte, uma doação ou uma imposição do pesquisador, e sim a devolução organizada sistematizada e acrescentada daqueles elementos que o território entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2001).

De uma forma geral, uma situação-problema refere-se a algo que atinge um grupo de pessoas do território e pode se manifestar de várias formas, inclusive não tendo visibilidade para o coletivo. Usualmente, é previamente formulada pelos agentes sociais do território com os quais dialogamos nos diferentes espaços de interação em que circulamos no cotidiano do território, nas atividades das próprias CAPs e nos espaços de discussão coletiva. Um bom exemplo desses espaços são as reuniões do Conselho Gestor Intersetorial (CGI) de Manguinhos.

A elaboração de um tema pode ser amadurecida aos poucos, considerando um diálogo mais duradouro com os moradores e seu cotidiano, mas também a partir de situações urgentes, como o risco de desabamento das casas rachadas pelas obras do PAC Manguinhos e as enchentes. O enfrentamento dessas emergências, um trabalho de parceria do LTM com os moradores e a Defensoria Pública do Estado, culminou no encaminhamento dos problemas aos órgãos da prefeitura e do governo estadual. Elas emergem no cotidiano como uma situação-limite, que colocam em risco iminente as vidas dos moradores, geralmente acionando mobilizações mais ou menos intensas entre eles.

Essas situações-limite cotidianas vão produzindo efeitos em um tempo longo, e o fato de muitas vezes serem naturalizadas dificultam uma mobilização efetiva por parte dos moradores e trabalhadores do território. Este é o caso do sofrimento social em Manguinhos, cujos sinais e indícios foram emergindo da vivência de muitos anos, e dificilmente seriam registrados como tal por outra forma de relação com o território.

No decorrer das nossas pesquisas, a partir de 2013, fomos observando muitos comentários, e conversas preocupantes nos corredores e nas oficinas. “O povo de Manguinhos está enlouquecendo”, disse uma profissional de saúde e moradora do território.

Outra moradora manifestou toda sua dor e impotência, depois de ter testemunhado uma briga entre vizinhos e a omissão da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que resultou em homicídio e na perseguição do assassino pelos traficantes. Um morador relatou o suicídio da esposa de um amigo, em razão de não ter suportado mais os gritos das pessoas torturadas pelos traficantes na rua onde morava. Quanto a nós, em nosso projeto de avaliação do PAC, registramos o impacto profundo do processo de remoções de moradores pelo PAC na saúde mental da população, gerando depressão, especialmente em famílias que foram separadas ou em moradores que resistiram à remoção, pressionados a deixarem suas casas (cortes de luz, linhas telefônicas, além de pressões presenciais) (CUNHA ET AL, 2015, PORTO ET AL, 2015). Estes são exemplos dos sinais e indícios de que o sofrimento chegava no limite, afetando diretamente a saúde mental dos moradores.

Contudo, a despeito da abordagem regular de temas relativos ao sofrimento social, até 2016 não havia ainda uma demanda direta dos moradores por uma discussão e por encaminhamentos relativos ao universo que liga as condições e experiências de vida dos moradores à sua saúde mental. Foi a partir de 2017 – devido ao aumento das operações policiais, à insegurança quanto à manutenção da gestão da Atenção Básica pela Fiocruz, e a avaliação dos primeiros anos de funcionamento do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS II), que dera visibilidade aos problemas de saúde mental – que surgiram vários relatos sobre o estado de tensão no território e os consequentes impactos sobre a saúde mental dos moradores. Essa questão começou a dizer respeito não apenas a eles, mas também aos trabalhadores que atuavam no território. Em 2018, o assunto foi pauta importante das reuniões do CGI, mobilizando moradores e profissionais de saúde.

Finalmente, em 2019, no âmbito do projeto Inova já referido, tomamos o sofrimento social como temática do itinerário CAP Manguinhos, organizando uma oficina de discussão específica para tratar essa situação-problema. Queremos enfatizar aqui a referência ao cotidiano e à memória como as duas dimensões presentes nos testemunhos das pessoas participantes na oficina, ambas atravessadas pela dor.

Merecem destaque os relatos de sofrimento das mães cujos filhos encontram-se presos ou são egressos do sistema prisional. Temos o relato da mãe que não desistiu de procurar a filha desaparecida há três anos, de jovens afetados pelo uso de drogas ilícitas ou portadores de deficiências mentais, vítimas de violência policial, de mães vitimadas por procedimentos médicos desastrosos durante o parto, de idosos (entre 60-64 anos de idade) que têm dificuldades de acessar os serviços médicos por não terem o direito de viajar de

graças nos ônibus municipais (a gratuidade é atribuída a partir dos 65 anos). Para não falar das narrativas que denunciam diferentes formas da violência policial, sempre presente no território.

Alguns testemunhos, mais do que relatos, são verdadeiras aulas sobre a sociedade e as expressões do racismo contra os moradores de favela. Expressam a compreensão do racismo como um conhecimento venenoso (DAS, 2020), que decorre do sofrimento vivido no cotidiano, que torna o exercício de cidadania das pessoas negras e faveladas um inferno (SANTOS, 1996).

Na narrativa de uma mãe de dois filhos negros, um deles ainda sofrendo os efeitos da passagem pelo sistema prisional, pudemos observar como a discussão de uma situação-problema nos dá acesso a um conhecimento fundamental para compreender a vida em território de favelas e as várias dimensões do sofrimento. Em seu relato está inscrita a consciência da passagem de ser “apenas” uma mãe para se perceber como mãe de filhos negros. Esse testemunho é, ao mesmo tempo, trabalho de memória, autoconhecimento e cura, desenvolvido em seu processo de inserção em coletivos como o LTM, o Fórum Social de Manguinhos e as Mães de Manguinhos.

Percebemos, neste testemunho, os movimentos de elaboração do conhecimento cotidiano em um conhecimento objetivado, que estrutura e alimenta sua resistência e luta. A mãe mostra-se por inteiro, colocando “em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas habilidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (HELLER, 2016, p. 35). Sua sofrida experiência cotidiana de mãe de filhos negros é fonte de produção de conhecimento, um conhecimento venenoso, aquele que se origina do sofrimento e que, pela ação do tempo é transformador das subjetividades (DAS, 2020).

O exercício da cidadania pelos moradores de favela, portadores de um corpo e de uma cultura estigmatizados, coloca-nos diante das implicações do cotidiano e dos conhecimentos que remetem aos processos de produção da saúde, vividos como experiências invisibilizadas pelas formas hegemônicas de produção de conhecimentos.

Deixar-se impregnar pelo cotidiano desdobra-se também no aprender a lidar com afetos, sofrimentos, necessidades, em um exercício contínuo de solidariedade coletiva e individual. Criar e cuidar dos espaços e laços de confiança e de afetos, na lida com as confidências pessoais, políticas e institucionais. Estar imerso no território e se misturar com as pessoas no cotidiano é ser tocado e se deixar tocar pelas suas necessidades, problemas e

urgências – é borrar as fronteiras dos contextos institucional e pessoal, público-privado, e ocupar-se com isso, sem que as relações da pesquisa ou intervenção e seus resultados se desqualifiquem.

Quando se experimenta a vivência do cotidiano, o retorno da pesquisa assume outro significado. A convivência cria e legitima novas formas de comunicação, como por exemplo, falar da pesquisa e da vida em encontros de fim de tarde para tomar chope e conversar, enviar vídeos de atividades do grupo pelas redes sociais como o WhatsApp, participar das atividades de luta no território. Assim, criamos mecanismos, estratégias e formas dos quais lançamos mão para nos comunicar, trocar, interagir e produzir conhecimentos em colaboração com o território.

5.6 A TRAVESSIA: A CAP COMO UMA REDE DE INTERLOCUÇÃO ENTRE PESSOAS-LUGARES-TERRITÓRIOS

Este trabalho, como destacamos na Introdução, reúne as reflexões críticas que resultaram da análise dos caminhos que vimos traçando para a constituição da CAP como metodologia de pesquisa-participante. O Método CAP aqui proposto tem como centralidade o morador, visto enquanto sujeito da interlocução na interação com o cotidiano do território. Com base no diálogo cotidiano com o território e os agentes sociais de Manguinhos, constatamos que só fazemos o que fazemos e como fazemos, porque construímos uma rede de confiança e afetos, recorrendo a práticas e formas de comunicação dialógicas colaborativas, privilegiando as trocas presenciais. Não inventamos novas ferramentas de trabalho, mas outros modos de realizar visitas de campo, oficinas, de produzir e fazer circular conhecimentos e informações. Esse aprendizado do LTM em Manguinhos possibilitou dispormos hoje de uma rede estendida às favelas do Alemão e da Rocinha.

Descobrimos, nessas trocas, a potencialidade de constituirmos nossas práticas em torno da ideia de ciclo da comunicação produção-circulação-apropriação e as CAPs conformando uma espiral virtuosa de ação-reflexão-ação no trabalho cotidiano. No trabalho em espiral a produção, a circulação e a apropriação se retroalimentam, num permanente movimento de interação e mobilização dos agentes sociais para a reflexão sobre situações-problemas do território. Nela estão envolvidos os conhecimentos científicos e os saberes populares, as tecnologias e os canais de circulação, ao lado de princípios e mediações, tendo como perspectiva a Educação Popular, e propiciadores da apropriação dos conhecimentos

para as lutas sociais por direitos de cidadania. Desse modo, os circuitos de trocas são ampliados e as vozes dos moradores amplificadas, o que concorre para as disputas sobre a visão da cidade, suas necessidades e prioridades, e para a circulação de suas narrativas sobre o território. A apropriação e os sentidos criados, individual e coletivamente, transformam os ciclos em espiral.

A busca do conhecimento é o que amalgama a CAP. E para isso ser alcançado, impõe-se conhecer o território e as causas de seus processos de vulnerabilização, das condições de desigualdades de sua população, e produzir coletivamente um conhecimento que atribua um sentido humano à ciência e contribua para as lutas transformadoras.

Assim, nas práticas cotidianas fomos conformando redes no território, e entre territórios, e constituindo a CAP, mais do que uma técnica, como um artesanato. “Uma conversa com a humanidade do outro” (MARTINS, 2014, p. 34), em que o interagir com o cotidiano é olhar as “coisas pequenas”, as práticas ordinárias que dão sentido à ideia do compartilhar, que estruturam a metodologia, num constante conjugar dos verbos dialogar, testemunhar, afetar, vivenciar, acolher, refletir, produzir, comunicar. O tempo da pesquisa se harmoniza com o tempo dos moradores, no exercício do princípio da autonomia (FREIRE, 2019) e do princípio da igualdade (RANCIERE, 2017), como manifestação de reconhecimento e afeto pelas e entre pessoas. As ações da CAP também se concretizam tanto no compartilhamento das lutas e resistências, quanto no compartilhamento do viver e do se divertir, enquanto forma de consolidar confiança e afetos para prosseguirmos juntos.

A CAP organiza-se, pois, como uma rede de pesquisa-ação, assentada nas relações que estabelece com o território, os lugares e as pessoas, e voltada para a promoção da vontade de potência, do ser mais, por meio da produção compartilhada de conhecimentos. Concorre dessa maneira, para a descolonização do saber e para a legitimação da qualidade dos conhecimentos, eticamente produzidos por uma comunidade ampliada de pesquisa-ação, bem como para o fortalecimento dos movimentos, das lutas e do esperar de todos que dela participam.

Reafirmamos, assim, a tarefa que se coloca para o setor da saúde, na perspectiva da Promoção Emancipatória da Saúde proposta pelo LTM, qual seja promover e criar espaços de legitimação dos conhecimentos produzidos pelos agentes e movimentos sociais das favelas em suas lutas. Conhecimento é poder e, portanto, dessa forma também redistribuímos poder na sociedade, ressignificando a participação popular ao produzir conhecimentos que informam as políticas públicas, particularmente as políticas de saúde pública, estimulando

os avanços da Reforma Sanitária e do Sistema Único de Saúde.

As condições impostas pela pandemia, particularmente a necessidade de distanciamento social, coloca o desafio ético de continuarmos juntos no cotidiano. A diferença é que agora, não sendo mais possível a forma presencial, tendo de lidar necessariamente com a realidade de convivermos em um mundo digital e mediados por computadores e pelas tecnologias virtuais e mídias sociais.

A pandemia por Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro é um evento crítico, que atravessa a vida cotidiana, e penetra em profundidade na comunidade, adquirindo uma dinâmica própria (DAS, 1995). Em nossa perspectiva, ela configura uma situação-limite (FREIRE,1987) nesses territórios e deve ser compreendida a partir da perspectiva dos sujeitos que o experimentam. As redes de interlocução, confiança e afeto constituídas pelo LTM, durante todos esses anos de forma presencial e as experiências de trocas e circulação de informação e conhecimentos por meio das mídias sociais têm nos auxiliado na manutenção do diálogo com os territórios, via grupos de WhatsApp, conversas por Facebook e encontros em plataformas digitais. Ainda assim, não deixa de ser desafiador pensar muitas questões que já vêm se colocando nesse período de isolamento social, no qual vimos nos comunicando digitalmente para continuar tendo acesso às pessoas e ao cotidiano do território, e às suas situações-problemas.

As mídias digitais e as redes sociais eram utilizadas por nós até agora, prioritariamente, como estratégias e meios de circulação das informações e conhecimentos produzidos no e com os territórios. As condições impostas pela pandemia colocam-nos o desafio de estabelecer diálogos com os moradores tendo como anteparo as telas de aparelhos eletrônicos (computador, celular, etc.), fazendo com que em reuniões dos projetos em andamento, vimos vivenciando e problematizando novas questões éticas e metodológicas implicadas na pesquisa, em que o campo agora é digital.

A primeira e mais central dessas questões diz respeito aos impactos da falta do calor humano, do abraço, do perguntar e responder com o olhar, com os gestos, do tocar quem está ao lado, em suma, todas essas formas de acolhimento e linguagem, que alimentam o diálogo presencial. O desafio que se coloca é o de reinventar nossos modos de estar juntos, de adotar novos recursos pedagógicos para diminuir a falta do calor humano provocada pelo distanciamento e pela frieza das janelas de vidro dos computadores, para continuarmos existindo como CAP.

Não basta termos capacidade e condições de adaptar as metodologias e criar

dinâmicas virtuais para tornar os encontros atraentes. Precisamos, também, criar condições de acesso aos equipamentos para as pessoas sem recursos para comprar um de celular, um computador, e apoiar aquelas com dificuldades de ter acesso aos aplicativos e lidar com essas novas técnicas. Outra dimensão importante diz respeito à ética e à segurança das informações, particularmente as que circulam nas reuniões e nos encontros com moradores de favelas. Temos o compromisso de não colocar em risco a vida das pessoas.

Outra questão fundamental que se coloca é como substituir as visitas de campo e as conversas com moradores em suas casas, calçadas, ruas e vielas, como ter acesso ao cotidiano para acompanhar a dinamicidade das mudanças e do contexto social e político do território. Juntamente com as oficinas, os encontros e reuniões de conselhos locais, as visitas de campo nos davam acesso às invisibilidades dos processos de produção da saúde e da doença no território. Elas nos permitiam, ainda, encontrar, conhecer, convidar outros agentes sociais do território, que ainda não conhecemos, para a constituição das CAP, bem como ampliar os circuitos de troca e de participação.

A interação e a interlocução presencial com as pessoas no cotidiano do território levam-nos a ser afetados e a desenvolver formas de afeto em todos os sentidos da experiência humana, manifestados em cuidados, compaixão, amorosidade, solidariedade, empatia e conhecimentos. Possibilitam estabelecer uma rede de comunicação entre os conhecimentos instituídos e os conhecimentos instituintes. Permitem aos pesquisadores e aos moradores ocuparem um lugar no sistema de comunicação um do outro. Os pesquisadores entram no sistema dos moradores – isto é, no território e em seus processos cotidianos – pelos caminhos abertos por eles. Em contrapartida, os moradores ingressam no sistema de comunicação institucional e acadêmico, apropriando-se, ou reapropriando-se, das suas dinâmicas, técnicas, conhecimentos e informações. Essas ocupações de espaços uns dos outros, possibilita a apropriação de conhecimentos entre os pesquisadores e os moradores, entre os moradores e entre os pesquisadores que participam do processo.

O alicerce da comunicação da CAP é o afeto, o afeto amoroso com relação ao outro, o afeto no sentido de se deixar afetar pela experiência do outro para compreendê-lo. O afeto permite a ocupação de lugar no sistema de comunicação um do outro e possibilita o acesso a processos invisíveis a um e ao outro – e essa troca produz conhecimento. Manter a interação com o cotidiano, manter a rede de interlocução, confiança e afeto com as pessoas e o território é o que nos desafia, neste momento.

6 INCOMPLETUDES DE UM CONTÍNUO CAMINHAR

O que chamamos de incompletudes são temas que foram sendo enunciados ao longo da trajetória do LTM, no âmbito das diferentes CAPs e a partir de diferentes perspectivas e campos de conhecimento dos pesquisadores e moradores. Tais temas foram evidenciados na análise documental, particularmente dos cadernos de campo e relatórios de seminários internos do LTM, no curso da sistematização.

Apontamos aqui alguns desses temas e possíveis caminhos para a sua elaboração teórico-metodológica. São eles as invisibilidades e os processos intangíveis de determinação socioambiental da saúde; o cotidiano e os desafios do mundo digital na interlocução com o território, e quem é pesquisador em uma CAP.

No período 2003-2012, nosso foco de análise e compreensão dos processos de determinação socioambiental da saúde estava prioritariamente voltado para as condições mais estruturais de vida das populações de favela, tais como o saneamento básico, em particular as enchentes, o fornecimento irregular de água, problemas com o lixo e vetores, as condições de moradia, e doenças, como a tuberculose, entre outras. Tudo isso era perpassado pela violência policial cotidiana e pelas mortes dela decorrentes.

A partir de 2013, as análises dos impactos do PAC no âmbito do projeto de avaliação participativa do PAC Favelas, já mencionado em capítulos anteriores, levou-nos a lidar, em nossas oficinas e visitas de campo, com as narrativas e situações de sofrimentos decorrentes de muitos processos de vulnerabilização das condições de vida e de saúde invisibilizados nos territórios de favela. Creditamos a abertura para temas mais sensíveis, como o sofrimento por parte dos moradores, à nossa interlocução continuada com o território e ao estabelecimento de laços de confiança e afeto, que deram lastro para que assuntos com maior carga de subjetividade fossem dialogados e que, para se expressarem, necessitavam de condições para seu reconhecimento, como é o tema do sofrimento.

Tais processos invisibilizados, elaborados em conexão com o sofrimento social, tornaram-se, então tema de reflexão do LTM (PORTO ET AL, 2015; PIVETTA AL, 2018; PIVETTA, 2019). Para compreender as invisibilidades, temos abordado o sofrimento social em diálogo com a noção de sofrimento difuso (VALLA, 1999), com a dimensão da distinção e dos efeitos de lugar (BOURDIEU, 2008), assim como a da dignidade humana e os limites da justiça social para tratar das iniquidades em saúde, colocados por Almeida-Filho, no campo da Saúde Coletiva (ALMEIDA-FILHO, 2010).

O campo psicanalítico, por outro lado, coloca o sofrimento como uma resposta às configurações da época, sendo uma experiência de reconhecimento intersubjetivo. É um sentimento, portanto, que se partilha, sendo entendido a partir dos seus modos de expressão e estando ligado aos processos de reconhecimento e à linguagem. O sofrimento se expressa pelas narrativas locais nos quais se incluem, ou dos quais se excluem (DUNKER, 2016).

As formas de partilhar e a compreensão dos modos de expressão do sofrimento passaram a representar um desafio para nós. Articular o sofrimento e seus sintomas nas reflexões sobre os processos de determinação socioambiental da saúde permite vincular problemas que estão ligados às experiências de vida, às histórias das pessoas, isto é, ao espaço do cotidiano, à dialética corpo-cotidiano-lugar. Essas conexões possibilitam ampliar nossa compreensão de como os fenômenos das invisibilidades se expressam nos processos de produção social da saúde com que nos deparamos nas favelas.

Elaborar a experiência e a linguagem do sofrimento para a compreensão da determinação social da saúde remete-nos ao filósofo Walter Benjamin e à antropóloga Veena Das. Chegamos a esses autores enquanto procurávamos aumentar a nossa compreensão de como os processos de invisibilização da população de favelas se inscrevem nos corpos das pessoas e definem os modos de viver, adoecer e morrer. O sofrimento, enquanto o inacessível, o imedicável, na escrita de Guimarães Rosa (ROSA, 2016), é entendido como categoria para a compreensão dos processos de determinação socioambiental da saúde numa dimensão mais local, sutil e invisível, intangível, daqueles que estão do outro lado da linha abissal, tão bem expressa no conto de Mia Couto “O mendigo Sexta-Feira jogando no mundial”. O conto merece ser lido integralmente, mas destaco aqui o que me parece expressar o sofrimento de ser invisibilizado: “As minhas mágoas que são tantas e tão verdadeiras e nenhum árbitro manda parar a vida para me atender...”, diz o mendigo Sexta-Feira olhando o jogo em uma televisão na rua (COUTO, 2009, p. 82). Um mergulho na obra desses pensadores permitiu-nos alargar nossa “imaginação sociológica” na elaboração de uma visão compreensiva dos territórios e dos processos de determinação socioambiental da saúde. Tal perspectiva é o que referimos antes como projeto ético-poético-político que caracteriza nosso percurso no LTM.

Nesse horizonte, a contribuição de Walter Benjamin é no sentido de pensar a experiência como conhecimento e sua legitimação. Interessa-nos em Benjamin o entrelaçamento que ele faz entre memória e temporalidade, e o sentido de experiência como “a multiplicidade unificada e contínua do conhecimento”, cuja preocupação era situar a

experiência como um saber juntamente com o conhecimento buscando compreender suas qualidades (BENJAMIN, 2019, p. 47). As formas de expressão da experiência do sofrimento em diferentes linguagens, como conhecimento e sua legitimação, é o que Benjamin nos estimula a pensar.

Benjamin está preocupado em ampliar o significado de experiência para fugir ao reducionismo do pensamento positivista, cujo padrão epistemológico situa-se na matemática, e estendido às ciências sociais, e de seus princípios de objetividade e universalidade. Esses princípios, próprios da “experiência científica”, impossibilitam as condições de possibilidade de experiência nos mais diversos campos da experiência humana (artes, filosofia, política e religiões) (LIMA & BARRETO, 2013). Autores como Myrian Sepúlveda Santos identificam nas teorias de Benjamin a disposição de ver na cultura uma fonte autônoma de conhecimento (SANTOS, 2003). Segundo Santos,

os conceitos de memória confundem-se com os conceitos de experiência e estes com os de conhecimento; as reflexões sofisticadas de Benjamin sobre a memória nos mostram que ele estava pensando em diferentes formas de “ser-no-mundo” e que estava defendendo a tese de que nenhuma das formas de percepção, compreensão e ação poderiam ser “essencializadas” (SANTOS, 2003, p.9).

Podemos pensar a memória, com base em Benjamin, como uma espécie de motor da ação no tempo presente e como uma linha que costura a experiência em diferentes temporalidades. O filósofo inspira-nos a encontrar um outro caminho para pensar a relação entre ação-estrutura a partir de “aparatos conceituais múltiplos e diversificados” que “podem melhor se aproximar das contradições sociais efetivas do que as sínteses teóricas que procuram encontrar uma complementaridade autossuficiente entre teorias da ação e da estrutura” (SANTOS, 2003, p. 3).

Em seu diálogo com Kant, Benjamin contrapõe-se à ideia de uma experiência universal única do campo científico. Diz ele:

Contudo, para encontrarmos um conceito mais profundo de experiência, é imprescindível, como dito em outro momento, mostrá-lo ao lado do conceito de unidade, do conceito de continuidade, e, nas ideias, deve ser apresentada a base da unidade e da continuidade não somente de uma experiência, já não regular ou científica, mas também metafísica (BENJAMIN, 2019, p. 45).

Com essa afirmação Benjamin traz para a discussão a relação entre conhecimento e linguagem, assegurando que “todo conhecimento filosófico possui sua única expressão na

linguagem, e não em fórmulas e números”, destacando a essência linguística do conhecimento, o que permite elaborar um conceito de experiência correspondente (BENJAMIN, 2019, p. 45).

Para Benjamin, “a linguagem não pode ser considerada como mero instrumento de elaboração dos dados da realidade nem como simples abstração, mas é pensada como campo no qual emerge uma intrincada rede de relações entre conhecimento e experiência” (PIRES, 2014, 813). Desse modo, todas as manifestações e expressões humanas podem ser concebidas como linguagem e, esta, por sua vez, é então pensada na sua dimensão simbólica, ao contrário do que pretendiam os filósofos do Iluminismo quando apontavam, como condição para o “verdadeiro conhecimento”, uma racionalidade que separava o imaginário do pensamento. Segundo Gagnebin, o que os escritos benjaminianos nos colocam, na contramão do pensamento iluminista científico, é que o paradigma estético é fundamental, na medida em que no acolhimento do conceito na imagem, evidenciam-se novas formas de conhecer (GAGNEBIN, 1987, p. 10).

Veena Das, em seus estudos sobre violência, eventos críticos e seus atravessamentos na vida cotidiana, coloca-nos como questão as muitas fronteiras que devemos atravessar para compreendermos o sofrimento social e escrever a dor. Encontram-se, entre essas, as fronteiras da representação-expressão, da linguagem, epistemológicas, das formas de vida etc. (DAS, 1999). Descreve, com base nos seus estudos sobre os eventos da divisão da Índia (1948) e os tumultos que ocorreram em decorrência do assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi (1984), os modos como “o evento se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra nos recessos do ordinário”. Ela reflete, igualmente, sobre as possibilidades amplas do fenômeno e a singularidade das vidas, tendo como “preocupação a relação escorregadiça entre o coletivo e o individual, entre o gênero textual e o enredo individual dos casos narrados” (DAS, 2020, p. 22). A linguagem que expressa essa relação é central no pensamento de Das, na compreensão das relações entre os eventos da violência coletiva e o entrelaçamento com a experiência cotidiana.

A autora propõe pensar a ação descendo ao cotidiano. Segundo ela, “as palavras, quando conduzem nossas vidas para fora do ordinário, tornam-se esvaziadas de experiência, perdem o contato com a vida” (DAS, 2020, p.28). Das articula os conceitos de voz e cotidiano, buscando saídas para compreender e escrever quando a gramática fracassa na compreensão das fronteiras entre o ordinário e o evento. Não vincula a voz à presença, nem a escrita à ausência. A voz, para ela, não é idêntica ao discurso, não se opõe à escrita, não é

a mesma coisa que enunciação e nem se resume, tampouco, à escrita gráfica.

A articulação entre cotidiano, evento crítico, voz e memória e a captura da linguagem que comunica a experiência das situações-limites é o que nos instiga em Veena Das, para pensar os processos de determinação socioambiental da saúde, sobretudo em tempos de pandemia da Covid-19. Para a pandemia – evento crítico, algo que desestrutura e que não pode ser incluído nos repertórios existentes de pensamento e ação –, não há linguagem no repertório habitual que possa exprimi-lo quando corporificado. Que linguagem expressa a objetivação do sofrimento no corpo das pessoas? Como apreendê-la? Veena Das chama a nossa atenção sobre o desafio de encontramos as palavras “certas” para as narrativas que não podem ser contadas. Essas palavras só serão encontradas se formos capazes de compreender a relação entre dor e linguagem desenvolvida por uma dada cultura.

Como escrever a dor na experiência de mais um limite como a pandemia nas favelas? Quais são esses limites para os moradores de favela? O que os movem para a ação? Retomando Benjamin, seria a memória, o motor da ação no tempo presente e a linha que costura a experiência em diferentes temporalidades? Isto é, a experiência e a memória de eventos passados é mobilizada na elaboração do conhecimento para responder aos novos desafios.

Veena Das provoca-nos a desenvolver a sensibilidade metodológica para capturar e compreender as linguagens do cotidiano de uma forma absolutamente genuína. Dialoga com José de Souza Martins, mas nos permite ampliar a abordagem da linguagem. Martins, como colocamos no capítulo 3, trabalha a questão da linguagem referida a uma consciência dupla das populações rurais na relação com o estranho, enquanto estratégia de sobrevivência e arma de luta. Das, por sua parte, traz para nossa reflexão o desafio de pensar a linguagem na finitude das palavras ordinárias, comuns, para expressar a dor, para compreender e escrever o sofrimento, a dor do outro. Compreender a linguagem quando o outro é destituído de voz, e tem apenas seu corpo para expressar a dor e o sofrimento. E transforma, pela expressão corporal da dor, passividade em agência. Podemos inferir, a partir dessa reflexão, como a expressão da experiência de temas sensíveis vivenciadas nos territórios da favela passa pela arte, pela imaginação criativa, pela escuta e pelo exercício do silêncio, entre outras tantas formas de expressão. Isso justifica a importância da linguagem audiovisual, como os vídeos e a fotografia, como linguagem marcante do LTM desde seu início.

O diálogo com o cotidiano do território de Manguinhos, por outro lado, nos coloca a questão do afeto. Descobrimos que só fazemos o que fazemos e como fazemos, porque

construímos uma rede de confiança e de afetos a partir de práticas e formas de comunicação dialógicas e co-laborativas com as pessoas. Aprendemos também, que o tempo do LTM em Manguinhos possibilitou, hoje termos uma rede estendida a outros territórios. A partir dessa rede fomos construindo as CAP como “uma conversa com a humanidade do outro”, e não uma técnica, (MARTINS, 2014, p. 34), em que o interagir é olhar as coisas pequenas, as práticas ordinárias que vão dar sentido a ideia do compartilhar, que estrutura a metodologia, num constante conjugar de os verbos conhecer, dialogar, afetar, vivenciar, acolher, refletir, produzir, testemunhar, comunicar, escutar, silenciar. Em que o tempo da pesquisa se harmoniza com o tempo dos moradores, no exercício do princípio da autonomia (FREIRE, 2019) e do princípio da igualdade (RANCIERE, 2017). Essa permanente e tensa busca faz parte da ideia do comunicar como um ato de tornar comum segundo a proposta de Freire.

O longo tempo de interação com as pessoas e o lugar faz com que sejamos afetados e desenvolvamos formas de afeto em todos os seus sentidos na experiência humana, manifestados em cuidados, compaixão, amorosidade, solidariedade, empatia e conhecimentos.

O afeto como amorosidade transborda em toda a obra de Paulo Freire, materializado como compromisso com o outro. Este é o sentido primeiro e primordial do movimento afetivo que atravessa nossas reflexões e nossa prática.

Foi o exercício desse afeto que possibilitou descobrir aos poucos outras das suas diferentes dimensões. Esta, que não foi possível aprofundar, no âmbito desta tese, as suas implicações teórico-metodológicas na produção compartilhada de conhecimentos pelas CAP, e fica na uma agenda aberta para trabalhos futuros.

Uma dessas dimensões do afeto nos é colocada pela antropóloga Jeanne Favret-Saada e diz respeito a ocupar um lugar no sistema de comunicação do outro, vivendo diretamente a experiência como parte do seu grupo (FAVRET-SAADA, 2005). Estabelecemos uma comunicação “involuntária e não intencional” e o conhecimento que se produz ocupando esse lugar e por este lugar se deixando afetar, é bem diferente daquele que se produz, por empatia ao tentar se aproximar da representação que o outro faz de seus sentimentos (FAVRET-SAADA, 2005, p. 150). Essa relação dá acesso a um conhecimento que não é possível por meios usuais de pesquisa. Favret-Saada concede estatuto epistemológico a essas situações de comunicação involuntária e não intencional, pois é com o conhecimento daqueles com os quais compartilha a experiência que constrói também seus próprios conhecimentos acerca dos seus temas de pesquisa. Nessa perspectiva, o tempo

compartilhado não conta apenas em termos quantitativos, mas pela intensidade com que podem ser afetados pelas complexas situações com que se deparam, o pesquisador e o pesquisado, em que ambos são afetados nessa relação de convivência.

Esta perspectiva nos remete ao que construímos ao longo do tempo que interagimos com Manguinhos. O afeto, enquanto amoroso respeito pelo outro e o afeto no sentido de se deixar afetar pela experiência do outro para compreendê-la, é o alicerce da comunicação da CAP. Permite a ocupação de lugar no sistema de comunicação um do outro e possibilita o acesso a processos invisíveis a um e ao outro, e essa troca produz conhecimentos. Essa entrada no território do afeto sempre esteve presente como questão metodológica do LTM.

Em outras palavras, só produzimos um certo tipo de conhecimento ocupando um lugar no sistema de comunicação do outro. Dessa ocupação de lugar nos foi possível ter acesso às invisibilidades e nos propor a pensar os processos de determinação socioambiental da saúde intangíveis, fazendo da participação um dispositivo metodológico, como propõe Favret-Saada: participar como instrumento de produção de conhecimentos, deixando-se afetar para ter contato com esse conhecimento, que só se acessa ocupando um lugar no sistema de comunicação do outro.

O que nos move é conhecer o território e as causas de seus processos de vulnerabilização, das condições de desigualdades de sua população e produzir coletivamente conhecimentos que atribuam sentido humano à ciência e contribua para as lutas transformadoras. Então, podemos dizer que para a CAP o conhecimento é o mais potente dos afetos como nos propõe o filósofo Espinosa. E que está em acordo com as bases freirianas de nosso trabalho: o conhecimento como o mais potente dos afetos é aquele que nos faz querer ser mais, ser humano, nos humanizar. A busca do conhecimento, que também é do autoconhecimento, é o que amalgama a CAP.

Espinosa trata a questão do conhecimento como reforma da inteligência, isto é, o esforço próprio de pensar uma nova maneira de viver para escapar à servidão humana. Por isso o reconhece como o mais potente dos afetos. Um esforço para integrar e transformar as formas como lidamos com a paixão, a razão e a intuição, de que humanamente somos feitos, e construirmos as ideias verdadeiras sobre a realidade. Neste sentido, o afeto é compreendido por Espinosa como uma ação, é uma “afecção que pode variar de forma positiva ou negativa a potência de agir do sujeito” (SILVA, 2012, p. 102). Uma conclusão fundamental dessa visão espinosana é que um critério de verdade jamais pode dissociar realidade de experiência, ou ainda razão de afeto e intuição. Contudo, é justamente isso que faz a ciência

moderna, sendo essa uma das tragédias da modernidade.

Conhecer e conhecer-se é se deixar afetar pelo mundo, pelas coisas e pelos outros, e “passar a uma perfeição maior ou menor do que antes” (SILVA, 2012, p. 84). Passarmos de uma consciência ingênua, de uma realidade fruto da imaginação e da paixão que nos é constituída por forças externas ao nosso próprio pensamento sobre ela, à uma consciência crítica, fruto da nossa reflexão sobre nossas experiências, como coloca Paulo Freire. A ideia espinosana do conhecimento como o mais potente dos afetos tem a ver com autoconhecimento, na medida em que o que nos afeta verdadeiramente é aquilo que contribui para a construção da nossa autoestima, espírito de liberdade e emancipação, frente aos constrangimentos e limites que nos impõe a ignorância das causas do que somos efeito.

O afeto na perspectiva das relações pedagógicas, de formação, parte essencial da metodologia CAP, tanto em Paulo Freire quanto no filósofo Espinosa, está fundamentado na potência de ser das pessoas, de ser ser humano destacado por Freire. A produção compartilhada de conhecimentos pelas CAPs, enquanto uma relação pedagógica movida pelo afeto, é um processo que busca transformar a todos – pesquisadores e moradores –, considerando a potência de ser de cada um. Deixamo-nos afetar, uns aos outros e pelas coisas da vida, para pensarmos sobre as causas do que somos efeitos, e conhecer e se autoconhecer no deixar-se afetar pelo outro, pelas coisas que estão no mundo, e lutar contra as injustiças e desigualdades.

Outra questão que está posta e nos desafia diz respeito ao cotidiano como motor da dinâmica da CAP e às possibilidades e limites para a ação ético- poética-política do estar juntos, ao mesmo tempo, no mundo presencial e no digital, ou no limite, só digitalmente. A internet passa a ser um campo de práticas integrado às nossas experiências cotidianas, configurando-se, segundo Márcia Tiburi, em nossa terceira natureza. Nesse sentido, segundo a autora, “se tomarmos o virtual como problema, ele será ético, estético, político e ontológico” (TIBURI, 2016, p. 236).

As mídias digitais e as redes sociais eram utilizadas por nós até agora, prioritariamente, como estratégias e meios de circulação das informações e conhecimentos produzidos no e com os territórios, para tornar mais ágil as trocas. Entretanto, como colocamos no capítulo 5, a pandemia por Covid-19 nos desafia a pensar muitas questões que estão se colocando nesse período em que, em isolamento social, vimos nos comunicando digitalmente, como única possibilidade de assegurar o acesso seguro às pessoas e ao cotidiano do território e suas situações-problemas. As condições impostas pela pandemia nos

colocam o desafio de estabelecer diálogos com os moradores, tendo como anteparo as telas de aparelhos eletrônicos (computador, celular, etc.), fazendo com que nas nossas reuniões de projetos, em andamento, vimos vivenciando e problematizando algumas questões éticas e metodológicas implicadas na pesquisa, em que o campo agora é digital.

Segundo Tiburi, “o que chamamos de ‘interação’ é o cerne do conceito de experiência ética, que devemos definir, ao mesmo tempo, enquanto estética”. Assim, o que está em questão e se coloca como problema quando pensamos na internet enquanto espaço interativo como campo de práticas, é o como fazemos desse novo espaço de interação um espaço de autonomia e emancipação entre todos e em relação ao próprio objeto (internet), e também como de espaço de criação de subjetividades e de relações uns com os outros (TIBURI, 2016, p.240).

Para encerrar esse capítulo, lançamos a pergunta jamais plenamente respondida no âmbito do coletivo do LTM: quem é o pesquisador/a pesquisadora da CAP? Esta questão colocada desde o início do LTM, era respondida, a cada momento, de uma forma diferente, quando indagávamos sobre o papel do bolsista, a natureza do pesquisador do território, suas autonomias e responsabilidades nos projetos e ações, as autorias etc. Ela foi retomada como questão, ao abordarmos uma outra dimensão, desta feita no âmbito do projeto “Método CAP: dispositivo de produção compartilhada e difusão de conhecimento”, referido no capítulo 5. Pergunta essa que se colocou, na ocasião, ao problematizarmos a CAP como uma metodologia autônoma, no sentido de ser apropriada e aplicada pelas instituições para além das atividades de pesquisa pelas instituições.

De forma particular à nossa prática, esta questão diz respeito à reflexão metodológica sobre o morador enquanto sujeito de interlocução com o território, em particular na figura do pesquisador-morador, não institucionalizado, instituinte. Inicialmente o LTM recorria ao termo pesquisador-morador para nomear o sujeito social que morava em Manguinhos e atuava no LTM, compartilhando seus conhecimentos e experiências nas CAPs, com os pesquisadores institucionalizados. Estes “analistas práticos” ou “especialistas do lugar”, com seus saberes situados, têm nos desafiado, desde os primórdios do LTM, a refletir sobre o que significa ser pesquisador e pesquisadora em uma CAP, sobre a definição desse pesquisador não institucionalizado, o pesquisador-morador, como o vínhamos nomeando, que abre agendas de pesquisa, que porta novos conhecimentos, que ensina linguagens e arte, e que, nesse sentido é instituinte.

O ser pesquisador instituído e instituinte vem sendo colocado como questão também

pelos movimentos de coletivos de pesquisadores da favela, a exemplo da iniciativa Pra Que e Pra quem Serve as Pesquisas nas Favelas? (GOULART, CALVET, 2017) e o Vamos Desenrolar³³. Ambos os movimentos propõem o diálogo entre os pesquisadores acadêmicos e os moradores de favela para a produção de um saber articulado entre os conhecimentos técnico-científico e os populares, em que os dinamizadores desse diálogo são os moradores. Trata-se, ao mesmo tempo, de problematizar a relação academia-favela em torno da elaboração de uma epistemologia favelada. O movimento instituinte de tais coletivos abre-nos a perspectiva de pesquisador instituinte em relação aos pesquisadores instituídos, que, mesmo adotando uma perspectiva crítica e contra hegemônica a respeito da ciência tradicional, estão integrados às instituições.

O que vimos vivenciando e testemunhando é que a interação e a interlocução no cotidiano do território possibilitam estabelecer uma rede de comunicação entre os conhecimentos instituídos e os conhecimentos instituintes. Permitem aos pesquisadores e aos moradores ocupar um lugar no sistema de comunicação um do outro. Os pesquisadores ingressam no sistema dos moradores – isto é, no território e em seus processos cotidianos, pelos caminhos abertos por eles. Por outro lado, os moradores garantem a entrada no sistema de comunicação institucional e acadêmico. Essas ocupações de espaços uns dos outros enseja a apropriação de conhecimentos, entre pesquisadores e moradores, entre moradores e entre os pesquisadores que participam do processo, borrando as fronteiras entre quem é e quem não é pesquisador, no sentido hegemônico dado à palavra.

O projeto “A Covid-19 como situação limite: experiências e memória histórica na produção de conhecimentos em saúde com favelas do Rio de Janeiro”³⁴ oferece-nos a oportunidade de aprofundarmos as reflexões sobre essas e outras questões. Coordenado por Marize Bastos da Cunha e iniciado em agosto de 2020, o projeto tem como foco, justamente, a necessidade de analisar a tessitura histórica das respostas produzidas pelos coletivos das favelas à Pandemia por Covid 19, a fim de ampliar os conhecimentos sobre aspectos pouco evidenciados nos processos de determinação social da saúde – a memória coletiva, a experiência e a cultura local –, e sobre as formas de participação social.

³³ <https://www.cepedoca.org.br/vamos-desenrolar/>

³⁴ Projeto selecionado pelo Programa Inova Fiocruz Geração de Conhecimento - Enfrentamento da Pandemia e Pós-Pandemia Covid-19 Encomendas Estratégicas. Chamada para submissão de propostas N°3/2020. Realização período agosto 2021-julho 2022. Parecer CEP/ENSP CAAE n° 40901620.3.0000.5240

7 UM PONTO FINAL PARA CONTINUAR

Depois das incompletudes, apresentadas no capítulo anterior, aponto aqui alguns temas para uma agenda que dê continuidade à pesquisa, nomeadamente as invisibilidades e os processos intangíveis de determinação socioambiental da saúde, o cotidiano e os desafios do mundo digital na interlocução com o território, e quem é pesquisador em uma CAP. Esses temas revestem-se de grande importância para que possamos vir a ter uma maior compreensão do trabalho de pesquisa-ação sobre a favela na cidade e na relação com a cidade. Ademais, eles aperfeiçoarão a elaboração da CAP como um caminho de relação e de compreensão com o território, assumindo o cotidiano como dimensão central de análise e de ação.

Nessas palavras finais, quero destacar que nos últimos 21 anos de trabalho como servidora pública numa instituição de pesquisa procurei, contribuir com a experiência coletiva no LTM para fazer de o próprio caminhar um modo de promover saúde. Ao encerrar meu texto, enfatizo a agenda ético-política, considerando-a urgente para dar consequência ao diálogo que nos propomos com a CAP. Isso significa interconectar o cotidiano do lugar com as estruturas da cidade, da sociedade, visando a torná-la mais solidária e democrática. Fazer do método um princípio de ação. Andar ao lado como o modo de estar com o outro.

Andar ao lado como método, como maneira de caminhar na vida para a mobilização dos afetos alegres ou compartilhar por vezes o sofrimento do viver, apreendendo a saúde como realização das potências individuais e coletivas. Potências, que na conjunção de forças, possibilitem mover as estruturas como propunha Marielle Franco, para a construção de um outro mundo possível, diferente desse que nos desumaniza e embrutece. A partir da ação coletiva, desfazer as estruturas do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo, responsáveis pelos processos de destruição da sociedade no nível planetário, e de maneira devastadora na cidade do Rio de Janeiro. A proposta do LTM implica, assim, um andar ao lado das pessoas que vivem e produzem cultura nas favelas.

O LTM é uma invenção, uma organização, e sua existência é dada pela aproximação com as pessoas, as comunidades, os processos e as lutas sociais. É um encontro de pesquisadores – o pesquisador instituído da Fiocruz, que possui o monopólio da produção de conhecimentos, como assume a visão moderna e positivista de ciência, e o pesquisador instituinte que também possui saberes contextuais e culturais importantes sobre o viver em favela. Enfim, é um encontro, um compartilhar de saberes, de compromissos na defesa da

vida.

Para o LTM, o morador é o sujeito de interlocução com o território, com quem andamos ao lado e construímos a confiança e os afetos, tão fundamentais para termos acesso aos processos intangíveis da determinação socioambiental da saúde. A proximidade no cotidiano do território permite-nos compreender os limites individuais de ambos os sujeitos sociais pesquisadores – o instituído e o instituinte – para pensar caminhos para a autonomia. O morador como sujeito da interlocução facilita e amplia o diálogo com o território frente aos conflitos entre as diferentes organizações coletivas e os movimentos sociais locais. E resulta na aproximação mais ampla e criativa com as lutas emancipatórias nas favelas.

O pesquisador, por seu lado, tem o papel fundamental de desvelar e ajudar a desconstruir as estruturas que resultam da dominação pela violência simbólica, concorrendo para ressignificar o ser mais como vocação do ser humano, nas palavras de Paulo Freire. Nesse exercício, o pesquisador auxilia no reconhecimento de limites, finitudes e incompletudes, conectando e articulando os saberes, os conhecimentos cotidianos com os conhecimentos científicos, as experiências e as linguagens em diálogo. Em resumo, ele sistematiza e compartilha os aprendizados e as reflexões coletivas, sob a forma de sínteses temáticas das situações-problemas colocadas pelo território.

A Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação, a CAP, é uma concepção ética e epistêmica, simultaneamente teórica e metodológica, de estar com o outro no pensar e no agir reflexivamente, de estar em presença como “estado de pensamento”. E, tomando emprestado a expressão de Márcia Tiburi, a CAP “mais que método é expectativa, potência e possibilidade de construção de alternativas reais de mudanças” (TIBURI, 2016, p. 290).

O que sempre procuramos é nos construirmos e nos reconhecermos mutuamente, como sujeitos iguais em nossas capacidades de pensar e sentir. Como sujeitos sentipensantes, nas palavras de Fals Borda, que combina a razão e o amor, o corpo e o coração, que sintetiza sua proposta de pesquisa participante (FALS BORDA, 2009).

A CAP como um modo de estar com o outro, como diálogo com outro, contribui, em nossa compreensão, para um projeto emancipatório de sociedade, mais solidário e democrático. E isso se dá por algumas razões.

Como um modo de fazer pesquisa, a pesquisa-ação, a CAP promove o encontro academia- sociedade, aproximando as instituições da diversidade de grupos sociais, com suas necessidades e demandas, e com as potências de seus saberes, experiências, invenções e cultura. Ao ocupar um lugar no sistema de comunicação do outro, pesquisadores e

moradores vão superando os estranhamentos entre si e refletindo sobre os lugares sociais, econômicos, culturais e institucionais que ocupam na estrutura social, aprendendo sobre suas linguagens. E transformando solidariamente uns aos outros.

A partir de um diálogo com a dinamicidade do território e seu cotidiano, a CAP busca instaurar um caráter processual e instituinte da participação na vida institucional, que transforma e qualifica os modos de operar das instituições. Com isso, ela possibilita trazer a política para as suas atividades ordinárias. Cabe frisar que entendemos a política, nesse contexto, enquanto o pensamento criativo e instituinte da ação voltado para a vida, enquanto diálogo ético cotidiano de construção de um caminho de convivência respeitosa para a sociedade, enquanto modo de enfrentamento de nossas fragilidades individuais e coletivas. A política, atualmente, tão esculachada, justamente porque a ação, uma vez iniciada pelos agentes sociais, progride de maneira irreversível e imprevisível, de acordo com os contextos históricos. A irreversibilidade e a imprevisibilidades são condições que fazem a política ser mais ou menos temida, sendo colocado em seu lugar o “planejamento” da economia.

A vulnerabilidade social tem sua origem, pelo menos em parte, na exclusão da política e dos sujeitos da política nas tomadas de decisão. Por sua vez, o discurso da “sustentabilidade econômica” da sociedade, como critério único, é a armadilha para só se falar no social e aceitar a exclusão do debate político. A desigualdade social, entretanto, não é uma questão social ou científica, é uma questão essencialmente política, na medida em que resulta das disputas entre interesses dos diferentes grupos sociais, que dispõem de forças assimétricas. Nessas disputas, o poder das classes dominantes do capitalismo globalizado impõe um conjunto de processos que geram opressão, exclusão e violências entre e dentro de grupos sociais, etnias, comunidades.

A política é a ação, é criar ou refazer caminhos. Esse é o sentido em que a política se inscreve no âmbito das CAPs do LTM: estratégia de fortalecimento do lugar na formulação de políticas públicas, e mais que isso disputar as narrativas sobre o lugar, que informam as políticas públicas, a partir da produção compartilhada de conhecimentos, frente à hegemonia dos meios de comunicação que desqualificam o lugar-favela como modo de manutenção do estado repressivo sobre a parcela da população que vive nesses espaços da cidade.

O LTM e a concepção de Promoção Emancipatória da Saúde foram nosso modo de entrar na disputa de projetos instalada no campo da Promoção da Saúde, na qual se contrapõem: o projeto comportamental e o projeto emancipatório da saúde. No centro, a disputa do significado científico-ético-político de saúde, estando nele subsumido o projeto

de sociedade, e, em consequência, o modo de pensar e de funcionar a sociedade.

Acompanhando os movimentos históricos, em particular do campo da Promoção da Saúde e da Educação Popular, e mais recentemente o Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES)³⁵, entre tantos outros movimentos potentes no Brasil, o LTM soma-se aos esforços de retomar o protagonismo da dimensão instituinte da Reforma Sanitária Brasileira. Sua contribuição, originária do campo da Saúde Coletiva, é parte importante da produção de um projeto democrático e solidário de cidade e de sociedade. Esse compromisso torna-se mais urgente e radical diante do desmonte dos direitos de cidadania e das instituições, e dos retrocessos da ordem democrática.

As reflexões sobre os processos geradores de invisibilidades, precariedades e provisoriiedades enquanto fenômenos da determinação social da saúde nas favelas, é um aprendizado, iniciado em 2014 e em curso no LTM, que nos colocou a dimensão da dignidade para a ressignificação da saúde. Concepção essa de saúde, mais tarde desenvolvida por Marcelo Porto, no âmbito dos projetos de pesquisa do NEEPES com seus parceiros nacionais e internacionais. Esta visão ampliada da saúde encerra as dimensões políticas, culturais e de direitos humanos voltados para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades, das discriminações e do racismo que se encontram por detrás da sociedade, do funcionamento da economia e das assimetrias nos acessos aos recursos disponíveis na sociedade (PORTO ET AL, 2018).

Chego, aqui, a um ponto de fronteira, com uma questão que fecha esse ciclo e abre o continuar. Em diálogo com a leitura de Rancière, venho me interrogando: por que nos atemos às questões das desigualdades, que são reais, em suas várias formas narrativas para compreender a sociedade?

A perspectiva, atualmente predominante de medir as condições de vida e saúde e a distribuição de recursos nos diferentes lugares da cidade, pela chave quantitativa e descritiva, não explica os processos de produção das desigualdades. Ela tampouco explica a cidade em sua inteireza, com as potencialidades inscritas em cada um dos seus lugares.

Então nos perguntamos: o que gera, em termos de mudança ou manutenção da ordem

³⁵ O NEEPES foi criado em 2018, como um Núcleo com caráter interdepartamental e interunidades, em parcerias com pesquisadores de três departamentos da ENSP (CESTEH, DENSP e DCS), outras unidades da Fiocruz (EPSJV, Fiocruz PE e Fiocruz CE), além de manter vínculos de cooperação nacionais e internacionais, como o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mais informações no link: <http://neepes.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 02/03/2021.

hegemônica, olhar para a cidade, única ou prioritariamente, pela lente das desigualdades a partir de indicadores que transformam pessoas e lugares num agregado de números? Como movimentar o binóculo para produzir outra cidade, mais humana, mais democrática, mais igualitária? Cabe frisar que não questiono aqui a importância e a necessidade de se conhecer a distribuição de recursos, das condições de vida e saúde da cidade por meio de indicadores para compreendê-la e transformá-la.

Retomando como questão o que colocamos no capítulo 3, problematizo, sim, o que produz de mudanças esse labirinto descritivo-analítico das desigualdades e os discursos sobre a cidade. Quem constrói esses discursos e com que finalidade? Vivemos como uma espécie de congelamento da imagem da cidade pela leitura da realidade através da chave das desigualdades: o discurso único da cidade desigual esteriliza o diálogo. Esta é uma perspectiva que, embora explique parte dos processos ocorridos na cidade, imobiliza a realidade social a partir de um modelo de interpretação, cuja força narrativa nos limita quando se trata de investigar a complexidade das relações inscrita na cidade, bem como sua dinamicidade. E nos limita, especialmente, quando o que está em jogo é atuar sobre as assimetrias de poder presentes nas relações, buscando superar a objetificação de homens e mulheres. Ao invés do discurso que aponta para respostas prontas que nunca conseguem ser implementadas de forma mais efetiva, proponho movimentar o binóculo para descobrir outra cidade pelo diálogo horizontal, com toda a diversidade de lugares, pessoas, movimentos e territórios que a compõe.

A construção das narrativas sobre o lugar-favela a partir do discurso da desigualdade tem servido para a invisibilização e a manutenção desses espaços como territórios de exceção, de carências e de manutenção da criminalização da população. Esse discurso encaixa-se perfeitamente às políticas de estado de exceção e à perpetuação de processos desumanizadores que produzem a morte e não a vida. Produzido, reproduzido e amplificado por diferentes instâncias de poder – político, grande capital e grandes corporações midiáticas, esse discurso é, muitas vezes, sustentado acriticamente por grupos políticos e acadêmicos ditos progressistas.

O que propomos, para desconstruirmos as linhas abissais que separam os lugares da cidade em visíveis e invisíveis, onde vivem os humanos e os não humanos, respectivamente, é desnaturalizar a narrativa da desigualdade que estrutura os modos de olhar a produção social da saúde, desnaturalizando também nossas práticas. Tomando como ponto de partida a igualdade e o convívio democrático, e não a desigualdade, isto é, olhando para a cidade no

que ela nos faz iguais, em nossa humanidade, na igual capacidade de pensamento e inteligência de todos, como nos propõe o Mestre Ignorante (RANCIÈRE, 2016). Neste sentido, a igualdade a ser valorizada é a do poder de agência, de defender seus direitos e formas de ser, que podem muitas vezes serem diversos ao de outros grupos. Igualdade como direito à diferença, como direito de participar da política como iguais na defesa de suas diferenças.

O discurso da desigualdade mantém a população da favela – os desiguais, os precarizados, os vulnerabilizados – num eterno cativeiro, perpetuando a linha abissal. Os invisíveis, os tutelados, os que não sabem, os que não têm conhecimento, que não pensam, que não são humanos, enfim. É o discurso pronto que os faz desiguais, o discurso sobre um outro que precisa ser mantido confinado em seu lugar precário, para ser subjugado.

Ao invés do discurso pronto, proponho o diálogo com o outro. Diálogo de iguais em inteligência, na capacidade de pensamento, em humanidade, que possibilite o enfrentamento dos processos desumanizadores das cidades, que aprendemos na e com a favela, produzindo conhecimentos sob o signo da igualdade. Reconhecendo que existem déficits reais em termos de recursos, poder de agência e acessos a foros decisórios, a igualdade aqui se concretiza democraticamente no caminhar juntos nas lutas sociais que estão sendo construídas a cada momento.

A igualdade de sermos humanos, nas potencialidades enquanto seres de pensamento e na inteligência. Igualdade na inteligência que se constrói a partir da vontade de conhecer, de aprender e compreender o estar no mundo. Igualdade que se constrói no diálogo, que não subordina o outro à nossa própria inteligência. Ao contrário, respeitando-o em sua dignidade, contribui com sua autonomia que vai se construindo ao operar a sua capacidade intelectual. “É a tomada de consciência dessa igualdade de natureza que se chama emancipação, que abre o caminho para toda aventura no país do saber”, nos ensina o Mestre Ignorante (RANCIÈRE, 2016, p. 49).

Seguindo os ensinamentos do Mestre Ignorante, e enquanto amigos da igualdade tal como ele propõe, vemos a Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação como uma contribuição para a produção da igualdade, fazendo do diálogo, do ato mesmo de receber a palavra do outro, como um testemunho de igualdade, operando a CAP como um espaço onde a igualdade possa ser verificada, e não uma desigualdade a ser reduzida. Certamente, não podemos cair num certo simplismo romântico, pois sempre existem barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais e fragilidades nas possibilidades de intercâmbio de

experiências e saberes. De um lado, os cientistas instituídos trazem consigo interesses de classe e incompletudes quanto ao significado de se viver numa favela. De outro, os moradores e movimentos da favela buscam superar limites em termos de acesso a informações e conceitos que podem ajudá-los a melhor formular suas estratégias de luta por direitos. Portanto, a busca do diálogo respeitoso, que se complementa por compromissos de uma comunicação freireana – o tornar comum como objetivo da comunicação entre humanos que dialogam com empatia e solidariedade -, essa é a marca da igualdade a ser buscada.

Essa é a tarefa ético-política que proponho e o desafio mais geral da sociedade: inventar formas para que o exercício da igualdade e de sua verificação passe a fazer parte do cotidiano em todos os espaços da sociedade, como caminho para mudanças da ordem social hierarquizada, centralizada e autoritária, instalada nas instituições e nas formas de gestão das cidades, para uma cidade mais democrática. Preocupados em identificar e analisar as desigualdades, esquecemo-nos de pensar o que nos faz iguais.

No campo da Saúde Coletiva, pensamos a CAP como um caminho de enfrentamento dos impasses no estágio atual da reforma sanitária brasileira, em que o instituído se impôs, relegando ao segundo plano sua dimensão instituinte. A CAP, enquanto espaço de produção compartilhada de conhecimentos e informações sobre os processos de determinação social da saúde, concorre para a formação de sujeitos políticos e, ao mesmo tempo, ressignifica a participação social no SUS.

O que tentei fazer como tese foi uma reflexão crítica sobre a trajetória de construção da metodologia CAP como caminho para a PES, e sobre minhas contribuições para tal. Foi uma necessidade de responder a mim mesma, mas sobretudo à sociedade, se tenho sido coerente e contribuído de fato com alguma coisa, na perspectiva que havia me colocado quando pensei e ficionei a criação do Movimento dos Sem Instituições (MSI), no auge da minha revolta com os limites e as limitações das instituições no diálogo com os movimentos sociais. Hoje, vendo muitas das instituições do nosso país sendo vilipendiadas, juntamente com os direitos de cidadania, percebo que a ideia do MSI talvez não seja tão ficcional, como parecia nos anos 2000, quando apenas um certo corporativismo me incomodava. Mais do que nunca, a necropolítica é a forma atual de controle social através do medo como afeto principal e da morte, é a referência para a elaboração das políticas públicas que abandonam à própria sorte os concebidos como improdutivos, que não contribuem para o sistema neoliberal de consumo e suas elites. É na luta contra a destruição do que é público, republicano, que nós, servidores públicos e, em nosso caso, pesquisadores, devemos

encontrar a razão de ser de nossas práticas. O principal enfrentamento a fazer é no campo ético-político, frente à necropolítica que alcança seu nível mais perverso no modo de combater a pandemia de Covid-19 em nosso país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. (Org.). **Construção social da demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2010, p. 241-253.

ARAÚJO, I. **Mercado simbólico**: interlocução, luta, poder – Um modelo de comunicação para políticas públicas. 2002. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

ARAÚJO, I. Materiais educativos e produção de sentidos sociais na intervenção social. In: MONTEIRO, S; VARGAS, E. (org.) **Educação, comunicação e tecnologia**: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 49-69.

ARAÚJO, I. S. Polifonia e concorrência discursiva: o método do mapa do mercado simbólico. **UNI revista** (UNISINOS. Online), v. 1, p. 23, 2006.

ARAÚJO, I. S; CARDOSO, J. M.. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 152 p.

ARAÚJO, I. S. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 8, n. 14, p. 165-77, set.2003/fev.2004.

BENJAMIN, W. **Sobre o programa da filosofia por vir**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BOCAYUVA, P. C. C.. A Fronteira como método e como "lugar" de lutas segundo Sandro Mezzadra. **Lugar Comum**, n. 39, p. 45-67, 2013. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111206131223A%20fronteira%20como%20m%C3%A9todo%20e%20como%20%E2%80%9Clugar%E2%80%9D%20de%20lutas%20segundo%20Sandro%20Mezzadra%20-%20Pedro%20Claudio%20Cunha%20Bocayuva.pdf. Acesso em: 25 fev.2020.

BOSI, E.. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 6 n. 1, p. 51-62. jan./dez. 2007.

BRANDÃO, C. R. Entre Paulo Freire e Boaventura: algumas aproximações entre o saber e a pesquisa. **Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE**, Rio de Janeiro,, v. 31, n. 113, p. 38-39, jul./set.2007.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (ed), **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006

Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/A%20PARTICIPAC%3%87%C3%83O%20DA%20PESQUISA%20E%20A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade.. **Trab. educ. saúde**, v.1, n.2, p. 239-265.

BUSS, P.M.; CARVALHO A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciê. saúde coletiva**, v. 14, n. 6, p.2305-2316, 2009.

BUSS, P. M. Enfrentando a pobreza através da parceria Estado-Comunidade: desenvolvimento local integrado e sustentável em Manguinhos, Rio de Janeiro. Desenvolvimento local: práticas inovadoras – Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania. **Cadernos da Oficina Social**, v. 5, p. 117-13, 22000. Disponível em: https://issuu.com/mobilizadorescoep/docs/caderno_5. Acesso em: 08 fev. 2021

CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, E. M. (org.) **A saúde nas palavras e nos gestos**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 101-114 (Saúde em Debate, 140).

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11ª.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMITÊ Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Dossiê megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: maio de 2013.

RE, A.; CALLARI, T. C.; OCELLI, C. (ed.). **Sfide attuali, passate, future: il percorso de Ivar Oddone** (Atti del Convegno - Torino, 29 novembre 2012). Torino: Otto Editore, 2014.

COUTO, M. O mendigo Sexta-Feira jogando no Mundial. In: **O fio das missangas: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 81.

CUNHA, M. B. *et al.* Vigilância popular em saúde: contribuições para repensar a participação no SUS. In: BOTELHO, B. O. *et al* (org.). **Educação popular no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 79-101.

CUNHA M. B. *et al.* O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio:, v. XVIII, n. 33, p. 39-58, 2015.

- CUNHA, M. B.; FRIGOTTO, G. O trabalho em espiral: uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro. **Interface (Botucatu)** v. 14, n. 35, p.811-23, out./dez. 2010.
- CUNHA, M. B. **Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro.** 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005.
- CUNHA, M. B. **Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradas: história e saber nas favelas da Penha.** 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- DAS, V. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao cotidiano.** São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo; alguns temas wittgensteinianos. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 14, n.40, p. 31-42, jun.1999.
- FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina.** Víctor Manuel Moncayo Compilador. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.
- FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **RECHS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 396-414, out./dez.2018..
- FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 14, n.3, p.743-752, 2009.
- FRASER, N. Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.14/15, p. 231-239, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo** n. 13, p.155-161, 2005.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. R. Three Types of Risk Assessment and the Emergence of Post- Normal Science. *In: Theories of Risk.* London Pragger 1992, p. 251-274.
- FUNTOWICZ, S. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **Hist., Ciên., Saúde — Manguinhos**, v. 4, n. 2, p. 219-230, jul./out. 1997.

GADOTTI, M. Saber aprender: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. *In: Um olhar Sobre Paulo Freire - Congresso Internacional*, 2000, Évora. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1125> Acesso em: 03 mai. 2019.

GAGNEBIN, J. M. Walter Benjamin ou a história aberta. *In: Obras escolhidas*. v. 1. Magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOULART, F.; CALVET, R. Para que e para quem servem as pesquisas acadêmicas sobre as favelas? – Uma nova epistemologia é possível!. 2017. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/para-que-e-para-quem-servem-pesquisas-academicas-sobre-favelas-uma-nova-epistemologia-e-possivel/>. Acesso em: 22 mar. 2017

GUIMARÃES, G. Promoção à saúde como “Inédito Viável”: vivências de (im)possibilidades locais - o caso complexo de Manguinhos, RJ. *In: V Colóquio Internacional Paulo Freire*, 2005. Recife.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JARA HOLLIDAY, O. **La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles**. Colección: Educación Popular Y Saberes Libertarios. Lima, 2014.

JARA HOLLIDAY, O. **La sistematización de experiencias, práctica y teoría para otros mundos posibles**. Bogotá: Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano - CINDE, 2018.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LOBATO, C. Benjamin e a questão da experiência. **Cadernos Walter Benjamin**, n. 7, jul./dez. 2011-. Disponível em: https://gewebe.com.br/pdf/cad07/texto_cidiane.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

MARTELETO, R.; VALLA, V. V. Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, p. 8-21, jul./dez. 2003. Número Especial.

MARTELETO, R.; DAVID, H.M.S.L.; Almanaque do Agente Comunitário de Saúde: uma experiência de produção compartilhada de conhecimentos. **Interface (Botucatu)**, v. 18, Supl 2, p. 1211-1226, 2014.

MARTELETO, R.; DAVID, H.M.S.L.; BTESHE, M. Dispositivos infocomunicacionais em saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 18, Supl. 2, p. 1595-1602, 2014.

MARTINS, J.S. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan**

Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, J.S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J.S. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MIRANDA, A. S. A Reforma Sanitária encurralada? Apontamentos contextuais. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 385-400, abr/jun 2017.

ODDONE, I. *et al.* **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

PAIM, J. S. A reforma sanitária como objeto de reflexão teórico-conceitual. In: **Reforma sanitária brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, pp. 153-174.

PIRES, E.G. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 813-828, jul./set. 2014.

PIVETTA, F.; PORTO, M. F.; CUNHA, M. B. Comunidades Ampliadas de Pesquisa-Ação do Laboratório Territorial de Manguinhos: um caminho de interação com o território. In: ODDONE, I. *et al.* (Org). **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 199-215.

PIVETTA, F. **Cidade e espaço social**: aproximações com Bourdieu para pensar a determinação social da saúde. Ensaio. ENSP/FIOCRUZ, 2019. Meio digital.

PIVETTA, F. *et al.* Promoção da saúde e conhecimentos emancipatórios: aprendizados com pesquisa-ação nos territórios de favelas. In: FIGUEIREDO, G. L. A. *et al.* (org.). **Vulnerabilidades & saúde**: grupos em cena por visibilidade no espaço urbano. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 383-403.

PIVETTA, F. *et al.* (a). Trilhas da promoção emancipatória da saúde em diálogo com a Atenção Básica. In: SANTOS, I. S.; GOLDSTEIN, R. A. (org.). **Rede de Pesquisa em Manguinhos**: sociedade, gestores e pesquisadores em conexão com o SUS. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 209-230.

PIVETTA, F. *et al.* (org.) (b). **PAC Manguinhos**: problemas não resolvidos e recomendações. Relatório. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2016. 50 p.

PIVETTA, F. *et al.* (org). **PAC Manguinhos**: um relato fotográfico 2008-2010. Rio de Janeiro; ENSP/FIOCRUZ, 2012.

PIVETTA, F. *et al.* O território de Manguinhos na internet: um sítio interativo para produção de conhecimento local. In: **XII CREAD MERCOSUR/SUL**, 2008, Rio de Janeiro.

PIVETTA, F.; PORTO, M. F. S. PAC Manguinhos: como promessa, como desconfiança, como esperança. **Boletim do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana**. Ano 5 - n. 2. maio 2008.

PIVETTA, F. *et al.* Construindo uma Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: a experiência do Laboratório Territorial de Manguinhos. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE*, 2007, Salvador.

PIVETTA, F. *et al.* Promoção à Saúde: Vivências de (Im)Possibilidades Locais? O Caso Complexo de Manguinhos, RJ. *In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE*, 2005, Florianópolis.

PIVETTA, F.; GUIMARÃES, G. Promoção à Saúde como “Inédito Viável”: vivências de (im)possibilidades locais - o caso complexo de Manguinhos, RJ. *In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE*, 2005. Recife.

PIVETTA F. Laboratório territorial como instância para a promoção da saúde: contribuição para as discussões acerca do Programa DLIS Manguinhos. *In: ZANCAN, L.; BODSTEIN, R.; MARCONDES, W. (ed.). Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos – RJ*. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, 2002. p. 247-271. (Saúde Movimento, n. 5).

PORTO, M. F. S. Ecosocial approaches to health - a new project of FIOCRUZ, Brazil. **EcoHealth** (New York), New York, v. 1, n.4, p. 332-333, 2004.

PORTO, M. F. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. **Health Promotion International**, v. 34, Supl. 1, p. 156-164, 2019.

PORTO, M. F. S; MARTINS, B. S. Repensando alternativas em Saúde do Trabalhador em uma perspectiva emancipatória. **Rev. Bras. Saude Ocup.**, São Paulo, v.16, n. 44, p.1-10. 2019.

PORTO, M.F. S. *et al.* Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação como Dispositivos para uma Promoção Emancipatória da Saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciê. saúde coletiva**, 2016; 21(6):1474-1756.

PORTO, M.F. S. *et al* (a). **Relatório Técnico** do Projeto “Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental”. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012. Fevereiro 2015. Disponível em:

http://www.academia.edu/12268270/RELAT%C3%93RIO_DA_PESQUISA_POLI_TICA_S_PU_BLICAS_MORADIA_SANEAMENTO_E_MOBILIDADE_UMA_AN%C3%81LISE_PARTICIPATIVA_DO_PAC_NA_PERSPECTIVA_DA_PROMO%C3%87%C3%83O_DA_SA%C3%9ADE_E_DA_JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL. Acesso em: 01/06/2015.

PORTO, M.F. S. *et al.* (b). Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 123, p. 523-543, jul./set. 2015.

PORTO, M.F. S. *et al* (a). Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciê. saúde colet**, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, out. 2014.

PORTO, M.F. S. *et al* (b). Cidades saudáveis e promoção da saúde emancipatória: reinvenção cotidiana do *(re)conhecimento* nos territórios vulneráveis. In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T.M.; PELLEGRINI, B. **Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

PORTO, M. F.S. *et al*. Produção compartilhada de conhecimento e cidadania: a experiência da comunidade ampliada de pesquisa-ação do Laboratório Territorial de Manguinhos, RJ. In: TOLEDO, R. F.; JACOBI, P. R. (org.). **A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente:** princípios, desafios e experiências interdisciplinares. São Paulo: Annablume, 2012, p. 193-229.

PORTO, M. F. S.; PIVETTA, F. Por uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde:** conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, p. 207-229.

PORTO, M.F. S. *et al*. Abordagem ecossocial: pensando a complexidade na estruturação de problemas em saúde e ambiente. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 2004, Campinas. **Anais do II Encontro da ANPPAS.** São Paulo: ANPPAS, 2004. v. 1.

PORTO, M. F. S. Entre a saúde e a vulnerabilidade. In: PORTO. M. F. S.; FREITAS. C. M. (org.). **Problemas ambientais e vulnerabilidade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 125-136.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

RIBEIRO, L.C. Q. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. **VeraCidade** Salvador, v. 3, n. 3, p. 113-127, mai. 2008.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo Perspec.**, v. 13, n. 4, p. 100-111, out./dez. 1999.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMÃO, J. E. *et al*. Círculo epistemológico: círculo de cultura como metodologia de pesquisa. **Educ. Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 13, p. 173-195, jan./jun.. 2006.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias.** 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas.** 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, B. S. **A sociologia pós-abissal:** metodologias não extractivistas. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/1SHnc6P7Z6A>. Acesso em: 9 mai. 2018.

SANTOS, B. S. A Colômbia entre a paz neoliberal e a paz democrática, 2017. Texto em separado, meio digital. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/news-old/?p=6149>. Acesso em: 26 jan. 2017 (Publicado posteriormente no livro SANTOS, B. S. **Democracia e transformação Social**, Bogotá: Siglo del Hombre, 2017)

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos-CEBRAP**, v. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, B. S. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. S. Benjamin e os limites da teoria social. *In*: XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2003, Caxambu. **Programa e Resumos**, v. 1. p. 144-144, 2003. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt23-17/4307-msantos-benjamin/file>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SANTOS, M. Por Uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 27, p.7-14, ago. 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>., Acesso em: 21 maio 2018.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul/dez. 2013.

SILVA, I. Favela é Cidade (e cidade é favela). **Democracia Viva** 47 2011; 26-28. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/dv47/3>. Acesso em: 5 jan.2015.

SILVA, P. F. A.; BAPTISTA, T. W. F. Os sentidos e disputas na construção da Política Nacional de Promoção da Saúde. **Physis Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 441-465. 2014.

SILVA, A.P. **Conhecimento e Afetividade em Espinosa**: da reforma da inteligência à potência do conhecimento como afeto. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista , Marília, 2012.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, n. 21, p. 15-31, ago. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046> Acesso em: 17 nov. 2017.

SOUZA, E.L.L. **Manoel de Barros**: a poética dos deslimites. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

SOUSA, F. M. Trilhas do audiovisual na mediação entre os movimentos populares e as avaliações de políticas públicas. *In*: II SEMINÁRIO SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2016. UFRJ. Rio de Janeiro.

THIOLLENT, M. 2020. Repensando os fundamentos da Pesquisa-ação, dia 29/05, das 10 às 13 h (canal Agenciamentos Contemporâneos, Universidade Montes Claros). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoEynzBggMY>. Acesso em: 29 mai. 2020.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. *In: XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas Rendimientos Académicos y Eficacia Social de la Universidad*, 13., 2013, Buenos Aires. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-20.

THIOLLENT, M. J.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 36, n. 2, julio-diciembre, 2014, p. 207-216. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307332697009>. Acesso em: 14 ago. 2020.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A. Dilemas na promoção da saúde no Brasil: reflexões em torno da política nacional. **Interface-Comunic, Saúde, Educ**, v. 11, n. 22, p. 223-238, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. S7-S14, 1999.

WALLERSTEIN, N., DURAN, B. Using community-based participatory research to address health disparities. **Health Promotion Practice**, n. 7, v. 3, p.312–323, 2006.

ZANCAN *et al.* Dispositivos de comunicação para a promoção da saúde: reflexões metodológicas a partir do processo de compartilhamento da Maleta de Trabalho Reconhecendo Manguinhos. **Interface**, Botucatu, v. 18, p. 1313-1326, 2014.

ZANCAN, L. *et al* (Ed.). **Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos**. Saúde Movimento, Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, n. 5, 2002.

APÊNDICE A – MATERIAIS PRODUZIDOS PELAS COMUNIDADES AMPLIADAS DE PESQUISA-AÇÃO

Os projetos de pesquisa e de intervenção que desenvolvemos com as CAPs resultam na elaboração de produtos de diferentes naturezas, sistematizados como materiais mediadores e produtos intermediários, e os produtos finais dos itinerários temáticos das CAPs.

Relacionamos aqui os principais materiais, produzidos em formatos ditos não acadêmicos tradicionais (artigos, livros, capítulos de livros), mas que são fundamentais não apenas como recursos mediadores nas práticas comunicativas, como também para movimentar o trabalho em espiral de produção-circulação-apropriação de conhecimentos e informações sobre o território.

Incluimos, nessa relação de materiais, os relatórios técnicos que resultaram das atividades das de intervenção, assessoria e cooperação com os coletivos de moradores.

O quadro foi organizado em ordem cronológica de elaboração dos materiais e agrupado por seus formatos (vídeos, impressos etc.).

Os links aqui colocados são provisórios. O acervo de todos materiais do LTM está sendo depositados no repositório institucional de acesso aberto da Fiocruz, nomeado de ARCA³⁶, onde poderão ser localizados pelos nomes dos materiais.

Material	Natureza e Formato	Link de Acesso
Projeto Laboratório Territorial de Manguinhos - 2004	Apresentação do LTM, vídeo	Indisponível no momento: postado no site do LTM, que está fora do ar. Disponível em DVD
Documentário Manguinhos: Histórias de Pessoas e Lugares, 2007	Produto de pesquisa, vídeo	Indisponível no momento: postado no site do LTM, que está fora do ar. Disponível em DVD
Documentário PAC Manguinhos: O Futuro a Deus Pertence, 2008		Indisponível no momento: postado no site do LTM, que está fora do ar. Disponível em DVD
Slide show: Mangue, Manguinhos, Manguezal, 2008		Indisponível no momento: postado no site do LTM, que está fora do ar,

³⁶ Link ARCA: <https://youtu.be/S3ZoKZpeYIQ?list=PLXnJLfeU4GkpWdZZilOnEqH42AauwsCTy>

		Disponível em DVD
Documentário “PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança”, 2009		https://www.youtube.com/playlist?list=PLXnJLfeU4GkoQ-gmcwUNLAgXbHNgPs2OG
A Maleta de Trabalho do LTM: Reconhecendo Manguinhos, 2012		https://www.youtube.com/watch?v=XC8-QGXeG1o
	Powerpoint	https://www.youtube.com/watch?v=GqfVhq4AqxU
Análise do PAC – Trilhas do Alemão, de Manguinhos e da Rocinha, 2014.	Produto de pesquisa, vídeo-relatório (<i>playlist</i>)	https://www.youtube.com/playlist?list=PLXnJLfeU4GkpYTz5jFY7MV7oOlnmUQFtV
Documentário Tá Tudo Errado, 2015	Material de mediação, vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=vyPPcNxxZ40&t=30s
O direito à moradia: os impactos do PAC e os moradores em movimento, 2016		https://www.youtube.com/watch?v=ujyteiluepa&t=235s&spfreload=10
Método CAP: produção compartilhada de conhecimento, 2020	Produto intermediário de pesquisa, vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=MEzjXUKozE8
Manual Reconhecendo Manguinhos: Maleta de Trabalho, 2011	Material de mediação, impresso	https://drive.google.com/file/d/1b0YYnOsPI0EX1a33EN8_ZvVs3emngbhc/view?usp=sharing
Caderno do PAC: PAC Manguinhos: problemas não resolvidos: o que dizem os moradores, 2016.	Material de mediação, impresso	https://www.academia.edu/34097430/PAC_Manguinhos_problemas_n%C3%A3o_resolvidos_o_que_dizem_os_moradores
Caderno de Oficinas 4: Manguinhos – Nov. 2014		https://www.academia.edu/10342788/Territ%C3%B3rios_em_Movimento_Caderno_de_Oficinas_-_Manguinhos_-_novembro_de_2014
Caderno de Oficinas 3: Rocinha – Nov. 2014		https://www.academia.edu/10342764/Territ%C3%B3rios_em_Movimento_Cadernos_de_Oficina_-_Rocinha_-_novembro_de_2014
Caderno 2 : três Territórios – Fev. 2014		https://www.academia.edu/10342731/Territ%C3%B3rios_em_Movimento_Caderno_de_Oficinas_2_-_fevereiro_de_2014
Caderno de Oficinas 1: três Territórios – Dez. 2013		https://www.academia.edu/10342668/Territ%C3%B3rios_em_Movimento

		Caderno de Oficinas I - 2013
Cordel "Manguinhos em Prosa e Verso", 2008	Material de mediação, impresso	https://brasil.campusvirtualsp.org/node/181468 (resumo)
Livro: PAC Manguinhos : um relato fotográfico, 2012	Produto de pesquisa, impresso	https://drive.google.com/file/d/1_TWSp0HYDsA8GR9RSqsLqOe495fpT3ZT/view?usp=sharing
Enchentes em Manguinhos: este problema tem solução? um calendário, 2011	Material de mediação, impresso	Indisponível no momento: postado no site do LTM, que está fora do ar
Livro-jogo "Território, Saúde e Ambiente: a tosse misteriosa"	Produto de pesquisa, impresso	https://drive.google.com/file/d/1WWLUIAH1nSqSG02tIXjOX7Zk_ssYDIE/view?usp=sharing
Relato Fotográfico de Urgências: PAC Manguinhos, 2014	Relatório técnico, impresso	https://www.academia.edu/12246569/Relat%C3%B3rio_Fotogr%C3%A1fico_de_Urg%C3%A2ncias_PAC_Manguinhos
PAC Manguinhos: problemas não resolvidos e recomendações: relatório, 2016		http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/de_f4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF
Manguinhos Pós PAC: o agravamento das enchentes (Relatório), 2018		https://www.academia.edu/38524208/MANGUINHOS_P%C3%93S_PAC_O_Agravamento_das_Enchentes_Relato_de_Urg%C3%A2ncias
Livro: Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação : um guia de pesquisa, 2021	Produto de pesquisa, e-book	A ser depositado direto na ARCA
Territorioemmovimento: página no Facebook	Mídia, internet	https://www.facebook.com/territorios Emmovimento
Territorios em Movimento LTM: Canal no Youtube		https://www.youtube.com/channel/UCQZdcT-y3b2POYkARRQ1DWg